

ALVARO VENTURA E O PCB CATARINENSE

[illegible]

DISCOSO E PREDE

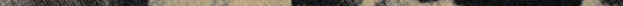
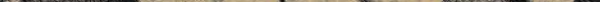
NEWS

Elevado e difícil, por isso Estrela conseguiu manter-se nesta posição de liderança honrosa de conservar o seio do insigne Promigo, fazer justiça ao seu consciente para os Acadêmicos de Direito Centro Acadêmico XI de Maio, reconhecer as realizações e o trabalho realizado pelo professor João David Ferreira Espirito Santo.

de desempenhá-los a Universidade catariense ce e morto, revelando-se amigo incondicional do corpo discente; o mesmo sucede com a história de ex-colegas, hoje intrepídeos

gratidão a confiança em todos nós depositada pelos companheiros do Partido.

cadémico



Marcos concretizou o an... feliz...
des seio de seus colegas! Ney "Um povo qu...

Queremos, saudando este

CELSO MARTINS

...liga, ocupa. divide.
maneira justa, ocupa. Despir-se d
A estes dois eficientes verdade que

FACULDADE DE DIREITO DE SANTA CATARINA

ANO XI — FLORIANÓPOLIS, NOVEMBRO DE 1958 — N. 47

PETRÔBRÁS
SEMPRE À VANTAGEM

REALIDADE NACIONAL

(Jorge Charam) zem, o amor à causa que abraçaram, fazendo da luta realizaram tentaremos re-

CELSO MARTINS

4. Villa Acadêmica

ÓRGÃO OFICIAL DO "CENTRO ACADÊMICO XI DE FEVEREIRO"
FACULDADE DE DIREITO DE SANTA CATARINA

ANO XI — FLORIANÓPOLIS, NOVEMBRO DE 1958 — N. 47

PARALELO

PETRÓBRAS

REALIDADE NACIONAL

toal, o porta-voz do Universta-
-nos, Rio de Janeiro, que luta por um Brasil

Os Comunas pretende ser - e na verdade é - a história do Partido Comunista em Santa Catarina. Em consequência, ou paralelamente, é também a história das lutas populares - da classe operária em particular - contadas a partir da heróica biografia de seu mais notável militante: Álvaro Ventura, ou Nacional Ventura ou, simplesmente, Camarada Ventura. Da estiva de Florianópolis à Assembleia Nacional Constituinte de 1934, eleito deputado-classista. O primeiro comunista no Parlamento. Num ambiente onde o pão era apenas um acessório, Ventura denunciou a fome, a miséria e a exploração. Estivador, líder fraterno, personificou a inabalável determinação das primeiras batalhas pela organização sindical em nosso Estado e, no plano nacional, personificou a dignidade própria de dirigente máximo do maior partido operário na América Latina. Foi eleito secretário geral do Partido, na histórica Conferência da Mantiqueira, precedendo a Prestes. Por razões óbvias, o livro exigiu, de Celso Martins, paciente e difícil pesquisa. Num texto límpido. Não há paixão; há isenção e objetividade. É a consciência de que faz registro para a História. O que outorga, ao livro, maior mérito e às informações processadas mais valor. Com sofisticado método de abordagem, o Autor utiliza uma espécie de contraponto, onde simultaneamente descreve os mais relevantes episódios das lutas travadas pelo Partido nos grandes centros do país e a forma como, em Santa Catarina, assumiram particularidades próprias que imortalizaram velhos combatentes da clandestinidade. Se a historiografia burguesa é fragmentada e descontínua, a historiografia proletária é simplesmente indigente. Após *Os Comunas*, não será mais.

Francisco José Pereira.

OS COMUNAS

Álvaro Ventura e o PCB catarinense

CELSO MARTINS

História
20100

ALVARO VENTURA ORCELA RIBEIRO

ca produtora, no zéio é es-
tima pelo patrimônio, o
Interesse pela conservação
pela melhor exploração
da terra, que pertence ao
pai e deve pertencer aos
filhos, e pretende conser-
var a liberdade política,
importa fazer-se parasita
na própria terra; comprá-
lo a todo a custa de miséria
da prole." e



Folha Acadêmica

ÓRGÃO OFICIAL DO "CENTRO ACADÊMICO XI DE FEVEREIRO"

FACULDADE DE DIREITO DE SANTA CATARINA

ANO XI — FLORIANÓPOLIS, NOVEMBRO DE 1958 — N. 47

PETRÔBRÁS
REALIDADE NACIONAL

Em janeiro do corrente ano, a F. turma de jornalista cariocas visitou

Capa:
Olsen Jr. / Marcos D. Lourenção
Revisão:
Roberto Lapa
Reproduções Fotográficas:
Marco César
Composição e Projeto Gráfico:
Editora Paralelo 27
Editoração Eletrônica:
Rossiley Ponzilacqua
Apoio Cultural:
O Estado

Conselho Editorial:
Olsen Jr.
Raul Caldas Fº

Ficha Catalográfica: bibliotecária Angela Maria Nunes CRB254 - da Fundação Franklin Cascaes

M386c Martins, Celso
Os Comunas: Álvaro Ventura e o PCB Catarinense./
Celso Martins; apresentação de Moacir Pereira. -
Florianópolis: Paralelo 27; Fundação Franklin Cascaes,
1995.

256 p.: il.

1. Ventura, Álvaro - Biografia. 2. Comunismo - Santa Catarina. 3. Comunistas - Santa Catarina. I. Pereira, Moacir, apres. II. Título.

CDD 335.64

© Direitos Reservados

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

ISBN 85-85433-69-8



Av. Hercílio Luz, 639 - Ed. Alpha Centauri
Sala 1107 - Fone: (048) 223-5123 C.P. 423
88020-000 - Florianópolis - Santa Catarina



Rua Tenente Silveira, 293 - 2º andar
Fone (048) 223-2517 - Ed. Reflex
88010-301 - Florianópolis - Santa Catarina

In Memoriam:

Teodoro Checov,
Marcos Cardoso Filho,
Círeneu Martins Cardoso.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO , por Moacir Pereira	11
--	----

NOTA DO AUTOR	13
----------------------------	----

PRIMAVERA REBELDE

A hérnia do estivador	15
Entre a plebe e o socorro vermelho	18
O tifo e o general	22
Um cavalo passou encilhado	26

COMBATENTES SINDICAIS

Febre sindical no pós-30	29
Basta uma tabela razoável	33
"Cospe sobre a mão que te traiu"	35
Entrai, a casa é vossa!	38
Divisor de águas	42
As tabelas do comandante Hercolino	45
Perfis de anarquistas e comunistas	47

DEPUTADO VENTURA

O colt 44.144 de Dona Odete	53
Apartes de mentecaptos	55
Simpatizantes do comunismo	60
Do namoro ao recrutamento	64

PÃO, TERRA E LIBERDADE

Volantes profusos	69
O frentão na sacada	71
Tentáculos aliancistas	74
Bater-se comigo em duelo	77
Cavalgando um porco	81

Andava pregando suas idéias	85
Todo o poder à ANL!	87
Que é que há?	89
Insinuante dama loura	91
Jogaram o sargento no mar	94
Os mortos-vivos	98
Uma versão diferente	103

DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA

Somos contra o comunismo	109
Como azeite sobre água	112
A noite dos tambores silenciados	115
Heil Hitler!	119
Campanha de nacionalização	123

DITADURA E GUERRA

Diz-que-diz na prisão	129
A ata sumiu	132
Juntando os cacos	137
"Morras" a Hitler e Mussolini	141
A rosa e as flores selvagens	145
Deixem uma bala no fuzil	149

JOGO DEMOCRÁTICO

Entrevistas do Secretário-Geral	155
Os comunistas vão às ruas	159
Vamos sair do porão	163
O sobrado da Praça XV	168
Uma cópia dos estatutos	172
Comício por qualquer motivo	177

STALINISMO E DEMOCRACIA

O camarada Sagaz	183
Uma relativa independência	188
Cidadela vermelha	195
Beijos no anel de D. Joaquim	202
A relação dos contribuintes	207
Nome, função e endereço	213

NACIONAL VENTURA

Uma casa mais espaçosa	219
Pendurados no fio da lucidez	224
Arrogância dos dirigentes	228
Prestes não foi revolucionário	234
O que eu acho da greve?	239

IMAGENS. 246

FONTES. 252

Apresentação

O processo educacional brasileiro tem muitos e graves equívocos. Um deles é o de oferecer aos estudantes nos compêndios de história apenas a versão oficial, o relato dos vencedores, nem sempre identificado com a realidade.

Santa Catarina, em matéria de memória política, é uma pobreza, um desastre. Líderes de expressão nacional deixaram depoimentos restritos sobre acontecimentos importantes que marcaram a história do Brasil, mesmo envolvendo personagens com direito a papéis destacados no cenário das principais decisões.

Resgatar informações, testemunhos e fatos do passado recente do estado e do país constitui missão nobre que enriquece a cidadania. Evita lapsos de memória ou hiatos da desinformação, bloqueadores da avaliação correta e justa de fatos políticos que mudaram a vida dos catarinenses e dos brasileiros.

O notável trabalho do companheiro Celso Martins tem méritos incontáveis. Penoso levantamento sobre um partido que agiu quase sempre na ilegalidade. Preciosa coleta de declarações de homens simples que, movidos pelo mais puro idealismo, lutaram pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Investigação sistemática de passagens raras da política nacional. Uma pesquisa de fôlego.

Há muito mais a registrar neste relato jornalístico que tem tudo para se transformar num importante documento para futuros estudos acadêmicos. É que o autor, mesmo situado próximo dos personagens e de alguns episódios aqui narrados, brinda os leitores com um texto isento, agradável e fluente. A narrativa prende, envolve, estimula do primeiro ao último capítulo.

Versões novas e verdades antigas sobre fatos históricos que marcaram o século XX surgem com a legitimidade da palavra oficial de seus principais atores, sempre documentadas pelos principais matutinos catarinenses. E ali são reveladas outras particularidades: os diários, então,

davam uma cobertura extraordinária aos movimentos de esquerda e mantinham no Rio correspondentes permanentes com relatos pormenorizados.

Catarinenses do pós-guerra que viveram em Florianópolis certamente se recordam de nomes muito conhecidos: o exemplar "professor Martins", o solidário juiz de paz Hipólito Pereira, Mário Bastos, o bancário Dilermando Brito, Eglê Malheiros, o eletricitista Mimo e o líder sindical Álvaro Ventura, todos nomes que, na cena aberta ou na terrível luta da clandestinidade, trabalhavam pelo Partido Comunista em Santa Catarina.

Os que conhecerem estes e outros dos militantes aqui arrolados, concorde-se ou não com suas idéias e com as causas que abraçaram durante anos, vão encontrar um traço comum em suas biografias: eram cidadãos honestos, idealistas, bravos, lutadores e muito conceituados na comunidade.

O edifício comunista implodiu com a queda do muro de Berlim, detonado pela Perestroika de Mikhail Gorbatchev. O trabalho de Celso Martins mostra que o regime começa a ruir a partir das profundas decepções dos dirigentes e militantes comunistas do Brasil e de Santa Catarina com a divulgação das atrocidades inomináveis praticadas na União Soviética pela ditadura stalinista.

Para esquerdistas ou direitistas é um robusto trabalho de leitura obrigatória que se consome prazerosamente numa única virada.

Moacir Pereira
Comentarista Político

Nota do Autor

O presente trabalho é fruto de pesquisas e arquivamento de papéis e documentos, desde minha entrada no extinto PCB, em meados de 1975, até a presente data, apesar de ter me desligado informalmente da agremiação a partir de 1986. Durante o tempo da militância clandestina, ouviam-se muitas narrativas, quase todas no limiar entre a lenda e a verdade histórica. A primeira sistematização da história do PCB catarinense foi feita em 1982 pelo jornalista Luís Carlos Cancelier, com o apoio e cobertura deste autor e outros militantes. Uma sequência de três matérias foi publicada no jornal *O Estado* daquele ano.

Mais recentemente, o veterano comunista Manoel Alves Ribeiro, já falecido, lançou o precioso *Caminho*, testemunho das lutas e amarguras, das dores e alegrias de quase 50 anos de efetiva atuação na organização partidária. As informações na presente obra têm como base esse livro, mais oito horas de gravações, em diversas oportunidades, de depoimentos, conversas e recordações do próprio Mimo. Uma entrevista dada por Álvaro Ventura aos jornalistas Laudelino José Sardá e Nelson Rolim de Moura foi usada como roteiro para a reconstituição da trajetória do ex-deputado.

Essa foi a base da obra. Para chegar ao resultado final foram necessárias várias outras entrevistas com velhos membros do PCB e seus familiares, além da leitura de periódicos, livros e folhetos. Destaque para os depoimentos prestados pelo filho de Álvaro, João Ventura, que não só forneceu todos os documentos, fotos e informações possíveis, como percorreu com o autor alguns dos lugares frequentados pelo pai ao longo dos anos.

Cerca de 70% dos textos foram redigidos em Laguna, durante o carnaval e quaresma de 1994. O restante foi concluído em Florianópolis. A convivência e o contato direto com a maioria dos personagens do livro, ou seus descendentes, dariam um capítulo à parte. Todos têm orgulho do

passado e consciência de que foi cumprido um papel histórico, em especial na luta pela melhoria das condições de vida e salário dos trabalhadores. Alguns entendem que se encerrou um ciclo. Outros mantêm uma fé inabalável no socialismo como futuro para a humanidade.

Devo registrar ainda que bem poucos parentes dos velhos comunistas se negaram a fornecer informações. Esses foram movidos pelo medo que ainda existe de uma recaída repressiva. Por isso continuam guardando seus segredos com muito cuidado, alguns dos quais vão acabar desaparecendo, pois estão apenas nas memórias. Certas lacunas existem no trabalho. Espero que possamos servir de ponto de partida para o aparecimento de novos documentos e testemunhos e novos escritos sobre o assunto. Não ofereço uma obra acabada, mas fragmentos e personagens reunidos, lutando por justiça social e bem-estar.

PRIMAVERA REBELDE

A HÉRNIA DO ESTIVADOR

Fazia um bom tempo que aquela "hérnia estrangulada" o incomodava. Mas não tinha dinheiro nem podia trabalhar. Seu nome era manjado, e ninguém se arriscava a empregá-lo. Em março de 1964 estava na sapataria Ramos, no Rio de Janeiro, quando chegou um conhecido atleta e funcionário de hospital, Cilinho, a quem explicou as dificuldades para fazer a cirurgia. Mas pouco adiantou: o jogador disse que sua posição era delicada, ainda mais que Carlos Lacerda estava metido em conspirações contra o governo de João Goulart, junto com Golbery.

Foi necessária a intervenção do dono da sapataria, João Mussi, ponderando que a pessoa na sua frente tinha muita amizade com o chefe dos enfermeiros do Hospital Getúlio Vargas. Só que ele não lembrava: "Eu não recordava seu nome porque a minha militância política impunha limites. Sempre tive como princípio nunca guardar nomes e endereços de companheiros, pois isso evitava ser forçado a entregar para a polícia. Levei muitos choques, apanhei muito, mas nunca entreguei os colegas de Partido".

Com muito custo Cilinho concordou e o levou, dias depois, ao hospital, onde os dois amigos se reconheceram. Confirmada a internação, ele voltou feliz para casa e apanhou alguns pertences. No dia 31 de março daquele mesmo ano era colocado na mesa de operações. "Eu já estava anestesiado quando eclodiu o movimento militar, os médicos fugiram e um terceiranista de Medicina acabou me operando. Um trabalho que deveria durar 15 minutos levou cinco horas para ser feito. Me estragaram todo, de forma que fiquei 11 dias na sala de recuperação."

O estudante de Medicina, mesmo não sendo comunista, colocava alho embaixo do braço do seu paciente para fazer subir o termômetro e com isso impedir que os militares, "que estavam espiando pelo buraco da

fechadura", o levassem. O paciente não esperou mais tempo: enquanto Cilinho no lado de fora da porta tentava convencer os militares de que ele não poderia ser retirado daquele jeito do hospital, desceu as escadas sem poder trocar de roupa. "Eu estava a uns 200 metros do viaduto da circular da Penha e o bonde vinha entrando nele. Corri e consegui pegá-lo. Tinha 71 anos de idade. Cheguei em casa, pedi à mulher que no dia seguinte levasse roupas minhas ao hospital, para disfarçar, e me toquei para Jacarepaguá."

Começava para Álvaro Soares Ventura mais um período de longa clandestinidade. Não chegou a ser preso e enfrentar os horrores da ditadura recém-instalada e que iria se tornar mais rigorosa com o passar dos anos. Mas estava encerrada ali a militância política iniciada em 1914 em São Paulo, dentro do anarquismo e da luta antiguerra daqueles anos. Trajetória que atingiu o auge em 1934, quando assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados, como deputado classista. E com a indicação, em 1943, para a secretaria-geral do Partido Comunista Brasileiro, o PCB, cargo que entregou em 1945 a Luís Carlos Prestes. Com o nome na lista dos atingidos pelo Ato Institucional nº 1, de nove de abril daquele mesmo ano, Ventura ainda tentou sobreviver com uma oficina mecânica no próprio Rio de Janeiro.

Nascido em setembro de 1893, em Coqueiros, que na época pertencia ao município de São José, só foi registrado e batizado no ano seguinte. "Pelo que eu pude compreender na época, meu pai era anarquista, libertário. Eu ainda era pequeno quando ele viajou para Cuba, onde havia uma revolução, e não voltou", recorda. Bernardino Soares da Ventura, marítimo, era filho de Francisco Soares da Ventura e Rita Rosa de Jesus, bisneto do português da cidade do Porto Manoel da Ventura, que antes de 1750 já estava em Desterro. A mãe de Álvaro, Jesuína Rosa da Conceição, uma mulher "forte e braba", descendia de Luís Antônio Marques e Ana Maria da Conceição.

De Santo Antônio de Lisboa, onde se fixaram inicialmente, os Ventura foram se espalhando pela região. Poucos anos depois de Álvaro nascer, foi inaugurada (1896) uma linha de barcos entre Coqueiros e o centro de Florianópolis, para onde a família se mudou na virada do século. Álvaro foi o sexto filho do casal Bernardino e Jesuína, num total de 12 registrados, mas que pela tradição oral familiar teriam sido 21. Alguns morreram de tifo, outros de varíola. Quase todos foram marítimos ou estivadores.

Uma das profissões iniciais de Ventura foi a de tropeiro. Um padri-

nho seu, o velho Bernardo Vaz, "socialista italiano com a barba até o peito que viveu em Santo Amaro da Imperatriz", perto de Florianópolis, foi quem lhe ensinou a montar, laçar e a conduzir gado. Álvaro passou então a transportar mercadorias para a serra e de lá trazer cabeças de boi e cavalos, quase todos vindos da fazenda de Joaquim Vaz, na localidade de Figueiredo, um pouco antes de Bom Retiro.

Depois de algum tempo foi para São Paulo. Lá a vida era mais difícil. Além de se integrar ao movimento anarquista daquele estado, aprendeu diversos outros ofícios: carpinteiro, marceneiro, pedreiro, alfaiate, padeiro, encanador, latoeiro, e outros. "Apesar de minha militância iniciar nesse tempo, desde 1910 eu comecei a ter problemas com a polícia. Por causa de um comício ao pé da estátua de Fernando Machado, no centro de Florianópolis, em defesa das oito horas de trabalho, fui detido."

Com um proletariado mais desenvolvido, as idéias anarquistas e socialistas circulavam com maior frequência. Abgvar Bastos, contemporâneo das lutas antiguerreiras, explica: "A grande luta, em que tanto se invocara o nome da civilização e da cristandade, não fora outra coisa mais do que choques de interesses simplesmente comerciais, guerra entre monopolistas de combustível (carvão e petróleo) e de minérios e seus produtos (ferro e aço)".

O mesmo autor anotou que "todos perdiam alguma coisa com a guerra, menos os capitalistas detentores das máquinas que fabricavam apetrechos mortíferos. Depois do conflito veio a saber-se que os industriais de cada país beligerante forneciam ao inimigo armas e meios para a continuação da luta. E viu-se surgir, dos escombros da carnificina, a primeira enorme vaga de novos-ricos, de especuladores milionários, de enriquecidos agentes do câmbio negro e do contrabando".

A luta contra a Primeira Guerra Mundial mobilizou trabalhadores em todo o mundo e em quase todas as cidades brasileiras. Eram comuns lemas como *Abaixo a guerra* ou *Abaixo o derramamento de sangue promovido pelo capitalismo*, e também *Paz para nós, guerra aos imperialistas*. Logo em seguida surgiram em São Paulo as grandes greves de 1917 e 1918. Ventura teve contatos com os principais líderes, todos anarquistas ou socialistas pré-marxistas, como Edgar Leuenroth, Everardo Dias, Benjamin Mota, José Oticeica e Astrogildo Pereira.

Só o impacto da Revolução Russa de 1917, com enorme repercussão internacional durante alguns anos, superou a força dos primeiros contatos mantidos por Ventura com o núcleo revolucionário estabelecido no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Quando Ventura trabalhou como padeiro, estourou uma greve da categoria. Ele se reuniu com os dirigentes do sindicato, todos anarquistas que, diante da intransigência patronal, resolveram partir para a chamada ação direta: colocar dinamite em algumas padarias que insistiam em se manter abertas. Álvaro foi contra. Achava que aquele não era o caminho mais correto, fez discurso, deu soco na mesa. Os anarquistas não gostaram e “o entregaram para a polícia”, recorda o filho João Ventura. Em decorrência da delação, acabou deportado para o Mato Grosso, onde ficou numa fazenda da Companhia Mate-Laranjeira, que iniciava a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

Certo dia apareceu por lá uma jovem. Era de Florianópolis e procurava pelo marido, um músico do Exército que havia desaparecido. Nasceu no município de Palhoça, mãe de duas filhas, Nair e Aida, tinha percorrido boa parte do Brasil à sua procura. Não o achando, retornou a Florianópolis. Era Eliza Arseno Espindola, com quem o próprio Ventura casaria no início dos anos 20, na capital catarinense, e com quem teria o único filho, João, nascido em 1926.

“O anarco-sindicalismo floresceu sobretudo nos primeiros 20 anos do século XX. O anarquismo e a sua variedade, o anarco-sindicalismo, foi uma corrente no movimento operário, no geral revolucionária, mas de caráter pequeno-burguês. Diferentemente do anarquismo clássico (bakunismo), o anarco-sindicalismo adotou algo do marxismo (o ensinamento sobre a luta de classes), reviu uma série de dogmas (sobre o papel do terror individual) e apoiava-se nos sindicatos como forma fundamental de organização da luta proletária e célula do futuro ‘socialismo sindicalista.’

A principal arma dos operários – na opinião dos anarco-sindicalistas – deveria ser a greve, a ‘ação direta’ transformando-se em revolta armada. Os partidários das ‘ações diretas’ não achavam necessário lutar por um partido político do proletariado, supondo que a melhor forma de organização dos operários é o sindicato.” (Koval)

ENTRE A PLEBE E O SOCORRO VERMELHO

Ventura encontrou Santa Catarina mudada. A começar pela intensa campanha eleitoral que se desenvolvia no interior do Partido Republicano Catarinense, único desde o final sangrento da Revolução Federalista. “A campanha de Hercílio Luz contou com grandes manifestações de rua,

de apreço popular por onde quer que passasse. Lauro Müller era o grande líder daqueles tempos, dividindo a chefia do PRC com Hercílio Luz. Felipe Schmidt era o governador em 1918. Müller queria como sucessor de Schmidt, Abdon Batista. O clamor popular forçou os republicanos a buscar a seguinte fórmula: Müller para governador e Hercílio para vice. Lauro renunciou depois para Hercílio Luz assumir. E foi o que aconteceu. Fato que desgostou muita gente.” (Pauli)

Rompido com os anarquistas, Álvaro acabou se filiando ao PRC. “O anarquismo queria exterminar com os governos, com os exércitos, o povo é que mandasse cada um por si. Essa era uma tendência estúpida, mas tinha muitos seguidores aqui, como Galletti e Ungaretti.” Ventura teve participação destacada na campanha popular em favor de Hercílio. “Foi um grupo de rapazes que atuou diretamente, como o Juca Melo, Artur Melo, Renato Moellmann, Mário Silva. Com eles se levantou a bandeira contra o Felipe Schmidt e Lauro Müller. A bandeira do Partido Republicano.”

A solução de gabinete encontrada para impedir qualquer cizânia entre os republicanos pareceu a Álvaro Ventura um acerto por cima. A popularidade de Hercílio era temida. E os principais dirigentes tiveram a habilidade de fazerem-no seu aliado, e não das massas que foram às ruas apoiar sua candidatura. Isso força uma reaproximação, agora decisiva, do jovem estivador com os grupos e elementos anarquistas, de esquerda, e mesmo com alguns poucos comunistas que já se insinuavam nos meios trabalhadores e intelectuais locais.

“Minha vida foi marcada por certos desencontros com o Partido Comunista. O Partido, praticamente durante toda a década de 20, ficou nas mãos dos pequeno-burgueses, como Otávio Brandão, Fernando Lacerda e outros”. Daí a indecisão (dele, Ventura), naquele momento, ora por uma corrente, ora por outra, dentre as atuantes no meio em que vivia. Ao mesmo tempo em que trabalhava na distribuição do jornal anarquista *A Plebe*, fazia a ponte no estado com os ativistas do Socorro Vermelho, do Rio de Janeiro, comunistas.

“Em 1922, quando vim trabalhar na construção da ponte Hercílio Luz, conheci o Ventura”, recorda Manoel Alves Ribeiro, Mimo, um dos poucos desse tempo que prosseguiu na militância política até 1964. “A gente se conheceu no Sindicato da Estiva, lá no fim da rua Francisco Tolentino, durante uma reunião. Ele era mais velho do que eu, já era anarquista veterano.”

Mimo ainda se lembra dos cerca de 50 exemplares que periodicamente chegavam na capital. Editado por Edgard Leuenroth, sob severa

vigilância policial, com inúmeros empastelamentos, “era impresso em papel de seda para poder ser engolido em caso de aperto. O jornal circulou por aqui depois de 1922 e tudo era feito através do Álvaro. Era trazido por marinheiros embarcados nos navios, principalmente os do Lloyd.”

O mesmo contemporâneo de Ventura recorda as atividades do Socorro Vermelho. “Era dinheiro que a gente tirava aqui e mandava para os russos, ainda em 1922. O pessoal se reunia e traçava uma campanha de finanças. Passávamos alguns jornais e pedíamos ajuda, com a própria *A Plebe* e outras publicações que de vez em quando chegavam por aqui.”

Destas reuniões participavam, além de Álvaro e Mimo, personagens que continuaram à frente das lutas políticas e sindicais comunistas, como José Rodrigues da Fonseca; Fernando Willen, proprietário da Casa Musical, na rua João Pinto; Porfírio Gonçalves; Mustaphá Guarany e Silva, aposentado da polícia; e José Luís, alfaiate de Laguna que sempre aparecia em Florianópolis naquele tempo. Vez ou outra estavam presentes os anarquistas Ungaretti e Arthur Galetti, alfaiate. “Quando chegava o navio do Lloyd o camarada encarregado se reunia com o Álvaro, na estiva, e às vezes também conosco. Discutíamos a situação e era passado o dinheiro arrecadado para o Socorro Vermelho; durante todo o tempo em que trabalhei na ponte, de 1922 a 1927, ele existiu.”

Enquanto a corrente anarquista perdia força e espaços, os comunistas ganhavam terreno, com a fundação, em 1922, do PCB. “Já na época eu tinha ligações com o Partido, apesar deste não existir aqui. O Partido constituía-se apenas de algumas pessoas, ainda não tinha uma estrutura real. Limitava-se ao Rio de Janeiro e alguns adeptos em outros estados, como em Pernambuco, que era o mais revolucionário do país.” (Ventura)

O grupo continuou se reunindo, formando “um bloco que estudava a questão social e política brasileira, para sempre estar em dia com os problemas, com os acontecimentos”. Ajudavam, além de *A Plebe*, alguns poucos livros trazidos pelo pessoal da marinha mercante. “*A Plebe* era de uma linguagem radical tremenda. Mas naquela época não havia muito espaço, a não ser para o anarquismo mesmo.” (Mimo)

Entre os acontecimentos nacionais que dominavam as conversas do grupo figuraram a Revolta do Forte de Copacabana em 1922, marco inicial da intervenção dos “tenentes” na vida política brasileira. Em cinco de julho de 1924, para comemorar os acontecimentos de dois anos antes, o respeitável marechal Isidoro Dias Lopes promoveu um levante em São

Paulo. Durante alguns dias a capital paulista foi parcialmente tomada pelas tropas revoltosas. Em pouco tempo um contingente expressivo de resistentes batia em retirada para Foz do Iguaçu, travando combates.

Foi com muita atenção que o grupo acompanhou, em outubro do mesmo ano, os levantes de Santo Ângelo, São Borja e São Luís, no Rio Grande do Sul. A junção das duas forças daria na famosa Coluna Prestes, que teve em seu comando efetivo Miguel Costa, mas levou o nome do futuro chefe do PCB. “Nós acompanhamos tudo com vivo interesse. Dali poderia sair alguma coisa. Mas a decepção foi grande quando a Coluna se internou na Bolívia.” (Ventura)

Com a proximidade das eleições de 1930 o país voltou a se agitar. “A campanha de Getúlio para a presidência se transformou mais tarde na Aliança Liberal. Não nos furtamos a participar desse movimento. Foi lido um manifesto num comício na esplanada do Castelo, no qual eles prometiam ao povo o direito de participar da vida política brasileira. Com grande ovação o povo aceitou a promessa da Aliança Liberal.” Ventura estava lá e também recorda que “o Partido Comunista achava que não poderia participar dessa campanha porque estavam mudando os bailarinos, mas mantinham a mesma música”.

Mais uma vez Ventura rompe os contatos que voltara a ter com os comunistas, do Rio de Janeiro principalmente. “Minha posição naquela época era a de agitador. Mesmo sem arma e com os pés descalços participei ativamente. Passei em Santa Catarina, onde acabei sendo preso depois de protestar contra a sacanagem que fizeram. Não respeitaram o manifesto da Aliança Liberal, que dizia que o povo ficaria com as armas na mão para defender a revolução. Fiz então um comício em praça pública e acabei detido. Alguns dias depois da revolução começaram a invadir as casas recolhendo as armas, prendendo gente. Mais tarde fizeram a lei do porte de arma.”

“Eu era católico e professava o catolicismo. Fui irmão da Irmandade do Senhor dos Passos, no Hospital de Caridade. Ajudava a fabricar caixão de defunto, consertar canos de água e outros serviços. Os senhores Brando e Faraco um dia ofereceram dois operários em troca do meu afastamento, porque era comunista. Mas as irmãs disseram que não sabiam que eu era comunista, mas sabiam que o senhor Ventura servia bem. Se à meia-noite faltava água, o senhor Ventura ia consertar o cano.”

Mas quando fui eleito deputado e fiz minha confissão de fé comunista, me expulsaram da Irmandade. Apesar disso eu continuei a lutar dentro do Partido contra o ateísmo, por entender que isso dificultava o povo a se aproximar do movimento revolucionário. Tinha muitas discussões com elementos do Partido, mas nunca se levava aos congressos, pois antes de tudo se evitava o conflito que pudesse culminar com a dissolução da organização.” (Ventura)

O TIFO E O GENERAL

Os colonos alemães que tinham acabado de chegar a Porto Feliz (atual Mondai), no extremo Oeste de Santa Catarina, levaram um susto quando viram aparecer, no dia 20 de janeiro de 1925, a vanguarda das tropas de Luís Carlos Prestes, que vinha do Rio Grande do Sul, rumo a Foz do Iguaçu, onde faria junção com os combatentes de Isidoro Dias Lopes, para daí seguir com a Coluna. O primeiro a chegar foi o major Cordeiro de Farias, avisando que Prestes aproximava-se com suas forças e as propriedades dos colonos seriam respeitadas.

Logo os revolucionários requisitaram o barco a motor Otto e em seguida exigiram que os carpinteiros construíssem uma grande embarcação. Três dias depois estavam no Porto Scherer as forças comandadas pelo major João Alberto, com duzentos homens de infantaria, todos bem armados, além de trinta metralhadoras leves e farta munição. A passagem do grosso das tropas pelo rio Uruguai levou três dias, num total de mil e quinhentos homens e mulheres e mais de mil cavalos.

Uma parte ficou perto da foz do ribeirão Laju, onde foi levantado grande acampamento, outra na sede da vila, e os oficiais em residências de colonos. Só um grupo teve “comportamento correto”, composto de “soldados honestos”.

Os da retaguarda, sob o comando do coronel Siqueira Campos, ao contrário, eram “quase que exclusivamente gente desclassificada”, e antes de retirar-se “entraram de noite no depósito da empresa, onde havia caixas com objetos dos imigrantes, de onde levaram o que lhes pareceu de algum valor”. (Koelln)

Antes de deixar Porto Feliz, Prestes queria afundar o barco a motor, evitando os perseguidores. Com muito custo foi convencido a levar só o magneto do motor. Um rapaz da vila, que servira no Exército em Santo Ângelo, Willi Tesch, “seguiu de livre e espontânea vontade com as tro-

pas”, trazendo de volta, mais tarde, a preciosa peça. Na noite de primeiro para o dia dois de fevereiro de 1925, quando os rebelados começaram a deixar Porto Feliz, os colonos “tiveram que compartilhar os produtos de sua primeira colheita com os revolucionários famintos, e as provisões tinham sido consumidas”.

Sobraram apenas 50 sacas de arroz e 20 de sal, escondidas no mato, os bois usados na serraria e os animais de sela. “Os 50 bois que haviam sido levados à internada situada na embocadura do Rio das Antas, e que serviriam de base para o desenvolvimento da futura ‘Madeira’, Prestes havia-se apoderado para abastecer sua tropa em marcha para o Norte.”

Quando o último homem deixou a cidade, o chefe da colônia, Frederico Kloschewski, foi correndo levar informações ao coronel José Maia, sendo recebido friamente e exonerado do cargo. Assim como seu braço-direito, Brüggemann, enviado a Curitiba para prestar contas ao alto-comando da região, sob as ordens do general Rondon. Maia tinha informações de que “Porto Feliz recebera o capitão Prestes e seus oficiais com grupos de moças e flores e que em sua homenagem fora oferecido um grande banquete”.

Uma semana depois foi a vez do próprio Maia ocupar Porto Feliz, “estabelecendo seu quartel-general na nova casa dos imigrantes. Desarmou a população e requisitou todos os meios de transporte. Para entrar e sair da colônia era obrigatória a apresentação de passaporte. Mas o pior de tudo foi a epidemia de tifo que surgiu semanas mais tarde. Dezenas de cavalos dos revolucionários tinham morrido exaustos e famintos pelos campos. Queimaram-se algumas carcaças. Os urubus apareceram. Até ossadas humanas foram encontradas depois”. (Koelln)

Na marcha para o Norte, Prestes atingiu Guaraciaba por uma picada, passando por Piso Baixo, Linha Olímpio e Flores da Cunha, e seguindo por São José do Cedro rumo a Dionísio Cerqueira. Em Flores da Cunha fizeram um ponto de descanso e reabastecimento, desmatando enorme área e plantando “para posterior obtenção de gêneros alimentícios”. (Girardi)

Enquanto os revolucionários atravessavam a região, ocorreram deserções em massa e perto de 200 homens passaram para a Argentina. O trajeto de Porto Feliz até a fronteira com o Paraná foi penoso. Fez-se a marcha “por uma estreita fenda aberta na densa mata e numa extensão de mais de 30 léguas, quase toda a pé e em constante luta com as dificul-

dades que a todo instante surgiam. Os poucos cavalos que passaram o Uruguai achavam-se em tal estado de fraqueza e cansaço que não resistiriam a muitas horas de marcha. Por isso, esta foi feita muito vagarosamente e em condições penosíssimas, sobretudo por causa do transporte de material de campanha". (Carone)

No dia sete de março foi alcançada a fronteira paranaense. A passagem da Coluna Prestes propiciou a fundação de duas cidades: Barracão e Descanso. Nesse meio tempo, articulações haviam sido feitas nos bastidores, a cerca de 800 quilômetros de distância, na capital catarinense. Nas unidades militares alguns oficiais conspiravam, e tanto o 14º como o 13º batalhões de infantaria, o primeiro em Florianópolis e o segundo em Joinville, deveriam ter-se levantado em apoio a Isidoro Dias Lopes no dia cinco de julho de 1924.

Joaquim Távora esteve em Florianópolis meses antes da data do levante. As forças catarinenses guardariam a fronteira com o Rio Grande, para barrar a passagem das forças legais. As unidades do Paraná viriam em apoio a Santa Catarina. O comando ficaria nas mãos do coronel Valgas Neves e a chefia das forças de polícia e civis com o general Vieira da Rosa (pai). Ao sair, Távora deixou a cifra (código) para a troca de correspondência com o capitão Felipe Moreira Lima, recomendando a Valgas Neves que se entendesse com ele.

Em código, Felipe escreveu a Neves, pedindo que aparecesse em Florianópolis "para tratarem da revolução, visto não poder se ausentar da cidade, por não haver outro oficial na Bateria". A resposta foi um vago "por enquanto não há nada". Tempos depois Valgas Neves foi transferido para o Rio de Janeiro e, ao regressar, passou por Florianópolis. "Meu irmão procurou-o várias vezes, no hotel onde se hospedara, recebendo sempre informações de que ele não estava." Até que um dia, "em hora de expediente, quando meu irmão estava na Bateria, o coronel Valgas foi à sua residência, sabendo não o poder encontrar, não mais aparecendo e seguindo imediatamente para Joinville".

Ali o ministro da Guerra "permitiu que ele ficasse, sem comando nem comissão, com uma gratificação especial de vinte réis diários". Quando rebentou o levante em São Paulo, "o coronel Valgas Neves telegrafou para o Rio, oferecendo os seus serviços, que foram aceitos, tendo-lhe sido confiado o comando de um destacamento. Na lista oficial de 30 de novembro de 1927, publicada em *A Esquerda* em dezembro do mesmo ano, entre os nomes dos defensores da legalidade que receberam importâncias, por avisos secretos do Banco do Brasil, figura o do coronel Valgas Neves, com a quantia de Cr\$ 500.000,00".

Tendo perdido a ligação com Joaquim Távora, Felipe Moreira Lima ficou aguardando. Na tarde de cinco de julho, recebeu convite para ir até o 14º BC, no Estreito. "Ao chegar ali o comandante mandou tocar oficiais, comunicando que recebera aviso de ter rebentado uma revolta em São Paulo e exigindo que os oficiais da guarnição prestassem fidelidade ao governo." Felipe respondeu que nada tinha a fazer ali, pois só recebia ordens do comandante da região, a quem estava subordinado, "travando-se então violenta discussão entre ele e o comandante do 14º BC". Felipe recebeu em seguida voz de prisão.

Os oficiais comprometidos com o levante permaneceram mudos, "em deprimente atitude de obediência, à exceção do capitão Aristides Brasil, que apoiou seu colega, sendo preso". Enquanto o comandante do 14º BC ganhava o apoio do ministro da Guerra na iniciativa da prisão, o coronel Jorge Pinheiro, chefe do estado-maior da região, com sede em Curitiba, mandou dizer a Felipe que aguardasse. Felipe acabou sendo forçado a embarcar para o Rio.

Poucos dias depois chegava em Florianópolis o irmão de Felipe, Lourenço Moreira Lima, futuro autor de *A Coluna Prestes*, um clássico do assunto. Cumpria ordens de Isidoro Dias Lopes, no sentido de levantar as unidades militares de Santa Catarina. Foi de São Paulo até Jaraguá do Sul, onde pernitoou. De automóvel veio para a capital, onde chegou no dia 17 de julho. Imediatamente procurou um primo seu, o desembargador Honório Hermeto Carneiro da Cunha, para saber onde morava Felipe. "O desembargador disse-me ser inconveniente a minha ida à casa do general Rosa, por se achar vigiada pela polícia. Aconselhou-me esperar em sua residência pela vinda do general, a quem ia procurar. Mas, infelizmente, não foi este encontrado na ocasião."

Lourenço entendeu então que a "permanência na casa de Honório podia-lhe acarretar dissabores, bem como à sua família, por causa da espionagem que se exercia na cidade. À vista disso, pedi-lhe para transmitir ao general as instruções de que fora portador e volvi a São Paulo no dia seguinte. A minha resolução foi acertada, pois quatro horas depois da minha saída partia uma força para prender-me, o que não conseguiu fazer certamente por acaso." (Lima)

"Maior embaraço causaram as forças de Leonel Rocha, que invadiam o estado, em novembro de 1926. Entrando pelo Peperi-Guaçu, vindo da Argentina, a cinco daquele mês, Leonel Rocha

chegou a Mondai a sete, tomando rumo de Palmas, no Paraná, através do município de Chapecó. Com a sua coluna já bastante aumentada, a primeiro de dezembro voltava ao estado, atingindo sucessivamente Ouro Verde, Curitiba, Campos Novos, Lages e São Joaquim, ocupando a vila deste nome em dezembro, a 24, sempre perseguida pelas tropas do coronel Eliziário Paim. Em Campos Novos pretendia penetrar na vila, foi repellido em combate verificado a 12, tendo algumas baixas nas suas forças. No município de São Joaquim feriu-se em combate, no morro do Cedro, sendo a coluna Leonel desbaratada e tendo deixado em poder dos legais armamento, munição e cavalaria. Nessa ocasião foram presos vários oficiais revolucionários, transportados para Florianópolis e depois para a capital da República. Leonel Rocha pretendeu ainda, com o resto de sua força, atingir Bom Retiro, no que foi obstado por um contingente da Força Pública do estado, tomando então rumo da fronteira argentina, exilando-se novamente. Tomaram parte desta campanha, de reduzidas consequências, contingentes do 13º, 14º batalhões de Caçadores, do 5º Regimento de Infantaria, de Curitiba, a 9ª Companhia de Metralhadoras, a Força Pública catarinense e o 2º Batalhão de Polícia paulista.” (Cabral)

O CAVALO PASSOU ENCILHADO

Os primeiros raios da manhã do dia 24 de outubro de 1930 flagraram os passos largos com que um grupo de pessoas se dirigia ao cais do porto de Florianópolis, no antigo Miramar. Eles tinham saído do palácio do governo deposto e não dissimulavam a pressa em deixar a cidade. O então governador Fúlvio Aducci, seus familiares, colaboradores e secretários de Estado carregavam, visivelmente constrangidos, seus pertences, na falta de quem o fizesse por alguns trocados. Embarcaram num navio da Companhia Costeira e partiram para um exílio que, apesar de curto, seria penoso. Estava eliminado o último foco de resistência ao movimento iniciado às cinco e meia da tarde do dia três de outubro, em Porto Alegre, e que levaria Getúlio Vargas ao poder.

A força destacada para tomar o Sul catarinense partiu com 10 homens, comandados por Trifino Correia, veterano da Coluna Prestes e um dos poucos tenentes que ingressariam no PCB mais tarde. Com Trifino estavam Ernesto Lacombe, Ary Santana Guimarães, Ernesto Lacombe

Filho, Germano Donner e outros. Sem encontrar resistência, com muitas adesões de tropas e populares armados, os rebeldes subiram até São José, tomando todas as cidades no caminho.

Em Porto União há o levante do 13º Batalhão de Infantaria, de Joinville, lá estacionado. Foi constituído um Comitê Revolucionário, comandado pelo capitão Manoel Caldas Braga e o médico militar Francisco Paula Soares, que passou a governar a cidade. A via férrea foi controlada pelos insurgentes, facilitando o movimento das tropas por trem na ferrovia São Paulo-Rio Grande, ao longo do vale do Rio do Peixe. Foi por onde Vargas passou em direção ao Rio de Janeiro.

Resistia a capital. Da serra desceram Aristiliano e Nereu Ramos, primos e futuros adversários, tomando o caminho das tropas por Bom Retiro, Barracão, hoje Alfredo Wagner, e Rio do Sul. Blumenau também aderiu aos rebeldes, o mesmo ocorrendo com todas as cidades da Grande Florianópolis. Combates significativos foram registrados. Num deles se debateram tropas da Força Pública estadual, comandadas por Fábio Silva, e do rebelde tenente-coronel Mirandolino Machado, no morro da Garganta, próximo a Anitápolis. O saldo foi de oito mortos, inclusive o comandante legalista. Os rebeldes ficaram com 15 mil tiros, 70 fuzis e três metralhadoras Shotickiss.

Joinville sediou os combates mais duros. Aducci e as forças federais estacionadas em Florianópolis enviaram três companhias do 14º Batalhão de Infantaria que não tinham se rebelado, mais uma de fuzileiros navais e outra da Força Pública. No dia nove de outubro a cidade foi invadida pelos revoltosos do 13º BI que estavam em Porto União. Trogílio Melo comandou os legalistas. Confrontos armados se estenderam pela cidade. No final, 17 mortos, mais de duas centenas de prisioneiros, levados para Curitiba.

Restava tomar a capital. Entre a baía Norte e o Estreito, a esquadra do almirante Heráclito Belfort. Unidades do Exército do general Nepomuceno Costa em terra. Segundo Carlos Humberto Correa em trabalho sobre o período, o bombardeio foi intenso e “indiscriminado”, atingindo “inúmeras residências e estabelecimentos comerciais”, como também “mulheres e crianças”. Por isso a população civil teve que fugir para as praias do interior da Ilha ou Continente.

Os jornais afirmavam que tudo não passava “da má fé de uns e desatino de outros”. As autoridades, que se tratava de um “movimento

comunista" e sem militar capaz de dirigi-lo. O cemitério na cabeceira insular da ponte Hercílio Luz foi fortificado. Redes de arame no acesso e postos de observação nas torres. Todo o assoalho foi retirado. "A Ilha não queria se entregar. Tiraram as madeiras da ponte e depois quiseram me pegar para pregar tudo de novo e caí fora. Aí mandaram a polícia pregar. Um capitão caiu lá de cima, com uma capa tipo ponche. Boiou, o que foi a salvação dele." (Mimo)

Com a saída da capital dos antigos governantes, Santa Catarina passou às mãos da revolução. Mas só depois de Vargas ter assumido a chefia do Governo Provisório. Na esteira do movimento armado sobem ao poder os líderes da oposição que crescia cada dia mais no interior do Partido Republicano Catarinense: Vidal Ramos, o filho Nereu e o sobrinho Aristiliano. Durante quase três anos o estado foi governado por gaúchos nomeados de Vargas, primeiro Assis Brasil, depois Ruy Zobarán.

De acordo com os depoimentos de Mimo, "alguns companheiros nossos pegaram em armas naquele tempo. O Oscar Ammon foi um deles, que chegou aqui com a revolução de 1930". Poucos de Florianópolis. "Chegamos a nos preparar para tomar parte mais ativa, desde 1929, quando a crise econômica criou as condições necessárias. Chegamos a discutir isso. Mas aí veio 30 e ficou por aquilo mesmo. Por si só o Partido não teria condições de fazer a revolução."

"Em três de outubro de 1930, um mês depois do início das hostilidades contra o governo federal, uma junta militar instalou o candidato derrotado à presidência da República, Getúlio Dornelles Vargas, como chefe de Estado provisório do Brasil. Esse ato encerrou a chamada Velha República, que durara quarenta e um anos e fora controlada pelas oligarquias rurais das unidades mais poderosas da federação e suas máquinas políticas. O novo regime provisório, uma coalizão de forças díspares que não tinham grande coisa em comum, salvo a sua oposição ao governo destituído, abriu novo e agressivo capítulo na vida brasileira: dinâmico e professadamente revolucionário, refletia as aspirações das novas forças sociais emergentes. E, todavia, o Brasil permaneceu basicamente conservador, paternalista e dominado pelo governo pessoal de um homem, Getúlio Vargas." (Levine)

COMBATES SINDICAIS

FEBRE SINDICAL NO PÓS-30

O movimento de 1930 teve o mérito de abrir as comportas das demandas sociais reprimidas, em especial dos trabalhadores. Uma das consequências da descompressão foi o aparecimento de uma "febre sindical", criando-se "em nosso meio a idéia de que o sindicalismo ia resolver as tarefas do país. Houve uma euforia muito grande". (Mimo) Isso levou a uma corrida aos municípios, principalmente na região da Grande Florianópolis, quando, "nos finais de semana, íamos até São José, Palhoça, Biguaçu, fazendo comícios sindicais".

O governo Vargas, sensível às pressões populares, paulatinamente foi tomando medidas para ao mesmo tempo atender às reivindicações imediatas e sufocar a "influência vermelha" sobre a classe trabalhadora. Em fevereiro de 1931 reorganizou o Departamento Nacional do Trabalho e em março assinou a Lei de Sindicalização. Ainda em 31 saiu a liberação de mil contos para obras públicas que absorvessem desempregados e foi instituído o Fundo Especial de Pensão. No ano seguinte as mulheres passam a exercer o direito de voto e têm o trabalho regulamentado. É estabelecida a jornada de oito horas, podendo ser prorrogada para até doze. O fundo de seguros para marinheiros, em 1933, aos empregados do comércio em 1934, a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários, após uma greve geral, completam o elenco das medidas iniciais de Vargas.

Mas é com a Lei de Sindicalização que mais ou menos se definem os rumos da militância. Estabelecia que cada sindicato deveria ter pelo menos 30 pessoas de idade superior a 18 anos, dois terços dos seus membros obrigatoriamente oriundos do Brasil ou naturalizados. Para um estrangeiro se sindicalizar deveria ter pelo menos 20 anos de residência ininterrupta no país.

Este artigo teve particular efeito em Santa Catarina por excluir da sindicalização contingentes enormes de trabalhadores estrangeiros, instalados exatamente onde as indústrias começavam a aparecer. Por isso, o

trabalho inicial do grupo comunista não pôde ir além dos mineiros de Criciúma, ferroviários, estivadores das cidades litorâneas de Imbituba, Laguna, Florianópolis, Itajaí e São Francisco do Sul, além do pessoal da construção civil e outras categorias, na capital e arredores e no planalto Norte do estado.

Outras cláusulas excludentes na Lei de Sindicalização delimitaram a área de influência, como a que proibia propaganda social, política ou religiosa. Os estatutos enviados com lista anexa de filiados, indicando nome, idade, profissão, estado civil, nacionalidade, residência e endereço do trabalho, eram sujeitos a verificação e confirmações governamentais. O estatuto não podia ser modificado, a prestação de contas era feita ao ministério do Trabalho recém-criado, e obrigatório o depósito de fundos no banco do Estado.

Em Florianópolis, o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, com base regional, sempre foi o mais forte. E, com exceção de algumas gestões, sempre esteve sob o controle dos comunistas locais. "Os sindicatos eram muito combatidos naquele tempo. Eles sabiam que a gente estava se organizando nas empresas. O delegado do trabalho tinha a tarefa de limitar a atuação sindical. Invariavelmente estava ao lado do patrão. Consideravam o sindicato um partido político de oposição a eles. E era mesmo." (Mimo)

Os trabalhadores do setor atuavam em quase todas as firmas e, "como operários especializados, eles eram obrigados a dar trabalho para nós. Isso facilitava nossos contatos dentro das empresas". Foi assim que aquele sindicato "pôde dar uma contribuição muito grande, não só ao movimento operário, como aos movimentos populares de caráter nacional. Qualquer ato público, qualquer coisa era por intermédio do sindicato, o mais organizado e onde tínhamos mais gente dentro dele".

Em outubro de 1934 o sindicato anunciou uma "campanha altamente nobre em que estamos empenhados, no intuito de que seja estabelecido nesta cidade o salário mínimo para a nossa classe, que hoje vive explorada miseravelmente, onde os salários ínfimos não dão para suprir as necessidades existentes no lar dos nossos associados".

A campanha teve como base o artigo 121 da Constituição Federal. O sindicato apresentou uma tabela que deveria ser paga, pela ordem, a carpinteiro (civil ou naval), pedreiro, marceneiro, torneiro, pintor, servente e canteiro. Prevvia ainda que só poderia haver aprendiz onde atuassem mais de cinco oficiais da respectiva profissão, cumprimento integral da lei das

férias, jornada de oito horas e garantias contra acidentes de trabalho. Em uma obra com mais de seis oficiais haveria um contramestre de profissão.

Os esforços desenvolvidos deram, em parte, resultados concretos, influenciando outras categorias. O então prefeito de Florianópolis, Durval Melquiades de Souza, assinou a Resolução nº 57, estendendo o pagamento do salário mínimo aos "guarda-jardins, empregados da limpeza pública, conservadores de rua e operários em geral" do poder público, depois de terem sido feitas discretas pressões nesse sentido.

O fortalecimento cada vez maior do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil logo preocupou as autoridades. Uma das medidas tomadas para lhe fazer frente foi a "fundação de outro sindicato, o dos metalúrgicos. O delegado do trabalho ajudou nisso tudo. Até então os metalúrgicos estavam com a gente, além dos carpinteiros e eletricitistas. Mas quando criaram o Sindicato dos Metalúrgicos enxertamos um nosso lá dentro, na direção. O que eles queriam era arrancar a gente de lá", conta Mimo.

Depois foi organizado o Sindicato dos Padeiros. "A primeira greve por aqui foi feita pelos padeiros, em 1931, vitoriosa. Queriam mudar o sistema de trabalho aos domingos, quando a jornada era de um dia inteiro. A greve durou três dias." Em 1934 o mesmo sindicato convida os associados para uma assembléia geral, dessa forma: "Companheiros. Precisamos de solidificar a nossa organização, porque os sintomas de miséria penetram em nossos lares, devido aos míseros salários e o horário de trabalho extenuante que nos são impostos. Esses são os fatores primordiais para a nossa união".

Outra greve que ferveu mais ainda o caldo do ativismo sindical foi a dos carroceiros. "Naquele tempo as mercadorias eram transportadas em carroças, pois quase não havia automóveis ou outros veículos por aqui" - lembra Mimo. "Era tudo na carroça e no cavalo. Os carroceiros faziam o transporte para as casas comerciais, atuavam nos trapiches, arrumavam combustível na praia de Fora." Durante dois dias dezenas de carroceiros pararam por aumento nos salários. O sindicato era dirigido por Arão Bonifácio, e a União dos Carroceiros por Hipólito Pereira, o primeiro, aliado dos comunistas, e o segundo, futuro fundador do Partido no estado.

Os ferroviários das regiões de Mafra e Porto União constituíram outro foco de animação do movimento reivindicatório operário naqueles anos. Nos primeiros dias de outubro de 1934 irrompeu uma paralisação

no transporte de trens, que colocou de prontidão os efetivos militares mais importantes do Paraná e Santa Catarina. Motivo: aumento salarial.

O ministério da Viação encaminhou a Curitiba uma comissão encarregada de revisar as tabelas de vencimentos. Ao fim de quatro meses de estudos, regressou ao Rio de Janeiro. "Os ânimos se foram revoltando diante da indiferença e afronta aos seus direitos", afirma o Sindicato dos Ferroviários.

Por esse motivo, a categoria decidiu por uma "greve justa e simpática". O governo federal apresentou então uma proposta de aumento de 10% até o ordenado de 600\$000. "Assim o operário que trabalha com diária de 5\$000 terá um aumento de 15\$000, ao passo que o ordenado acima de 600\$000 terá um acréscimo de 60\$000. O sindicato deseja a adoção do quadro de pessoal aprovado pelo governo federal em 26 de abril de 1926, o que não é muito, apenas um aumento de 250.000\$000 em folha mensal ou aumento equitativo sobre as bases de justiça."

O centro do movimento foi a cidade paranaense de Ponta Grossa: lá ele deveria ter iniciado no dia cinco de outubro, em virtude do entendimento entre o sindicato local e o ministério da Viação. Como não foi possível um acordo definitivo, o início foi antecipado em 24 horas. Os sindicatos de Ponta Grossa, mais os de Porto União e Curitiba, permaneceram todo o tempo reunidos e em comunicação direta com os interventores dos dois estados.

Quando os entendimentos pareciam ter chegado ao fim, uma intervenção desastrosa do superintendente de tráfego da ferrovia São Paulo-Rio Grande acirrou mais os ânimos. De Curitiba ele telegrafou a todos os agentes das estações, concitando os grevistas a retornarem ao trabalho no dia oito, normalizando o tráfego e acabando com os prejuízos.

"Os boatos pululam" - informa o sindicato - "e é de inquietação o ânimo popular. Consta que a greve se estenderá aos ferroviários de São Paulo e que também os marítimos aderirão". Preocupado com o agravamento da situação, o diretor da Rede Ferroviária, A. Gutierrez, tomou um avião da Aerolóide com destino a São Paulo. E levou junto as informações de que todos os sindicatos de Curitiba haviam aderido e a Federação Paranaense do Trabalho encaminhado expediente ao ministério. Mais: os estivadores de Paranaguá confirmaram a causa comum com os ferroviários. (AG - 8.10.1934)

No dia seguinte a greve chega ao fim e os pleitos dos trabalhadores são atendidos. Essa foi apenas a primeira manifestação da categoria, com

alguns comunistas e anarquistas na direção do sindicato e a publicação periódica do jornal *O Trabalho*.

"Por um conjunto de decretos presidenciais, Getúlio Vargas tentou resolver o problema da suposta 'superprodução' dos cotonifícios entre 1930 e 1945. Agravando a situação, o preço médio do algodão cru, entre 1931 e 1936, permaneceu abaixo dos valores registrados antes da crise de 29. Tais decretos criavam tarifas, restrições a importações de maquinaria, limite das horas de trabalho, salário mínimo e incentivos à exportação.

Os interesses da classe patronal, entretanto, incompatibilizaram-se com esta formulação política, ansiosos que estavam da expansão industrial. Também o operariado sentiu-se inseguro diante da implantação destas medidas na indústria e comércio. Os operários à época da depressão preferiam trabalhar horas extras, mesmo voltando à noite, do que perder 20% nos salários (...)

(...) A implantação da jornada diária de oito horas de trabalho e conseqüente redução de 20% nos salários desgostou os operários brusquenses. Dos boatos, os grupos passaram a aderir ao 'movimento de resistência', numa tentativa de negar a redução salarial. O movimento aconteceu em abril de 1933, nos portões da F.R.

(...) Um grupo de operários das quatro indústrias têxteis decidiu, a seis de maio de 1933, criar o Sindicato dos Operários em Fábricas de Tecidos de Brusque." (Lauth)

BASTA UMA TABELA RAZOÁVEL

Uma greve com poucas implicações econômicas mas que mobilizou a opinião pública e o grupo comunista atuante em várias cidades foi a dos trabalhadores em hotéis, restaurantes e congêneres, em 1934. Durou quase um mês e mostrou antes de tudo uma certa prepotência dos empresários no setor, além de pouco caso com as reivindicações dos seus empregados. A primeira assembleia do sindicato da categoria teve a presença de José Rodrigues da Fonseca, com destacada atuação na década de 20 e, em especial, naqueles primeiros anos da de 1930.

A sessão foi aberta com a apresentação do "plano de reivindicação" daqueles trabalhadores. Ao ser terminada a leitura da tabela, que estava sendo proposta aos associados, "os presentes prorromperam em uma estrondosa salva de palmas, congratulando-se com os dirigentes pelo cabal desempenho que vêm dando aos seus cargos". José Rodrigues da Fonse-

ca fez discurso pela unidade do movimento e assinalou que “apesar dos trabalhadores não possuírem armas, pela sua união podem também fazer respeitar o seu reajustamento”, lembrando que os vencimentos não eram aumentados há 10 anos, “quando uma xícara de café custava 100 réis”.

No dia seguinte reuniram-se os proprietários dos estabelecimentos atingidos, quase todos. O encontro foi na sede da Federação da Indústria, Comércio e Lavoura de Florianópolis, às quatro e meia da tarde. Todos foram unânimes em recusar a proposta que estava sendo apresentada. Apenas o proprietário do café Rio Branco, Euclides Pereira, achou necessária uma comissão para estudar com o sindicato uma “tabela razoável”.

O caso ganha então as páginas dos jornais locais e outros do estado. A *Gazeta* trata o assunto em manchete principal durante vários dias, enquanto os trabalhadores se surpreendem com o apoio dado pela seção local da Ação Integralista Brasileira. Hipólito Pereira, líder operário influente, envia carta aos jornais em “apoio à justíssima campanha que estão promovendo contra a reacionária e nefasta burguesia, causadora de todos os males do operariado ativo e independente”.

Quando o assunto parecia prestes a cair no esquecimento, a mesma *A Gazeta* volta a cobrar uma solução, nas edições dos dias sete e 12 de junho. Em assembléia pouco depois, os garçons constatarem que “aumenta o número de patrões que se propõem a cumprir a tabela apresentada”. E fazem publicar os números das reivindicações. Pedem aumento de 10% aos que ganham entre 150\$000 e 200\$000, 15% aos da faixa de 110\$000 a 140\$000, aumentando progressivamente até o vencimento de 50\$000, que deveria ser reajustado em 30%. Ninguém, de acordo com o dissídio proposto, poderia receber menos de 30\$000.

Daí para a frente a pressão aumentou cada vez mais. Muitos proprietários de hotéis, restaurantes e congêneres passaram realmente a trabalhar com a tabela do sindicato. Em seguida foi a vez do próprio Álvaro Ventura, recém-retornado dos trabalhos da Câmara Federal, reunir-se com os membros do sindicato, junto com outros já “notórios comunistas”, como José Rodrigues da Fonseca, Antônio Vieira Machado e Octávio Britto, líderes sindicais.

Foi uma das primeiras greves daquele período que adquiriu caráter político, com manifestações de apoio ao movimento reivindicatório por parte de várias correntes de opinião. O texto abaixo publicado, com as iniciais C.X., traduz um pouco o clima que começou a tomar conta dos novos tempos que se viviam.

“Uni-vos proletários !

Sem o operário o capitalista não pode expandir os seus negócios.

Não há progresso sem trabalho .

Tudo tende a evoluir.

Mas o trabalhador sempre é prejudicado. Gasta energia aniquilando-se para satisfazer a ambição dos senhores.

O humilde padeiro que entrega o pão, nem sempre o tem para a casa.

O operário que amassa o barro, que constrói palácios, nem sempre tem um teto humilde para agasalhar os seus filhos.

A luta é constante.

Haja vista agora, os empregados de hotéis, restaurantes e congêneres, que pretendem um aumento de salário.

O mísero salário não compensa os esforços do trabalhador.

A vida material tornou-se cara.

E os patrões, indiferentes, contemplam a miséria do lar humilde, enquanto seus bolsos se enchem de dinheiro.

Sabe bem o patrão que, sem o seu servidor, ficam paralisados os negócios.

E por que não aumenta os salários?

Porque os empregados, acostumados à escravidão, não sabem agir.

E preciso despertar a força do operário.

Ele tem o poder de revolver montanhas. Une-te, homem, tu vencerás.

A vitória está próxima, depende de ti.

A liberdade virá com o sol brilhante que ilumina-a.

Para a frente!

Não tenhas dívidas.

A dívida acarreta o medo, e este é um dos males que aniquilam o homem.” (AG - 3.6.1935)

“COSPE SOBRE A MÃO QUE TE TRAIU”

A primeira participação político-eleitoral do grupo comunista, junto com outras forças de esquerda existentes no movimento sindical catarinense naquele momento, foi com a Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina. Uma ação “esquecida” pelos próprios comunistas, em função do fraco desempenho eleitoral. Mas a Liga surgiu como uma das principais deliberações do I Congresso Proletário de Santa Catarina.

Patrocinado pelos ferroviários do planalto Norte, o congresso foi

realizado nos dias 15 a 18 de setembro de 1934, em Itajaí. Dirigiu os trabalhos o ferroviário Leandro Machado, que mais tarde ingressaria no PCB e seria candidato nas eleições de 1946 em legenda própria. Sebastião Carvalho Costa secretariou e José Rodrigues da Fonseca atuou na tesouraria.

"Durante esses dias" - noticiou *O Libertador* de Itajaí - "foram tratados vários assuntos relevantes, como sejam: a encampação, pelo governo do estado, da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, linha São Francisco, as minas carboníferas do Sul, a transferência para os municípios do imposto de educação e saúde, a fim de ser aplicado em auxílio a hospitais e colégios". No total foram apresentadas 45 teses de entidades de todos os principais municípios catarinenses.

Segundo o mesmo periódico, "os debates em torno destes assuntos despertaram no seio do congresso grande interesse e foram por isso, por vezes, calorosos, animados". Os participantes também escolheram a cidade de Blumenau como sede do segundo congresso proletário, em março de 1935, o que não chegou a se concretizar. As atas dos trabalhos com as teses e conclusões, que deveriam ter sido publicadas na íntegra, não o foram.

O jornal *O Trabalho* de abril de 1935 explicou as razões. "Os anais ficaram em poder do respectivo secretário, senhor Sebastião Costa", que deveria dar uma revisada nas anotações para serem "imediatamente remetidas ao Sindicato Ferroviário Catarinense, para a sua impressão e distribuição". O pior de tudo é que "até hoje nenhuma manifestação obtivemos, não obstante o senhor Agripino Nazaré, Procurador-Geral do Trabalho, ter em seu poder uma cópia de tais anais". De qualquer forma a decisão de participar do processo eleitoral com candidatos próprios foi levada a efeito.

O primeiro manifesto da Liga dos Trabalhadores foi publicado em vários jornais, inclusive em *A Gazeta* de quatro de outubro de 1934. "As teses firmadas no nosso congresso" - dizia - "serão defendidas em todo o curso, sem medir esforços, pela Liga dos Trabalhadores de Santa Catarina, como defenderemos de o povo ter a iniciativa própria na apresentação de leis e do referendun na aprovação daquelas que emanarem do poder competente".

Prometia pugnar "pela gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, como lutaremos por todas as conquistas proletárias, inspiradas pelo senso proletário, vanguardados pela Liga dos Trabalhadores de Santa

Catarina". E concluía pelo anúncio de um segundo manifesto "com os nomes de todos os candidatos, todos trabalhadores". Mais agressivo, foi divulgado em 16 de outubro no mesmo diário da capital.

"Irmão do Trabalho! Companheiros humildes de todas as lutas e de todas as misérias", iniciava. "Sob as tuas vistas tontas desse embaralhado de coisas criadas pelo que aí está, tens agora o rumo traçado para o que deves fazer nestas eleições em que as competições pessoais pululam e fervilham." Em seguida um apelo para que fosse "colocada a tua independência ao serviço da tua própria causa", e concluía: "E, se por injunções derivadas de interesses outros que não sejam das tuas próprias reivindicações, tiveres que colocar nas urnas, a 14 deste mês, chapa que não seja a que contém os nomes abaixo, produto do esforço e valor próprio - faz-o convergonhado da tua deprimente ação, e ao deixar a cabine indevassável, onde puseste o teu voto inconsciente, cospe sobre a mão que te traiu, cospe sobre esta tua mão indigna de ti mesmo. Lembra-te de que esta chapa será a concretização desse lema tão malbaratado desde os primórdios da democracia de 1889, governo do povo, pelo povo".

A lista apresentada contava com 31 nomes, todos de trabalhadores, e um jornalista, o carioca Josué Cláudio de Souza. As categorias melhor representadas eram as dos estivadores (10), ferroviários (três), alfaiates, mineiros, pedreiros e marítimos (dois cada). Também se apresentaram bancário, tipógrafo, marceneiro, charuteiro, carpinteiro, motorista, pedreiro e mecânico (um de cada).

Entre os nomes já conhecidos e encabeçando a lista, José Rodrigues da Fonseca, Ataliba Vieira e Sebastião Vieira (dois futuros membros do "Partidão"), além de Leandro Machado, Joaquim Lopes Correia (comunistas de Itajaí) e Manoel Alves Ribeiro (Mimo). Um terceiro manifesto, saído na véspera do pleito, foi na mesma direção dos anteriores, acrescentando que "não temos conchavos com qualquer dos partidos em ação". Os eleitores foram liberados para votar em candidato à Câmara Federal de "qualquer outro partido".

Os números finais da votação são pouco animadores: a Liga obteve um total de 173 votos, contra os 546 de candidatos avulsos, 2.407 dos integralistas, ficando a fatia mais grossa do bolo entre os partidos Liberal, de Nereu Ramos, com 34.583, e Coligação Republicana (35.024 votos). Em compensação, os esforços daqueles homens registraram pela primeira vez na história catarinense uma articulação operária estadual, com núcleos na região Sul, em todo o litoral, vale do Itajaí e planalto Norte.

"O industrial suspira: disso nada havia nos tempos do seu pai. Naqueles tempos a fábrica Berger criara uma 'caixa de pe-cúlios', assistia a todos os seus trabalhadores. Mas aquela harmonia entre trabalhador e patrão, acabaram com ela nas leis sociais-trabalhistas. A própria amizade entre ambas as classes sofrera. A amizade transformara-se em desconfiança, em ressentimento: o patrão tornara-se 'explorador' e 'explorado' o operário. As reivindicações careciam, quase sempre, de conhecimento de causa. Havia disputas e conchaves sobre direitos. Poucos se lembravam de seus deveres. O industrial quase sexagenário recordava as palavras do falecido pai: 'A ignorância é a água turva onde pescam os sabidos. Eliminemos a ignorância e teremos afastados os sabidos! Eu não preciso de lei escrita num papel. Eu tenho a lei da solidariedade humana, da fraternidade, escrita dentro do meu peito e do meu cérebro'." (Sylvio)

ENTRAI, A CASA É VOSSA!

O frio e chuvoso inverno de 1935 foi o pano de fundo para a tentativa de criar em Florianópolis a Coligação de Sindicatos. Se não deu certo do ponto de vista dos que organizaram os trabalhos, serviu para mostrar que no movimento sindical do estado duas correntes mais definidas se formavam: de um lado os comunistas, já assumindo a liderança entre as demais forças de esquerda e inclusive os remanescentes do anarquismo e do socialismo pré-marxista, de outro as lideranças mais conservadoras, algumas ligadas ao aparato de Estado, outras não, mas que não se afinavam com as pregações que os "extremistas" vinham fazendo.

A primeira reunião foi realizada numa tarde de sábado, na sede do Sindicato dos Operários na Construção Civil, que funcionava no número 25 da rua Conselheiro Mafra. Presentes, além do sindicato anfitrião, os dos garçons, bancários, padeiros, gráficos, metalúrgicos e estivadores, e o representante do jornal *O Estado*, Cássio Luz Abreu. Também o presidente da Associação dos Empregados do Comércio, Emídio Cardoso Júnior, integralista e líder da oposição aos comunistas no seio do movimento sindical.

Os trabalhos começaram sob a coordenação de José Rodrigues da Fonseca, Sebastião Vieira e Laudelino Bittencourt. A diretoria provisória, aclamada para prosseguir na condução das discussões, foi integrada por Emídio Cardoso Júnior (presidente), Sebastião Vieira (secretário) e Eulálio da Silva (tesoureiro). Fonseca colocou em discussão a mudança do tratamento de "senhor" para "companheiro" entre os integrantes da assembléia, sendo aceita.

Feita a distribuição das propostas já impressas dos estatutos da Coligação, foi dada a palavra a Álvaro Ventura, agora na qualidade de ex-deputado. *O Trabalho* de sete de julho de 1935 conta que "em entusiástico discurso, discorreu sobre a vida do trabalhador e disse que este não só devia lutar economicamente, mas também politicamente, pela sua emancipação. Censurou o procedimento daqueles que se aproveitam das situações para massacrar os trabalhadores, e terminou pedindo que seus companheiros prestigassem a ação da Coligação, que no momento se acabava de fundar".

Falaram em seguida Fonseca e Hipólito Pereira. O último "bordou comentários em torno da figura heróica do capitão Luís Carlos Prestes", o que deixou desconfortáveis alguns dos presentes. O médico César Ávila, então presidente da seccional catarinense da Aliança Nacional Libertadora, "combateu a politicagem que continua a campear impunemente", passando a vez a Antônio Vieira Machado, que atacou a "indigência infantil".

"Muito aplaudido" foi o discurso do capitão do Exército Renato Tavares da Cunha Melo, ex-companheiro de Prestes em seu exílio no Uruguai e Argentina após a marcha da Coluna. Mais tarde assumiria a direção da ANL local. Aliás, numerosa representação aliancista esteve na assembléia, e ao final o presidente Emídio Cardoso Júnior nomeou um a um e agradeceu a presença. Lá estavam: Renato Tavares, Jorge Vieira, tenente Belizário Santos, Manoel Alves Ribeiro, Adolfo Tremel e os cirurgiões-dentistas João Mariano dos Santos e Fausto Silveira, além de César Ávila.

Tudo isso foi acompanhado pelo inspetor itinerante do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários, Aldo Almeida Duarte Souza. Nova reunião foi marcada para 27 de julho. Nessa data, à noite, uma ducha de água fria na assembléia. A Assemércio e o Sindicato dos Bancários enviaram ofícios, lidos em voz alta, retirando o apoio à Coligação. Emídio Cardoso, dos comerciários e presidente provisório, renunciou. A reação dos comunistas foi imediata. Ventura, "com a palavra, disse que a União dos Estivadores apoiaria e prestigiaria a Coligação", censurando "o procedimento daqueles companheiros que haviam dado o seu apoio à fundação e depois desertaram". Fonseca terminou rapidamente os trabalhos pedindo que todos "auxiliassem pecuniariamente" para manter a secretaria, e marcou nova reunião para a quinta-feira seguinte. (OE-28.6.1935)

Quase duas semanas depois, os jornais da capital estampam uma

"proclamação aos bancários e comerciários de Florianópolis", extensa, assinada pelos "sindicatos coligados", os da construção civil, padeiros, gráficos, metalúrgicos, estivadores, garçons e dos trabalhadores em armazéns e trapiches. Enfatizam que a Coligação "não é uma novidade de Florianópolis. É antes a continuação do que vem se fazendo em todos os estados do Brasil para a unificação, cada vez mais estreita, da grande família operária nacional".

Entre as reivindicações que se propõem a defender está a do salário mínimo dos bancários, naquele momento em tramitação na Câmara Federal. "Bancários e comerciários de Florianópolis! Vós sois também, como nós, classes de trabalho. Vós lutais, igualmente como nós, contra os males que nos afligem. Vós tendes, como todos os demais trabalhadores, o mesmo afetoso laço de solidariedade que reina sob o mesmo teto, o proletário do Brasil."

Os parágrafos finais são apelos explícitos à unidade sindical. "Necessitamos o vosso valioso apoio à Coligação ora fundada. Não podemos prescindir da vossa colaboração. Vós sois classes 'leaders' entre as demais. Em todos os estados do Brasil a classe de bancários representa o valor máximo da intelectualidade trabalhadora de nossa Pátria." A nota conclui: "Não vos mostreis indiferentes ao nosso apelo. Lembrai-vos de que sois em busca das conquistas que visam atender as nossas e as vossas próprias necessidades de vida. Entrai, a casa é vossa".

Os apelos não surtiram efeito, apesar de Sebastião Vieira ter sido indicado pela Coligação para procurar os bancários e comerciários. De nada adiantaram as argumentações pessoalmente levadas por ele. A entidade, com José Fonseca na presidência, deixou de existir porque perdia o sentido se dela não participassem todos os sindicatos de Florianópolis.

INTERNACIONAL

*De pé ó vítimas da fome
De pé famélicos da terra
Da idéia a chama já consome
A crosta bruta que o soterra
Cortai o mal bem pelo fundo
De pé, de pé, não mais senhores
Se nada somos em tal mundo
Sejamos tudo ó produtores.*

Bem unidos façamos

*Nesta luta final
Uma terra sem amos
A Internacional.*

*Senhores patrões chefes supremos
Nada esperamos de nenhum
Sejamos nós que conquistemos
A terra mãe livre comum
Para não ter protestos vãos
para sair deste antro estreito
Façamos nós com nossas mãos
Tudo o que a nós nos diz respeito.*

Bem unidos façamos...

*O crime do rico a lei o cobre
O Estado esmaga o oprimido
Não há direito para o pobre
Ao rico tudo é permitido.
À opressão não mais sujeitos
Somos iguais todos os seres
Não mais deveres sem direitos
Não mais direitos sem deveres.*

Bem unidos façamos...

*Abomináveis na grandeza
Os reis da mina e da fornalha
Edificaram a riqueza
Sobre o suor de quem trabalha.
Todo o produto de quem sua
A corja rica o recolheu
Querendo que ele o restitua
O povo quer só o que é seu.*

Bem unidos façamos...

*Nós fomos de fumo embriagados
Paz entre nós guerra aos senhores
Façamos greve de soldados
Somos irmãos trabalhadores.
Se a raça vil cheia de galas
Nos quer à força canibais
Logo verá que nossas balas
São para os nossos generais.*

Bem unidos façamos...

*Pois somos do povo os ativos
Trabalhador forte e fecundo
Pertence a terra aos produtivos
Ó parasita deixa o mundo.
Ó parasita que te nutres
Do nosso sangue a gotejar
Se nos faltarem os abutres
Não deixa o sol de fulgurar.*

Bem unidos façamos...

(Eugène Pottier)

DIVISOR DE ÁGUAS

A peça seguinte no xadrez político-sindical foi movida por Emídio Cardoso Júnior, em parte o responsável pelo fracasso da Coligação de Sindicatos. Convocou uma assembleia-geral para a sede da Assemércio, na rua Visconde de Ouro Preto, estabelecendo como pauta do encontro a escolha de deputados classistas proposta na Constituinte estadual em andamento. Emídio "concitou os trabalhadores presentes a, unidos, trabalharem para que a representação classista em nossa Assembleia fosse de fato a expressão do pensamento da classe e não o resultado de conchavos políticos".

Presente, Álvaro Ventura louvou a iniciativa dos comerciários, que "assim davam provas de querer agir em benefício dos trabalhadores". E propôs a redação de um manifesto de todos os sindicatos presentes, ao legislativo estadual, "a fim de que os trabalhadores tivessem uma representação condigna naquela Casa". Queriam, objetivamente, a aprovação da emenda nº 86, e não o que estabelecia o parágrafo 2º do artigo 5º do projeto de Constituição em debate.

O parágrafo segundo previa um representante para os funcionários públicos e profissionais liberais, dois para a lavoura e pecuária e dois ao comércio, indústria e transporte. As mudanças pleiteadas pelos sindicatos estabeleciam um para a lavoura e pecuária, dois das indústrias, dois do comércio e transportes e um das profissões liberais e funcionalismo público.

O manifesto foi redigido na hora pelo próprio secretário da mesa, Altino Oliveira, diante da recusa de Sebastião Vieira em escrever o texto.

Foi distribuído em alguns cafés e divulgado pelos jornais, enviado por telegrama ao presidente da Assembleia e líderes da maioria e minoria. Assinaram o documento o próprio Emídio, José Rodrigues da Fonseca e João dos Passos Xavier (construção civil), João da Silva (gráficos), João Eulálio da Silva (metalúrgicos), Ventura e Edison Amorim (estivadores). Estiveram presentes à assembleia e aprovaram os termos do manifesto Henrique Moritz, Augusto Jacques, Hipólito Pereira, Nelson Coelho e Jaime Lima.

A Assembleia Legislativa, apesar de toda a pressão conjunta dos trabalhadores, acabou aprovando um dispositivo que reduziu ainda mais a representação classista: um do funcionalismo, um dos empregadores, outro dos empregados. A decisão na prática desfez a aliança temporária, pois as forças partiram então para garantir o maior número possível de delegados-eleitores no dia da eleição.

Estavam habilitados para votar 26 sindicatos aprovados pelo ministério do Trabalho, segundo *O Estado* de 10 de agosto daquele ano, todos de trabalhadores e nenhum patronal (os que existiam, não tinham registro formal no órgão competente). A maioria dos sindicatos era de Florianópolis e Itajaí (dez e oito), e os restantes de Brusque, Blumenau, São Francisco (estivadores e armazéns e trapiches), Joinville (moinhos, construção civil e estivadores), Canoinhas, Mafra e Laguna.

Funcionários do ministério do Trabalho, homens de confiança do governador Nereu Ramos e líderes dos partidos saíram à caça dos votos. Cada sindicato deveria se reunir e escolher um delegado-eleitor. Surgiram conflitos, como o que envolveu Hipólito Pereira, na indicação do representante dos comerciários. Ele pediu a nulidade do pleito alegando que dois membros da diretoria da Assemércio atuaram como escrutinadores. Argumentou que o procedimento estava "em desacordo com os estatutos em vigor da Assemércio, contrariando as instruções baixadas pelo Tribunal Eleitoral para as eleições classistas". Pereira apelou judicialmente à secretaria do Superior Tribunal de Justiça Eleitoral. E constituiu advogados no Rio de Janeiro para que requeressem a cassação do mandato de Emídio Cardoso Júnior, caso fosse eleito deputado classista. (AG - 19.10.1935)

Hipólito Pereira não conseguiu anular a escolha de Cardoso Júnior, que às nove e quinze da manhã de 21 de agosto atuou como secretário do pleito, representando os empregados, ao lado de Álvaro Vieira, e dos empregadores, sob a presidência de Adalberto Belizário Ramos. Votou um total de 19 delegados-eleitores.

O resultado final da escolha do representante dos empregados deu a vitória a Paulo Janz Júnior, com 11 votos. Waldemiro Luiz Gonçalves obteve cinco votos e Álvaro Ventura apenas dois. Emídio Cardoso acabou eleito suplente, com dez votos. A eleição para representante dos empregadores foi anulada por existir um voto a mais "que, por engano, ali foi colocado pelo delegado-eleitor José Rodrigues da Fonseca". (AG - 21.10.1935)

O novo deputado classista dos empregados, Paulo Janz Júnior, era um operário metalúrgico da firma joinvillense Otto Bernnack & Cia. No dia seguinte à eleição deu longa entrevista ao jornal *A Gazeta* condenando o "extremismo". Depois, visitou o governador Nereu Ramos, acompanhado de delegados-eleitores de Itajaí, São Francisco, Joinville e Laguna. Cumpriu o mandato de 1935 a 1937 e morreu em Laguna, em 1951.

"(...) Desponta o poder econômico asfixiando as manifestações de inteligência, pela gradativa neutralização de autênticos valores.

A própria representação classista, acolhida no texto constitucional catarinense, nos moldes estabelecidos pela Constituição Federal, jamais alcançou sua finalidade (em Santa Catarina: Indalécio Arruda, José Nicolau Born e Paulo Janz); e a Comissão Permanente, instituída como órgão de controle, fiscalização e equilíbrio, durante os períodos de recesso do Poder Legislativo, jamais conseguiu se libertar da manopla do Poder Executivo.

Pouco nos adiantava, a nós, constituintes, que pelo diuturno estudo procurávamos imprimir à penosa elaboração da Carta timbre de independência, ainda que nas limitações constitucionais, cautelosamente socialistas, se o Governo nos soterra, como se fora novo Leviatã, pelo recurso ameaçador da coesão partidária, ameaçado por uma oposição radicalíssima e histérica.

Nas dobras rígidas e no underground de tão curioso e personalista processo foram marcados a ferro e fogo sonhos futuros, extinguindo-as, afogadas no mar morto do desencanto, promissoras carreiras políticas.

A pau e corda, conseguimos levar a bom termo, resistindo a verdadeiras tempestades parlamentares, a elaboração da Constituição do Estado de Santa Catarina de 25 de agosto de 1935." (Barbosa)

AS TABELAS DO COMANDANTE HERCOLINO

Nos primeiros dias de novembro de 1935, véspera dos levantes comunistas em Natal, Recife e Rio de Janeiro, os estivadores de Itajaí entraram em greve por melhores salários. Depois de algum tempo de paralisação e de pressões das autoridades locais sobre os líderes da parede na estiva, os armadores e comerciantes se reuniram na Associação Comercial, resultando numa contraproposta aos trabalhadores: aumento de 2\$000 nos dias comuns e nada nas noites, domingos e feriados.

Os estivadores, tanto marítimos como terrestres, recusaram a oferta. Pediam reajustes entre 50 e 70%, dependendo da tarefa exercida por cada um. Isso significava que nos dias comuns os vencimentos deveriam passar de 10\$000 a 15\$000, à noite de 20\$000 a 25\$000, e nos domingos e feriados, de 20\$000 para 35\$000. Os estivadores terrestres apresentaram tabela semelhante.

Preocupado com a dimensão tomada pelo movimento em Itajaí, o governador Nereu Ramos mandou em socorro aos armadores o chefe de polícia, Claribalte Galvão, que seguiu acompanhado do delegado regional do Trabalho, Álvaro Albuquerque. Mas o que eles temiam acabou acontecendo: as estivas de São Francisco, Joinville, Laguna e Florianópolis aderiram à paralisação. Assim mesmo, realizaram várias reuniões com sindicatos e nada conseguiram, em Itajaí.

De Joinville os industriais e comerciantes pediram ajuda para acabar com o movimento ali e em São Francisco, para onde seguiram, no dia 18, Claribalte e Albuquerque. Assim que chegaram, foram até o Sindicato dos Trabalhadores da Estiva, onde verificaram a "existência de graves irregularidades" na constituição da entidade, apesar de ela ter sido incluída na lista das que participaram do pleito classista do mês anterior.

Ainda assim, Claribalte e Albuquerque, como noticia *O Estado* de 21 de novembro, o encontraram "completamente desorganizado. O regulamento do serviço da estiva nada tem a ver com a lei que regula os sindicatos de classe. Para que a situação do sindicato se normalize, torna-se indispensável uma diretoria dentro das normas estabelecidas pela legislação em vigor".

Sem uma nova eleição de diretoria, "o senhor Álvaro de Albuquerque não poderá tratar oficialmente do caso". À noite os dois apareceram na sede do Sindicato Terrestre em organização, "onde pronunciaram discursos salientando a necessidade de patrões e operários estreitarem cada vez

mais os laços de fraternidade e, bem assim, da exclusão do seu seio dos elementos nocivos à classe, os quais sorrateiramente vivem nos arraiais operários, iludindo-os com falsas e deletérias doutrinas". Não podiam ter sido mais claros.

Os esforços da dupla foram redobrados depois que o comandante da Capitania dos Portos e delegado marítimo Herculino Cascardo autorizou a liberação de nova tabela com aumento nos salários dos estivadores. Cascardo, presidente da Aliança Nacional Libertadora, tornada ilegal no início de julho daquele ano, tinha sido transferido do Rio de Janeiro para São Francisco, numa manobra de Vargas para dificultar articulações em unidades maiores da capital federal. A decisão de Herculino deixou exasperados os comerciantes e industriais, exportadores e importadores de Joinville, usuários do porto de São Francisco.

A reação foi imediata e fulminante. Um locaute começou com a suspensão das viagens do vapor Babitonga por via fluvial até São Francisco. Depois foram enviados protestos formais, por telegrama, ao ministério do Trabalho, afirmando que "ao governo compete tomar providências o mais breve possível, porquanto esta greve (patronal) trará a paralisação das fábricas e ficarão desempregados muitos chefes de família". Em seguida foram suspensas todas as operações pelo porto de São Francisco, deixando os estivadores com tabelas novas nas mãos, sem mercadorias para trabalhar.

Albuquerque, o delegado do Trabalho, paralelamente, estabeleceu contatos com Herculino, enviando como emissário seu futuro sucessor, Raul Caldas. Ele seguiu numa lancha especial antes do almoço e retornou no final da tarde. "Fez a Albuquerque um relatório em demorada conversa reservada, ficando o inspetor menos apreensivo." E passou à ofensiva mandando realizar eleições nos sindicatos de Itajaí, Joinville e São Francisco, com a destituição das diretorias.

As providências tomadas vinham atender aos reclamos dos industriais. "O comércio vive momentos de dificuldades, sem poder movimentar os seus gêneros de exportação. A greve que se alastrou aos vários portos do Norte do estado tende a trazer sérias dificuldades aos nossos exportadores, que não podem, de forma alguma, estar à mercê dos caprichos de agitadores que proliferam nos meios proletários estivadores, porque isso redundaria em prejuízo estrondoso, não sendo possível - cremos - satisfazer compromissos com as praças do Norte do país por faltarem braços de trabalhadores na hora em que eles se fazem mais necessários." (OE - 26.11.1935)

Durante todo o movimento Álvaro Ventura permaneceu entre Itajaí e Florianópolis, apoiando e estimulando os colegas estivadores na manutenção da greve. Em Florianópolis, o porto também parou, tendo o paquete Carl Hoepcke prosseguido viagem para o Sul por não poder descarregar o que trazia. As notícias das insurreições em Natal e Recife tornaram mais tenso o clima, forçando o governo federal a tomar providências em relação a Herculino Cascardo.

No dia 26, véspera da sublevação do 3º Regimento de Infantaria, ele já estava no Rio de Janeiro. Seguindo ordens recebidas da Armada, deixou São Francisco do Sul imediatamente, de avião. "Com a retirada do senhor Cascardo e a anulação da tabela por ele elaborada, provavelmente dentro de dias achar-se-á tudo normalizado, pois pelo senhor ministro do Trabalho foi mandado aplicar novamente a tabela antiga", comentou o jornal *Folha Nova*, de Joinville.

Assim mesmo, no dia seguinte, 27 de novembro, em reunião entre patrões e empregados, com a presença de Álvaro Ventura, foi firmado em Itajaí um acordo entre as partes. Mas que não iria durar muito. Pouco depois, *O Trabalho* publicou carta de um dirigente do Sindicato dos Estivadores de São Francisco: "Apesar das delegacias marítimas, de São Francisco e Itajaí, terem dado ganho de causa aos trabalhadores, para nós até o momento os armadores não deram cumprimento ao dispositivo das leis". E nem dariam, tão cedo.

"(...) Os estivadores do porto-capital de Santa Catarina mourejavam como escravos, noite e dia, para encher os armazéns. A prosperidade enfeitava a alegria ambiente. Havia fartura.

Mas os estivadores só encontravam compensação do seu esforço na mesa remediada e nos ternos de brim listado, ou nas grossas bengalas que ostentavam aos domingos, como símbolo da força. Quando se aproximavam as eleições, os políticos prometiam grandes coisas. Entretanto, não realizavam a promessa maior de dar escolas aos filhos daqueles trabalhadores, para que eles não fossem condenados, como os pais, à humilhante condição de animais de carga." (P. Callado)

PERFIS DE ANARQUISTAS E COMUNISTAS

Entre os personagens que no final dos anos 20 e início da década de 30 participaram dos movimentos que preparavam o terreno para a cria-

ção do PCB catarinense, figura Hipólito Pereira. Nascido em 23 de julho de 1902, no Saco Grande, em Florianópolis, fundou sindicatos como o dos motoristas de praça e o dos empregados no comércio (e federação), com larga atuação na Liga e na União Operária. "Ele desenvolveu uma atuação marcante em relação aos trabalhadores. Especialista em legislação trabalhista, autodidata, estava com a casa sempre cheia de pessoas buscando orientações. Mais tarde foi vogal da Justiça do Trabalho e se especializou também em assuntos da previdência social", recorda um de seus filhos, Nereu do Valle Pereira.

Em 1936, com o apoio dos comunistas que restaram da repressão desencadeada no ano anterior, foi candidato avulso à Câmara de Florianópolis. "Erradamente" - denunciou na época - "estão somando os 295 votos que me foram dados, em urnas livres e pelo eleitorado ativo e independente, como sendo de oposição. Isso é inconcebível, pois combato os políticos profissionais, sejam desta ou daquela agremiação política, porque pouco me interessa que vençam os liberais ou republicanos, aos quais darei sempre, enquanto possuir forças, combate sistemático, ficando ao lado da plebe".

Na mesma ocasião denunciou que "se não fossem os 52 votos que me anularam, estaria eleito". Hipólito conseguiu, pelo resultado oficial, 356 votos, enquanto o vereador liberal mais votado, Florêncio Costa, ficou com apenas 325 sufrágios. Pereira foi mais votado que o Partido Pró-Comércio, Indústria e Lavoura e o Integralista, que ficaram com, respectivamente, 253 e 205 votos. E não conseguiu a cadeira na Câmara.

Tendo participado da Revolução de 1930, esteve algum tempo em Porto Alegre àquela época, ajudando na conspiração que levaria Getúlio ao poder, estabelecendo contatos com Trifino Correia, Germano Donner e os líderes revolucionários. Quando retornou trouxe um belo quadro da Santa Ceia para a esposa Olindina Alves Pereira, nascida em Florianópolis (21.1.1903), com quem casou em 1923, e presentes para os filhos, todos ainda menores. Filho de João Cipriano Pereira, teve como profissão a de guarda-livros. Trabalhou na Aquirino Representações, Três Irmãos, no estabelecimento de José Cherem, na firma Salum, além de na Farmácia Moderna (de Fernando Farias) e na Relojoaria Rangel (último emprego).

Hipólito também foi funcionário do Banco Nacional do Comércio e fazia bicos em contabilidade. De 1948 até 1982 foi juiz de paz, função que só nos últimos anos passou a ser remunerada. "Meu pai foi getulista convicto, até o final da vida. Depois que deixou o PCB nos anos 40, ingressou no PTB. Em 1935, ligado aos comunistas, esteve preso por 24

horas no hospital da Polícia Militar. Mas ele nunca foi materialista. Ao contrário, como toda a família, era católico", assinala Nereu. Morreu no dia sete de maio de 1985.

Sobre a presença de José Rodrigues da Fonseca ficaram poucos registros. Com intensa atuação no meio operário e sindical, trabalhava como cobrador da empresa de luz. "Ele tinha uma gráfica onde o grupo comunista imprimia alguns boletins, panfletos, tudo clandestinamente. E foi por isso que a reação passou a ficar de olho nele", recorda Mimo, informando ainda que "a militância dele começou em 1918, logo após a Revolução Russa, no ano anterior". A gráfica ficava nas proximidades da catedral metropolitana, na rua Padre Miguelinho, junto ao antigo Cine Roxy.

Mulato claro, inteligente e estudioso, casou-se em Florianópolis com Leontina da Fonseca, conhecida pelo apelido carinhoso de Menininha. Sofria de asma, sendo freqüentemente importunado com ataques da doença. Durante algum tempo morou perto do quartel da então Força Pública. Em consequência dos levantes de 1935, foi preso no ano seguinte e enviado ao Rio de Janeiro, onde ficou recolhido algum tempo, e lá morreu atropelado.

Fernando Willen, de origem alemã, foi outro comunista sobre quem restaram bem poucas informações. A rigor, ficou apenas que era proprietário da Casa Musical, localizada na rua João Pinto, 12, com quem Oscar Ammon foi trabalhar logo que chegou a Florianópolis. Morava no bairro da Agrônômica, onde na época se localizavam as chácaras dos mais abastados da cidade, que ali passavam boa parte do verão. Vegetariano, devorador de livros e sempre com o ouvido grudado no rádio ouvindo notícias, sofria de epilepsia. Ainda antes da Segunda Guerra foi vítima de um ataque da doença, bateu com a cabeça no meio-fio e faleceu em instantes.

Porfírio de Almeida Gonçalves nasceu em 27 de maio de 1887. Na adolescência tentou ser marítimo. Fez curso de maquinista e entrou para a marinha mercante. A primeira e última viagem que realizou foi para o Nordeste, onde, segundo a família, executou uma manobra desastrosa: ao invés de dar a ré na embarcação, foi para a frente e bateu no madeirame do cais. "Ele não se habituou aos rigores da vida marítima. Os regulamentos, a hierarquia acabaram afastando meu pai daquele trabalho. As perseguições e revoltas que presenciou a bordo o aproximaram das idéias anarquistas e socialistas", conta o único filho, Norton Prates Gonçalves.

Espírito aventureiro, foi para a região do Contestado, no meio-Oeste catarinense, durante os conflitos armados de 1912-1916. Mais tarde, em 1924, quando ocorreram os levantes tenentistas no Rio Grande do Sul, tentou se incorporar às forças de Luís Carlos Prestes que haviam iniciado a marcha. "Ele e o general Vieira da Rosa pegaram um velho Ford e rumaram na direção de Lages, e dali ao encontro de Prestes. Mas foram interceptados pelos legalistas, que colocaram uma árvore no meio do caminho", conta o filho. A tentativa lhe valeu alguns meses de prisão na Ilha Rasa, Rio de Janeiro.

De volta a Florianópolis, usando óculos redondos que iriam caracterizá-lo fisicamente, começou a fazer poesias. Em 1925 e 1926 chegou a publicar diversos poemas, de estilo romântico. Foi por esse tempo que conseguiu a nomeação para despachante aduaneiro da Alfândega. Um pouco mais sossegado, com cerca de 30 anos de idade, casou-se com Edite Prates Gonçalves. No ano seguinte nasceu Norton, que seguiu carreira na marinha mercante, a partir de 1951. Com seu um metro e oitenta de altura, "não levava desaforo para casa, era temperamental, enfrentava os desafetos e brigava".

Mas era, antes de tudo, "brincalhão, alegre e expansivo. Gostava de uma boa conversa com os amigos nos botequins, regada a muito chope". Tinha o dom da oratória e abordava com facilidade e de improviso os mais diversos assuntos. Era dono de uma vasta biblioteca com obras de sociologia, política, economia e principalmente história e literatura. "Lia demais. Não largava os livros." Representante típico dos libertários daquela época, não ligava para as coisas materiais, morando sempre em casa alugada. A última foi na praia de Fora. Nos anos 30 se ligou à maçonaria.

Tinha aversão a Getúlio Vargas. "Ele nunca contribuiu com o Instituto de Aposentadoria e Pensões, pois não acreditava nele e achava que era sacanagem do governo." Foi por isso que, quando morreu, pouca coisa deixou como herança. "O que ficou, móveis, alguma prataria e um revólver, a minha mãe vendeu mais tarde, para poder comprar uma casinha na rua Duarte Schützel, número 60. Amigos e parentes é que a ajudaram a conseguir uma pequena pensão", insuficiente. Como era professor normalista, voltou a trabalhar para poder alimentar e educar o filho. Apolítica, dava aulas de português e era querida pelos alunos. Uma escola isolada de Itajaí chegou a ter seu nome.

Morreu "de tanto esforço que fez para dar as aulas", em 1946, com a doença popularmente chamada de nó-nas-tripas (oclusão intestinal). Mas apesar do sacrifício e da relativa pobreza, amava o marido e foi com pesar que o viu partir no dia dois de abril de 1942, vítima de tifo, na residência da praia de Fora, onde existiu a sede da Polícia Feminina do estado. Porfírio foi sepultado no cemitério do Itacorubi. O que restou da biblioteca está, até hoje, na casa de um parente que reside em Florianópolis.

"Para nós não existia senão um rumo, que devíamos seguir para atingir nosso ideal: a Justiça Social. Mas se era difícil dizer onde se encontrava exatamente, nós sabíamos onde residia a injustiça social, que gera a miséria, a dor, o sofrimento, a morte (...) Daí que combatêssemos vigorosamente todas as causas que motivavam qualquer injustiça. Daí que, em nossos escritos, em nossas conferências, em nossos discursos de rua, em nossas afirmações públicas, fizéssemos alarde e defendêssemos subjetivamente todas as boas causas, tanto nacionais como internacionais, pois encarávamos os problemas da vida sob o ponto de vista humano, que não reconhece mares e fronteiras e salta-se sobre eles como salta, do passado ao futuro, a esperança humana." (E. Dias)

O DEPUTADO VENTURA

O COLT 44.144 DE DONA ODETE

Assim que saiu às ruas a edição de *A Gazeta* do dia 28 de agosto de 1934, alguém comprou um exemplar e foi correndo a uma residência na rua Padre Roma, esquina com Francisco Tolentino. O sujeito encontrou o estivador Álvaro Ventura já acordado, realizando serviços na casa, enquanto a mulher Eliza servia o café da manhã para o filho de oito anos, João. Ventura leu a manchete principal: "Assassinado por uma mulher o deputado classista catarinense A. Pennaforte".

Como primeiro suplente do falecido, ele deveria assumir, em breve, e teve certeza disso ao receber telegrama da Câmara dos Deputados chamando-o ao Rio de Janeiro. Foi o que começou a providenciar em seguida. Uma coleta entre os camaradas e diretoria do Sindicato da Estiva proporcionou o pagamento da passagem de navio do deputado classista e sua família. Embarcou num paquete do Lloyd no dia 30 de agosto.

Só então teve tempo de ler as informações do jornal sobre a morte de Antônio Pennaforte, eleito pelo Partido Operário Socialista, de São Francisco do Sul, cujos estatutos eram baseados nos do Partido Nacional Trabalhista, com sede no Rio de Janeiro. Estivador, como Ventura, chegou na capital federal e se comportou bem até que um dia conheceu Odete Lopes de Azevedo, 27 anos de idade. Foi apresentada pelo próprio marido numa festa no Centro Político, o comerciante de secos e molhados Leonel Augusto de Azevedo, estabelecido em Braz de Pina, estação Leopoldina.

Logo depois desse primeiro encontro, seguiram-se outros, indo o deputado diversas vezes até a rua Bulhões Marçal. Aproveitava as demoradas ausências de Leonel que, submetido a uma intervenção cirúrgica, ia diariamente ao hospital fazer curativos. Por razões que somente o falecido deputado poderia esclarecer, Odete passou a evitá-lo, a ponto de na manhã do dia 27 de agosto ter ido à polícia dar parte dos assédios que vinha recebendo.

Pennaforte esteve no 12º distrito policial, perto do meio-dia, e deu

explicações a um comissário. Saiu de lá e foi novamente à casa de Odete, onde chegou por volta das duas e meia da tarde. Dona Odete ficou admirada de vê-lo entrar no estabelecimento. E assustada, disse à polícia depois, ao notar o deputado armado, "exigindo uma satisfação por tê-lo feito comparecer à delegacia". Deu um disparo para o ar. A mulher, apavorada, correu para cima dele e os dois entraram em "luta violenta".

Ao conseguir se desvencilhar, ela pegou o colt nº 44.144 do marido e desfechou cinco tiros sobre Pennaforte. Presa e indiciada em inquérito, acabou sendo considerada inocente e ter agido em legítima defesa, ainda em dezembro, pelo presidente do Tribunal de Justiça do Rio, Ari Franco. O assunto repercutiu na Câmara dos Deputados. Uma comissão foi formada para acompanhar os funerais e dar assistência à família.

Entre os discursos feitos na Câmara em homenagem a Pennaforte, um merece ser citado, o do deputado Adolfo Konder: "De humilde trabalhador da estiva, mourejando de sol saído a sol posto, procurando dar ao espírito cultura, e disciplina à vontade". Lembrou ter conhecido o morto quando se achava no governo de Santa Catarina. "Apresentou-me ele uma carta de recomendação do chefe dos estivadores do Rio de Janeiro, que o incumbira de organizar a estiva do porto de São Francisco."

Revelou que "foi ele o elo a unir as atividades conjugadas que desde então marcharam entendidas, no sentido de uma cooperação sincera e eficaz. Graças à colaboração desse pranteado amigo, durante o meu governo não se registrou uma só greve por motivo de desentendimento entre empregado e empregador". (OE -1.9.1934)

- Um pelego, isto sim! - comentou Ventura, já no Rio de Janeiro, ao tomar conhecimento do discurso. Ele se instalou num quarto de pensão da rua da Carioca e ali permaneceu enquanto durou o mandato, até abril do ano seguinte, com a mulher e o filho de oito anos.

A campanha de Ventura para se eleger deputado classista foi franciscana. "Um trabalho bem limitado", lembra Mimo. "Não havia da parte dos trabalhadores daquela época uma ambição por ter representante na Câmara. Não havia. Então não houve uma grande campanha, que foi mais interna, nos sindicatos. Como o Álvaro já era conhecido no estado inteiro, ficou mais fácil." (Mimo)

"A tão esperada Constituinte reuniu-se, afinal, no palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, em novembro de 1933. Fora escolhida por um eleitorado de quase um milhão e meio de habitan-

tes, inclusive mulheres e maiores de 18 anos. Sua comissão constitucional preliminar, presidida por Afrânio de Melo Franco, rejeitou o esquema de representação classista proposto por Vargas e segundo o qual 40 deputados seriam escolhidos por grupos profissionais independentemente dos distritos eleitorais. Mas Vargas - que sabia que tais deputados lhe seriam fiéis e, portanto, serviriam de contrapeso ao poderio eleitoral dos estados maiores - anulou essa decisão. Os votantes elegeram 214 deputados para as bancadas estaduais mais 40 deputados classistas, cuja seleção foi acompanhada de perto pelo ministério da Justiça: 18 representavam os empregadores e 17 os empregados; três as profissões liberais; dois o funcionalismo público." (Levine)

APARTES DE MENTECAPTO

Dona Eliza engomou com cuidado o terno branco, passou com ferro aquecido em brasa e o colocou delicadamente num cabide. Depois fez a mesma coisa com a camisa, creme, nova como o paletó e a calça. A gravata borboleta foi escovada e ajeitada com cuidado. Ela já não havia gostado daquele homem que tinha procurado bem cedo o marido. Era um tipo esquisito. Entregara um maço de papéis que ele colocou no bolso, se trancou no quarto e começou a ler.

Não queria agora que Ventura fosse desarrumado logo no primeiro dia como deputado classista na Câmara. Desajeitado, Ventura vestiu o paletó, que ficou apertado nos ombros, ajeitou com uma pasta o cabelo cortado rente no couro, colocou os papéis no bolso e foi fazer seu primeiro discurso.

O documento que ele carregava era um manuscrito com as posições do Partido Comunista Brasileiro frente às eleições de outubro próximo. Foi redigido durante a I Conferência Nacional do Partido. Ventura entrou no prédio da Câmara e foi direto ao plenário. Sentou na cadeira que lhe estava reservada e aguardou a vez de falar.

Quando subiu à tribuna, viu a distância os deputados Aarão Rebelo, o joinvillense Carlos Gomes de Oliveira, o ex-governador Adolfo Konder e Cândido Ramos. Talvez tivesse visto Nereu. Tirou do bolso do paletó o maço de papéis, cumpriu as formalidades legislativas e começou a ler. "Verifica-se atualmente em todo o país uma grande mobilização eleitoral. Os partidos e grupos feudal-burgueses, tanto os que estão no poder como os de oposição, fazem por toda parte intensa propaganda de seus programas e candidatos tapeadores", começou, sob os olhares atentos dos colegas deputados.

"A burocracia sindical reformista, os trotskistas, todos os agentes das camarilhas dominantes nas fileiras do proletariado desenvolvem também grande atividade no sentido de semear entre as massas novas ilusões da democracia burguesa e, desse modo, desviá-las de suas lutas independentes por melhores condições de vida e de trabalho."

Ventura tomou um gole de água, respirou, olhou para seus pares que continuavam atentos e prosseguiu. "Um problema, portanto, que se coloca, neste momento, ante todo o proletariado e toda a população laboriosa em geral, das cidades e dos campos, é saber que posição devem tomar ante essas manobras e como devem responder a elas. O Partido Comunista do Brasil, seção da Internacional Comunista, único partido que luta verdadeiramente em defesa dos interesses do proletariado e das massas populares, desmascara essas manobras, desvenda seu conteúdo de classe e aponta o caminho para todos os explorados e oprimidos se libertarem da insuportável situação de miséria em que vivem: o caminho da luta de classes revolucionária contra a fome, a guerra imperialista, os golpes armados, a reação e o fascismo - pelo pão, pela terra e pela liberdade."

Muitos deputados não acreditavam no que estavam ouvindo. Depois de alguns instantes de hesitação, reagiram pedindo apartes, interrompendo o restante da leitura. Instalou-se um tumulto na sessão do legislativo daquele início de setembro de 1934. O jornal *A Platéia* do dia sete colocou em manchete na capa que "o discurso de Álvaro Ventura não foi publicado nos Anais do Congresso". De fato não foi. O correspondente de *A Gazeta* no Rio escreveu que "um deputado requereu oralmente a cassação do mandato do senhor Álvaro Ventura, alegando que as suas idéias extremistas eram por demais subversivas". (AG - 7.9.1934)

Em casa, quando soube, Dona Eliza ficou braba. "Minha mãe nunca gostou da militância do meu pai. Ainda mais que todo o dinheiro que ele recebeu como deputado foi destinado à construção da sede do Sindicato dos Estivadores. Ela achava que todos se aproveitavam dele". Mas Ventura não ligava. Suas intervenções em plenário sempre geraram polêmicas. "Eles não admitiam que um operário tivesse conhecimento das obras de Marx e Lenin, lesse o manifesto da III Internacional, pudesse opinar sobre política nacional e mundial."

Três ou quatro sessões adiante Ventura voltou à tribuna. Novamente em nome do PCB, fez pesadas críticas ao coronel Mendonça Lima, diretor da Central do Brasil, por ter demitido naquele dia vários empregados.

- V. Ex^a é comunista? perguntou, num aparte, o deputado Ferreira Neto.

- Sou marxista-leninista - respondeu.

- Tudo isso é utopia. Na Rússia, V. Ex^a não teria o arrojo de professar qualquer ideologia. Já no Brasil, V. Ex^a pode dizer isso, pois a índole do povo é liberal-democrata - retrucou Ferreira Neto.

Ventura não contou até três: "O operariado não pode delegar poderes a um deputado classista que serve café aos seus colegas burgueses", ouvindo em seguida um "com muita honra". Álvaro prosseguiu nas considerações sobre as demissões na Central do Brasil, acusando Mendonça Lima de não ter recebido uma comissão designada pelos sindicatos, para tratar da situação dos empregados demitidos. Leu a seguir um memorial com as reivindicações daqueles trabalhadores.

Já no final do expediente, ao concluir seu discurso recebeu vários apartes de Ferreira Neto. Mas ele não respondeu com regularidade, levando o aparteante a reclamar:

- V. Ex^a não admite apartes?

- Não admito e não respondo apartes de mentecapto.

Ferreira Neto ficou irritadíssimo. Em seu favor surgiram o padre Leandro Pinheiro, que nunca gostou de Ventura, e os catarinenses Aarão Rebelo (numa ocasião chamou Anita Garibaldi de "vagabunda") e Carlos Gomes de Oliveira. Instalou-se um grande bate-boca e a sessão, que já estava no final, foi encerrada.

Dois dias depois voltou à mesma tribuna. *A Gazeta* registrou que "falou novamente ontem na Câmara, em explicação pessoal, o senhor Álvaro Ventura, declarando não temer os arreganhos dos deputados feudais burgueses. Prosseguiu nessa linguagem, quando o senhor Barreto Campello pede licença para um aparte. O sr. Álvaro Ventura declara negar o aparte, dizendo que o aparteante poderia inscrever-se, respondendo depois à sua palavra". Campello se dirige ao presidente da mesa pedindo a ele o aparte. "Quero saber se o orador se refere a todos os deputados, quando emprega a expressão 'círculo'". Seguem-se protestos gerais contra Ventura. "O presidente chama a atenção do orador, lamentando o incidente e condenando a atitude do senhor Álvaro Ventura, que abandona então a tribuna."

Mais um episódio para deixar magoada a Dona Eliza. Mas ela pouco opinava nestas coisas. Respeitava o que o marido pensava e fazia. Pelo rádio, ouvia os comentários nada abonadores sobre ele. E os jornais também falavam mal, exceto alguns. E continuariam fazendo isso, como

no dia 17. *O Jornal do Brasil* publica a seguinte reportagem da Câmara: "O senhor Ventura não teve a dita de terminar seu discurso ontem. Começou com a violência que lhe é habitual. Atacou aquela 'burguesia exploradora e canalha'; verberou o 'imperialismo sem entranhas'. Disse que não tem medo de ameaças e agirá com energia a qualquer tentativa de desacato. Afirma que a massa trabalhadora, cansada de ter fome, cansada de 'tapeações', um dia mostrará o que é a justiça proletária aos que rebolam naquelas cadeiras, falando cinicamente em Pátria".

Nessa sessão Ventura deixou alguns deputados bastante possessos. Mais uma vez foi interrompido. "Ou tomam uma providência ou nos retiramos quando falar este orador", esbravejou Barreto Campello. "Se não está satisfeito aqui, retire-se", respondeu solidário Amaral Peixoto. Na presidência estava Cristóvão Barcellos, que declarou: "Se o orador insiste em desatenção para com os colegas e desrespeito às autoridades constituídas, serei forçado a tomar medidas severas, de acordo com o regimento".

- Pode V. Ex^a cassar-me a palavra, diz.

- E cassarei, se continuar a manifestar-se com falta de consideração à Câmara. Ventura não esperou mais e desceu da tribuna, interrompendo o discurso. (AG - 17.9.1934)

O deputado classista não desistiu. Sempre que necessário, ia à tribuna. Levantou diversos assuntos, no geral referentes às lutas dos trabalhadores e posições do PCB. Num sábado, criticou os diretores do Instituto do Café por terem mandado atirar ao mar milhares de sacas. Denunciou perseguições e atentados, e através de um requerimento solicitou informações ao governo sobre as violências policiais contra o *Jornal do Povo*, de Aparício Torelli, o Barão de Itararé. Nunca poupou o coronel Mendonça Lima, que se recusava terminantemente a qualquer discussão sobre as demissões na Central do Brasil. O ministro do Trabalho foi "atacado em termos descorteses".

No início de outubro, Ventura protestou contra a protelação, "que qualificou de escandalosa", do registro do Partido Comunista pelo Tribunal Superior Eleitoral. "Estranhava a atitude dessa Corte, sobretudo porque o referido partido satisfizera as exigências que lhe foram impostas, maiores e mais rigorosas que as impostas às demais agremiações políticas. O senhor Álvaro Ventura afirmou que o Tribunal estava se convertendo em instrumento de perseguição." (AG - 4.10.1934)

Álvaro também leu um manifesto do Sindicato dos Bancários sobre

a prisão e ameaça de deportação de Augusto Besouchet. "O orador" - diz o correspondente do jornal dirigido por Jairo Callado - "protestou contra as violências de que vem sendo vítima o proletariado, dizendo-se informado que o senhor Getúlio Vargas ordenara aos interventores e aos chefes de polícia dos estados fuzilarem os operários que pregassem o comunismo em praça pública. Concluiu com muito ardor, preconizando a greve geral dos trabalhadores para derrubar a camarilha que assaltou o poder em 1930. Deixou a tribuna abaixo de palmas nas galerias".

Nos finais de semana Dona Eliza tinha que lavar a única muda de roupa do marido para ir às sessões da Câmara. Repetia o ritual de engomar, passar, deixar tudo ajeitado. "E Ventura morando com a família na pensão da rua da Carioca para poder economizar dinheiro e construir a sede do Sindicato dos Estivadores em Florianópolis", pensava. Um dos últimos pronunciamentos dele foi em março de 1935, no final do mandato. Em pauta no Congresso a Lei de Segurança Nacional. "Senhor presidente. Senhores deputados", começou. "Voltamos a discutir a já tão famosa Lei de Segurança Nacional, ou de segurança pessoal do senhor Getúlio Vargas, como a reconhecem alguns dos senhores representantes de um povo que não vota."

Ajeitou o paletó que sempre apertava nos ombros e continuou. "Queremos ler mais um protesto coletivo de 15 organizações proletárias do estado de São Paulo. Queremos mostrar-vos que, apesar de todos os golpes de força, de todas as violências policiais, os trabalhadores e as massas populares do Brasil protestam e protestarão contra as leis celeradas, monstros, getulianas. Até que convencidos da necessidade imperiosa estabelecida por sua situação econômica e política, o proletariado e as massas dirigidas pelo partido da revolução, pelo partido da classe mais ameaçada, o Partido Comunista do Brasil, vanguarda revolucionária de todos os oprimidos e explorados das cidades e dos campos, ponham um paradeiro a tanta miséria e desorganização."

Como nenhum aparte foi pedido, complementou: "Só nos falta que o presidente Getúlio, qualquer dia, cisme de perguntar, por meio de mensagens, qual o melhor tempero para preparar um churrasco de carne humana à gaúcha". Em casa ele sempre lastimara não ter tido tempo de atuar na elaboração da Constituição. Os trabalhos tinham começado em novembro de 1933, e no dia 16 de julho do ano seguinte ela estava promulgada. Os mandatos dos parlamentares tinham sido prorrogados, período em que ele chegou à Câmara. "Melhor seria se aquela mulher não tivesse matado o Pennaforte", matutava em silêncio Dona Eliza.

"Certo dia eu estava na tribuna da Câmara quando senti um gosto de sangue. Peguei o lenço e levei à boca, no que constatei que havia sangue. Parei de falar, o que levou muita gente a se aproximar de mim, jornalistas, Sady Garibaldi, Vianna, Antenor Novaes. O que foi, doutor? Isso me irritava, pois nunca quis ser doutor. Ao verem postas de sangue, jornalistas e colegas deputados me levaram a um hospital na rua Miguel Couto. Lá (um médico), depois de me examinar bem, disse que eu estava com três pólipos. Extraídos os pólipos, o médico recomendou-me que deixasse de fumar. Parei de beber, quando ainda era marinheiro. Mais tarde me cassaram os papéis por causa de greves, manifestações e atividades políticas." (Ventura)

SIMPATIZANTES DO COMUNISMO

Tobias Warchawski era um "judeuzinho bom, inteligente e muito novo", chargista, 18 anos de idade, residente na rua São José, nº 10, Rio de Janeiro. Ele e Ventura foram até a praça da Harmonia no final da tarde de 24 de setembro de 1934 para fazer mais um comício. "Os que passavam pela praça tiveram sua atenção despertada pelo discursar entusiástico de um jovem, postado em frente à leiteria Pensamento. O moço já estava cercado de considerável massa popular e discorria sobre a situação de penúria do operário no Brasil, traçando paralelos com os seus colegas de outros países de regime socialista, principalmente a Rússia."

De acordo com o correspondente de *A Gazeta* (25.9), enquanto discursava "procedia à distribuição profusa de boletins de propaganda comunista. Cercavam-no, ao que consta, elementos do Socorro Vermelho dos estudantes e membros do Comitê Antiguerreiro e Antifascista que, em conjunto com o povo, lhe faziam calorosa demonstração de apoio". Tobias era um orador inflamado e, em pé sobre um tamborete, soltava o verbo.

"Em dado momento gritos de 'vem a polícia' se ouviram e partiu, não se sabe de onde, um tiro. A confusão, então, era indescritível", conta o jornalista, completando: "Nesse momento, policiais civilmente trajados brandindo revólveres e cassetetes apareceram nas embocaduras das ruas e, cercando a massa, entraram a cobri-la de pancadas e tiros". Os estudantes reagiram, houve troca de tiros e Tobias saiu com "um ferimento contuso no parietal direito por cassetete", sendo depois "atendido pela Assistência". Isso foi o que o repórter observou na hora.

Ventura viu outras coisas. "O Carlos Lacerda" - disse anos mais

tarde - "fez uma grande traição ao Partido, na qual morreu Tobias Warchawski, um judeuzinho que comigo e outro foi incumbido de fazer um comício na praça da Harmonia. Seria um comício político. Lacerda apontou-nos para a polícia, que prendeu Tobias, levando-o para a mata do Macaco, no morro da Tijuca, onde o mataram com mais de 60 tiros. Eu consegui escapar porque já conhecia o comandante do 5º Batalhão de Polícia, da praça da Harmonia. Ele ia saindo do quartel quando me viu correndo da polícia civil. Fez-me entrar no quartel e me salvou, graças também aos entrechoques que sempre ocorriam entre as duas polícias".

O assunto movimentou os meios operários e estudantis do Rio de Janeiro. Foi formada uma comissão popular, que conseguiu apurar, sem ser ouvida, o que tinha acontecido. O inquérito policial instaurado chegou ao nome de um Walter Fernandes e foi expedido mandado de captura. Ventura ocupou novamente a tribuna, em meados de novembro de 1934. Disse que Walter Fernandes estava inocente e que eram "escusadas as perseguições que lhe movia a polícia, atingindo até a sua família, da qual dois membros já tinham sido presos. Classificou de ridículo o gesto do chefe de polícia, instituindo o prêmio de um conto de réis a quem capturasse Walter". (AG - 17.11.1934)

O crime seria explorado maldosamente pela polícia logo após os levantes de novembro de 1935. Dulles sustenta a versão policial de que o "vibrante orador da Juventude Comunista foi morto a tiros, não longe da Vista Chinesa, no Rio, por membros do Partido, convencidos de que ele delatara o líder do PCB, Deicola dos Santos. Mas a evidência indica que o Partido tenha julgado mal".

Outro envolvimento de Ventura com as lutas e conflitos de rua foi durante a campanha eleitoral de outubro de 1934, no Rio. O PCB não se aliou com a Coligação de Esquerda, composta por alguns sindicatos, os trotskistas e o Partido Socialista Brasileiro. Ventura anunciou na Câmara que o PCB só fazia acordo com outra agremiação "na luta prática pelas reivindicações da classe trabalhadora", e não só em período eleitoral. Os comunistas, naquela ocasião, saíram com a União Operária e Camponesa e a campanha foi ferrenha.

No dia 11 de outubro estava marcado um comício no Centro de Garções e Classes Anexas, rua dos Arcos, nº 26. A animação começou por volta das sete e meia da noite, onde falaram diversos oradores, candidatos e o próprio Ventura. A polícia infiltrou agentes que, perto das dez

horas, começaram a disparar no interior do recinto. "As casas comerciais cerraram suas portas, o povo, em correria, procurava abrigar-se do perigo, metendo-se, como podia, pelos porões que viam abertos. Em breve todo o trecho ficara intransitável."

O tiroteio cerrado deu-se no interior do Centro e em parte da rua. "Ouviam-se gritos, imprecações, numa confusão bélica, dantesca, pavorosa. Decorreram dez minutos numa situação medonha, como uma guerra miniatura." Bombas de gás lacrimogêneo, tiros. O jovem italiano Luiz Bordinalli, ajudante de garçom, 26 anos, levou um tiro fatal. A polícia revistou o cadáver e encontrou "duas carteiras sociais e um jornal comunista". Outros 14 ficaram feridos, alguns gravemente, sendo internados na Assistência Municipal. Mais de 70 foram presos e vários responderam a inquérito.

O comissário Serafim, do DOPS carioca, recém-criado, reuniu a imprensa para dar sua versão. Disse que se tratava de uma reunião de "simpatizantes do comunismo" e que a "polícia compareceu como lhe competia, e os investigadores que para lá foram mandados não conseguiram moderar as expressões de certos oradores". Segundo ele, o tiroteio começou quando "atiraram do fundo da sede" contra a polícia. O investigador Eloy Sá Moreira saiu ferido.

"A polícia está informada" - disse o investigador - "da atividade a que nesses últimos meses se tem entregue grande bando de indivíduos, confessadamente comunistas uns, anarquistas outros, que pretendem provocar uma greve geral nesta capital com irradiação para outras cidades do país". E mais. Que "a essas atividades não são estranhos os senhores deputados classistas Álvaro Ventura, Vasco Toledo e Castro Ferreira; Agenor Marinho, empregado da Companhia Telefônica, Severino Soares de Oliveira, estivador, Janceriano Damião e o senhor Plínio Mello. A polícia sabe do que se trama e aguarda", concluiu.

No dia seguinte Ventura, Toledo e os candidatos a deputado federal Plínio Mello e João de Souza Gaya foram à redação do *A Noite* denunciar o ocorrido. O protesto era pelo fato de as violências policiais ocorrerem "já no período em que o Código Eleitoral assegura plena liberdade a todos os cidadãos, que de forma alguma poderão ser presos, salvo em flagrante delito. O objetivo da polícia, no caso, não pode ser outro senão o de aterrorizar a massa trabalhadora, para que ela não compareça ao comício de amanhã, na esplanada do Castelo, e também para afastá-la das urnas", relatou Plínio.

A polícia conseguiu o que temiam Ventura, Mello e os demais. Para deputado federal a União Operária e Camponesa conseguiu apenas 1.709 votos. A Coligação de Esquerda, ou Proletária, abocanhou 8.508. E os partidos "de direita" levaram a melhor nas eleições como um todo.

Mas Ventura não descansava. Em 1935, logo após o aparecimento da Aliança Nacional Libertadora, foi marcado um comício para as seis horas da tarde, em conjunto com a Comissão de Inquérito Jurídico e Popular, contra a Lei de Segurança Nacional. Estavam inscritos para falar Ventura, Vasco de Toledo e João Viloca. "A polícia resolveu intervir e mandou para o local uma força de cavalaria da polícia militar, turmas de investigadores e guardas civis." Foi outra pancadaria.

"Antes de qualquer investigador brasileiro, o Departamento de Quadros do Komintern, em Moscou, também já havia esclarecido outro crime, cuja autoria ainda em 1992 era atribuída à polícia. No final de 1934, a direção do PCB mandou matar Tobias Warchawski, membro da Juventude Comunista, filho de uma família de classe média no Rio. Ele era acusado de ter provocado a prisão de Tampinha (Deicola), e estava sempre em liberdade quando outros militantes eram procurados e detidos pela polícia. Foi atraído para um encontro perto de sua casa e abatido a tiros. Imediatamente o Partido apresentou Warchawski como vítima da repressão policial, transformando-o em símbolo da perseguição aos comunistas. Até comissões parlamentares se ocuparam do caso.

Enquanto a opinião pública brasileira debatia apaixonadamente o assassinato, em Moscou não havia nenhuma dúvida sobre sua autoria. Baseado em depoimentos, informações e relatórios dos próprios dirigentes brasileiros, o Departamento de Quadros elaborou spravkas (informes) atribuindo o crime a Francisco Natividade Lira, o Cabeção. A decisão de matar o estudante Warchawski, segundo o material em Moscou, fora tomada por Martins, Tampinha e o instrutor alemão Jan Jolles, reunidos na casa do jornalista Osvaldo Costa, enquanto Miranda estava fora chefiando a delegação do PCB à União Soviética. Quando passou por Moscou, pouco mais de dois anos depois do crime, Abóbora recebeu em nome do PCB uma reprimenda oficial pelo fato de o Partido ter liquidado um provocador e o transformado em vítima da polícia." (Waack)

DO NAMORO AO RECRUTAMENTO

O namoro entre Ventura e o Partido Comunista, surgido no começo dos anos 20, quando ele ainda estava muito ligado ao anarquismo, torna-se noivado já em 1934. A presença de Álvaro na Câmara dos Deputados passou a servir de referência aos possíveis aliados dos comunistas e à própria polícia política. Num relatório escrito por Felinto Müller em 1936 sobre os acontecimentos de novembro do ano anterior, estão assinaladas algumas atividades do deputado classista catarinense.

O chefe de polícia de Vargas informava que "já em outubro de 1934 os conspiradores possuíam cifras, para maior segredo de suas comunicações que se alastravam pelo país". Também "por essa época", começa a "se esboçar de maneira precisa a atividade do Partido Comunista. O senhor Álvaro Ventura, deputado classista no Congresso Nacional, declarava à Câmara que era, ali, o intérprete do PC. Assim, à sombra da Constituição, começaram os comunistas a desenvolver forte programa de agitação".

Felinto Müller conta ainda que "a oposição ao governo da República, desejando tirar partido, tentou sua primeira aproximação com o PC, através do senhor Álvaro Ventura, isso no dia dois de outubro, quando aquele deputado classista foi procurado por um emissário de Artur Bernardes". O ex-presidente não pretendia "fazer uma revolução comunista, mas apenas tirar proveito da força que o PC pudesse lhe emprestar num golpe contra o governo. Como verificassem que o sr. Álvaro Ventura não se mostrava disposto a auxiliá-los", desistiram de prosseguir na abordagem.

O ingresso no clandestino PCB fez Ventura entrar num mundo diferente. No primeiro encontro e nos seguintes notou que os comunistas se sentiam sempre perseguidos, tomando por isso precauções. Nunca seguiam diretamente para onde queriam ir, fazendo desvios por ruas pouco freqüentadas para certificarem-se que não havia perseguição. Haviam lido nos manuais de segurança e levavam a sério a orientação de desconfiar sempre "do pedestre mais banal, do operário, do motorista e do barbeiro ou do soldado, pois podem ser agentes da polícia".

Deviam rabiscar o menos possível, "mas não escrever é melhor. Não fazer nenhum apontamento sobre assuntos delicados. Às vezes é melhor esquecer determinadas coisas do que ter que anotá-las", razão por que se

esforçavam para ter guardados só na cabeça os nomes, de pessoas e de ruas, e os números de casas e telefones. Se alguma coisa tiver que ser anotada, que o seja através de códigos. Se tivesse que escrever uma carta deveria "dizer o mínimo, esforçando-se para ser compreendido apenas pelo destinatário. Não colocar o nome de terceiros a não ser que seja imprescindível." Da mesma forma, quem recebia uma carta desconfiava dos nomes, números e informações precisas. Por trás poderiam estar as que interessavam.

Nas longas caminhadas que costumava dar pelos subúrbios do Rio, conversando com dirigentes do Partido, recebia ele próprio as primeiras orientações sobre segurança, o que na clandestinidade era fundamental. Desconfiar dos telefones, fazendo uso dos mesmos, se necessário, em cafés, cabines automáticas, estações. Encontros não podiam ser marcados por telefone. E se fossem, deveriam ser precedidos de minucioso estudo do local. "Num lugar público, numa estrada de ferro, num encontro, ter sempre em conta as possibilidades de observação e até de iluminação. Esforçar-se por ver sem ser visto. É aconselhável sentar-se sempre contra a luz. Assim se vê melhor e se é menos visto. Não é aconselhável expor-se junto a janelas."

Essas regras nunca eram seguidas à risca, nem mesmo entre os principais dirigentes, mas eram tidas como sagradas. Ventura iria usar muitas vezes os recursos do trabalho clandestino ao longo da vida. Teve pelo menos dez codinomes durante toda a sua trajetória. Nesse tipo de trabalho, "um militante não deve saber o que é que ele irá fazer e se torna muitas vezes perigoso fazer-lhe conhecer antecipadamente o que vai fazer. Quanto menos um trabalho é conhecido, mais segurança e possibilidades de êxito ele oferece".

Ventura haveria de "desconfiar sempre daquele que se mostra inclinado a fazer confidências. Saber ficar calado é um dever para com o Partido, para com a revolução. Deve-se saber ignorar voluntariamente o que não se deve conhecer". Não se poderia confiar "ao amigo mais íntimo, à companhia, ao camarada mais seguro, qualquer segredo do Partido. Não se deve ficar chocado e muito menos vexado com o silêncio de um camarada. Não é sinal de falta de confiança, mas sim o sinal de estima fraternal e da consciência - que deve ser comum - do dever revolucionário".

Como deputado, naquele instante, Ventura não precisaria cumprir todas as recomendações, mas as deixaria bem guardadas e faria bom uso

de quase todas. O que lhe preocupava naquele momento era a situação interna do Partido Comunista. A organização fundada sob a batuta de Astrogildo Pereira em 1922 passava por profundas dificuldades.

A velha guarda que havia fundado o PCB, aos poucos tinha deixado o Partido, sendo substituída em definitivo, em 1934, por uma nova geração de dirigentes. Astrogildo Pereira, Basbaum, Octávio Brandão, Heitor Ferreira Lima e Mário Grazzini paulatinamente foram saindo. "O Partido terá sua vida complicada pela intervenção da III Internacional, em 1930, que submete o então secretário-geral Astrogildo Pereira a uma violenta crítica e provoca o remanejamento do grupo dirigente que, bem ou mal, começava a se consolidar após nove anos de debates e de lutas em comum." (Vinhas)

A aplicação no Brasil de uma resolução da Internacional Comunista pregando a bolchevização dos partidos "influía no sentido de afastar e marginalizar intelectuais da direção partidária. A campanha de proletarização chega a assumir conotações tais que, em reuniões de certos organismos, os intelectuais eram privados do direito de votar".

Um dos atingidos, Leôncio Basbaum, lembra que esta "proletarização" tinha apenas um "sentido romântico: proletarizar-se significava, segundo alguns, abandonar hábitos burgueses, só fumar cigarros baratos, andar mal vestido. A própria gravata passou a ser um sinal de tendência pequeno-burguesa. E até mesmo tomar banho diário era um resquício pequeno-burguês, capaz de afetar a ideologia proletária do Partido".

Paralelamente a esse processo, que durou algum tempo e se disseminou pela estrutura partidária entre 1932 e 1934, "começam a entrar no PCB os antigos 'tenentes de esquerda', que ascendem rapidamente aos cargos de direção, e cuja presença terá conseqüências várias na organização e atuação política do PCB. O fato de Miranda, elemento de confiança de Luís Carlos Prestes, tornar-se secretário-geral em 1934; de Agildo Barata, companheiro de Juarez na revolução de 1930, entrar no Partido; e de Luís Carlos Prestes, em fins de 1934, tornar-se membro do CC e do Bureau Político, mostra que o ex-tenentismo, de tendência social, vai tornar-se determinante no PCB". (Carone)

Na I Conferência Nacional do PCB, em agosto de 1934, Miranda assumiu a direção nacional do Partido. Nascido em 1905, na Bahia, participou com Silo Meireles na organização da Liga de Ação Revolucioná-

ria, organismo criado por Prestes no exílio. Antônio Maciel Bonfim, como se chamava, "aparentava uns 30 anos, rosto claro, quase redondo, olhos vivos, boca rasgada, de grande loquacidade, escondendo no palavreado abundante sua escassa cultura geral e quase desconhecimento do marxismo. Pronunciava certas palavras, como 'medonho', por exemplo, em tom grave, para dar ênfase ao que dizia". (Lima)

Ex-professor primário, passagem pelo Exército como sargento, era "muito ativo no trabalho. Os que o conheceram na prisão, após 1935, falam de sua presunção e verbosidade". Além disso, "suas exposições eram ocas, sem análises nem deduções, apenas críticas esparsas. Sua atividade principal consistia de contatos com os militares insatisfeitos, os intelectuais descontentes e os simpatizantes contribuintes, pouco se preocupando com o reforçamento do Partido, vivendo em permanente movimento conspiratório, preparando uma revolta armada".

Seu braço-direito foi Honório de Freitas Guimarães (Martins), "um moreno, alto, cheio de corpo, cabelos e bigodes pretos, um aspecto autoritário, descendia de família rica. Tendo estudado na Inglaterra, foi reprovado em matemática na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, aventurando-se então no garimpo". Dirigiu uma fazenda, aproximando-se do prestígio. "De estreito horizonte intelectual, falava quase com agressividade, sendo grosseiro, de modo geral, no trato pessoal." Mas apesar disso tinha uma enorme capacidade de trabalho. Dedicou-se inteiramente, naqueles anos, ao Partido, cumprindo as tarefas mais difíceis, aquelas que poucos conseguiam fazer.

Um terceiro personagem, fiel extremado a Miranda, foi Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu. Nascido em Mossoró em 1908, cresceu na miséria. Tinha o "rosto comprido, olhos pequenos e redondos, era astuto e obstinado, falando cautelosamente e, quando algo lhe parecia errado, fazia o contrário, por julgar este o certo". (Lima) Essas as lideranças principais, encontradas por Ventura quando ingressou efetivamente no PCB.

Dulles inclui Ventura como outro dos colaboradores mais fiéis de Miranda. O brasilianista o descreve como um "estivador sem educação formal, um homem franco", que se vinculou, no Rio e em Santa Catarina, ao movimento sindical e de massas. Quem conspirava, naquele momento, era a cúpula. Quando começou a discussão no Comitê Central sobre a possibilidade de uma insurreição armada, Ventura contestou. "Eles levantaram isso aí dentro do Partido e eu fui contra. Não tínhamos condições de fazer uma revolução."

Apesar de todos os aspectos negativos, a conferência do PCB em agosto de 34 representou, no geral, um avanço em relação à política sectária e estreita que vinha sendo seguida desde 1930. Foi abandonada a tática de "classe contra classe" e apontada a necessidade de ampliação do leque de alianças, da intensificação do trabalho junto à massa trabalhadora. Isso ficaria claro mais tarde, com a criação da Aliança Nacional Libertadora, um dos maiores movimentos de massa registrados na história brasileira.

"No Rio de Janeiro, nos anos de 1933-34, num período em que a Assembléia Constituinte redigia a Constituição Brasileira de 1934, a direção do PCB efetuou uma autocrítica, resolvendo, por consequência, intensificar o trabalho de proselitismo do Partido. Também decidiu dar um novo impulso à política adotada em São Paulo, em 1932, de cooperação com os sindicatos reconhecidos pelo ministério do Trabalho, com o propósito de assegurar, eventualmente, o controle dos mesmos. Esta reviravolta na orientação sectária do PCB ocorreria simultaneamente ao esforço de arregimentação, uma campanha que aproveitaria ao máximo a impressão, bastante generalizada, de que Getúlio Vargas nada fazia para solucionar a contínua crise econômica." (Dulles)

PÃO, TERRA E LIBERDADE

VOLANTES PROFUSOS

A grande novidade do carnaval de 1935 em Florianópolis não foi a marchinha *Feitiço da Vila*, composta por Noel Rosa e Vadico. Nem o sucesso da música *Cidade Maravilhosa*, recém-lançada por André Filho, ou a avant-première do filme *Alô, Alô Brasil*, estrelado por Carmen Miranda. Naquele verão quente, final de fevereiro, as atenções se concentraram nas atividades de uma recém-criada Frente Única, organização política destinada a combater a proposta de instauração, por Getúlio, da Lei de Segurança Nacional.

No dia 21 daquele mês a população foi convocada para uma "reunião de protesto", às oito da noite, na sede do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil. Um boletim com o convite foi distribuído nas ruas, impresso na gráfica mantida por José Rodrigues da Fonseca. O convite foi feito ao "operariado em geral, médicos, advogados, jornalistas, estudantes, soldados e marinheiros".

A polícia civil, ao tomar conhecimento da movimentação, proibiu imediatamente a "sessão pública" contra a popularmente conhecida "Lei Monstro". E constrangeu o presidente do sindicato que sediaria o encontro, chamando-o à delegacia. José Martins teve que declarar ao delegado auxiliar que não havia autorizado o uso da sede da entidade para o protesto.

A agitação provocada pelo aparecimento da Frente Única - fato inédito até então na história do estado - colocou as forças militares em alerta. "Desde sábado uma companhia do 14º Batalhão de Infantaria está de prontidão, correndo, sobre isto, várias versões, entre elas a do reajustamento dos vencimentos dos militares e a discussão hoje na Câmara da Lei de Segurança Nacional." (AG - 25.2.1935)

Na segunda-feira, dia 24, com a LSN já aprovada na Câmara Federal, voltam a aparecer na cidade os boletins da agora denominada Frente Única dos Sindicatos Operários de Florianópolis. Os volantes, "profusa-

mente distribuídos", convidavam o "operariado em geral, médicos, advogados, jornalistas, estudantes, soldados e marinheiros, de qualquer tendência religiosa ou filosófica" para a sessão pública. O local, o mesmo Sindicato da Construção Civil, às oito da noite, "gentilmente cedido por sua diretoria", acrescentava.

"O protesto será o grito da revolta contra o asfixiamento das liberdades públicas", destacava *A Gazeta* um dia antes. No dia do protesto, uma quarta-feira, 27, a cidade ficou durante a tarde praticamente tomada por forças policiais. Cavalariados da Força Pública percorriam as vias centrais. A rua Conselheiro Mafra e o cais Badaró "estiveram quase toda a noite sob a vigilância de muitos policiais. O serviço de policiamento da cidade também foi feito por praças do Exército".

Por causa disso os organizadores do protesto tiveram que mudar de planos, tendo os jornais anunciado que nada havia sido feito. Mas, ao contrário, "burlando as providências policiais, conseguiu se reunir, em lugar que ignoramos, o Comitê da Frente Única dos Sindicatos Operários, deliberando enviar à capital da República diversos telegramas de protesto contra a Lei de Segurança".

Hipólito Pereira, João Mariano dos Santos e Carlos Alberto Richard visitaram as redações dos jornais para informar que o original do telegrama estava com eles e aberto aos que quisessem subscrevê-lo. Esse foi apenas o ensaio de um movimento bem mais amplo e forte, de frente única, que seria criado alguns meses depois: a Aliança Nacional Libertadora.

*"Estudantes! Operários! Soldados! Moços de Santa Catarina!
De pé, em protesto veemente, contra o cerceamento das manifestações livres do pensamento.*

Unamo-nos na defesa de nossas idéias.

Congreguemo-nos para repelir as investidas dos sequazes imperialistas, mascarados com rótulos espaventosos de Nacionalistas, Fascistas, Integralistas e quejandos.

Fundemos a Liga Anti-Fascista!

Todos indistintamente devem comparecer ao comício-protesto, contra a inominável violência que ocasionou a sangrenta tragédia do dia 24, no Rio.

Dois mortos e 35 feridos, porque a valorosa mocidade estudantina carioca, aliada aos companheiros operários, quis dar uma pública demonstração de sua repulsa

ao movimento fascista.

Em dia que será previamente marcado, realizar-se-á o nosso grande comício.

Estudantes! Operários! Soldados!

Mocidade Catarinense!

A postos!

Abaixo os fanáticos da opressão.

Liberdade!"

"O Comitê Anti-Fascista" (AG - 28.8.1934)

O FRENTÃO NA SACADA

A multidão que tomou a frente de um pequeno prédio na praça XV de Novembro, esquina com Conselheiro Mafra, numa noite fria de junho, pode ter surpreendido alguns. Mas não foi novidade para os organizadores daquele dia nove, lançamento oficial da Aliança Nacional Libertadora em Santa Catarina. A semana que precedeu o evento foi tumultuada e de muito trabalho. Durante as noites e final de semana saíam equipes de aliancistas com volantes embaixo dos braços, distribuindo-os nos principais bairros e centro de Florianópolis.

Nos cafés, no porto e no mercado público as conversas giravam em torno do acontecimento. Além do trabalho de divulgação corpo a corpo, os jornais deram destaque ao evento. E foi com muita atenção que as pessoas acompanharam a polêmica em torno do uso ou não pela ANL do plenário da Assembléia Legislativa, para se lançar solene e com pompa. Como havia sido feito no teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, dia primeiro de março último.

O passo inicial para obter o edifício do legislativo estadual foi o envio de um ofício ao presidente, Altamiro Lobo Guimarães, no final de maio. No dia cinco de junho os jornais publicaram a resposta dada pelo primeiro-secretário, Francisco Barreiros Filho, onde ele afirma ter "sido resolvido negar a concessão do edifício da Assembléia para que se efetuasse a sessão de instalação da ANL". E justificou que "não se deviam realizar em seu recinto reuniões de partidos políticos, quer situacionistas quer oposicionistas, devendo, assim, o edifício da Assembléia destinar-se exclusivamente aos trabalhos inerentes à Constituinte e que exprimem a sua única finalidade. Cordiais saudações".

A negativa teve profunda repercussão na opinião pública, até pela importância das pessoas que integravam a direção aliancista. O presi-

dente era o médico César Ávila, cirurgião respeitado, nascido em Lages, com movimentado consultório na rua Trajano, 51. Como vice, o capitão do Exército Renato Tavares da Cunha Melo, ex-comandante da Força Pública do estado e filho do desembargador Francisco Tavares da Cunha Melo Sobrinho. Médico conhecido e respeitado, Miguel Boabaid ocupava a secretaria-geral.

Outro capitão do Exército, Germano Donner, participante da Revolta do Forte de Copacabana em 1922 e depois anistiado, era um dos membros da comissão executiva. Sem contar que no palanque ia estar um insuspeito deputado do Partido Republicano, João de Oliveira, fazendo seu pronunciamento. Daí não ter sido novidade para a liderança da ANL o comparecimento "de grande massa popular estacionada em frente à sede".

O lançamento começou poucos minutos depois da hora marcada, sete da noite. A primeira participação que empolgou foi a do então redator do jornal *O Estado* Lourival Câmara, que leu, da sacada, uma carta do "grande patriota, senhor general Luís Carlos Prestes, nome por todos os títulos impoluto e merecedor do respeito dos brasileiros". (AG 10.6.1935) Dizia Prestes: "Junto-me à ANL a fim de lutar, nas suas fileiras, ombro a ombro, com todos os que não se venderam ao imperialismo, pela libertação do Brasil, pela abolição das condições feudais, pela defesa dos direitos democráticos do povo brasileiro, ameaçado pela barbárie fascista".

Discurso que arrancou demorados aplausos foi o do médico César Ávila. "O capitalismo estrangeiro" - disse - "é um polvo enorme que, com tentáculos de ouro, vem sugando o sangue brasileiro com regularidade de máquina." E acusou a existência de "uma crise de caráter nos nossos dirigentes, que vêm sacrificando a nossa nacionalidade na fornalha insaciável da própria voracidade, entregando a magnatas estrangeiros os pontos vitais da nossa economia". Citou a existência da malária, a peste branca, e da lepra, para arrematar dizendo que "o imperialismo quer uma colônia de doentes e ignorantes".

Mais adiante negou o caráter comunista do movimento e a existência do "ouro de Moscou" financiando as atividades aliancistas. "Pregamos a liberdade ampla, e a liberdade ampla, que assusta os opressores, não cabe nem dentro da ditadura proletária de Lenin, nem tampouco se identifica com a ditadura personalista do fascismo." Tomou em seguida o cuidado de desmentir o divulgado ateísmo da Aliança, afirmando: "Não nos

move a hipocrisia dos que querem com o nome de Deus fazer política e, em nome de Deus, perpetuam os crimes mais hediondos".

A multidão não se importava com o frio, mais intenso à medida que a noite avançava, e ia ao delírio a cada novo orador. Um dos que mais prendeu a atenção foi o capitão Renato Tavares. Diz ser a ANL a única "organização nacional que, sem sectarismo, subordina a sua orientação exclusivamente à libertação econômica e social de um povo ludibriado, escravizado, menosprezado. Apóia os oprimidos, os intelectuais honestos, para enfrentar com eles, desassombradamente, a luta contra o imperialismo, o fascismo e o feudalismo latifundiário".

Garante não haver "ligação com partidos políticos democráticos, socialistas e comunistas", sendo uma frente única de "brasileiros que compreendem a necessidade de uma solução imediata para a miséria em que se debate um povo, digno de melhor sorte". Saudou o ingresso na Aliança da "mais alta expressão do valor intelectual e moral do Brasil", Luís Carlos Prestes, a quem comparou: "A sua personalidade faz reviver o nome de Spartacus, o mais célebre dos chefes das revoltas dos escravos, durante a antiguidade romana".

Manoel Alves Ribeiro, que já se destacava como orador de massas, ataca os integralistas que "desempenham, neste momento, o papel de verdadeiras tropas de choque contra os interesses dos trabalhadores nacionais. Eles já aparecem claramente como os auxiliares mais dedicados da opressão dirigida contra nós". Acusou que "em Santa Catarina a reação é dirigida pelo próprio chefe provincial do integralismo, que procura envolver-nos em ação policial de repressão ao crime comum, quando procuramos exclusivamente melhorar a situação de nossas famílias".

O deputado estadual João de Oliveira, que seria alvo de comentários maldosos nos dias seguintes, foi cauteloso nas considerações iniciais apontando as diferenças entre o PCB ("representa em nosso país uma seção da Internacional Comunista") e a ANL. "Dentro dela cabem os trabalhadores das cidades e do campo; cabem, também, os homens de todos os partidos políticos, de todos os credos filosóficos e religiosos, desde que se disponham a preencher com honra a sua finalidade, que se resume em tornar mais digna e humana a vida do povo, na vastidão do território pátrio."

Foi enfático ao afirmar que "a Aliança se tornou um organismo de frente única, formado de grupos heterogêneos, que não visa à posse do governo, mas apenas influir sobre o governo para que este modere as difíceis condições de vida em que se debatem as camadas populares do

Brasil". Emendou dizendo que "o Partido Comunista, bem ao invés disto, exige o posto de vanguarda e a direção do governo para a classe proletária. Reclama o comando supremo para o operariado, não o cedendo a ninguém e a nenhuma outra classe".

O lançamento da ANL em Florianópolis teve enorme repercussão em todo o estado. Nas semanas seguintes os jornais publicariam na íntegra os pronunciamentos de todos os oradores do ato. A delegação de Itajaí, composta de operários, membros de diversos sindicatos, retornou disposta a repetir a façanha no município. Os telegramas de Hercolino Cascardo e do capitão Antônio Rollemberg, dirigentes nacionais da Aliança, foram comemorados e reproduzidos. De Florianópolis, em apoio ao movimento, se colocaram desde o início a Assemércio (agora com nova diretoria), os sindicatos dos trabalhadores de armazéns e trapiches, construção civil, padarias, garçons, a União dos Chauffeurs e a União dos Operários Estivadores.

O ato foi encerrado pelo médico Miguel Boabaid, levantando vivas à Aliança Nacional Libertadora e ao capitão Luís Carlos Prestes, enquanto a multidão respondia e, em ordem, aos poucos foi deixando a praça XV de Novembro.

Presidente

César Ávila

Secretário-geral

Miguel Boabaid

2º Secretário

Ramiro Ulisséa

Delegados de Propaganda

Manoel Alves Ribeiro/Deodoro A. Silva

Vice-Presidente

Renato Tavares

1º Secretário

Jorge Vieira

Delegados de Publicidade

Ayrton Martins/Sebastião Vieira

Tesoureiro

João Medeiros

Comissão Executiva

Cap. Germano Donner/Max Berenhauser

Mustafá Guarany e Silva/Augusto Livramento

Francisco Lutzemberger

(OE - 17.06.1935)

TENTÁCULOS ALIANCISTAS

A Aliança Nacional Libertadora rapidamente se alastrou por diversas cidades do estado, incorporando pessoas das mais variadas tendências políticas e origens de classe. O núcleo de Florianópolis foi escolhido

do já no dia 14 de junho e empossado. Na presidência do Diretório Municipal Provisório, o tenente Belizário dos Santos, do Exército, e na vice João Mariano dos Santos Júnior. Primeiro-secretário, João Schlegel, e Fausto Silva segundo; Adolpho Tremel o primeiro-tesoureiro, e um dos fundadores do PCB mais tarde, Waldomiro Monguillott Júnior, o segundo.

A comissão de propaganda tinha a participação de Carlos Diniz Saldanha, que no futuro teria um grave atrito com o capitão Renato Tavares, além de J. Linhares e Henrique Müller. O comandante Pedro João Araújo e o velho anarquista Porfírio Gonçalves cuidavam da publicidade. A comissão executiva foi composta de Jurandir Linhares, Irineu Pavan, Arão Bonifácio Rebelo, Henrique Seixas Ribeiro e Carlos Gonzaga. No início de julho o tenente Belizário dos Santos foi transferido de unidade e teve que deixar Florianópolis, assumindo em seu lugar o vice João dos Santos.

Os trabalhos do diretório da capital se confundiam com os da direção estadual. "Nós fazíamos comícios, de tipo nacionalista, antiimperialista, campanha contra as multinacionais que já existiam. Fazíamos muito ato público, esse era o nosso trabalho." (Mimo) Um grande comício foi feito em Biguaçu. "Chegamos lá, arrumamos um clube e fizemos o trabalho. A Aliança era muito bem recebida pela população e sempre comparecia muita gente."

A maior penetração das mensagens aliancistas era "na camada média da burguesia. E atraiu muitas personalidades. Naquele tempo, com a ascensão do fascismo na Europa, uma boa camada da burguesia daqui temia isso. Uma parte era realmente antifascista", assinala, reconhecendo que "não existia um apoio de base. Não havia realmente uma ligação firme com a classe operária, com os trabalhadores".

Em Lages a instalação da Aliança foi no dia cinco de julho, uma sexta-feira, com minuano soprando. Uma multidão se reuniu a partir das oito horas da noite na sede instalada na praça XV de Novembro, centro da cidade. Caravanas seguiram da capital para prestigiar. Um telegrama enviado ao capitão Renato Tavares resume: "Debaixo grande entusiasmo popular realizou-se praça pública, a cinco de julho, comício de instalação da Aliança Nacional Libertadora neste município. Os oradores produziram vibrantes discursos e definiram postulados antifeudais e antiimperialistas, as grandes aspirações do povo oprimido, e enalteceram

a Coluna Prestes, pioneiro revolução nacional libertadora - Núcleo Lages ”.

Este telegrama pode ter sido enviado a Renato Tavares pelo capitão Armando Rollemberg, que havia sido destacado para servir no 2º Batalhão de Engenharia naquela cidade. Signatário do manifesto de lançamento da ANL, companheiro de Prestes, Rollemberg tinha sido afastado de unidades maiores para que tivesse restringida a área de atuação política, como Hercolino Cascardo e outros.

Na cidade portuária de Itajaí o movimento aliancista também foi significativo, com forte base de apoio no Sindicato dos Estivadores, junto aos trabalhadores da usina Adelaide e em outras pequenas indústrias. Alguns comunistas notórios, como Martinho Silva e Joaquim Lopes Corrêa, se juntaram ao núcleo aliancista. Faziam parte ainda Osmar Machado Espíndola, Alberto Corrêa, Graciliano Rodrigues, Euclides Braga Silva, Arlindo Nery, José Mariano Furtado e Pedro Alcântara.

O jornal *O Libertador*, do advogado Francisco Rangel, abriu suas páginas para divulgação do documento de criação da ANL, artigos de Hercolino Cascardo, manifestos de Prestes e noticiário sobre o andamento dos trabalhos no estado. Rangel, dono da papelaria Rangel, mantinha uma dezena de títulos de obras de Lenin, como *Imperialismo*, *Estágio Supremo do Capitalismo*, *Doença Infantil do Comunismo*; *A Luta Contra a Guerra*; *O Estado e a Revolução* e ainda *A Revolução Proletária e o Renegado Kautzky*. Coisa rara na Santa Catarina da época.

Era nessa livraria que boa parte dos comunistas da região de Itajaí e mesmo Florianópolis começou a se abastecer. Vendia ainda diversos livros sobre o andamento da construção do socialismo na URSS, contos soviéticos, filosofia (*Introdução ao Materialismo Dialético*) e vários outros. Bem relacionado com os comunistas do Rio de Janeiro, conseguia que estes enviassem publicações, livros e também jornais, através de marítimos embarcados que os traziam clandestinamente.

No Sul catarinense, a ANL chegou a ter algum sucesso em Tubarão, base eleitoral do deputado João de Oliveira, assim como em Laguna, onde ele mantinha jornais em circulação. Em Tubarão dirigiam a Aliança Antônio Silva, Pedro de Menezes, Sílvio Longo, Alfredo Bernardini, Antônio Sampaio e Pedro Luís.

Mas foi no planalto Norte, incluindo os municípios de Canoinhas, Mafra e Porto União, onde os aliancistas mais fizeram propaganda, e em algumas oportunidades tiveram que enfrentar a violência dos integralistas. Cid Vieira, funcionário federal, foi assassinado, junto com um operário,

em represália ao proselitismo político e ideológico que faziam. Tiveram os aliancistas da região o apoio de jornais como *O Trabalho* e do Sindicato dos Ferrovieiros Catarinenses. Em Canoinhas circulou o jornal antifascista *Avante*.

“No Rio de Janeiro, a Aliança Nacional Libertadora está divulgando profusamente o programa básico do Partido, que consta de cinco itens, assim resumidos:

1º - Suspensão do pagamento das dívidas imperialistas;

2º - Nacionalização das empresas imperialistas;

3º - Proteção aos pequenos e médios proprietários e lavradores e entrega das terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores rurais;

4º - Liberdades populares amplas, inclusive aos trabalhadores estrangeiros;

5º - Constituição de um governo popular.

A Aliança Nacional Libertadora declara textualmente abster-se por completo das questões de credos religiosos.” (OE - 18.6.1935)

BATER-SE COMIGO EM DUELO

Um cartaz colocado pela ANL em alguns pontos da cidade detonou uma polêmica que mobilizou durante bom tempo as atenções da opinião pública da capital e de outras cidades do estado. Considerando os dizeres do desenho injuriosos ao chefe integralista Plínio Salgado, um membro da organização tentou arrancá-lo, sendo impedido energicamente por Renato Tavares. O bate-boca acabou envolvendo o próprio chefe provincial da AIB, Othon d'Êça, que procurou o comandante do 14º Batalhão de Caçadores e da Guarnição Federal, major Augusto Soares dos Santos, para reclamar.

Dias depois, *A Gazeta* dava em manchete: “O chefe integralista Dr. Othon Gama d'Êça apresentou denúncia ao comando da Guarnição Federal contra o vice-presidente da ANL neste estado, o sr. capitão Renato Tavares”. E complementou as informações dadas com destaque. “Nessa denúncia o chefe integralista acusa aquele oficial de excessivo partidatismo. O capitão Renato Tavares apresentará razões que justificarão.” Foi o suficiente para agitar a então pacata Florianópolis, o assunto do dia, motivo de apostas, discussões, algumas até ásperas.

Um novo ingrediente apareceu na capa da mesma *A Gazeta*, em sua edição do dia 15 de junho. Era o oficial aliancista desafiando d'Êça para

um duelo. Como Renato Tavares foi chamado na Guarnição Federal para se explicar das acusações, resolveu reagir e enviou uma carta entregue em mãos ao chefe integralista. Ela foi levada por Álvaro Ventura (de volta, sempre agindo nos bastidores) e Antônio Luz. Dizia: "Considerando indigno o seu ato, com que o senhor procedeu com deslealdade, exijo que retifique imediatamente a denúncia, sob pena de bater-se comigo dentro do prazo máximo de 24 horas, em duelo. Se não aceitar o duelo, dissolva o integralismo, em Santa Catarina, para que os seus atos não sejam imitados na minha terra, ordenando antes aos integralistas que se acobertem sob a bandeira digna da Aliança Nacional Libertadora".

Renato acrescentou que exigia "imediata resposta, sob pena de publicar a carta, considerando-o covarde". Othon d'Éça respondeu, encaminhando o documento pelos mesmos portadores, Ventura e Luz. Informava que através de *O Estado* daria as devidas explicações, adiantando duas coisas. Primeiro que autorizava o comandante da Guarnição Federal "a dar publicidade nos termos de minha denúncia, se ela existir". Depois reconhece que "de fato estive com o major Soares dos Santos na manhã do incidente entre o senhor e meu companheiro Luiz Medeiros. Mas o relato verbal dos fatos não pode constituir, é lógico, uma denúncia regular".

Na edição de *O Estado* do mesmo dia 15, o integralista diz: "Eu não denunciei o Sr. capitão Renato Tavares ao comando da Guarnição por excessivo partidatismo", grifado, para salientar o que *A Gazeta* tinha dito no dia anterior. Em seguida dá garantias de que "seria profundamente estúpido se andasse pelas ruas a fiscalizar os gestos e as atitudes de quem quer que seja". Garante não ter preconceitos políticos e respeita o direito da ANL de fazer sua propaganda.

Da metade da resposta em diante é que vai ao assunto. "No dia 11 do corrente, após o incidente entre o capitão Renato Tavares e o sr. Luís Medeiros, de fato mandei procurar o ofendido para o levar ao comando da Guarnição. E só desisti desta resolução quando vim a saber que havia partido para Blumenau, a cujo núcleo integralista pertence. Sei que só por meio de uma representação devidamente assinada seria possível qualquer procedimento por parte do comando da Guarnição. Por mais veemente que pudesse ter sido o meu protesto verbal, o sr. major Soares dos Santos nada poderia fazer senão agir pelos meios regulares, ouvindo e mandando tomar por termo as declarações do ofendido."

O troco apareceu na segunda-feira, dia 18. "*A Gazeta* não mente. A

fraqueza moral do sr. Othon d'Éça". Segue-se um longo texto, assinado pelo diretor do diário, jornalista Jairo Callado. Redigido em termos duros e próprios daqueles tempos, diz que "o chefe integralista acovardou-se perante o desafio que lhe lançou o capitão Renato Tavares, soltou intempestivamente bilis e vermes contra o jornal que dirijo". Callado acrescenta que na "preocupação constante de mentir", d'Éça trocou o nome do integralista que se desentendeu com Tavares, "que não é Luís Medeiros, mas Carlos Henrique Medeiros".

Com a língua afiada, afirma que "na sofreguidão e satisfação irrefreável de estar seguidamente faltando com a verdade, ele não titubeou em trocar o nome do seu próprio companheiro de lutas. Não se recusava em desmentir a verdade que publicara *A Gazeta*". Faz uma referência aos jovens integralistas: "Convictos em seus pensamentos, crendo que é um ideal lídimo, esses moços denodados batalham titanicamente, mas o chefe provincial, com suas atitudes covardes e inconcebíveis, levava-os para o terreno que eles nunca desejariam estar".

Por fim, Callado reproduz uma declaração que tomou de Renato Tavares. "Jairo. Em resposta à tua carta declaro que o Gama d'Éça, chefe do integralismo, denunciou-me não só ao comandante da Guarnição Federal como a outras autoridades militares superiores. Nesta denúncia é visada minha atividade como membro da ANL para confundir-la com atos de indisciplina e de dignidade militar."

A opinião pública achava que a polêmica tinha acabado, ou pelo menos entraria em queda, diminuiria de intensidade. Mas nos bastidores começaram a ocorrer movimentações que acabariam explodindo uma bomba ainda maior. Em conversa com membros da Associação Catarinense de Imprensa, da qual o próprio Gama d'Éça era o presidente, Callado deixou vaziar que possuía documentos comprovando pagamentos indevidos do Tesouro do Estado a d'Éça.

Por causa disso Jairo foi procurado na redação de *A Gazeta* por Altino Flores, na época o manda-chuva de *O Estado*, Tito Carvalho, José de Diniz, Cássio da Luz Abreu e Augusto Montenegro de Lima. Tentavam evitar - como foi escrito depois - que "o incidente não descambasse em retaliações à vida particular". Diante dos apelos feitos, Callado aceitou terminar por ali a polêmica. "Obtida essa solução digna e louvável, foi redigida uma ata, que todos assinaram, ficando uma cópia com o sr. Jairo Callado e outra depositada no arquivo da Associação Catarinense de Imprensa."

Tudo teria ficado por aí se *O Estado* não tivesse publicado, no dia 18, uma nota contando esses detalhes. Perante a opinião pública ficou a dúvida: teria mesmo Gama d'Éça recebido indevidamente do Tesouro do Estado? Frente a essa situação de desconforto e suspeitas, o integralista resolveu publicar "um agradecimento e um repto", no dia 20, também em *O Estado*. Agradeceu o interesse dos colegas da associação e desafiou Jairo a "publicar, sem mais delongas, as certidões que diz possuir, sob pena de ser considerado um caluniador vulgar".

Recorda ter sido "promotor público, juiz de direito, delegado auxiliar, chefe de polícia até dezembro de 1927, e SÓ PERCEBI DOS COFRES ESTADUAIS O QUE ERA LEGÍTIMO. Depois desse tempo nunca mais, a não ser para receber as subvenções da Academia de Letras, de que sou tesoureiro, NUNCA MAIS freqüentei a pagadoria do Tesouro do Estado".

A opinião pública ficou à espera do que Jairo Callado seria capaz de fazer. E no dia 22, ocupando quase uma página, as certidões foram publicadas.

Na introdução, chamando-o de "farsante e poltrão", lembrou que d'Éça deixou as funções públicas em julho de 1927, e não em dezembro. Seguiram-se as certidões do Tesouro confirmando vários pagamentos a Gama d'Éça em 1926 e 1928.

Numa edição seguinte do jornal editado por Altino Flores, o chefe provincial da Ação Integralista reafirma o que já tinha dito, que as quantias recebidas foram para a Academia Catarinense de Letras. Não satisfeito, Callado volta a aquecer a pena no dia 25, encerrando o assunto. Chama o desafeto de "refinado mentiroso", chegando a criar a "mentira do gesto". E explica: "Ele se acerca do cidadão, e começa a gesticular doidamente, enfurecidamente. Os que por ele passam hão de julgar que Ferrabrás está bramindo, ameaçando, pulverizando o interlocutor. Entretanto, ele está se desfazendo em desculpas por um compromisso não realizado". D'Éça ficou um bom tempo longe dos noticiários.

HINO DA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA

*Nosso povo que vive oprimido
Já não pode sofrer tanta dor;
É preciso fazer do gemido
Uma voz de esperança e de amor.*

*Nosso peito há de ser a muralha
Contra quem explorar a Nação;
Esse povo que luta e trabalha
Quer justiça, quer terra, quer pão.*

*Aliança! Aliança!
Contra vinte ou contra mil,
Mostremos a nossa pujança,
Libertemos o Brasil!
Quem trabalha há de ser o mais forte
No calor desse céu sempre azul
Das douradas caatingas do Norte
As ridentes coxilhas do Sul.*

*Nós faremos o sigma em pedaços,
Não queremos emblema tão vil
A serviço dos grandes ricos
Contra os pobres de todo o Brasil.*

*Aliança! Aliança!
Etc.*

*Camponês, operário, soldados,
Marinheiros, nós somos irmãos!
Caminheemos, assim, lado a lado,
Apertando, a cantar, nossas mãos!*

*Esse canto é preciso que brade,
Que não cesse o clamor desta voz:
No Brasil há de haver liberdade,
Conquistada na rua por nós.*

*Aliança! Aliança!
Etc.
(O Libertador - 20.7.1935)*

CAVALGANDO UM PORCO

Os ânimos foram aos poucos se exaltando, numa disputa cada vez mais acirrada por espaço, entre a Aliança e os integralistas. Incidentes e conflitos começaram a pipocar no início de junho de 1935. Em julho, sob rigoroso inverno, acontecem escaramuças mais violentas. Certa noite, perto das 24 horas, "por causa dessas censuráveis provocações", deu-se barulhenta briga na frente do restaurante Estrela, praça XV de Novembro.

O confronto começou depois que Renato Tavares não conseguiu engolir provocação de um grupo de integralistas. Outros oficiais do Exército, amigos de Tavares, também se envolveram, além de "diversos estudantes e motoristas, correndo grossa pancadaria, cabeludos palavrões e tiros de açucareiros lançados à guisa de granadas de mão". (OE - 4.7.1935)

A *Gazeta* também noticiou o episódio, que teria profundas consequências no interior da ANL catarinense: "Por questões ideológicas houve ontem, às 24 horas, no café Estrela, um conflito entre adeptos do Integralismo e da Aliança desta capital. Felizmente as lutas foram corporais, não saindo ferida nenhuma pessoa. Estavam envolvidos no conflito os senhores Renato Tavares, Tenente Frisch, Celso Caldeira, Luís Souza e João Santos". (4.7.1935) Logo na manhã seguinte, o coro dos insatisfeitos, dentro da ANL, se fez ouvir.

Na véspera de um bem anunciado comício da ANL em comemoração à passagem de mais um 5 de Julho, um dos descontentes, o jovem Carlos Saldanha Diniz, da comissão de propaganda do núcleo aliancista de Florianópolis, cruzou por acaso com Renato Tavares. O encontro foi na frente do café Rio Branco, por volta das quatro horas da tarde. Diniz cobrou do capitão o procedimento da noite anterior, dizendo que na próxima sessão da ANL pleitearia sua exclusão.

Renato ficou irritado e ameaçou dar um tiro no atrevido, que duvidou. Após ligeira mas pesada troca de insultos, partiram para a briga. Enquanto se atracavam, "a arma detonou sem sair do coldre, indo a bala do revólver atingir, na casca, Carlos Diniz, que ainda andou um pouco, tomando em seguida um automóvel, com amigos, em direção ao Hospital de Caridade, onde se acha agora internado". Diniz não morreu. Mas também não retornou à ANL. De nada adiantou uma visita de Renato Tavares ao ferido, mais tarde, intermediada por César Ávila.

O pior de tudo é que, paulatinamente, vários membros da Aliança começaram a ser chamados, nos dias seguintes, à delegacia de polícia, para prestar depoimento. Um deles foi o conde russo Wladimir Uvaroff. Bastante ligado a Renato Tavares, ninguém sabe de onde surgiu. "Ele não era do Partido e só aparecia de vez em quando na sede da ANL", garante Mimo, que o conheceu naquela época.

Conduzido à penitenciária da Pedra Grande (Agrônômica), por ordem verbal do chefe de polícia, Claribalte Galvão, sua prisão movimentou os aliancistas, em especial Tavares. "O russo está preso por ter sido

denunciado como comunista, estando a Chefia de Polícia fazendo competente inquérito, para o mesmo ser deportado", informava no dia oito o secretário da chefatura policial, Aprígio Silva. No outro dia o advogado Salgado de Oliveira requereu ao juiz Mileto Tavares, da 2ª Vara, a soltura de Uvaroff.

O magistrado considerou procedente o pedido e ainda por cima censurou o chefe de polícia que havia deixado de comunicar a detenção à autoridade competente, no caso o próprio Mileto. De nada adiantou. Claribalte Galvão "mandou sustar" a decisão judicial (AG-10.7.1935) e manteve preso o popular "Pepê da República", apelido que o conde tinha ganho. Reunida, a Corte de Apelação julgou legal a prisão de Uvaroff. Mas às 14 horas de domingo, dia 14, o juiz federal Adalberto Ramos mandou soltá-lo.

Durou bem pouco a liberdade de Uvaroff. Após cerca de 24 horas solto, o delegado Rodolfo Rosa colocou as mãos sobre ele, por ordens diretas do ministro da Justiça.

A nova prisão aconteceu pouco antes das sete horas da noite do dia 15 de julho, quando ele estava na fila de espera do cine Odeon, onde pretendia assistir ao filme *Paixão em Jogo*. Acompanhado pelo comissário Juvenal Farias e um soldado da Força Pública, Uvaroff seguiu pelo paquete Carl Hoepcke para o Rio.

O *Estado* do dia 19 de setembro daquele mesmo ano publicou uma nota vinda da capital federal: "A polícia desta capital vai expulsar, hoje, do território nacional, o agitador comunista russo conde Wladimir Uvaroff, elemento de destaque da Aliança Nacional Libertadora em Santa Catarina, onde foi processado como comunista pela polícia daquele estado. O conde Uvaroff emprega-se na propaganda extremista em todo o Sul do país".

No mesmo dia da prisão de Uvaroff, a polícia recolheu ao xadrez o gerente do Café da Ilha, Arlindo Gonçalves. Por volta das 11 horas da noite chegou um praça mandando que fosse retirado um cartaz da Aliança. Os presentes ficaram do lado de Arlindo, alegando "não estar o mesmo cometendo nenhum delito", como Tavares falaria depois aos jornais. Veio um segundo, a mesma coisa. O terceiro praça tentou ser duro, mas teve que enfrentar a aspereza do capitão.

O chefe de polícia Claribalte comandava, de seu escritório, a operação para prender o gerente. Cansado e sabendo pelos praças da presença de Renato Tavares no café, impedindo que a detenção fosse feita, ligou para o 14º BC, por volta da meia-noite.

Depois que o estabelecimento foi fechado, quando todos tinham ido embora e Gonçalves ia para casa, acabou preso.

"Aqui chegando, declarou-me ele que a parede interna do estabelecimento havia sido cedida, por contrato, à ANL, para afixação de seus cartazes, e que, quanto ao boletim pregado na parede externa do prédio, não sabia quem o havia colocado. Com isso, dava a entender que assumia a responsabilidade do fato; e por isso foi recolhido ao xadrez." Um pedido de habeas-corpus imediatamente feito por Tavares fez com que Arlindo não ficasse preso mais do que três horas. (AG - 8.7. e OE - 9.7.1935)

O Café da Ilha, localizado na praça XV de Novembro, havia se tornado o ponto de encontro dos aliancistas em Florianópolis. No final das tardes, depois do expediente, eles se dirigiam ao local. Ali podiam comer alguma coisa, beber uma cerveja e comentar as novidades do dia, como foi comentada a adesão à ANL da escritora catarinense Maura Senna Pereira, radicada no Rio. Os principais dirigentes da Aliança batiam o ponto ali.

E podiam ter acesso aos jornais *A Gazeta*, *O Estado*, da capital, além de *Homem Livre*, *Avante*, *A Nação*, *Manhã* e *A Pátria*, do Rio. Sempre havia afixados na parede recortes do *Diário da Tarde* e de *A Razão*, de Curitiba, além das revistas *Inteligência* e *Dally Sketh*. Entre os freqüentadores do Café da Ilha havia um que tinha o hábito de fazer caricaturas. Num dos espelhos do café foi colada uma de Plínio Salgado, cavalcando um porco, seguido de várias galinhas pintadas de verde, ao lado de um pedaço de jornal com o hino da ANL.

"Florianópolis, 30 de junho de 1935. Companheiros do Diretório Estadual Provisório da Aliança Nacional Libertadora. Não podendo eu, devido a excesso de trabalho profissional, desempenhar como deveria o encargo de presidente do D.E.P. da ANL, e sendo contra os meus princípios que, numa associação regeneradora, haja quem use de um título como simples honraria, sem exercê-lo, como no meu caso, venho entregar-lhes o cargo de presidente. Faço questão de continuar como simples soldado da corrente idealista que está avançando.

Nomes haverá que com muito mais galhardia, desassombro, coragem e eficiência se desempenharão na presidência da ANL, onde estive, até a presente data, graças à desmedida confiança de companheiros.

Rogo, outrossim, seja tornada pública esta minha decisão, bem como peço seja enviada uma cópia desta ao Diretório Nacional Provisó-

rio. Sem mais, com as minhas saudações antiimperialistas, sou-lhes o companheiro que trabalhará, na medida de suas forças, para que a ANL seja a concretização da promessa que está sendo. César Ávila." (AG - 1.7.1935)

ANDAVA PREGANDO SUAS IDÉIAS

Eram onze horas da noite e os três homens estavam terminando a tarefa do dia, a colocação de cartazes da Aliança Nacional Libertadora nas ruas e ao longo dos trilhos da cidade de Canoinhas, no planalto Norte catarinense. Perto do moinho de propriedade dos integralistas Gustavo Schroeder Sobrinho e Luiz Tack, chefe da AIB na cidade, foram surpreendidos em uma emboscada. A saraivada de balas atingiu letalmente um, o segundo faleceu mais tarde e o terceiro saiu ileso, mas assustado.

O que morreu levou um tiro no rosto e ficou estendido perto do moinho. Era o servidor do ministério do Trabalho Cid Vieira, filho de outro alto funcionário federal residente em São Francisco, Alfredo, e irmão do deputado estadual Rogério Vieira. Líder da ANL em Canoinhas, estava visado fazia algum tempo. No final de 1934 ele tinha autuado a poderosa Companhia Lumber, por não cumprir a lei das oito horas de trabalho e ter demitido dois diretores do sindicato. Constatou ainda que não estava regularizado o trabalho de menores. Quando começou a desenvolver a pregação da Aliança, surgiram as ameaças de morte.

O que ficou gravemente ferido e chegou a ser levado até em casa foi o operário Jucelino Jungles. Faleceu horas mais tarde, deixando viúva e filhos menores. A terceira vítima que conseguiu sobreviver e contar alguma coisa do que viu foi o jovem Carlos Ruffino da Silva. O crime teve imediata repercussão em todo o estado. E chegou aos ouvidos do comandante Hercolino Cascardo, presidente nacional da ANL, no Rio.

Em telegrama enviado ao capitão Renato Tavares, lembrou a "conveniência nomear advogado para acompanhar inquérito do assassinio companheiro Cid Vieira. Telegrafamos senhor governador protestando". Mas a família do aliancista morto já tinha contratado o advogado Euclides Mesquita para acompanhar o caso. Na Assembléia Legislativa o assunto veio à tona, tanto pelas mãos do irmão do morto como por parte do deputado João de Oliveira. O governador Nereu Ramos enviou para Canoinhas, imediatamente, o capitão Antônio Lara Ribas.

Presos, Gustavo Schroeder Sobrinho, dono do moinho onde foi armada a emboscada, Henrique Marzal e Afonso Veigt. Luiz Tack, chefe

Depois que o estabelecimento foi fechado, quando todos tinham ido embora e Gonçalves ia para casa, acabou preso.

"Aqui chegando, declarou-me ele que a parede interna do estabelecimento havia sido cedida, por contrato, à ANL, para afixação de seus cartazes, e que, quanto ao boletim pregado na parede externa do prédio, não sabia quem o havia colocado. Com isso, dava a entender que assumia a responsabilidade do fato; e por isso foi recolhido ao xadrez." Um pedido de habeas-corpus imediatamente feito por Tavares fez com que Arlindo não ficasse preso mais do que três horas. (AG - 8.7. e OE - 9.7.1935)

O Café da Ilha, localizado na praça XV de Novembro, havia se tornado o ponto de encontro dos aliancistas em Florianópolis. No final das tardes, depois do expediente, eles se dirigiam ao local. Ali podiam comer alguma coisa, beber uma cerveja e comentar as novidades do dia, como foi comentada a adesão à ANL da escritora catarinense Maura Senna Pereira, radicada no Rio. Os principais dirigentes da Aliança batiam o ponto ali.

E podiam ter acesso aos jornais *A Gazeta*, *O Estado*, da capital, além de *Homem Livre*, *Avante*, *A Nação*, *Manhã* e *A Pátria*, do Rio. Sempre havia afixados na parede recortes do *Diário da Tarde* e de *A Razão*, de Curitiba, além das revistas *Inteligência* e *Daily Sketh*. Entre os freqüentadores do Café da Ilha havia um que tinha o hábito de fazer caricaturas. Num dos espelhos do café foi colada uma de Plínio Salgado, cavalcando um porco, seguido de várias galinhas pintadas de verde, ao lado de um pedaço de jornal com o hino da ANL.

"Florianópolis, 30 de junho de 1935. Companheiros do Diretório Estadual Provisório da Aliança Nacional Libertadora. Não podendo eu, devido a excesso de trabalho profissional, desempenhar como deveria o encargo de presidente do D.E.P. da ANL, e sendo contra os meus princípios que, numa associação regeneradora, haja quem use de um título como simples honraria, sem exercê-lo, como no meu caso, venho entregar-lhes o cargo de presidente. Faço questão de continuar como simples soldado da corrente idealista que está avançando.

Nomes haverá que com muito mais galhardia, desassombro, coragem e eficiência se desempenharão na presidência da ANL, onde estive, até a presente data, graças à desmedida confiança de companheiros.

Rogo, outrossim, seja tornada pública esta minha decisão, bem como peço seja enviada uma cópia desta ao Diretório Nacional Provisó-

rio. Sem mais, com as minhas saudações antiimperialistas, sou-lhes o companheiro que trabalhará, na medida de suas forças, para que a ANL seja a concretização da promessa que está sendo. César Ávila." (AG - 1.7.1935)

ANDAVA PREGANDO SUAS IDÉIAS

Eram onze horas da noite e os três homens estavam terminando a tarefa do dia, a colocação de cartazes da Aliança Nacional Libertadora nas ruas e ao longo dos trilhos da cidade de Canoinhas, no planalto Norte catarinense. Perto do moinho de propriedade dos integralistas Gustavo Schroeder Sobrinho e Luiz Tack, chefe da AIB na cidade, foram surpreendidos em uma emboscada. A saraivada de balas atingiu letalmente um, o segundo faleceu mais tarde e o terceiro saiu ileso, mas assustado.

O que morreu levou um tiro no rosto e ficou estendido perto do moinho. Era o servidor do ministério do Trabalho Cid Vieira, filho de outro alto funcionário federal residente em São Francisco, Alfredo, e irmão do deputado estadual Rogério Vieira. Líder da ANL em Canoinhas, estava visado fazia algum tempo. No final de 1934 ele tinha autuado a poderosa Companhia Lumber, por não cumprir a lei das oito horas de trabalho e ter demitido dois diretores do sindicato. Constatou ainda que não estava regularizado o trabalho de menores. Quando começou a desenvolver a pregação da Aliança, surgiram as ameaças de morte.

O que ficou gravemente ferido e chegou a ser levado até em casa foi o operário Jucelino Jungles. Faleceu horas mais tarde, deixando viúva e filhos menores. A terceira vítima que conseguiu sobreviver e contar alguma coisa do que viu foi o jovem Carlos Ruffino da Silva. O crime teve imediata repercussão em todo o estado. E chegou aos ouvidos do comandante Herculino Cascardo, presidente nacional da ANL, no Rio.

Em telegrama enviado ao capitão Renato Tavares, lembrou a "conveniência nomear advogado para acompanhar inquérito do assassinio companheiro Cid Vieira. Telegrafamos senhor governador protestando". Mas a família do aliancista morto já tinha contratado o advogado Euclides Mesquita para acompanhar o caso. Na Assembléia Legislativa o assunto veio à tona, tanto pelas mãos do irmão do morto como por parte do deputado João de Oliveira. O governador Nereu Ramos enviou para Canoinhas, imediatamente, o capitão Antônio Lara Ribas.

Presos, Gustavo Schroeder Sobrinho, dono do moinho onde foi armada a emboscada, Henrique Marzal e Afonso Veigt. Luiz Tack, chefe

da AIB, fugiu e só se apresentou mais tarde, no dia 11 de dezembro, quando já concedido habeas-corpus. Todo o caso foi acompanhado de perto pelo jornal antifascista *Avante*. O veículo, que durante muito tempo deu apoio às atividades da Aliança, chegou a publicar, em sucessivas edições, a íntegra do despacho de pronúncia dos acusados, do magistrado Oscar Leitão.

O irmão de Cid, deputado Rogério Vieira, deu entrevistas comentando o assassinato. "Meu irmão, há tempos, escreveu-me uma carta dizendo que ia abandonar a liberal-democracia para se filiar à corrente da Aliança Nacional Libertadora. Presumo que ele andava pregando as suas idéias." (OE - 5.7.1935)

Também em Rio do Sul as pressões sobre os aliancistas foram intensas. O farmacêutico Laurentino Ávila, irmão do médico César Ávila, "foi obrigado a abandonar a farmácia que instalou naquela localidade", informava *A Gazeta* de 21 de junho de 1935, que no mesmo número cobrava do governador Nereu Ramos providência para conter os ímpetus integralistas. "Os aliancistas estão ameaçados de morte pelos integralistas, que não se cansam de vangloriar a vontade de levar a cabo as ameaças. O delegado de polícia Bernardino Silva está impossibilitado de agir com firmeza, pois os adeptos do integralismo em Rio do Sul são perto de 1.700."

"Ninguém ignora que os integralistas são os mais cínicos farsantes que empestam o Brasil com uma doutrina arcaica e maquiavélica.

Servem-se dos nomes de Deus, Pátria e Família unicamente para ganhar a adesão dos incautos.

Eles, porém, não só combatem o cristianismo como também são inimigos da Pátria.

Em Santa Catarina, e para isso chamamos a atenção das nossas autoridades, os integralistas estão completamente divorciados do sentimento nacional.

Ainda não há muito tempo – conta-nos o prefeito da cidade de Itajaí – na cidade de Blumenau, quando de visita da marinhagem de um vaso de guerra alemão, deu-se um fato interessante e tristíssimo.

Os integralistas de Blumenau, alemães na sua quase totalidade, não saúdam com o selvagem 'anauê'.

Lá a coisa é diferente, impera a saudação – 'Heil Hitler'.

O comandante do vaso guerreiro que visitou Santa Catarina, temendo uma providência das nossas autoridades, proibiu que

seus marujos respondessem aos integralistas o 'Heil Hitler', tendo em torno do caso comentários de franca reprovação.

Mas o nacionalismo dos integralistas de Santa Catarina vai mais longe.

Nas cidades como Ascurra, onde a colonização é feita por italianos, a saudação é dirigida a Mussolini (...)." (O Trabalho - 28.4.1935)

TODO PODER À ANL!

Cinco de julho de 1935. A ANL faz sua última sessão pública em Santa Catarina e no restante do país. A que foi realizada em Florianópolis, tranqüila, tinha a sala "repleta de elementos de todas as classes sociais". O evento teve que ser realizado na sede da Aliança porque a polícia proibiu comícios na praça XV de Novembro, oferecendo como alternativa a Getúlio Vargas, longe do centro e do fluxo da população.

Falaram Mimo, Porfírio Gonçalves, Otto Strauch (comerciante), José Rodrigues da Fonseca e o capitão Renato Tavares, "aplaudidíssimos, sendo consecutivamente interrompidos por entusiásticas aclamações". Depois foram dados vivas à ANL, aos proletários do Brasil e ao "general" Luís Carlos Prestes. "Quando chegou na sede o capitão Renato Tavares, foi ovacionadíssimo, sendo incessantemente vivado o seu nome."

Na mesma sessão discursaram, "enaltecendo a grandiosa e empolgante epopéia dos 18 bravos de Copacabana" e a "marcha titânica e sublime da coluna do general Luís Carlos Prestes", o deputado João de Oliveira e o jornalista Jairo Callado.

Se em Florianópolis foi tranqüilo o ato da Aliança, no Rio de Janeiro não foi. Vendo negado o pedido para realizar comício no estádio Brasil, os aliancistas tiveram que se conformar e ficar na sede.

O esperado e tão anunciado manifesto de Prestes foi lido pelo estudante Carlos Lacerda. Violento no ataque ao governo federal, arrolou nove itens de um programa básico de governo, que incluiu: não-pagamento da dívida externa, nacionalização dos serviços públicos mais importantes, "das empresas imperialistas que não se subordinem às leis do governo popular revolucionário", jornada máxima de oito horas (com seguro social), aumento dos salários ("satisfação dos demais pedidos do proletariado"), distribuição de terras "tomadas aos grandes proprietários mais reacionários e aos elementos reacionários da Igreja".

Pedia ainda amplas liberdades populares, completa autonomia religiosa, separação entre a Igreja do Estado e, finalmente, condenava toda e qualquer guerra imperialista. Queria "estreita união com as Alianças

Nacionais Libertadoras dos demais países da América Latina e com todas as classes e povos oprimidos”.

A proclamação final do manifesto é a mais importante.

“Brasileiros. Todos vós, que estais unidos pelo sofrimento e pela humilhação, em todo o Brasil! Organizai vosso ódio contra os dominadores, transformando-o na força irresistível e invencível da Revolução Brasileira! Vós que nada tendes para perder e a riqueza imensa de todo o Brasil a ganhar! Arrancai o Brasil das garras do imperialismo e de seus lacaios! Todos à luta pela libertação nacional do Brasil!

Abaixo o fascismo!

Abaixo o governo odioso de Vargas!

Por um governo popular nacional e revolucionário!

Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora!”

Se, como observa Levine, “o manifesto criou confusão entre os dirigentes não-comunistas da ANL”, no Rio, em Santa Catarina gerou pânico. Tão logo as emissoras de rádio, nas primeiras horas da manhã do dia seis de julho, começaram a divulgar o teor do manifesto, principiou uma debandada dos aliancistas que não estavam ligados aos comunistas. Já no dia sete *A Gazeta* usava dois terços da capa para falar de “prisões em massa”, “sedes de sindicatos varejadas”, de “policiamento rigoroso na capital da República” e do famoso “manifesto do general Luís Carlos Prestes”.

Às onze e meia da manhã do dia 11, por ordem do governo federal, cumprida por Claribalte Galvão, foi lacrado o segundo piso do pequeno prédio na esquina da Conselheiro Mafra com a praça XV de Novembro. O serviço foi executado pelo delegado auxiliar João Cândio, tenente Souza Lima, comissários de polícia e o escrivão Becker. Enquanto a ordem era implementada, toda a área esteve interditada pelo pelotão da cavalaria da Força Pública. “A chave da porta da sede da ANL não foi encontrada, visto os dirigentes daquela agremiação não poderem informar onde se achava.” (AG -12.7.1935)

“Os bens da ANL” foi o título de uma nota mandada publicar pelo chefe de polícia e que convidava “os membros do diretório da ANL, nesta capital, a comparecerem à chefatura de polícia, a fim de receberem os bens pertencentes àquele núcleo”. Ninguém apareceu. As grandes iniciais vermelhas ANL na fachada da sede “foram arrancadas pela polícia” no dia 14, enquanto eram invadidos os locais de funcionamento da Aliança em Itajaí e Laguna.

No dia 15 todo mundo ficou sabendo que não só as sedes estavam fechadas, como a própria organização da ANL proscrita.

O chefe Claribalte se apressou em avisar que comício, dali para frente, só com expressa autorização policial.

“A Aliança Nacional Libertadora, fundada a 23 de março de 1935, havia sido posta na ilegalidade, passando à conspiração, agora sob a bandeira da insurreição armada. Era, no fundo, o ‘tenentismo’ de cunho pequeno-burguês ressurreto, pregando o estabelecimento de um governo nacional-popular de trabalhadores de todas as categorias. De certo modo, a Aliança Nacional Libertadora, enquanto legal, cumprira seu papel de advertir o povo sobre o caráter fascista do integralismo, agrupando legiões de simpatizantes em torno do seu programa. Mas não era tudo. A massa operária e camponesa permanecera alheia aos acontecimentos, somente a classe média urbana deixando-se envolver, assim mesmo de maneira amadorista, nas atividades da Aliança.

Ser integralista ou ser ‘aliancista’ – eis a questão, a polarização de forças gerando o sonho do poder por parte dos correligionários da ANL e do seu grande aliado, o PC, confundindo-se as situações objetivas, imaturas para um movimento armado, de massas. A palavra de ordem ‘Todo poder à Aliança Nacional Libertadora’, sobre ser uma imitação cabocla do ‘Todo poder aos Sovietes’, não correspondia à realidade brasileira, o que levou muitos filiados da ANL a abandonar o campo de luta, por protestos ou por inapetência à ação direta das armas.”
(P. Cavalcanti.)

O QUE É QUE HÁ?

Naquela noite de 28 de novembro o cine Imperial, na rua João Pinto, ficou lotado com a projeção do filme *Esquimó*, coisa leve para uma segunda-feira. Principalmente depois de tantas notícias desencontradas sobre levantes armados, dos comunistas, em Recife, Natal e depois no Rio de Janeiro. Todas as forças militares estavam de prontidão. Minutos depois da fita começar a ser exibida, três explosões, uma seguida da outra, ecoaram pelos morros da cidade.

Como os estrondos vinham da direção da Capitania dos Portos, ao

lado do cais Badaró, todos pensaram que se tratava de uma sublevação da 7ª Bateria Isolada de Artilharia da Costa. No cinema se estabeleceu o pânico. O primeiro a identificar o local da explosão foi o tenente Arlindo Pinto da Luz. Havia sido no alto do prédio do Clube Náutico Francisco Martinelli, recém-construído. O tenente mais um marinheiro arrombaram a porta pelo lado da João Pinto, para entrar no local. Logo chegaram o delegado auxiliar e o capitão Antônio Bittencourt, com mais dois tenentes, mandando buscar no 14º BC um esquadrão para cercar a área.

Depois de muito nervosismo foi descoberto que tudo não havia passado de uma brincadeira de mau gosto dos remadores Eliezer Brágia, Olímpio Cunha, Walter Wanderlei, Mário Nappi e Alfredo Born, “de nossa alta sociedade”. Mais tarde explicaram na polícia que tinham achado seis bombas enquanto nadavam ao lado da Capitania. Três delas resolveram explodir para escutar o barulho.

Esta molecagem registrada pelos jornais *O Estado* e *A Gazeta* de 29 de novembro dá um excelente retrato do clima de tensão e medo que atingia a população como um todo. E não era para menos. O noticiário das emissoras de rádio e dos jornais estava repleto de informações que oscilavam entre o real e o imaginário. Em meados daquele mesmo mês tinha sido grande o número de aviões sobrevoando a cidade. E um corre-corre de autoridades militares entre o 14º BC, no Estreito, e a recém-instalada Base Aérea. No início de novembro repercutiu bastante a apreensão de armas na fazenda do coronel Argemiro Gomes, na serra.

Com o título “O que é que há?”, o jornal *O Estado* do dia oito (novembro) já falava que “sucessivos boatos veiculados nesta capital a respeito de embarques de forças militares para o interior do estado, bem como sobre medidas de precaução tomadas em Florianópolis – conduzem a população citadina a um estado apreensivo. E levam-na a formular, sobressaltada, a já batidíssima senha do movimento outubrista – Que é que há?”.

Prossegue o articulista informando que “ainda ontem à noite, quem passasse pelas ruas Joinville e Nereu Ramos, nos fundos do quartel da Força Pública, teria a impressão de que Florianópolis é uma praça de guerra e uma complexa rede de espionagem. E isso porque, ali, se via regular força policial, devidamente embalada, a exigir dos transeuntes revista até quase nas próprias roupas”.

Mas foram as manchetes no final do mês que puseram muitos com um pé atrás. “Irrompeu em Recife e Natal uma revolução extremista de

grandes proporções – estado de sítio.” (AG - 25.11) Ou “A fúria extremista ameaça o regime. Luís Carlos Prestes comandará os rebeldes”. No dia 28 voltariam chamadas do tipo: “Revoltadas unidades do Exército na capital da República”; “Plínio Salgado oferece 100 mil integralistas” e “Unem-se todos na luta contra o comunismo”.

“O clima no Brasil era tenso, particularmente nos quartéis. Todos os dias havia problemas. Era uma greve no refeitório, um protesto, um movimento em torno de uma reivindicação qualquer, a agitação era permanente. Sargentos e oficiais fechavam os olhos porque estavam ligados à ANL, sendo comunistas ou não, e achavam que aquele clima era desfavorável ao governo. E acabou com a insurreição eclodindo, espontaneamente, em Natal. Não creio que tenha havido uma provocação. Foi um erro de agitação. Recife se levantou em apoio a Natal e nós aqui no Rio nos levantamos em apoio aos demais companheiros. Eu tenho estudado muito essa questão e há muita autocrítica a fazer, mas sem renegar o movimento. É preciso esclarecer, mais uma vez, que nenhum soldado ou oficial morreu dormindo durante o levante. Trata-se de grosseira mistificação anticomunista. É mentira. Aliás, gostaria de saber como alguém poderia morrer dormindo se o quartel estava de prontidão. O próprio senador Jarbas Passarinho declarou essa falsidade.” (Prestes)

INSINUANTE DAMA LOURA

Os ferroviários se ajoelharam quando viram aquele homem trajando vestimentas de sacerdote católico chegar no lugarejo Pintado, perto da estação de trem de Poço Preto, em Porto União. Beliscavam a si mesmos para confirmar se estavam acordados. Grossas lágrimas verteram de alguns olhos. E quando o homem se aproximou, beijaram respeitosamente suas mãos.

Era Luís Carlos Prestes, acompanhado do comandante Hercolino Cascardo e outros companheiros, no final de outubro de 1935. Prestes percorreu toda a zona ferroviária do planalto Norte do estado, e em Pintado realizou “uma reunião à qual compareceu crescido número de adeptos do credo vermelho. Prestes deu nessa reunião as ordens para a instalação do movimento subversivo ao longo da via férrea”.

Depois do encontro, Prestes seguiu para Ponta Grossa. É o que apurou o delegado auxiliar Edelvino Campelo, na investigação realizada “durante dois meses”, acompanhado do capitão da Força Pública Cândi-

do Marinho. O que ele não conseguiu apurar é que Prestes havia estado outras vezes em Santa Catarina, fatos que só bem mais tarde seriam conhecidos.

Uma delas foi em 15 de abril de 1935. No final da tarde daquele dia ninguém desconfiou de nada quando o simpático casal chegou na recepção do La Porta Hotel, centro de Florianópolis. Ele, um comerciante português, de nome Antônio Vilar. Ela, loira, bonita, Maria Berger, esposa. É o que constava da documentação apresentada. Mas na verdade eram Prestes e Olga Benário.

Estavam chegando de Moscou, tendo passado antes em Buenos Aires. De lá pegaram um avião da empresa francesa Latécoère que tinha Santos como destino. E acabaram descendo em Florianópolis. Estavam acompanhados de um oficial de confiança, Orlando Leite Ribeiro. Segundo Prestes (Waack), conseguiram convencer os pilotos de que Olga possuía parentes na região e conseguiram desembarcar, sem precisar carimbar os passaportes.

O Cavaleiro da Esperança esteve também em São Francisco e, pelo menos dessa vez, agentes acompanhavam seus passos. A polícia diz que ele “foi combinar com o comandante Hercolino Cascardo as primeiras providências para a deflagração do movimento”. E que ele manteve esse encontro em “um ponto afastado daquele porto catarinense, com o ex-presidente da Aliança Nacional Libertadora”.

Depois dessa reunião, Prestes teria deixado São Francisco “sob o nome de Antônio Silveira, retirando-se para Curitiba”, e a “polícia ficou em sua pista” até o dia que estourou o levante no 3º RI, no Rio de Janeiro, em 27 de novembro. Hercolino confirmou mais tarde o encontro. Segundo os jornais do Rio (início de dezembro), ele “declarou às autoridades militares que de fato pretendia chefiar um movimento revolucionário em Santa Catarina, o qual se deflagraria no dia cinco de dezembro, conforme estava combinado”, plano que ficou prejudicado por causa da precipitação nos levantes do Nordeste e Rio. (OE - 6.12.1935)

Os revolucionários de Natal, que tomaram a cidade por três dias, após depor o governo soltaram um boletim onde tentavam mostrar à população que não estavam sozinhos. Diziam que em São Paulo o povo estava em armas e em greve revolucionária, “mais para o Sul o proletariado se atira a greves combativas aclamando o nome de Luís Carlos Prestes”. E que “Santa Catarina levantou-se há poucos minutos, sob o comando do valente companheiro Hercolino Cascardo”.

O comandante Cascardo veio para Santa Catarina no final de julho de 35. A bordo do Affonso Penna, navio do Lloyd Brasileiro, acompanhado da esposa Etelvina, da irmã Oswaldalva e dos filhos Izidoro e Sônia. Antes de partir distribuiu manifesto onde afirmava: “Forçado vou para São Francisco, mas não abandono, nem abandonarei jamais os meus companheiros de luta que se ergueram em 22 pela revolução, que levantaram a bandeira da liberdade e da emancipação nacional, a bandeira de Luís Carlos Prestes, da Aliança Nacional Libertadora, por um Brasil grande e forte, e por um Governo Popular Nacional Revolucionário”.

Prestes contava bastante com outros antigos companheiros em Santa Catarina. Um deles o próprio Renato Tavares, além de Amorety Osório (que foi para São Francisco junto com Cascardo), Antônio Rollemberg (Lages) e Germano Donner. Em carta que Prestes enviou a “vinte camaradas”, afirma que Osvaldo Aranha obrigou o interventor de Santa Catarina “a nomear comandante da Força Pública o nosso camarada Renato Tavares. É o último companheiro de Prestes que nos falta desmoralizar; e não perdi ainda a esperança de apanhá-lo na nossa rede”, teria dito Aranha segundo o relato do signatário.

No começo de fevereiro de 1936 a polícia catarinense andava atrás de uma “insinuante dama loura”, que supunha ser Olga Benário, a companheira de Prestes. “Por determinação do senhor secretário da Segurança Pública, as nossas autoridades policiais estão procurando ativamente Olga de Tal”, descrita como “alta, loura, mãos grandes e finas, falando inglês, alemão e espanhol, fugida do Rio e que se julga estar refugiada neste estado”. Em Joinville, “foi vista no início da semana, percorrendo as principais ruas daquela cidade, uma senhora esbelta, loura e de porte elegante, que procedia de Blumenau ou Florianópolis, e que ali esteve hospedando-se no Hotel Palace. Ao que se diz, a referida senhora é Olga de Tal. Será mesmo Olga?” (AG - 11.2.1936)

“(...) à luta que o Partido Comunista travou contra a Aliança, durante o mês de julho, ninguém melhor o serviu do que a polícia, secundando com o seu poder e todos seus recursos a obra de provocação por ele iniciada para determinar o fechamento. E se assim não fosse, a ANL teria operado a sua transformação em partido nitidamente popular, poderosamente organizado, com programa próprio e com o caudilho mais estimado em todo o Brasil, arrancado de vez da masturbação do comunismo e reintegrado dentro das realidades objetivas do movimento brasileiro.

Mas o comunismo venceu. Recuperou Prestes e ficou dispondo a seu talante do formidável prestígio e da grande força moral da ANL.

(...) A polícia não pode ignorar e deve ter a certeza de que os diretórios da ANL em todo o Brasil cessaram de agir, deixando o campo livre para a ação do comunismo (...).

(...) no momento, só me interessa ser posto em liberdade.

(...) Estou recolhido ao Pedro I, sem ainda ter sido ouvido. Tem sido publicado nos jornais uma porção de misérias a meu respeito e eu estou impossibilitado de defender-me (...) Desde que a Aliança foi fechada eu não tomei parte em mais nenhuma atividade, o que me valeu ser taxado de traidor e covarde (...) Saí do Rio e não tive atividade partidária (...). Repetidas vezes insistiram comigo para eu voltar à presidência da ANL, mas recusei sempre (...). Sou dos que acreditam (...) que um movimento de caráter comunista puro seria um desastre. Para te provar minha sinceridade, declaro-me disposto a combater qualquer movimento que se produza com esse caráter (...).

Minha ação em São Francisco foi puramente administrativa. Fui alvo de calúnias, mas agora o ministro do Trabalho tem elementos para julgar o que fiz. Contrariei poderosos e fui vítima de uma campanha infame (...). Providenciarei para que o Dr. Getúlio me ouça e mantenha a mais absoluta reserva a respeito."

(Trecho de duas cartas de Hercolino Cascardo a Augusto do Amaral Peixoto, em dezembro de 1935. Cit. Silva.)

JOGARAM O SARGENTO NO MAR

Nas investigações que o delegado auxiliar de polícia Edelvino Campelo e o capitão Cândido Marinho realizaram, colheram informações suficientes para que fossem iniciadas as prisões logo após os acontecimentos do final de 1935. "Estava projetado para o dia três de maio um levante de caráter comunista em toda a zona ferroviária, principalmente em Porto União e União da Vitória, movimento revolucionário este que, se não foi levado a efeito, foi devido às atividades e às providências tomadas pelas autoridades competentes."

Com o auxílio de policiais do Paraná foram abertos inquéritos em Porto União, Mafra, Hansa (Corupá) e Joinville. "Documentos e materiais de propaganda extremista foram apreendidos em várias localidades e em poder de elementos confessadamente comunistas", o que levou à prisão de várias pessoas, todas recolhidas à penitenciária de Pedra Grande,

em Florianópolis. Foi o caso do juiz de direito substituto de Porto União, Domingos Blasi, e do jornalista Heráclito Lobato, redator do jornal *A Notícia*. Presos ainda Demétrio Pedro Iangone, Tomás Esquilha, Ataliba Cardoso Vieira, Olívio Felipe e Nicolau Komar.

O ocorrido com o jornalista Heráclito Lobato foi um dos fatos que mobilizaram a opinião pública. A *Gazeta*, no dia 22 de dezembro de 1935, faz um apelo por sua libertação. Jairo Callado e Jaú Guedes da Fonseca procuraram o governador Nereu Ramos para que intercedesse nesse sentido. Nereu tentou, mas não conseguiu nada. No final de janeiro, quando foi transferido para a cadeia de São José, Lobato ficou doente. O secretário da Segurança Pública, recém-criada, foi pessoalmente visitá-lo.

Ele só foi solto no dia seis de abril de 1937. "Durante todo o horror de uma clausura, poucos foram aqueles que, exercendo a mesma ingrata profissão, por ele se interessaram. A não ser *A Notícia* e *A Gazeta*, não houve quem, em seu favor, desse uma nota que fosse. Dos seus colegas aqui em Florianópolis apenas Jaú Guedes se interessou. A Associação Catarinense de Imprensa assistiu muda e queda, sem uma manifestação de solidariedade, nem uma palavra de conforto", reclamou Callado em seu jornal.

Em Florianópolis, a tarrafa foi jogada no final de novembro de 1935. Foram presos Walter Pinho, José Rodrigues da Fonseca, Oscar Ammon e Fernando Willen, "como suspeitos de ligações com os agentes extremistas do país". Postos em liberdade poucos dias após, permaneceram sob vigilância. Fonseca voltaria a ser preso no dia 22 de maio do ano seguinte, "acusado de espalhar boletins comunistas". Willen também. Nos primeiros dias de junho foram enviados ao Rio de Janeiro, escoltados, junto com Antônio Garrido e Humberto Freund.

O caso da prisão de Freund é motivo de polêmica até hoje. Sargento da Força Pública e "um dos poucos que realmente entendia de marxismo", segundo depoimento de Mário Bastos, foi detido em Herval, no vale do Rio do Peixe, pelo tenente Américo Ávila. Sob escolta, foi trazido a Florianópolis. "O citado comunista prestou largas declarações, tendo sido ouvido pelo secretário da Segurança Pública até às duas horas da madrugada."

No dia seguinte deu outro depoimento de quatro horas. "O ex-sargento Freund confessou professar idéias marxistas, dizendo que assim procedia por estar convicto de que Marx era um grande e sincero idealis-

ta, semeador do bem coletivo.” Logo após esses interrogatórios, foram presos Ammon e Willen, os quais, “ao que se diz, estavam em íntima ligação com Freund”.

Com base no noticiário vindo de Santos, *A Gazeta* de 15 de julho de 1936 informa que “Antônio Garrido, Fernando Willen, José Rodrigues da Fonseca e José Gomes viajam a bordo do Itaquera, com destino à capital da República”. E que, ao deixar o navio o porto, Garrido se atirou “no mar, desaparecendo em seguida. Não se sabe se Garrido conseguiu alcançar a terra”. Ele alcançou, pois acabou sendo preso em União da Vitória (PR) mais tarde. Freund, que não é citado na notícia, teria sido jogado ao mar. Pelo menos é o que garantem Álvaro Ventura e Manoel Alves Ribeiro. Mais tarde a polícia em Florianópolis abriu sindicância para apurar a “fuga” do sargento.

O capitão Renato Tavares foi preso pela polícia gaúcha no município de São Gabriel e de lá encaminhado ao Rio de Janeiro, onde chegou em 27 de maio de 1936, a bordo do Itaimbé, junto com outros oficiais apanhados em Porto Alegre. Pouco antes, em abril, tinham sido excluídos do Exército, junto com Prestes, Antônio Rollemberg, Agostinho Pereira, Trifino Correia, Germano Donner e outros oficiais. Donner sumiu. O comando da guarnição de Florianópolis chegou a publicar aviso nos jornais da capital, dando prazo de oito dias para que ele se apresentasse, “sob pena de ser considerado desertor”. É lógico que ele não apareceu.

A onda repressora prosseguiu. Em Joinville, o capitão Mimoso Ruiz “conseguiu prender um indivíduo que mandara imprimir boletim subversivo, apreendendo ainda os originais na tipografia”. O “indivíduo, de origem estrangeira”, foi encaminhado para Florianópolis. Também foi mandado de São Francisco para a capital o soldado José Bueno de Melo, “excluído das fileiras do Exército como elemento nocivo à disciplina e sobre quem recaem suspeitas de pertencer a uma célula comunista”.

O engenheiro químico Agrícola Fonseca foi recolhido em Itajaí e transportado para Curitiba, à disposição da 5ª RM. O catarinense Almir Malheiros, irmão do advogado e jornalista Odílio Malheiros, residente em Santos, foi agarrado em Curitiba quando se dirigia ao nosso estado. Rudolfo Würtzmann foi acusado de “extremista” e enviado a São Paulo.

Ocorreram algumas trapalhadas. No Estreito, Frederico Kermann tomou porre num bar, fez um discurso defendendo o comunismo, e algum olheiro que estava nas proximidades o denunciou. Foi preso também. Em

Joinville o vereador Fernando Fiedler foi até à polícia delatar João Westdorfer, alegando ser ele o “chefe do comunismo” na cidade. O delegado, tenente Leônidas Horbster, acabou mandando prender o acusador.

Na mensagem anual que encaminhou à Assembléia Legislativa no dia 19 de julho de 1936, o governador Nereu Ramos comentou os acontecimentos do ano anterior. Assegurou ter-se mantida “inalterada a ordem” no estado e ter ele tomado “as providências indispensáveis a uma vigilância permanente, pois aqui também se quis irradiar, através do disfarce de um partido político, o credo vermelho, já desmoralizado no próprio país de nascimento”.

Confessou que, “à falta em nosso meio de investigadores especializados”, teve que “se valer, várias vezes, de elementos da polícia da capital da República, postos à disposição do governo do estado”. A greve dos estivadores em novembro de 35 o deixou preocupado. “Esboçou-se nos portos do estado um movimento grevista de estivadores, visivelmente estimulado por elementos que queriam orientá-los no sentido de suas perversas ideologias”, mas que o governo, “examinando com serenidade e cuidado as exigências daqueles modestos trabalhadores, assistiu-os na pretensão de um teor de vida mais humano”.

Só que não “lhes deu razão, quando exageradas as exigências, mas do seu lado ficou sempre que estas se apresentaram justas”. No período das insurreições Nereu teve todo o apoio do legislativo para montar um aparato de segurança mais sofisticado. Em 12 de novembro de 1935 era criada a secretaria da Segurança Pública (decreto legislativo nº 12). O decreto nº 133 (12.11.1936) permitiu algumas alterações, assim como a transformação da delegacia auxiliar existente em Delegacia da Ordem Política e Social - DOPS. Outras decisões da Assembléia e do próprio executivo, no final de 1935 e início de 1936, permitiram uma melhor adequação do sistema de segurança e informações ao que aquele período exigia.

Em outubro de 1937 foi criada a Comissão Superintendente do Estado de Guerra, de combate ao comunismo, “promovendo a criação de uma mentalidade nacionalista sadia”. O aparecimento do organismo foi resultado dos trabalhos desenvolvidos pelo secretário do Interior e Justiça, Gustavo Neves - que presidiu o ato de instalação, contando ainda com José R. Dias, inspetor regional do ministério do Trabalho; Martinho Callado Júnior, presidente da Associação Catarinense de Imprensa, professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade, do Departamento de Educa-

ção, e professor João dos Santos Arão, inspetor federal da nacionalização do ensino.

"Em memória dos mortos, em defesa do Brasil.

Amanhã, às nove horas, deverá realizar-se na Catedral Metropolitana, oficiada por S. Excia. Revma. Dom Joaquim Domingues de Oliveira, sessão solene em homenagem aos oficiais e soldados que tombaram em defesa da ordem e das instituições nacionais, quando do último movimento comunista (...).

O Governo do Estado, a Assembléia Legislativa e as forças da Marinha e do Exército aqui aquarteladas, e que a mandam celebrar, convidam as autoridades e ao povo para assistirem a esse importante ato de alta significação religiosa." (AG - 4.12.1935)

OS MORTOS-VIVOS

Todo mês Dona Alcina ia ao banco receber a pensão do marido. Fazia isso desde o final dos anos 30. Até 1953, repetiu a rotina. A diferença entre Dona Alcina e outros milhares de brasileiras é que ela encontrava o marido ao chegar em casa. Oficialmente era viúva. Mas Germano Donner estava vivo e dirigia o Ginásio Lagunense, em Laguna, participava das reuniões do Partido Comunista e dava palpites na direção do clube de carnaval de salão Bola Preta, rival do Bola Branca.

Essa situação foi criada com o decreto de nove de abril de 1936 do presidente Getúlio Vargas, excluindo do Exército brasileiro oficiais que haviam participado do levante do ano anterior, entre eles Prestes e Trifino Correia, e os catarinenses Germano Donner e Renato Tavares da Cunha Melo. Ficaram conhecidos como "mortos-vivos". Vendo as "viúvas" cumprirem a visita bancária mensal.

Renato Tavares estava então com 37 anos de idade completados no dia 21 de dezembro (nasceu em 1899). Donner, nascido em 1903, possuía apenas 33 anos. Os dois tomaram parte ativa nos movimentos tenentistas de 1922, 1924 e na revolução de 30. Renato dirigiu a Aliança Nacional Libertadora no estado e Donner teve importante participação na mesma.

O primeiro filho do desembargador Francisco Tavares da Cunha Melo, que veio de Itambé (PE) em 1895, nasceu em Joinville. A família logo se transferiu para Florianópolis, onde Francisco Tavares foi um dos fundadores e primeiro diretor da Faculdade de Direito e depois presidente do Tribunal Eleitoral, logo na sua instalação, após a revolução de 1930.

Renato levou uma vida pacata até se decidir pela carreira militar. No Rio de Janeiro, cursando a Academia Militar, envolveu-se nos levantes de 1922, origem de toda a rebelião tenentista dos anos seguintes.

No dia 31 de outubro de 1924, cerca de 230 militares rebeldes tentam tomar a guarnição federal de Alegrete, no Rio Grande do Sul, em apoio ao levante paulista, de cinco de julho, de Isidoro Dias Lopes. Na frente dos revoltosos está Renato Tavares da Cunha Melo. O ataque é rechaçado. Logo os rebelados contam com o apoio de 20 artilheiros sublevados pelo tenente João Alberto Lins e Barros. "Manejando canhão, o tenente derruba as torres das igrejas católica e presbiteriana. Avançando em duas colunas, os levantados atingiram a rua principal, porém uma ordem erroneamente transmitida para uma das colunas provocou a retirada de ambas." (Donato)

Seguiu-se enorme confusão, desordem e "muitas mortes ao término de três horas de combate". Renato Tavares saiu ferido da luta e, por causa disso, não pôde se incorporar aos revolucionários de outras unidades, entre elas a de Santo Ângelo, à frente da qual estava Prestes. Acabou se retirando para Montevidéu, passando por Artigas. Lá, mais tarde, iria se encontrar com Isidoro, o qual fazia planos e se movimentava para apoiar a marcha da Coluna, que estava apenas começando.

Isidoro formou grupos armados para penetrar no Rio Grande por vários pontos. Era necessário dar capacidade de combate às forças de Alcides Etchegoyen, rompendo as resistências em demanda de Santa Catarina. Renato Tavares ficou na coluna comandada por Adalberto Correia, ao lado de Hercolino Cascardo, do "caudilho Panta Trindade" e do "destemido e adolescente Cabello". (Carone) Diversas razões forçaram mudanças nos planos e houve um refluxo dos esforços dos exilados.

"A principal república instalada na cidade (Montevidéu) era de oficiais da Marinha, onde residiam, além de Cascardo, Ademar de Siqueira, Benjamin Xavier, Mário Alves, Bráulio Gouvêa, Amaral Peixoto e Renato Tavares que, embora militar de terra, ali fora acolhido com simpatias." Logo os exilados começaram a se mover, pois há dois meses o governo suspendera o pagamento das diárias abonadas aos emigrados, e como não houvesse esperanças de novos levantes, pouco a pouco a cidade foi se esvaziando.

Um dos poucos que permaneceu mais algum tempo na capital uruguaia foi Renato Tavares, que no final dos anos 20 chefiou uma turma de trabalhadores na construção de uma estrada de cimento para o governo.

O jovem oficial permaneceu exilado até a chegada de Prestes, com quem estabelece contatos e relações de camaradagem. É bem possível que ao se transferir para Buenos Aires, junto com o herói da Coluna, também tenha mantido conversações com o escritório da Internacional Comunista, responsável pelas atividades no hemisfério Sul, ao qual Prestes se ligou.

O certo é que, como Prestes, não acompanhou os colegas das rebeliões tenentistas na revolução de 1930. "A revolução de 30 empolgaria a quase totalidade dos revolucionários egressos do tenentismo, e ao lado de Prestes permaneciam apenas alguns companheiros de origem militar, como Renato da Cunha Melo e Silo Meireles, tendo ele rechaçado todos os apelos para que reconsiderasse sua posição em relação àquele movimento." (Pacheco)

É desse tempo a criação, por Prestes, da Liga de Ação Revolucionária e a ligação com o PCB, com os comunistas argentinos e os enviados da Internacional Comunista. Mas Renato Tavares resolve voltar, beneficiado pela anistia. Depois de realizar alguns cursos no Rio de Janeiro, veio para o 14º BC, em Florianópolis. Em carta que Henrique Rupp Júnior escreveu a Vargas em novembro de 1932, acusa Renato de ser "fervoroso adepto do Dr. Nereu Ramos e quase indesejável por suas idéias ultramodernas e radicais", além de o "mais rubro aliado de Stalin em Santa Catarina, cuja doutrina propaga com ardor". (Cit. Corrêa)

Em 1934 assumiu o comando da Força Pública do estado e foi sob sua gestão que no ano seguinte se comemorou o centenário da corporação, inaugurando o obelisco e complexo esportivo com seu nome, ainda existente. Depois dos acontecimentos de 1935 e da exclusão do Exército, Renato deixou a vida política, dedicando-se a atividades filantrópicas e tratando de ganhar a vida. Morreu no Rio de Janeiro em 1968.

Germano Donner nasceu em Florianópolis no dia 24 de dezembro de 1903. Seu pai, o comerciante Frederico Donner, morreu quando Germano tinha seis anos. A partir daí foi criado pelo avô materno, comerciante abastado, Germano Wendhausen, de "formação liberal, tendo dirigido o movimento abolicionista e tomado parte ativa na direção do movimento republicano", escreve o neto. O avô esteve à frente de todas as agitações progressistas até 1918, quando, "desgostoso, abandonou a política", retornando só em 30, "ao lado da Aliança Liberal".

Formado nesse meio, tendo à disposição robusta biblioteca, jornais e revistas do Rio e de outros países, passou pelo Colégio Catarinense e daí para a Politécnica, na capital federal, curso que não concluiu. Resolveu

sentar praça como soldado e depois ingressou na Escola Militar do Realengo. Estava no segundo ano da arma de Artilharia quando houve o levante de 22, do qual participou. Ao longo de 23 "minha vida decorreu em estudos", e trabalhou na área de estatística da estrada de ferro Vitória - Minas Gerais, com sede no Rio.

No ano seguinte se ligou aos conspiradores liderados por Protógenes Guimarães, capitão-de-mar-e-guerra recém-saído do comando do então Batalhão Naval. Protógenes estava à frente de um movimento que pretendia repetir no Rio o que Isidoro estava fazendo em São Paulo. "Organizei o grupo da praia das Flechas, que tinha por missão assaltar o Palácio do Ingá, na noite da ação, depois do sinal convencionado. Minha casa, ou melhor, o meu quarto, era o depósito de dinamite e onde ficou o grupo que esperou em vão o sinal."

Donner fugiu do Rio o mais rápido que pôde e foi parar em Urussanga, onde viveu com nome falso algum tempo. Depois arrumou emprego na Companhia Carbonífera Urussanga. "Trabalhei no escritório, fui encarregado do serviço de análises químicas do carvão, e finalmente trabalhei na construção de estradas de rodagem, estrada de ferro elétrica e cabos aéreos", entre 1925 e 1930.

As conspirações voltam a chegar até Donner e ele viaja a Porto Alegre. "Liguei-me aos elementos do Rio Grande do Sul que fizeram o movimento em outubro e tomei parte da vanguarda da coluna que avançou pelo litoral (catarinense), comandada por Trifino Correia", recorda o capitão. Com a anistia, reingressou no Exército e em 1932 "combati contra revolucionários de São Paulo por força de minha situação de militar". Em 1934 fez o curso de aperfeiçoamento de oficiais, foi instrutor do CPOR de Curitiba e da Força Pública catarinense.

No centenário da Força Pública, em 1935, participou de uma disputa de tiro de revólver à distância de 30 metros e ficou em segundo lugar, com 68 pontos, quando o primeiro obteve 70. Depois dos episódios de 1935 e da exclusão do Exército, foi morar em Laguna, lembra a filha mais velha, Solange. "Ele começou como professor, depois foi diretor do Ginásio Lagunense, único colégio leigo particular do estado, onde jovens do Sul de Santa Catarina iam estudar. Todos os que faziam concurso, naquele tempo, para o Banco do Brasil e Escola Naval, tendo passado pelo Ginásio, conseguiam boa colocação."

Donner ingressou no PCB em 1935, "recrutado" por "um camarada que trabalhava na marinha mercante, Almir Aranha". Até então tinha lido *Imperialismo*, *Última Etapa do Capitalismo*, de Lenin, e um *ABC*

do Comunismo. Leu também "obras de Trotski e outros traidores", entre 1934 e 35. Estabelecido em Laguna e reanimado o trabalho do PCB no estado, "tomei parte ativa em movimentos populares pedindo a entrada do Brasil na guerra", em 1942. Com a legalidade em 1945, "fundei, conjuntamente com outros, o Comitê Democrático de Laguna. Ainda nesse ano estruturei o primeiro organismo do Partido em Laguna e daí em diante tomei parte em todos os movimentos de massa havidos no país".

O ex-capitão se casou com Dona Alcina Teixeira, natural de Laguna, a quem conheceu em Caetés, no Sul catarinense, pouco antes de 1930. Teve três filhas. Além de Solange, Sônia e Sara. Em Laguna foi morar na rua da Paixão, uma casa no alto de um morro, com vista para a lagoa. Ali instalou um sistema hi-fi, alto-falantes por toda a casa. "Ele tinha uma engrenagem que tocava música quando acordava", recorda Solange. Aliás, Donner era "um grande artesão, inventor, consertava coisas". Certa vez improvisou no Ginásio Lagunense uma engenhoca para tirar a média dos alunos. Usou partes de uma máquina de escrever e outra de calcular, uma caixa de sabão Wetzel e "facilitou o trabalho das secretárias".

Tinha fama de ser durão, rigoroso. "Ele era exigente no estudo, na disciplina. Aquela de ter que ser bom em tudo que faz, e não ter direito de errar, de chorar: isso era coisa para piegas." Seja lá como for, ex-alunos reconhecem que "ele podia ser duro, mas era justo". Leu a *Comédia Humana*, gostava de Eça de Queirós, Dostoiévski, Jorge Amado, Érico Veríssimo e de escritores ingleses, como Somerset Maugham. Colecionava a *Revista Geográfica*.

Na música, preferia os clássicos: sinfônicas e orquestras, Tchaikovsky, óperas, com especial preferência pela *Abertura de Tannhauser*, de Wagner. Ouvia muito Beethoven e no final da vida "comprava discos de orquestras, Montovani, coisas leves". Gostava muito de cinema. Fez o cálculo estrutural da construção do Cine Mussi e ganhou uma permanente. Ia ao cinema todos os dias, onde não raro dormia. Quando a cortina do cinema abria, tocava um trecho da ópera *Notre Dame*, escolha dele.

Fez grandes amizades em Laguna, como o dr. Paulo Carneiro, Ângelo Novi, dr. Siqueira e Lourenço Zukoski, ligado à construção civil. Uma delas ficou famosa. Foi com o então vigário de Laguna, Gregório Warmelling. "Os dois eram comparados a Dom Camilo e Dom Pepone, personagens italianos que apareceram naquele tempo. Brigavam por questões políticas, mas estavam sempre no café Tupy batendo papo", conta Solange.

Em 1938, aproximadamente, entrou com recurso contra a exclusão do Exército. A batalha judicial durou até a sentença definitiva, em 1953. Mas faltava ainda o trabalho do perito das contas, que acabou sendo o general Vieira da Rosa. O cálculo final só foi sair depois da morte de Donner, em 10 de setembro de 1954. Poderia ter voltado como coronel.

Descrito pela filha mais velha como um sujeito fino, Donner gostava de vinhos portugueses e italianos, bons queijos, assinava revistas estrangeiras e mantinha biblioteca. Isso contrastava com sua atuação comunista. "A gente não entendia como ele se sujeitava àquela disciplina imposta pelo Partido. E ele era sempre usado em tarefas menores, subalternas, num verdadeiro desperdício da capacidade que possuía."

Todos os "pombos-correios" do PCB que rumavam ao Sul paravam em Laguna para almoçar ou jantar na casa de Donner. "Um dia chegou um cidadão de cor negra, gestos rudes, e sentou à mesa. No final da refeição ele pediu um palito e começou a limpar os dentes. Meu pai hesitou um pouco e também pegou um. Minha irmã cobrou dele aquele gesto, que nunca havia acontecido, depois que o cidadão saiu. Ele, muito calmamente, respondeu que era para deixar o visitante à vontade."

"O Exército, com os tenentes dispersos e recolocados na hierarquia (ou então excluídos), solidifica a unidade corporativa e ideológica perdida desde 1921: ele se fecha e ataca a extrema-esquerda militar e civil. O anticomunismo, pela primeira vez, penetrou profundamente no corpo dos oficiais e facilitou a superação de diferenças e tensões hierárquicas, profissionais, políticas e ideológicas. Do ponto de vista do Exército brasileiro, o surto de anticomunismo é perfeitamente compreensível, pois as rebeliões de novembro de 1935 nasceram principalmente dentro da corporação; o Exército conservador e legalista se viu 'infiltrado' de fato pelo comunismo e desenvolveu nas décadas seguintes toda uma subcultura hostil ao comunismo."
(Drummond)

UMA VERSÃO DIFERENTE

Não foi nenhuma surpresa para o velho Bernardo Vaz ter visto passar pela soleira de sua casa, em Santo Amaro da Imperatriz, o afilhado preferido, Álvaro Ventura. Foi ele quem ensinou ao agora ex-deputado

classista os rudimentos do que sabia sobre socialismo e anarquismo. "Deve estar metido com o negócio do Prestes", pode ter dito. Ventura estava ofegante e com a barba por fazer. Só depois de sentar e tomar café resumiu o que havia acontecido.

Estava em Itajaí, envolvido nas negociações da greve dos estivadores, no final de novembro de 1935, quando soube, primeiro dos levantes em Natal e Recife, depois do Rio de Janeiro. "Eu não poderia deixar Itajaí naquele momento porque estávamos discutindo problemas de salários e eu servia de intermediário entre a Junta Comercial de Florianópolis e Florêncio Costa, que era dono de uma casa comercial na capital." Após muitas discussões conseguiu-se aumento de 25%, "apesar da nossa reivindicação ser de 35%". A greve acabou e Ventura providenciava trabalho a bordo de um navio alemão na barra Norte. "Foi aí que chegou um amigo meu, piloto de barco em Sambaqui, para me avisar de que a polícia havia batido na minha casa e revirado tudo. Eu morava na esquina das ruas Padre Roma e Francisco Tolentino. Ele me disse que os policiais haviam encontrado livros em minha casa e aberto inquérito."

Ventura seguiu então com o amigo para o porto de Sambaqui, em Florianópolis. "De lá peguei uma carona de carro e fui até o cais Rita Maria." Atravessou de batelão o canal do Estreito e rumou para Santo Amaro. Na casa do padrinho Bernardo Vaz ficou alguns dias esperando a "tropa que toda semana subia a serra em direção a Figueiredo", recorda. Foi lá que trabalhou quando pequeno, de tropeiro, na fazenda de Joaquim Vaz, que "tinha terras de 12 léguas de comprimento por 12 de largura", perto de Bom Retiro.

Como não passou nenhuma tropa naqueles dias e ele tinha informações de que estava sendo procurado, buscou antecipar a subida à serra. "Carlos Laisner, com quem me entendia muito bem, pagou um táxi para me levar até Lages, de onde facilmente eu atingiria Figueiredo." E foi o que fez. Outro que não se surpreendeu com o aparecimento do ex-empregado foi Joaquim Vaz. Os dois se abraçaram. Ventura ficou algum tempo na fazenda, descansando, procurando escutar os noticiários das rádios e cavalgando.

Só que o motorista do táxi, José Soares, um belo dia resolveu se embriagar. "Ele bebia muito e numa dessas, totalmente drogado num bar, acabou me entregando para a polícia, dizendo onde eu me encontrava." Pouco depois dessa informação ter chegado aos ouvidos do secretário da Segurança Pública, uma tropa estava a caminho para prender Ventu-

ra. Claribalte precisava se recompor de uma mancada da polícia catarinense, que no início do ano de 1936 havia preso e encaminhado ao Rio de Janeiro um cidadão chamado Antônio Ventura, como se ele fosse o ex-deputado. (AG - 21.1.1935)

De repente chega à fazenda de Joaquim Vaz "uma tropa armada até de metralhadora para me prender, e nela havia cinco sargentos. Mandeí o cascero da fazenda dizer-lhes que não precisariam apontar arma, porque eu estava indefeso. Que eles poderiam chegar, entrar, tomar café. Então me prenderam e viemos para a capital". De madrugada a comitiva parou em Palhoça para o desjejum. "Desceram os cinco e me deixaram manchado dentro do carro. Com os pés - a porta do carro estava aberta - joguei duas metralhadoras para fora, mesmo sabendo que os integralistas estavam com sede por arma. Mas depois fiquei com pena por saber que os policiais teriam de pagá-las."

Ventura permaneceu um mês em Florianópolis, preso no quartel da Força Pública, transferido depois para a cadeia de São José. A *Gazeta* de 20 de outubro de 1937 registrou que "após diligências feitas nesta capital e nos municípios do interior, a polícia, habilmente orientada, conseguiu prender em Bom Retiro o ex-deputado federal classista Álvaro Ventura, o qual, removido para esta capital e apresentado à SSP, foi recolhido à prisão". Mais tarde Ventura foi recambiado para o Rio de Janeiro. "Lá, fui para a Polícia Central, depois ao pavilhão dos primários, seguindo daí para o D. Pedro I, um navio-presídio, onde também ficaram presas cerca de 90 pessoas, entre líderes sindicais, juristas, oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica."

Até o final da vida Ventura sustentou em discussões com companheiros de Partido, e chegou mesmo a dar declarações a jornalistas, uma versão diferente dos acontecimentos no 3º Regimento de Infantaria, no Rio. "O que eles falam aí de 3º RI é que se trata da intentona comunista. Não foi uma revolução. O que ocorreu foi que o Dutra queria afastar o estado-maior daquele regimento, porque estava em desacordo com ele. Queria intervir no 3º RI. Mas não poderia fazer isso simplesmente porque na época havia um certo respeito aos grupos homogêneos que existiam dentro do Exército."

Ventura garante que "para mudar o estado-maior teria que arranjar um pretexto qualquer. Cinco pessoas, entre as quais o Conceição Gato, que era um filho de lituano e tinha esse apelido, Hercílio e Tarzan, par-

ticiparam de um desfalque num regimento do qual o Agildo Barata era tenente-intendente, no Rio. Agildo teria participado também do desfalque. Mais tarde, o estado-maior desse regimento processou e prendeu Agildo Barata. Mas Gaspar Dutra protegia Barata ao ponto de não querer que ele fosse processado. Quem me falou foi o próprio filho do Dutra, Eloy Dutra”.

Segundo a versão de Ventura, “em troca de sua impunidade, Agildo aceitou uma proposta do Dutra, de ser colocado no 3º RI, e se dizer chefe do movimento comunista dentro do quartel. Isso justificaria, obviamente, um ataque àquela unidade”. Álvaro lembra de ter recebido informações por um telegrafista, quando estava em Itajaí, de que “quatro dias antes do levante as baterias de artilharia já estavam preparadas próximo ao morro do Leme, mirando para dentro do quartel do 3º RI”.

Manoel Alves Ribeiro recorda: “Nós, aqui, não tínhamos nenhum conhecimento de que ia estourar aquilo. Fui surpreendido pelo movimento de 35. Eu estava sempre reunido com o pessoal da Aliança e aquilo tudo arrebentou por cima de nós”. Ele próprio estava trabalhando “naquele quartel do Estreito, e lá mesmo fui preso. O delegado de polícia era um tal de Humberto, vizinho de família. Ele me prendeu num dia e no outro me soltou. Eu disse para ele que desconhecia o movimento. Que eu realmente participei da Aliança, mas eu não estava naquele complô. Se eu tivesse, não teria ido trabalhar lá dentro do quartel”.

Mimo também afirma que pelo menos as direções intermediárias do Partido Comunista “não tinham conhecimento de que ia estourar aquilo tudo”. Diz que a ANL em Santa Catarina “foi fundada por um grupo de comunistas, através do Emílio Bonfante Demaria, um piloto de navio, que fazia a ligação entre nós aqui no estado e a direção, no Rio de Janeiro. O Emílio morava na rua Araranguá, no morro do Céu. Era de uma família bem pobre e nós sempre conversávamos quando ele aparecia por aqui, pois ia visitar os parentes e se encontrava com os companheiros”.

“(...) organizamos um jogo de pôquer no cubículo 35, a ficha a quatrocentos réis. Ignoro donde veio o baralho. Chegou numa sexta-feira, oculto numa bolsa de senhora, ou foi contrabandeado pela faxina. Eram cartas novas. E com elas vários sujeitos, Sebastião Hora, Macedo, José Brasil, Ventura, eu, arriscamos as nossas fortunas caute-

losamente, no full-hand e no four. Na opinião dos jogadores, os gentlemen são homens que sabem perder como se sentissem prazer nisto, indiferentes ao dinheiro, entregando-o com um sorriso aos adversários felizes. Sendo assim, o mais perfeito gentleman que vi foi Álvaro Ventura, homem lento e gordo, estivador em Santa Catarina, o primeiro comunista eleito para a Câmara Federal: vivia conosco, aguardando lugar na colônia correccional. Aproximávamos duas camas, entre elas colocávamos a mala de Sebastião Hora, e essa ponte nos servia de mesa. Sentávamo-nos aos cantos, buscávamos anestesiá-los violando o regulamento da prisão. O diretor estava longe, os guardas fingiam ignorar que os miseráveis quadrinhos de papel disputados com avidez representassem valor. Para nós eram preciosos. Em dias felizes, perdíamos dez, vinte mil réis (...).

(...) me surpreendia o comportamento de Álvaro Ventura, meu parceiro de pôquer no cubículo 35 do pavilhão. Naquele tempo não revelava de nenhum modo se perdia ou ganhava; nunca vi tanta serenidade no jogo. Enquanto Sebastião Hora, um médico, se excedia, golpeava a mala que nos servia de mesa, Ventura, simples estivador, largava as fichas tranqüilo, indiferente (...).” (Graciliano Ramos)

DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA

SOMOS CONTRA O COMUNISMO

O tenente Alberto Meyer acordou tenso naquela manhã do dia 13 de setembro de 1934. Ajudante-de-ordens do interventor federal no estado, Aristiliano Ramos, tinha uma missão espinhosa para dali a instantes, a de receber, no porto da capital, um cidadão chamado Plínio Salgado. Ao se dirigir até a ponte municipal, onde embarcavam e desembarcavam os passageiros, notou que havia uma "compacta multidão, desejosa de conhecer e festejar o grande animador do integralismo". Viu de longe que o visitante foi "recebido a bordo por uma comissão de camisas-verdes".

À medida que se aproximou, pôde observar mais detalhadamente aquele homem "seco de carnes, de pequena estatura, com um bigode, como Hitler". (Levine) Na ponte formaram os milicianos. Acompanhado por Othon Gama d'Éça, dirigiu-se ao La Porta Hotel, onde discursou entusiasticamente. Foram erguidos anauês a Plínio e ao povo catarinense. Depois de tudo terminado, chegou a vez do tenente Alberto apresentar os cumprimentos ao visitante em nome da interventoria. Em seguida foi embora; tinha cumprido sua missão.

Mas não Plínio, que estava apenas começando. À noite foi recepcionado na sede da Ação Integralista Brasileira, rua General Bittencourt, 30, no centro de Florianópolis. Às oito horas o salão já "estava repleto por uma massa de povo que ainda se espalhava pelos corredores e demais salas, derivando-se pelo pátio fronteiriço e rua". Além de Plínio falou Miguel Reale, secretário de doutrina da AIB, "que empolgou o grande auditório falando sobre o Estado corporativo e confrontando-o com o sistema liberal-democrático".

No dia seguinte Plínio foi embora, mas voltaria outras vezes. Nasceu na cidade de Sapucaí, interior de São Paulo, em 1895, filho de um oficial do Exército, foi jornalista, professor e eventualmente agrimensor. Em 1922 se ligou ao Movimento Modernista, com um grupo de jovens rebeldes, como Augusto Schmidt, Plínio Mello, Araújo Lima, Mário

Pedroza. Em 1926 publicou *O Estrangeiro* e no ano seguinte foi deputado estadual em São Paulo. Depois disso viajou pelo Oriente, esteve na Europa, inclusive na Itália. "Confessadamente confuso e sem rumo antes da viagem em 1930, Plínio voltou um ano depois extasiado com os feitos de Mussolini."

Foi então que criou a Ação Integralista Brasileira, com o lançamento em 1932 de um manifesto, "um tratado verboso, pseudo-sociológico, sobre a posição do homem em face de Deus e da ordem universal." (Levine) Durante os próximos anos percorreria como poucos este país, de ponta a ponta, organizando o movimento.

Os primeiros grupos pró-fascistas surgiram no Brasil ainda nos anos 20, entre os imigrantes italianos e portugueses. "Em 1924 os italianos organizaram no Rio de Janeiro a Aliança Combativa dos Fascistas, que gozava do apoio financeiro do grande capitalista e industrial Conde Matarazzo, e do famoso banqueiro Crespi. Pouco depois já existia nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Paraná toda uma rede de grupos semelhantes." (Koval)

Em Santa Catarina, a Ação Integralista foi fundada no início de março de 1934, com a presença do capitão Olímpio Mourão, chefe do estado-maior da milícia da AIB, sendo formado na ocasião um triunvirato dirigente com Othon Gama d'Êça, Antônio Bottini e Carlos Sada. A reunião foi realizada às 11 horas da manhã no prédio número cinco da praça XV de Novembro. Essa organização, que nasceu pequena, em dois anos conseguiria eleger 72 vereadores em praticamente todas as cidades do estado, além de oito prefeitos, entre os quais os de Joinville e Blumenau, já importantes centros industriais.

Para chefiar o movimento no estado, Plínio escolheu a dedo um homem que considerou talhado para a missão: Othon Gama d'Êça. Ele nasceu em três de agosto de 1892. Seu interesse pela literatura apareceu bem cedo. Em 1912 já lançava a idéia da criação da Academia Catarinense de Letras, o que acabaria acontecendo em 1920. Até o final da vida publicaria obras importantes, com destaque para *Homens e Algas*. Bacharel pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro (1920), atuou como juiz de direito em várias comarcas pelo interior do estado.

Tinha nas mãos uma tarefa gigantesca. A orientação geral foi dada pelo próprio Plínio Salgado em março daquele ano de 1934, na *Mensagem aos Catarinenses*. Dizia então que "nunca se levantou com tamanho sentimento de unidade nacional, tão elevado nível intelectual, uma cam-

panha como a nossa. Nunca se organizou uma corrente de opinião no país, de maneira tão nobre, sem apoio de governos, sem apoio de poderosos, tão-somente com a força de um ideal".

Adiante garantia que "sabemos o que queremos e sabemos querer com energia suficiente para desdenharmos de todas as posições, pois o integralismo não é apenas um partido, é um reerguimento da pátria". Mais objetivo, pincelou os rumos: "Somos contra o comunismo, o separatismo, a liberal-democracia, o regionalismo excessivo, o materialismo grosseiro. Não permitiremos jamais que o sangue de brasileiros seja derramado por brasileiros, para servir a partidos, a políticos. A nação deverá ser uma, indivisível, forte, próspera e feliz".

Concluiu seu manifesto lembrando que "as classes trabalhadoras deverão estar organizadas. O governo deverá ter capacidade para intervir na orientação, na fiscalização do estímulo de todas as energias produtoras do país. O homem deve ser intangível, a família deve ser fortalecida, a classe deve ser órgão de opinião, o governo deve ser a realização suprema".

Faltava agora arregaçar as mangas e trabalhar. Othon precisava se preocupar com os uniformes, calças pretas, camisas verdes, braceiras brancas com o sigma e botas de couro preto. Os membros da organização teriam que envergarem o traje em todas as ocasiões. Deveriam ser dispostos em esquadrões nos moldes militares. As reuniões, abertas ou encerradas com o hino nacional, cantado até a metade, deixando fora o "deitado eternamente em berço esplêndido".

Depois viriam os três anuês ao chefe, mesmo que estivesse ausente, um ou dois para os dirigentes locais e declarações de adesão.

A rede secreta, do conhecimento apenas dos mais altos chefes, precisaria ser cuidada com carinho. Organizada para colher informações militares (inteligência), com arsenal de códigos e salvaguardas conspiratórios, incluindo vocabulários hieroglíficos. Os manuais e catecismos rigorosamente nas mãos de todos os integralistas. Eles deveriam memorizar diálogos como: "Você ama seu país? Sim, porque é uma unidade geográfica, histórica e moral; vive no coração e na minha alma".

Eram previstas punições para os faltosos. Os que chegassem atrasados a um compromisso seriam convocados para dar explicações e ameaçados de ação corretiva. Outras transgressões disciplinares que não podiam ser esquecidas: execução imprópria do ritual, falha ou negligência no cumprimento do dever, mentira, simulação de doença para escapar a uma obrigação qualquer. (Levine)

Gama d'Éça sentiu desde o começo que as coisas não seriam fáceis, como não foram. Mas o movimento rapidamente se espalha por Santa Catarina. A começar pelos jornais. Em 1935 já existiam *Alvorada* (Blumenau), *O Pliniano*, *Anauê* (Joinville), *O Jaraguá* (Jaraguá do Sul) e mais tarde *Flama*, de Florianópolis, dirigido por ele próprio, Gama d'Éça, e gerenciado primeiro por Arnildo Suares Cúneo, e depois por Celso M. Caldeira. Como redatores, atuavam Mário Mafra e Luiz de Souza. Sem contar alguns já existentes e que se incorporaram ao integralismo, como o *Blumenauer-Zeitung* e o *Jornal de Joinville*, entre outros.

"O Estado Integral não será a peça absorvente e destruída da personalidade humana que outras concepções amesquinham e nulificam. Será, pelo contrário, o organismo que vai possibilitar a expansão do homem em todos os setores da vida, pois querará vê-lo na família, com a autoridade de um chefe que zela pela felicidade do lar, ângulo essencial da sociedade; querará vê-lo na agremiação profissional restaurada, colaborando pela paz social e promovendo com o seu trabalho a grandeza da Nação; querará vê-lo nesse ambiente de prosperidade, harmonia e sossego, levantar os olhos a Deus, na contemplação da sua fidelidade suprema.

Para a consecução de desígnios tão nobres, o Estado Integral ressuscitará os princípios de autoridade, hierarquia e disciplina e respeitará a autonomia dos grupos naturais da sociedade.

Consagrará o primado do espírito e recompensará os méritos da inteligência. Não admitirá que os problemas vitais da nacionalidade fiquem afetos às incapacidades eleitas pelo sufrágio universal. Intervirá na vida econômica, estimulando e coordenando a iniciativa privada no campo da produção. Substituirá o sentido da luta de classes pelo da solidariedade nacional.

Ao invés de ser o escravo das forças econômicas livremente desencadeadas, que levam à exploração dos fracos pelos fortes e escravizam a nação aos cofres internacionais, será o artífice do bem comum e o dínamo da grandeza nacional."

("O Renascimento do Estado." Antônio Gallotti. AG - 22.8.1934)

COMO AZEITE SOBRE ÁGUA

A grande demonstração de força do integralismo, antes do pleito de 1936, foi dada no ano anterior, em Blumenau. De todo o país, foi uma das cidades onde o movimento se expandiu com maior vigor. "O núcleo

que era chefiado pelo comerciante e ex-comandante da marinha mercante Alberto Stein tomou tal impulso que, em poucos meses de atividade, contava com vários milhares de adeptos inscritos. Sua sede, situada na então alameda Dr. Blumenau, hoje Duque de Caxias, transformara-se em verdadeira sala de conferências semanais, assistidas por centenas de camisas-verdes", conta um dos principais articuladores do integralismo no estado e ex-prefeito de Blumenau, José Ferreira da Silva.

Revela ainda que "nos subúrbios e no interior do município, onde houvesse população suficiente, surgiam subnúcleos. O entusiasmo pela causa empolgava, pode-se dizer, toda a população de Blumenau e dos municípios afins: Indaial, Rio do Sul e outros." Cidade com cerca de 50 mil habitantes, Blumenau comemorou o primeiro aniversário da instalação do núcleo da AIB com uma grande parada da qual tomaram parte 1.250 milicianos.

A notícia de que Plínio Salgado escolhera a cidade para sediar o primeiro congresso integralista regional animou ainda mais o núcleo. Começaram, então, os trabalhos de organização do evento. Uma semana antes já chegavam as delegações de outros municípios e estados para auxiliar nos preparativos finais. Plínio Salgado desembarcou em Florianópolis no dia quatro, às 11 horas da manhã, rumando em seguida para Blumenau.

O enviado especial do jornal *A Gazeta* anotou: "A cidade apresenta um aspecto desusado, estando as ruas centrais repletas de camisas-verdes. Os hotéis estão superlotados, bem como grande número de famílias. A chegada do chefe nacional, Plínio Salgado, que veio acompanhado do chefe provincial e dos senhores capitão-aviador Ribeiro de Barros, Madeira de Freitas, deputado Fairbank, foi indescritível, apreciando-se um espetáculo impressionante de entusiasmo e vibração". Logo após a caminhada das "autoridades entre as alas de atletas, realizou-se o desfile de dez mil camisas-verdes".

Na parte da tarde do primeiro dia do congresso houve uma sessão cívica no Campo dos Ginásticos, falando Plínio Salgado. "Aos camisas-verdes visitantes os integralistas locais ofereceram um churrasco e feijoada", e à noite os "chefes das delegações se apresentaram ao Chefe Nacional". Ali estavam representantes da Guanabara, Rio de Janeiro, Minas, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, além dos catarinenses, chefiados por Othon Gama d'Éça.

No domingo, "dia previamente designado para a grande concentra-

ção integralista no Campo dos Ginásticos, desfilaram, em ordem, nada menos de quarenta mil adeptos do sigma. Esse número foi além da expectativa dos principais chefes integralistas”, entre eles, presentes, Miguel Reale, Gustavo Barroso e o próprio Plínio. Mais tarde falou-se de 42.000 no desfile. Recentemente José Ferreira da Silva estimou em 15.000 o número mais aproximado.

Depois disso os congressistas se reuniram no salão Frosing, trabalho que se prolongou até a noite do dia oito de outubro, “quando se procedeu ao encerramento do congresso pelo Dr. Plínio Salgado. Nessa ocasião efetuou-se a imponente solenidade dos Tambores Silenciosos, e uma comovente homenagem aos mortos em defesa da causa integralista.” Na solenidade final foi lida uma carta de Victor Konder, que lamentava não poder comparecer.

Falaram, além de Salgado, Gustavo Barroso, Madeira de Freitas, Vieira de Alencar, Rocha Loures, Péricles Silveira, João Maria Linhares e, pelos estudantes, os jovens Almeida Salles e o futuro governador catarinense Jorge Lacerda. Os trabalhos foram filmados pelo “técnico cinematografista” Américo Matvangola, mais tarde projetados em cinemas da capital (Cine Odeon, dia 25 de outubro) e em outras cidades brasileiras.

Blumenau foi apenas um exemplo da força dos integralistas no estado. Na verdade o movimento “infiltrava-se nos setores mais importantes da vida social, política e administrativa”, como bem demonstraram as “arremetidas no seio das associações comerciais dos municípios, tiros de guerra, sindicatos, Correios e Telégrafos, aeroclubes, junto aos oficiais de polícia, Exército e Marinha”. (Lenzi)

E também entre a juventude de um modo geral. Renato Barbosa, na época estudante de direito, observou, anos mais tarde, que a “politização da juventude só ocorria na Ação Integralista, perfeitamente organizada em sua técnica fascista e nos excessos direitistas decorrentes, mas que eletrizara, não só a juventude das escolas, como também as classes conservadoras e o empresariado, em todos os quadrantes e latitudes”.

O mesmo autor informa que “três ilustres membros aposentados do egrégio Superior Tribunal de Justiça do estado aderiram à AIB – movimento chefiado pelo professor Othon Gama d’Êça, vestindo todos camisas verde-oliva, fardamento completo pelo bibe, sigma e tudo, exaurindo-se em saudações pelo bem do Brasil: Sálvio de Sá Gonzaga, Heráclito

Ribeiro e Marinho Lobo”. Segundo ele, “foi uma época terrível essa. O integralismo se expandia em Santa Catarina como azeite sobre água”, e “não só o clero como também parte apreciável das forças armadas, do empresariado, das profissões liberais e das novas gerações eram imantadas pelo integralismo. A Infância Pliniana despertava nessa verde apoteose de falso nacionalismo, à feição dos balillas do movimento fascista italiano”.

Um exemplo da penetração integralista pode ser buscado na sessão solene que a AIB realizou em 30 de agosto (1934), em homenagem a Duque de Caxias. No anúncio publicado pela organização, comunicava-se que falaria o tenente Newton Machado e que era “obrigatório o comparecimento com a camisa verde”. A festa “obedeceu a um critério militar, sobressaindo a distribuição de bandeiras nacionais”. Presentes os comandantes da Guarnição Federal, do 14º BC e da Bateria de Costeira.

Personalidades importantes da vida política e econômica de Santa Catarina aderiram ao movimento. Da famosa Câmara dos 400 fizeram parte, além dos três magistrados já referidos, Guilherme Renaux, Antônio Dib Mussi, Luiz de Souza, Rodolfo Weickert, Paulo Vieira da Rosa e Josino da Rocha Gomes. Incluídos também os nomes de Eugênio La Maison, Juventino Linhares, Jacó Vitali, Otokar Rudolfo Gruba.

“Ontem quando jantava no Moura Hotel, o acadêmico de direito Cotrim Netto, que veio a nosso estado, a fim de tomar parte no congresso integralista de Blumenau, recebeu voz de prisão, ordenada pelo sr. chefe de polícia. Essa prisão fora motivada por uma denúncia vinda de Blumenau, do delegado dali, segundo a qual aquele acadêmico era simpatizante do credo de Moscou.

Preso Cotrim Netto, a polícia procedeu a rigorosa busca em suas malas, encontrando ali diversas obras integralistas, dois livros e um boletim comunista. O acadêmico, porém, provou ao sr. chefe de polícia ser integralista, o que foi confirmado minutos após pelo chefe provincial dessa corrente política. Assim, o acadêmico Cotrim Netto foi posto em liberdade, livrando-se de ser processado, na chamada Lei de Segurança.” (OE - 31.10.1935)

A NOITE DOS TAMBORES SILENCIADOS

Estimulados com o sucesso do congresso, os integralistas de Blumenau “preparavam-se, em atividade febril e diuturna, para tomar o po-

der, nas eleições a realizar-se em decorrência da promulgação da Constituição de 1935". Contando com uma organização "de que as outras facções políticas não dispunham, e animados, sobretudo, pelo entusiasmo de uma mocidade vibrante e patriótica, os integralistas comparecem ao pleito municipal tendo como candidato Alberto Stein, e uma plêiade das suas fileiras, postulantes aos postos de vereadores e juizes de paz". (Silva)

Em Blumenau foram eleitos não só Stein, mas 11 dos 15 vereadores e os quatro juizes. Uma vitória sem contestação. Em Joinville não foi diferente. Políticos tradicionais que em 1930 estavam em campos opostos (Hans Jordan e Max Colin) se unem na Frente Única Pró-Joinville, "pois compete às tradicionais famílias joinvillenses, às quais devemos tudo ou quase tudo que se criou aqui, assumirem o legado de seus pais na administração do município". (Gertz) Na apuração dos votos a vitória ficou com Aristides Largura, da AIB.

Os integralistas também ficaram com as prefeituras de Rio do Sul (Mateus Conceição), Hamônia, hoje Ibirama (Frederico Schmidt), São Bento do Sul (Antônio Venera dos Santos), Timbó (Carlos Brandes), Rodeio (Ângelo Tomelin) e Jaraguá do Sul (Ricardo Grünwald). Mais 72 vereadores espalhados por quase todo o estado. A partir daí os integralistas passariam a sofrer duras perseguições, com o fechamento das suas sedes, a prisão de seus principais ativistas e limitações variadas na sua ação política.

No começo de 1937 havia 102 mil integralistas (inclusive mulheres, velhos e crianças) inscritos na província de Santa Catarina, "que contribuíram com 439.560\$900 para a AIB, não estando aí incluídas a taxa do sigma, quota de Sacrifício e Cruz Verde, bem como jornais, material de propaganda e fardamento". (Lenzi) Renato Barbosa afirma ainda que "a frieza e a segurança de dados estatísticos desse período nos levam a sustentar, sem o menor receio de contestação, que, se não tivesse havido o golpe de novembro de 1937, criando o Estado Novo e destruindo a tradição constitucionalista do país, o integralismo, nas eleições gerais de primeiro de março de 1938, elegeria, em Santa Catarina, não somente o governador, como também a maioria dos representantes federais e estaduais".

A repressão aos integralistas começou em 1935. Um dos casos de maior repercussão na opinião pública foi o da prisão do farmacêutico Ricardo Grünwaldt, feita pelo delegado especial de Joinville Mimoso Ruiz. Acusação: "Instigar seus companheiros de idéias a exercerem o boicote

contra os que não comungam das mesmas aspirações". Grünwaldt, junto com Hans Kold, professor subvencionado em Joinville, foi conduzido à capital do estado por soldado da Força Pública e recolhido à penitenciária.

Dias depois o secretário da Segurança Pública, Claribalte Galvão, afirmava estar "investigando se os chefes integralistas são estrangeiros, porque se o forem serão expulsos do país como elementos indesejáveis". Joe Collaço entrou em seguida com pedido de habeas-corpus junto à Corte de Apelação em favor dos presos. Numa primeira sessão a Corte determinou novas diligências.

Para justificar a permanência deles na prisão, Galvão afirmou ao juiz federal, após solicitado, que os integralistas "andam fazendo pelas ruas da cidade passeatas com adeptos uniformizados de camisa verde, formando pelotões, prestando continência aos seus chefes, em passeatas com garbo militar, música à frente dos seus adeptos com divisas nos braços, e outros, além dos sigmas, com distintivos que indicam superioridade em hierarquia, o que constitui milícia organizada".

Os integralistas presos acabaram sendo soltos antes mesmo que os pedidos de habeas-corpus fossem julgados pela Corte, o que aconteceu no primeiro dia de agosto de 1935. Grünwaldt retornou a Jaraguá do Sul, onde era o chefe integralista, e começou sua campanha para prefeito, vitoriosa no ano seguinte. Ainda em 1935 (30.7), a polícia fechou as sedes da AIB em Canoinhas e São Bento do Sul. Ao longo de 1936 aumentaram os conflitos envolvendo integralistas e policiais. Num deles, em Blumenau, o capitão Trogílio Melo, da Força Pública, saiu ferido.

No início de setembro foi fechada a sede estadual da AIB, na rua João Pinto, 32, em Florianópolis. As declarações de Gama d'Éça, ameaçando com boicote ao pagamento dos tributos estaduais, levou Nereu Ramos a tomar essa atitude. Dias antes já tinha sido proibido o uso da camisa verde. Plínio Salgado é quem reage, afirmando: "Acho que o senhor Nereu Ramos devia ser preso". E argumentou que os 46 habeas-corpus ganhos na justiça "demonstram que a magistratura brasileira reconhece que andamos sempre dentro da lei". Enumera os 200 vereadores e juizes de paz eleitos, os oito prefeitos, a concentração de "42 mil" integralistas e termina com uma ameaça. "Se quiséssemos tomar a capital, isso seria facilíssimo para nós." (AG - 15.9.1936)

O golpe de Vargas em novembro de 1937 não dispersou os integralistas. Os desafios ao governo prosseguiram. Primeiro foi realiza-

do um plebiscito no vale do Itajaí para saber as preferências para a presidência da República, no caso de uma eleição. Plínio Salgado obteve 12.248 votos, Gustavo Barroso ficou com três, e Getúlio apenas dois. Mas a derradeira ação, pelo menos legal, dos integralistas foi a realização da Noite dos Tambores Silenciosos, em Jaraguá do Sul, no dia 25 de agosto de 1938.

Tendo nas mãos um telegrama do ministro da Justiça, Vicente Rao, e do chefe de polícia, Felinto Müller, determinando a proibição da cerimônia, Claribalte Galvão acionou o delegado especial de polícia, capitão Trogílio Melo, sediado em Blumenau e com jurisdição em todo o Norte do estado. "E lhe transmitiu severas ordens, severíssimas mesmo, para impedir a qualquer preço e valendo tudo, o ritual programado para Jaraguá", assinala Barbosa, que logo depois seria o advogado do capitão.

"Militar violento" - escreve - "homem de rara e impressionante coragem pessoal, mãos limpas ao serviço do governo, habituara-se a tomar sempre o pião à unha". Escolheu a dedo uma tropa de 20 soldados da Força Pública e seguiu para a missão. Encontrou os integralistas no lugar indicado, reunidos para o ritual. "O comandante do destacamento tentou parlamentar, mas foi recebido a bala pela multidão que se acotovelava nas dimensões do local."

Trogílio não esperou mais. "Cercou o salão e mandou atirar. Cerrada fuzilaria, a despeito da inferioridade de armas dos integralistas, que foram os primeiros a disparar. Pânico no salão. Mulheres e crianças se jogavam pelas janelas laterais, tentando escapar ao tiroteio, e foi dantesco o que se encontrou posteriormente na vistoria. Pedacos de carne humana e de tecidos presos ao arame farpado das cercas lindeiras, cabelos femininos - espetáculo impressionante."

O enfrentamento deixou um morto - justamente o ex-prefeito e farmacêutico conhecido e respeitado na comunidade, Ricardo Grünwaldt, chefe do integralismo local. Além de uma grande quantidade de feridos, alguns em estado grave. Trogílio foi absolvido mais tarde, depois que os magistrados acataram a tese do advogado Renato Barbosa de "autoria incerta de um delito de multidão". Sobre seu cliente, diria o advogado, trata-se de um "violento amigo", que "ameaçava invadir e quebrar tudo", e "elemento reconhecidamente destemperado e arbitrário". O "desconcertante e saudoso capitão" seria, mais tarde, uma das maiores dores de cabeça para os comunistas catarinenses, em ação até por volta

de 1964. E os integralistas, momentaneamente dissolvidos, permaneceriam incrustados no aparelho de Estado, nos meios militares, imprensa, na Igreja e em todo canto onde fosse possível encontrar simpatizantes de Hitler e Mussolini, cada vez mais beligerantes e ameaçando o mundo com a Segunda Guerra.

"Estamos informados de que o Sr. Dr. Adão Bernardes, juiz de direito da comarca de Rio do Sul, professa com ardor as idéias integralistas.

Os últimos acontecimentos ali desenrolados, que ocasionaram a prisão de adeptos do sigma, provam bem essa nossa afirmativa, pois aquele magistrado praticou um ato reprovável que não condiz com as responsabilidades que lhe estão afetas.

Assim, sabemos que o juiz de direito de Rio do Sul datilografou uma certidão, para ser assinada pelo carcereiro dali, declarando que os integralistas recolhidos à cadeia pública daquela vila estavam detidos à ordem do delegado de polícia de Rio do Sul.

O carcereiro, homem inculto e sem instrução, apesar de relutar, acabou assinando a certidão para mais tarde declarar que fora obrigado a assim proceder (...).

(...) de posse da referida certidão, ficou ao juiz facultado o direito de conceder a ordem de habeas-corpus, com manifestações de regozijo dos integralistas de Rio do Sul, que homenagearam o Sr. Adão Bernardes.

(...) o juiz ostenta em sua residência, na sala de visitas, um quadro com a fotografia de Plínio Salgado." (AG - 5.8.1935)

HEIL HITLER !

Uma platéia seleta e atenta se reuniu no Tiro Alemão naquele 20 de janeiro de 1935, em Florianópolis, para assistir à palestra de um cidadão que entremeava seu discurso com citações do tipo: "O povo quer voltar ao povo, o sangue ao sangue, a bandeira à bandeira". Aos não-iniciados, a colocação de fundo "filosófico" poderia soar estranha. Mas aqueles que o ouviam sabiam muito bem do que ele estava falando. Hans Hennin von Kassel tinha chegado a Santa Catarina por aqueles dias, onde permaneceria algum tempo, percorrendo principalmente as comunidades de origem alemã no estado.

Chefe do N.S.D.A.P. - as iniciais do Partido Nazista -, Kassel começou a "atuar abertamente no Brasil", cumprindo ordens de Berlim,

"sob a cobertura e mesmo apoio por parte do governo de Getúlio Vargas". Organizou vários grupos fascistas nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Cumpriu a missão de modo impecável, a ponto de o chefe do movimento nazista fora da Alemanha, Bole, ter destacado sua atuação durante encontro da organização em Stuttgart. Recebeu medalha pelo trabalho realizado. (Koval)

Na solenidade de que von Kassel participou em Florianópolis no início de 1935, registraram-se apenas amenidades, como concerto musical, "cantos patrióticos" e saudação feita em português pelo cônsul Dittmar. Em homenagem ao Brasil, foi tocado o Hino Nacional, "ouvido pelos presentes de pé, fazendo a saudação nazista". Atividades dessa natureza foram freqüentes naqueles anos, ora no Tiro Alemão, ora no Clube Germânia. Uma delas, comemorando a reincorporação da região do Sarre à Alemanha, contou com apresentações do violinista e professor Alex Schneider e do pianista Max Künzer, além da leitura de poesias em alemão por Madame de Ahna, coro infantil da Escola Alemã e o conjunto vocal do núcleo nazista.

Mas a aparente inocência foi aos poucos sendo deixada de lado. Uma homenagem aos mortos da Primeira Guerra, realizada simultaneamente na capital, em Blumenau, Joinville e uma dezena de cidades do vale do Itajaí, dá uma idéia de como evoluíam as pregações nazistas no estado. Ao quadro vivo simbolizando o túmulo do soldado desconhecido seguiram-se canções patrióticas e populares alemãs, a execução da *Marcha Fúnebre* de Chopin e a *Overture Ogmoní*, de Beethoven. "Em lugar de honra, via-se o pavilhão brasileiro, ladeado pelas bandeiras nacionais da Alemanha."

Àquela altura a presença da propaganda e organização nazistas em Santa Catarina, iniciadas já em 1929, era uma realidade inquestionável. Em pouco tempo todo o Brasil estava dividido em sete grupos, sendo o estado o quarto, a maioria em municípios de colonização alemã. O trabalho ideológico e orgânico era feito através do próprio partido, com base na Juventude Teuto-Brasileira, Comunhão de Trabalho de Mulheres Nacional-Socialistas (NSF), Associação de Professores Nacional-Socialistas (NSLB) e a Frente de Trabalho Alemão (DAF).

Um quadro sombrio da presença nazista no estado foi feito pelo então delegado do DOPS catarinense, o capitão PM Antônio de Lara Ribas, a um grupo de rotarianos no dia cinco de agosto de 1943, no Clube Doze, na capital. Além de Kassel e do chefe hitlerista catarinense

Heinz Schmidt, teve destacada atuação o "traidor energúmeno" Otto Schinke, "um perfeito calabar moderno". Segundo Lara Ribas, "o mesmo que hoje nos insulta através das irradiações da estação de ondas curtas de Berlim".

Dirigente nazista em São Paulo nos primeiros anos da década de 30, em 1935 substituiu Schmidt no território catarinense. Tendo como quartel-general a cidade de Blumenau, Schinke serviu no Exército alemão durante a Primeira Guerra, como oficial, deslocando-se ao Brasil depois de encerrados os combates. Agiu com desenvoltura até 1938, quando foi preso e repatriado para a Alemanha, logo após o fechamento pelo DOPS do Partido Nazista no estado, em março daquele mesmo ano.

"Quem durante aqueles anos teve oportunidade de visitar Blumenau e outras cidades do vale do Itajaí" - assinala Ribas - "contemplou, por certo, em dias de festas comemorativas de datas alemãs, espetáculos contristadores, diante das fanfarronadas e passeatas caracteristicamente militares, realizadas pelos nazistas fardados, ostentando bandeiras e flâmulas com a cruz suástica". Elas eram "puxadas a rigor pelas suas bandas de cornetas e tambores", com o desfile de "centenas de crianças brasileiras de sangue germânico, pertencentes à Juventude Teuto-Brasileira".

Lara Ribas informava aos espantados rotarianos que os ex-combatentes alemães "tinham a precedência nas paradas, e isto se verificou, em Blumenau, até numa formatura em que tomou parte o Tiro de Guerra local, vendo-se a bandeira nazi guardada por atiradores envergando uniformes do Exército brasileiro". Num outro desfile, cita a mesma fonte, "levaram à sua frente a nossa bandeira nacional mutilada e vilipendiada em sua honra, de vez que a encimaram com o símbolo nazista".

A propaganda dos seguidores do Reich começava pelas viagens de intercâmbio com grupos de escritores, atores de teatro e membros do partido. O cinema foi um grande veículo de difusão da pregação hitlerista. "Em todas as empresas cujos proprietários eram alemães ou descendentes, só se passavam filmes procedentes do Reich", informa, acrescentando que em junho de 1936, só em Blumenau, existiam 35 empresas "cujos donos pertenciam ao partido", defendendo a causa com "apaixonado ardor". Aliás, na maioria dos "estabelecimentos bancários e comerciais importantes, contavam os nazis com elementos de destaque, ocupando postos de estratégica predominância".

Os nazistas sabiam, "como poucos", utilizar os jornais para propaganda. Uma agência noticiosa abastecia os periódicos de todo o país com

textos e fotografias dos principais dirigentes nazistas da Alemanha, com destaque para Goebbels, Himmler e Hitler. Além do *Deutscher Morgen*, jornal oficial do Partido Nazista para Santa Catarina, editado em São Paulo, havia o *Kolonie Zeitung* (Joinville) e o *Der Urwaldesbote* (Blumenau). "Mais de uma centena de jornais nazistas, em língua alemã, procedentes do Reich ou de outros estados da federação, eram distribuídos farta e gratuitamente."

Os jornais *A Gazeta*, *O Estado* e *A Notícia* publicaram nos anos 30 farto material de propaganda do nazismo. O diário joinvillense *A Notícia*, por exemplo, durante algum tempo tratou Hitler como uma espécie de salvador do mundo, na expressão de Ternes, num livro sobre aquele diário. "Em quatro de abril de 1933 o jornal mostra sua tendência de apoio a Hitler. A manchete desse dia: 'Hitler, salvando a Alemanha, salvará o mundo e a civilização'. Isto em duas linhas, em oito colunas, cobrindo toda a extensão da primeira página em sua parte superior. A 21 do mesmo mês, dizia ser 'Hitler a sentinela do mundo contra a avalanche comunista'."

No dia seis de janeiro de 1935 *A Notícia* publica nota na primeira página, dando conta de que Eugênio Boehm visitara a redação. "Viera para transmitir especialmente ao diretor Aurino Soares os cumprimentos do ministro da Propaganda do Reich, Joseph Goebbels, em apoio ao jornal, endereçados através de carta da Alemanha a G. Kurt Joahansen, no Rio de Janeiro. Naqueles tempos, além da permanente cobertura a todos os atos de Hitler, o jornal publicava também longos artigos analisando a 'actual Alemanha', inclusive fotografias, ou transcrevendo outros artigos publicados na Europa e simpáticos à causa nazista." Mais tarde *A Notícia* mudaria radicalmente de postura. (Ternes)

A audácia dos nazistas aumentou com o passar dos tempos. Com dinheiro arrecadado parte no Brasil e outra na própria Alemanha, foi construído e inaugurado em Ibirama (Hamônia, na época) um completo e moderno hospital, destinado ao tratamento dos adeptos da causa hitlerista em todo o vale do Itajaí. O chefe nazista era o médico Friedrich Kroener, secundado por Adolfo Friedrich e Siegfried Reimer, integralista. Nas investigações realizadas pelo DOPS catarinense, foi encontrado "copioso material de propaganda racista alemã", bem como vestígios do funcionamento no estado da Justiça Partidária Nazista, organização chefiada por Himmler, na Alemanha. Por esta e outras razões o hospital sofreu intervenção do governo estadual em meados de março de 1943.

Para chegar ao "desmantelamento do aparelho", a polícia política se valeu de material apreendido no início daquele mesmo mês na residência de Erick Schorock, no Rio Wiegand, distrito de José Boiteux. Foi encontrada ainda uma carta do chefe da Frente de Trabalho Alemã em Santa Catarina, Joseph Lindine, com base em Blumenau, autorizando o ingresso de nazistas na clandestina Ação Integralista Brasileira, de Plínio Salgado.

Aprofundando um pouco mais as investigações, os policiais chefiados por Lara Ribas chegaram à prisão do espião Paulo Alfredo Rudolfo Huebner, residente em Jaraguá do Sul. Tenente do exército alemão, 45 anos de idade e especialista em metralhadoras pesadas, Huebner combateu na Primeira Guerra, e no dia 24 de setembro de 1921 desembarcou em São Francisco do Sul, seguindo para Joinville, onde se estabeleceu como professor da Escola Alemã daquela cidade. Mais tarde trabalhou nas fábricas Mayer, depois esteve alguns anos em Timbó para efetuar tratamento nos olhos. Por último foi agrimensor.

"Não podemos deixar de apontar a infiltração de um perigoso nazista, neste setor das atividades das associações chamadas teuto-brasileiras. Trata-se de Curt Prayon, oficial do Exército alemão, que ocupou a direção do 'Departamento de Rádio e Cinema' do Partido Nazista, o qual, na 'Caixa de Aposentadorias e Pensões de Professores', era o representante dos subvencionadores.

Curt Prayon confessa em carta que escreveu da Alemanha a um seu amigo em Blumenau, em 1939, as suas intenções quanto ao destino que pretendiam reservar ao Brasil: 'Sei que te vai interessar que eu entrei aqui como sócio-auxiliar na Sociedade de Trabalhadores Alemães Brasileiros. O chefe é o Theo Kleine. Os rapazes estão cheios de idéias. Todos eles estão convencidos que o Brasil ainda acordará sob o pulso alemão, tanto do ponto de vista cultural como político. Eu não lhes tiro a esperança, pois por mim a nutro. Também no ministério do Exterior, existe esta confiança. Que pensa você sobre o caso?'" (Lara Ribas)

CAMPANHA DE NACIONALIZAÇÃO

A propagação do ideal nazista em todo o Sul do Brasil teve como escalão avançado a Escola Alemã. No Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul existiam no início dos anos 30 cerca de duas mil escolas dessa natureza, umas 200 em território catarinense. "Na Escola Alemã tudo

era alemão, desde o nome das classes escrito nas paredes aos quadros que representavam personagens, paisagens e cenas históricas alemãs, dos professores, alemães ou de origem, às aulas que eram todas ministradas em alemão; dos programas de ensino, igual ao aprovado na Alemanha, ao regime escolar; da disciplina ao método de educação física.” (Bethlem)

Logo após a ascensão de Hitler ao poder, em 1933, “os nazistas não perderam tempo e tomaram a direção das cerca de duas mil escolas. Já que as colônias alemãs ainda estavam ligadas a todos os ramos da vida econômica, cultural e política alemã, não é de estranhar que as escolas se tornassem um dos meios mais importantes através dos quais a organização do Partido Nazista podia doutrinar a população local”, informa Richard Dalbey, norte-americano que defendeu tese de doutorado sobre o assunto, em entrevista a Raimundo Caruso (OE - 31.7.1977). E completou: “As escolas alemãs em funcionamento no Sul do país eram a vanguarda nazista em território brasileiro”.

Mas não só as Deutsche Shule. Os agentes hitleristas logo assumiram a direção de hospitais, maternidades, associações culturais e recreativas, igrejas e clubes de caça e tiro. Nessas instituições os nazistas colocaram “quadros inteligentes e bem pagos, audaciosos e ambiciosos”, ampliando com isso o raio de ação. Através de “negociatas e arranjos” começaram a adquirir, a baixo custo, “áreas imensas do nosso solo, a educar energeticamente os brasileiros de origem estrangeira numa mentalidade estrangeira, a formar partidos políticos, a só falar rigorosamente suas línguas, a sufocar o brasileiro do local, a dominar enfim uma vasta região de nosso território”, assinala Bethlem, concluindo que “é de 60% o número dos que não falam e nem mesmo compreendem a nossa língua; de 30% os que, embora compreendam e falem, procuram não falar e não se consideram brasileiros; de 10%, unicamente, os que, identificados à nossa nacionalidade, falam nossa língua e amam nossa pátria”.

A situação começa a mudar com a campanha de nacionalização do ensino desencadeada pelo comandante da 5ª Região Militar, com sede em Curitiba, general José Meira de Vasconcelos. Em Santa Catarina foi executada por sucessivos decretos do interventor Nereu Ramos. Dois homens de sua confiança coordenaram as atividades: Luiz Sanches Bezerra da Trindade, inspetor-geral das escolas particulares e da nacionalização do ensino, e Elpidio Barbosa.

O decreto-lei nº35, de 13.1.1938, proibiu o “uso de nomes estrangeiros em sedes, ou núcleos, de populações que se criarem; e nos estabeleci-

mentos escolares, ou outros, de receberem auxílio, ou favor, do Estado ou dos municípios”. Em março do mesmo ano o decreto-lei nº 88 estabeleceu as “normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares no estado”. Paralelamente aos decretos, Nereu ampliou o percentual destinado à educação, que passou dos 12,8% de 1929 para 20,2% em 1939 e 20,8% no ano seguinte. Em fevereiro de 1939 foi instituído o ensino obrigatório dos oito aos 14 anos de idade, criada a figura da quitação escolar e o censo educacional. No plano nacional já estava em vigor o decreto-lei nº 406, de quatro de maio de 1938. No ano seguinte foi promulgada a Lei da Nacionalização.

Por causa da iniciativa, Nereu foi alvo de violenta oposição por parte dos agentes nazistas. Visavam “incompatibilizar Nereu Ramos, tirá-lo dos aplausos, provocar queixas, atrair as atenções nacionais para o fechamento das escolas, atribuindo aos atos a concretização de perseguições aos brasileiros descendentes de alemães. Agitaram, como Erich Fromm disse depois, falando em psicologia do nazismo: ‘Os alemães que não são nazistas mesmo assim defendem o nazismo contra críticas de parte de estrangeiros, porquanto acham que um ataque ao nazismo é um ataque à Alemanha’”. (Jamundá)

A campanha não foi apenas de caráter educativo. A repressão policial esteve presente, como reconhece um dos participantes dos trabalhos, Theobaldo da Costa Jamundá. “Nem todo o material humano vinculado à campanha passou pela autoclave da honestidade. O interesse para outros fins inconfessáveis, a intriga, o engodo do disseram-que junto com a politiquice faixa de inspetor-de-quarteirão e mais o desencadeamento das paixões funcionaram. E funcionaram mesmo. O aspecto policial merece um capítulo à parte. A campanha de nacionalização só foi possível estribada no clima do Estado Novo.”

Assinala ainda: “Aceitei a realidade que à época era a de um regime de exceção e a guerra exigia medidas intervencionistas repressivas. Estava vivendo aquele 1941 apreensivo. Concordei que o trabalho educativo seria lento e também não existia pessoal treinado para a execução de um projeto”. Um jornal mais tarde citou o caso de uma senhora, “teuta ou descendente, que veio a palácio alarmada com as ameaças de intervenção em sua fábrica em Blumenau. A nacionalização era o manto de hipocrisia a cobrir tais ameaças”. Nereu foi pessoalmente a Blumenau e, numa visita à mesma fábrica, elogiou o trabalho ali realizado, produtividade, técnica empregada. (OE - 7.8.1958)

Num estudo sobre a formação social de Joinville, Silva assinala que “a nível governamental a intervenção nas instituições locais foi muito violenta. A Escola Alemã, o jornal *Kolonie Zeitung* e muitas daquelas sociedades foram fechadas ou perseguidas durante a campanha de nacionalização promovida pelo governo Vargas junto às populações consideradas estrangeiras (...). A língua alemã foi proibida, os serviços religiosos passaram a ser rezados em português e o lar ficou sendo o último reduto do *Deutschtun* - o único que não foi afetado pelas medidas de repressão”.

Dall’Alba anotou uma série de casos no Sul catarinense. O cura de Orleans, por exemplo, Ernesto Schultz, foi alvo de intensa campanha pelos jornais, acusado de espionagem, assim como outros cidadãos de origem alemã. Na mesma região, “depois do terço, os colonos reunidos matavam a saudade cantando canções italianas. Foram denunciados. Nos dias seguintes diversos foram presos em suas casas”. Ao passarem sob escolta policial pelas proximidades das minas de carvão de Lauro Müller, “a turma chegou a cuspir-lhes na cara”. Considerados perigosos membros da quinta-coluna, foram enviados para a penitenciária de Florianópolis.

O mesmo autor publica o depoimento de Rosinete Eing. “Proibiram-nos falar em alemão e nós não sabíamos falar em português. Passamos o maior medo, pois andavam espíões rondando as casas. Passamos dias sem fazer nossa oração de manhã e reza do terço em família. Foi uma época muito triste da vida. O medo era tanto que ninguém mais dormia direito, desassossegado, com as portas dos fundos sempre abertas para fugir ao primeiro sinal.”

Até mesmo um campo de concentração chegou a ser instalado na localidade de Rocinha, em Timbé do Sul. Lá foram confinados “muitos italianos e alguns alemães, na sua maioria pacatos lavradores e idosos, a pretexto de que poderiam passar informações ao comando da frota submarina alemã, supostamente em operação na costa marítima no Sul de Santa Catarina”. Além disso “tomaram-lhes as velhas espingardas de carregar pela boca que, quando desbravadores, lhes haviam servido para caça ou para a defesa contra animais predadores. Em muitas ocasiões esses velhos e pacatos italianos foram extorquidos em dinheiro, tendo ainda que se apresentarem, periodicamente, frente às autoridades policiais”.

No campo de concentração da Rocinha eram proibidas a leitura e

rezas em latim e italiano. “Ettore Damini, sacristão desde 1926, a princípio sujeitou-se a proceder às mesmas preces na língua portuguesa, causando-lhe embaraços, não conseguindo como o desejara. Tristemente renunciou ao cargo.” (Savi) Dall’Alba completa informando que “mais tarde um capitão foi ao campo averiguar. Em seguida libertou as pessoas, por não ver nelas nenhum espião”. O saldo de toda a campanha foi que, ao final da guerra, todas as escolas estavam nacionalizadas.

“Devidamente autorizado pelo DOPS, convoco todos os senhores sócios do Clube Germânia, desta cidade, para uma reunião, na sede do Lira Tênis Clube, às 17 horas do dia 22 do corrente, para tratar de assuntos referentes à desapropriação do prédio de sua sede, já ajuizada pelo estado de Santa Catarina. Tratando-se de matéria de urgência, o infra-assinado encarece o comparecimento dos seus consócios àquela reunião, uma vez que, suspenso o funcionamento do Clube por ordem da autoridade pública, não se fez mais eleição da Diretoria, continuando o infra-assinado a atender as necessidades fora do período do seu mandato.”

Florianópolis, 18 de junho de 1944.

Paulo Ehlke, Último Presidente Eleito.” (OE - 21.6.1944)

DITADURA E GUERRA

DIZ-QUE-DIZ NA PRISÃO

O navio tomado aos alemães na Primeira Guerra, Pedro I, agora pertencente ao Lloyd Brasileiro, ficou inicialmente ancorado defronte às docas do porto do Rio de Janeiro, no bairro da Glória, com um destróier nas proximidades, inibindo qualquer tentativa de fuga. Ele estava sendo usado como navio-prisão, depois de terem sido abarrotados com presos políticos a Casa de Detenção, a Polícia Central e o pavilhão dos primários. Intelectuais, militares, simples operários lotaram as instalações flutuantes. No final de 1935, quando o juiz Frederico de Barros Barreto foi interrogar os detidos, contou 400 deles.

Ao chegar naquela prisão, Ventura conviveu com cerca de 90 presos. Contavam-se algumas histórias sobre os acontecimentos de novembro de 1935. A muitas Ventura deu ouvido, a outras não. Tinha sido contra o levante por não enxergar condições objetivas para uma iniciativa daquela envergadura. Por isso muitos o procuravam para confabular, fazer confidências. Falava-se cautelosamente nos “estrangeiros” que teriam vindo apoiar Prestes, o PCB e a ANL, na insurreição contra Vargas.

Um deles era Gruber. Conhecido como Paulo Gruber, na verdade Johan (Jonny) de Graff, alemão, nascido em 11 de maio de 1894, tendo sido marinheiro e um “terrorista nato”. Leôncio Basbaum conta que Gruber era “agente da Gestapo, ex-membro do Partido Comunista Alemão, infiltrado entre os agentes russos”. Encarregado de “prestar auxílio técnico à revolução projetada” em Moscou, “chegando ao Brasil, procurou imediatamente o Itamarati, onde explicou as razões pelas quais chegara ao país. Daí o mandam ao chefe de polícia, Felinto Müller, que se interessa pelas coisas espantosas que o mesmo lhe conta: Prestes devia chegar a qualquer momento para chefiar uma revolução. E ele, Gruber, especialista em sabotagens, explosivos, instalações elétricas, devia colocar-se às ordens do chefe revolucionário brasileiro”.

Na entrevista com Felinto Müller, ainda segundo Basbaum, Gruber

"informara que a revolução deveria eclodir em fevereiro ou março de 1936 e que a chave para o início seria dada por um telegrama dirigido a todos os responsáveis pelo movimento nos estados. Gruber porém ignorava a fórmula do telegrama secreto". Esta informação teria sido obtida pelo chefe de polícia de Natal, Aloísio Moura, que "se fizera de grandes amizades com um membro do PC, pertencente ao Comitê Regional".

O militante João Lopes (Santa, ou Santana) certo dia revelou o código. Mais tarde ele próprio recebeu um telegrama, supostamente enviado do Rio, com as ordens para a insurreição. Natal se levantou. Recife se insurgiu em apoio, "mas é no Rio que a surpresa é maior. Ante as notícias de sublevações no Rio Grande do Norte e Recife, o Comitê Central não pode mais esperar e desencadeia o movimento, com os desastrosos resultados já conhecidos".

Com Gruber (Graff), veio a esposa Helena. O braço-direito de Prestes seria, além de Olga Benário, o ex-deputado alemão Arthur Ernst Ewert, ou Harry Berger, nascido em 13 de novembro de 1890 na Prússia Oriental e um dos expoentes do PC da Alemanha, o mais poderoso em todo o mundo depois do partido soviético. Com ele veio a mulher, Elise Saborowski, a "Sabo". Berger, preso pouco antes de Prestes em 1936, ficou louco de tanta tortura e morreu anos mais tarde num hospício europeu. O operador de rádio americano Victor Allen Baron, preso após 35, foi jogado pela janela do edifício da polícia carioca e morreu.

Rodolfo Ghioldi, fundador do PC argentino, e a mulher, Carmem de Alfaya, também foram destacados para auxiliar no levante. Um casal cuja verdadeira influência permaneceu ignorada durante 70 anos e só foi tornada pública após o livro de Waack teve intensa participação nos episódios: Pavel Vladimirovich Stuchevski, 44 anos, e esposa, Sofia Semionova, nascida em Kiev em 1890. Conhecido no Brasil por Leon Julles Vallée, era o chefe do Komintern no continente.

Amleto Locatelli, italiano, também enviado ao Brasil pela Internacional Comunista, só teve a participação revelada recentemente (Waack). Aqui era o Bruno, num círculo bem restrito. Ventura, ao ouvir pelo menos parte dessas informações, deu pouco crédito. A polícia era experiente na invenção de histórias daquele tipo. Mas houve um caso que interessou Álvaro Ventura mais de perto: o de Miranda. Uma versão que se propagou pelo Partido e se tornou uma espécie de justificativa oficial dos motivos que levaram ao movimento de 1935 dizia que Miranda não só tinha dado informações fantasiosas e imprecisas a Moscou, como seria ele próprio um agente de Getúlio.

"Góis Monteiro nos revela que em 1934 já se sabia da futura chegada de Prestes ao Brasil. E essa ciência lhe devia ter sido dada pelo próprio secretário-geral do PCB, Miranda." Durante muitos anos ficou valendo essa visão. Prestes, recentemente, dizia: "A versão oficial é de que o levante de 35 foi preparado no VII Congresso da IC, o que não é verdade. Não houve nenhuma orientação de Moscou para que a insurreição acontecesse. A responsabilidade é do nosso Partido e do secretário-geral, Miranda, que transmitia informações falsas sobre o que estava acontecendo".

Essa afirmação de Prestes (Moraes, Viana), assim como outras, é desmentida com provas e documentos pelo jornalista William Waack, obtidos nos arquivos de Moscou com a ajuda de um dos filhos de Prestes, Iuri. Mas, durante 50 anos, a versão que ficou valendo foi esta: "A questão militar - diria Prestes - era apenas uma das mentiras contadas por Miranda. Havia outras. Ele dizia que o Partido tinha grande influência no movimento operário. Chegava a dizer que os postes da Light estavam todos minados, aguardando apenas a deflagração do levante para que fossem pelos ares. Era um elemento fantasioso".

Fantasioso ou não, Miranda, na verdade, era o homem de confiança de Prestes dentro do PCB. Mas as revelações não ficariam por aí. Falava-se nos ouvidos e baixinho pelos cantos das celas, que Prestes havia ordenado a morte de Elza Fernandes, assassinada pela cúpula do Partido. Teria sido ela que delatara à polícia alguns dos "estrangeiros", além de outros militantes do PCB. Elza, casada com Miranda, "caiu em desgraça" com o marido. Na União Soviética, por aqueles dias, Stalin mandava fuzilar milhares de opositores. "Tudo isso é provocação, mentira levantada pela reação", disse Ventura na época, e repetiu as colocações até o final da vida. Aliás, nem gostava de tocar nesses assuntos.

Depois de cumprir a pena, Ventura teve de ganhar a vida para sobreviver, alimentar a mulher e o filho, que já tinha cerca de 15 anos. Na clandestinidade, durante um bom tempo, teve que usar nome falso e apelar para suas habilidades manuais. Foi vivendo aqui e ali, de biscate, ora em Florianópolis, a maior parte do tempo no Rio de Janeiro. O Partido estava em frangalhos. O pouco que existia estava disperso, acuado. Os contatos entre diferentes regiões, muito difíceis.

O golpe de novembro de 1937, desfechado por Getúlio, veio aumentar ainda mais a repressão sobre as atividades dos comunistas. Presos uns, exilados outros, o PCB somente voltaria a se recompor a nível nacional em 1943, durante a Conferência da Mantiqueira.

"Ghioldi: fraco de caráter, vacilante e descuidado;

Baron: entregou Prestes à polícia;

Ewert: culpado pela destruição de tudo ao guardar tantos documentos, além de cometer graves erros de avaliação política e precipitar a decisão do levante;

Olga: aproveitava-se de sua posição para interferir em assuntos que não eram de sua alçada; com Ewert tentava manter Prestes afastado do Partido;

Sabo: freqüentava com Olga a mesma costureira, uma falha na segurança;

Miranda: desorganizado e descuidado;

Prestes: prejudicou toda a organização ao não querer sair do país; deixou que documentos fossem apreendidos pela polícia, fortalecendo a repressão e aumentando o número de presos; seu prestígio foi muito abalado com os papéis encontrados em seus aparelhos, e hoje para muitos burgueses e pequeno-burgueses ele é um agente de Moscou."

Trecho de relatório apresentado por Amleto Locatelli em Moscou. (Waack)

A ATA SUMIU

No segundo piso daquele sobradinho na esquina das ruas Tenente Silveira com Trajano, no centro de Florianópolis, funcionava no verão de 1939 a Banda Comercial, fundos do palácio Cruz e Sousa. Embaixo havia uma sapataria. Por perto um restaurante bem freqüentado, Ranchinho da Ilha, na época pertencente a Cláudio Ferreira. Num sábado, ar abafado, quase nenhum vento, cerca de oito a dez homens se reuniram para fundar o primeiro diretório estadual do PCB em Santa Catarina.

Não era a primeira tentativa. No final dos anos 20 chegou a ser realizada uma conferência estadual para formar o núcleo partidário, mas a revolução de 30 e as posturas anarquistas ainda predominantes frustraram a iniciativa. Em 1935, na esteira da campanha da Aliança Nacional Libertadora, Ventura começou a fazer os primeiros contatos para organizar os diversos núcleos que se diziam comunistas, alguns com ligações efetivas junto a dirigentes nacionais do Partido (casos de Canoinhas, Porto União, Criciúma, Florianópolis). Em novembro daquele ano, os levantes.

Álvaro Ventura, que já tinha ingressado no PCB em 1934 quando de

sua passagem pela Câmara Federal, esteve várias vezes em Florianópolis no final de 1938 e início de 1939. Conversou com diversos militantes que ainda se mantinham naquele grupo formado na década de 20. Não ficava muito tempo, pois estava sempre escondido ou de "carona" num navio mercante.

Na reunião foi elaborada uma ata, assinada no final por todos os presentes, com os detalhes sobre programas político e de ação. Mas esta ata se perdeu. "Ficou tudo escondido no forro da casa do Sílvio, na rua Francisco Tolentino com fundos para a Conselheiro Mafra. Ele deve ter levado para a Bahia quando se mudou com toda a família em 1948." (Mimo) Apesar da repressão existente no eixo Rio-São Paulo, na Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, "ao contrário, ela tinha diminuído um pouco". Por isso não foi montado nenhum esquema de segurança para a reunião de fundação do Partido Comunista no estado. "Não me lembro de nós termos feito esse trabalho de segurança. Aliás, nós nunca fizemos nas nossas reuniões essa de deixar algum companheiro cuidando lá fora. Fazíamos de acordo com as condições programadas e depois não ficava ninguém de fora". (Mimo)

A direção eleita naquela ocasião seria praticamente a mesma da legalidade alguns anos mais tarde. O secretário-político, que hoje equivale a presidente de diretório, foi Oscar Ammon. Eletrotécnico por profissão, veio de Joinville para Florianópolis com a revolução de 1930. De origem judaica e muito inteligente, se ligou ao movimento sindical, onde teve destacada atuação na primeira metade da década de trinta. Foi casado com Nair Marques, sobrinha do juiz de futebol Armando Marques.

Ammon permaneceu pouco tempo no cargo. Quando os alemães invadiram a União Soviética, em 1941, ameaçando destruir a pátria do socialismo, "ele se desesperou. Encenquei com ele, achava que estava completamente enganado. Eu não conhecia a URSS, só pela imprensa, mas acreditava na capacidade de resistência do seu povo. Só bem mais tarde, quando os soviéticos começaram a revidar o ataque alemão e partir para o avanço sobre as tropas de Hitler é que ele se recuperou". (Mimo)

Por causa desta sua "atitude vacilante" e apesar das reconhecidas qualidades políticas, ideológicas e pessoais, "foi mandado para as bases". Numa reunião "onde se discutiu o assunto eu disse: o companheiro lê muito, mas não está entendendo as coisas e por isso não pode permanecer na direção. Tem uma fraqueza tremenda e não dá para continuar

assim. Aí o pessoal tirou ele e acabou indo atuar numa base". (Mimo) Ammon residiu em Florianópolis até 1957, quando, desiludido, mudou-se para Curitiba.

A secretaria sindical foi colocada nas mãos de um líder emergente da classe operária, Waldomiro Monguilhot Júnior. "Ele era um grande companheiro que muitas vezes cumpriu tarefas enormes. Como se mostrava solícito para fazer as coisas, o pessoal enchia ele de tarefas. Foi o que acabou com a vida dele. No movimento sindical tomava conta de tudo." Em 1947 Monguilhot Júnior foi candidato pelo PCB à Assembleia Legislativa. Pouco tempo depois deixou o Partido, indo cuidar da saúde.

Manoel Alves Ribeiro ficou com a secretaria da agitação e propaganda. "O meu trabalho sempre foi este, de agitador." Outro que marcou presença foi Sílvio Marques de Oliveira, sobre quem ficaram poucos registros. A tradição oral do Partido garante que em meados de 1930 ele já estava em Florianópolis, vindo do Nordeste do Brasil. Trabalhou como funcionário da alfândega. Segundo Francisco Pereira, que o incluiu como personagem numa novela, era "um fino senhor de certa idade, natural da Bahia e que há pouco mais de um ano viera transferido do Rio de Janeiro", tendo morado algum tempo na rua Jaguaruna.

Sílvio era um "homem culto, sempre com livros e jornais sob o braço. Tinha, no entanto, como tema preferido de suas agradáveis conversas os nossos rudes trabalhadores. Falava, com discreto entusiasmo, do general Isidoro Dias Lopes e da Coluna Prestes e era condescendente com Lampião e seu bando nas façanhas pelo Nordeste". Segundo o mesmo autor, futuro integrante da direção do PCB no início dos anos 60, era "um homem ágil e miúdo de evidente sotaque nordestino. Seu rosto magro e moreno tem a cor queimada dos pescadores. Na cabeça cabelos brancos se espalham desordenados, entre os pretos não ainda rigorosamente grisalhos".

Além de "funcionário público da receita federal", era "culto, estudioso fanático, grande organizador e, acima de tudo, sério", reforça. Mário Bastos o conheceu bem. "Um dos poucos que entendia de marxismo naquele tempo. Foi através dele que eu entrei para o Partido, apresentado por um amigo comum." Logo após a retirada de Ammon da secretaria-geral do PCB recém-criado, foi Sílvio quem o substituiu. "Apesar de estar há poucos meses no Partido" - recorda Bastos - "eu acabei substituindo o Sílvio como responsável pela organização no estado, quando ele teve que viajar numa ocasião. Foi quando notei que muitos dos que tinham pertencido à ANL não eram comunistas".

O assunto central que aqueles comunistas discutiam, enquanto sua-

vam devido ao calor, foi a campanha para fazer Getúlio entrar na guerra ao lado dos Aliados. Hitler e Mussolini consolidavam o poder na Alemanha e Itália. Em 1933 Hitler havia se tornado chanceler, assumindo o título de Führer no ano seguinte. Em 1935 denunciou o Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra, e promulgou severa lei anti-semita. Alguns meses depois (1936) ocupou militarmente a Renânia e formou o Eixo com a Itália e o Japão. Em 1938 os alemães anexaram a Áustria e os Sudetos, na Tchecoslováquia, país que ocupariam integralmente no ano seguinte. A Segunda Guerra estava perto.

No momento da fundação do Partido "existia um movimento no sentido do Brasil entrar na guerra contra o Eixo". Getúlio, que havia namorado durante algum tempo alemães e italianos, anuncia a neutralidade do Brasil em relação ao conflito na Europa. Mas é um fato anunciado pelos jornais em agosto daquele ano de 1939 que vai deixar perturbados, durante algum tempo, os comunistas catarinenses: o pacto de não-agressão, assinado entre Hitler e Stalin. Isso provocaria conflitos e discussões internas, paralisando de certo modo as ações, que de fato foram retomadas só por volta de 1941.

Maçom e espírita, Sebastião Bonsfield Vieira nasceu no dia 26 de janeiro de 1896 e estava na reunião na sede da Banda Comercial, onde aprendeu, ainda pequeno, a tocar clarinete e requinta (clarinete agudo). Aliás, era um excelente músico e transmitiu isso a diversos familiares. Conhecedor de teoria musical, foi compositor e afinador de pianos, solista no contrabaixo. Quando morou em Itajaí, fundou a Banda Guarani. Primeiro regente da Orquestra Sinfônica da capital e da Harmonia Lira, em Joinville. Também foi bancário, jornalista, tipógrafo, poeta e aposentado do antigo Banco Inco.

Nasceu no lugar Gema D'Ovo, bairro do Pantanal, em Florianópolis, filho do funcionário da companhia inglesa de luz da capital Juvêncio Machado Vieira e de Maria Bonsfield Vieira. Versátil, trabalhou em *A Gazeta*, foi guarda-livros e fundador da Escola Técnica de Comércio, para quem escreveu o hino. Em 1934 morava no número 30 da rua Anita Garibaldi, Centro. Viajava muito. Esteve em quase todos os principais estados brasileiros. Residiu algum tempo em Laguna.

Gostava de cultivar grandes amizades. Tinha particular admiração por Sílvio Marques de Oliveira, Rita Malheiros, Álvaro Ventura e João Amazonas. "Ele batalhava pelo direito, participava de campanhas de caridade, e, até morrer, ajudava e orientava muitas pessoas. Era forte, ale-

gre e voltado para a vida. Gostava de conviver com pessoas como o poeta Zininho e a irmã do ator Pituca, Adélia Régis.” Poupado em 1964 pela repressão, envelheceu cercado de partituras e instrumentos musicais. O agravamento da fibrilação ventricular e do diabetes o levou no dia 30 de abril de 1984, sendo enterrado no cemitério São Francisco de Assis, no bairro do Itacorubi.

João Verzola, filho do velho anarquista Pepe (José) e de Maria das Dores, nasceu no morro do Céu, em Florianópolis, no dia 25 de agosto de 1916. Marceneiro com oficina na rua Araranguá, lia muito e mantinha uma biblioteca – mais tarde levada pelo Exército – com obras de Engels, Marx, Lenin, Stalin. Próximo dos 20 anos de idade se casou com Natália Kinchesky (1936), com quem teve nove filhos. “Ele era bom, alegre, conversava muito com os filhos. Se estava sério era por causa das preocupações com as lutas partidárias”, recorda Anita, uma das filhas. Nas horas de folga gostava de pescar. Ia com frequência à ilha dos Guarás, na baía Norte, e “uma ocasião ficou trancado lá por causa de um vento sul forte”.

Seu prato predileto era qualquer um à base de frutos do mar. Adorava uma moqueca, um caldo de garoupa e polenta. Quando o tempo não permitia as pescarias, jogava dominó. Enfrentou também muitas prisões e sua casa era sempre freqüentada por comunistas, como Rita Malheiros, professor Martins, Mário Bastos e outros. “Nas reuniões alguém avisava quando chegava a polícia, saíam todos correndo.” Certa vez foi preso e levado ao quartel da Polícia Militar. A esposa, Natália, resolveu tirá-lo de lá. “Fui até o Exército, no Estreito, e aos gritos disse que ele não tinha matado, nem roubado. Ameacei levar todos os filhos para que a PM alimentasse. Acabaram arrumando uma viatura que me conduziu para casa. No caminho peguei o João e trouxe para cá.”

Nos primeiros dias de janeiro de 1977 caiu enfermo. Em pouco mais de 60 dias, um carcinoma brônquico levou-o ao cemitério do Itacorubi, onde foi enterrado. A viúva e os filhos ainda moram no morro do Céu, onde João Verzola deixou incontável número de comunistas, alguns parentes, outros amigos, a maioria deles colegas na construção civil, onde também atuava, paralelamente a seus elogiados serviços de marcenaria.

Ainda participou da fundação do PCB catarinense o poeta e jornalista Juvenal Melquíades de Souza. Nascido na capital (rua Trajano, 31) no dia nove de fevereiro de 1909, aos 16 anos de idade publicou o primeiro poema – *Saudade* – no *Jornal das Moças*, editado por seus colegas do

Ginásio 28 de Setembro, no Rio de Janeiro. Fundou o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina (carteira número 41), sendo colaborador permanente, com poesias, crônicas e contos em jornais como *Folha Nova*, *A Gazeta*, *O Estado* e *Diário da Manhã*, de Florianópolis.

Atuou também nas páginas do *Nova Era* (Rio do Sul), *Correio Brusquense* e *Rabete* (Brusque). Foi diretor e fundador da revista *Atualidade*, ao lado de João Khuene, escrevendo principalmente reportagens e contos. Diretor-proprietário da revista *Bússola*, ligada nos anos 50 ao “Partidão”, e do jornal *A Semana*. Era membro honorário da Confraternité Universelle Balzacienne, do Instituto Cultural de Difusão Literário, em Montevidéu. Deixou publicados os seguintes livros: *Esquecido dos Deuses* e *Fronteiras da Miséria* (Ensaio, 1945), *A Distância do Passado* (Romance, 1951), *Pinguinhos* (Contos, 1951), *Bolhas de Sabão* (Poemas, 1952), *Almas Vazias* (Romance, 1952) e *Bar* (Poesias, 1958), além de *Restos de Gente* e *Decaídas*. Morreu no dia 14 de abril de 1978.

“É com legítimo e grave contentamento que lançamos hoje ao grande público a notícia da constituição definitiva do Partido Comunista, Secção Brasileira da Internacional Comunista. Era o Brasil talvez o único dos países de uma certa importância mundial onde não havia ainda um partido comunista regularmente organizado. Podemos, pois, desde agora, considerar-nos integrados de vez no seio da grande família proletária e revolucionária do mundo, a qual tem, na Internacional de Moscou, sua mais alta expressão ideológica e orgânica. Mas isso, por ser um motivo de compreensível contentamento, constitui um feito da maior e mais grave responsabilidade. Ao constituir-nos em secção brasileira da IC, tomamos sobre os ombros o compromisso de uma imensa tarefa: desfraldar e sustentar, nesta parte da América, a bandeira vermelha da revolução mundial: formar um só corpo orgânico, sólido, homogêneo, a vanguarda do proletariado nacional; organizar e orientar as grandes massas trabalhadoras do Brasil em suas lutas e movimentos de reivindicação (...).” (Astrogildo Pereira – Movimento Comunista. Junho de 1922)

JUNTANDO OS CACOS

No início da Segunda Guerra aportou no Rio de Janeiro um navio carregado de armas da Alemanha. Comandante militar da embarcação, o então capitão Castelo Branco. Um oficial inglês que se encontrava no cais do porto carioca naquele momento pediu ao colega brasileiro o ma-

nifesto de carga. Castelo se negou a fornecer. O oficial da Inglaterra "tocou a chibata na cara do capitão, mas a carga passou".

Essa passagem, contada por Álvaro Ventura, é um exemplo que ele dá para justificar o ingresso de corpo e alma na luta contra o nazifascismo; é o início de uma posição que vai dominar a postura do PCB nos próximos anos, sintetizada na luta contra a guerra e na união nacional em torno de Vargas.

"De Florianópolis recebíamos notícias de que alguns comerciantes poderosos, vários de origem alemã, estavam com seus armazéns abarrotados de armas e prestavam auxílio às embarcações de Hitler. Foi com estas informações e outras que mais tarde tomamos coragem e nos infiltramos na Liga de Defesa Nacional." Entidade fundada em 1916 por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Álvaro Alberto, entre outros, visava, segundo os estatutos, "congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes", fundindo a "educação cívica, o amor à justiça e o culto ao patriotismo".

Com Ventura, entrou um grupo de "tenentes", vários trabalhadores, principalmente bancários, contadores e jornalistas. "O grande perigo que víamos na ação dos integralistas era a ligação que possuíam com os nazistas. O Brasil poderia se constituir na porta de acesso ao nazismo nas Américas. Seria preferível" - reforça - "ficar ao lado do imperialismo americano do que do alemão". Com Ventura estavam Spencer Bittencourt, Apolônio Carvalho e outros. "A Liga de Defesa Nacional, organização puramente teórica (embora tivesse uma bela sede), que existia somente para comemorar datas históricas, se transformou em um ponto de irradiação, de propaganda e ação democrática, da qual participavam estudantes e operários. Em meados de 1943 já havia até mesmo passeatas na rua, com propaganda patriótica, organizada por estudantes." (Basbaum)

Um dia o interventor da Bahia, Juracy Magalhães, "me convidou para trabalhar na delegacia do Trabalho, no Rio. Não quis porque nunca me habituei a burocracia", recorda Ventura, que não resistiu a um segundo convite, agora "do irmão de Juracy, o Mamede. Queria que eu fosse para o Instituto da Previdência, em Santos". Ventura arrumou as malas e a família e viajou. Já estava trabalhando, ocupando quarto numa pensão, quando foi surpreendido com "uma ordem do ministro da Justiça, Vicente Rao, mandando me demitir e prender".

Nessa ocasião, ao chegar em São Paulo, Plínio Salgado "estava fazendo um comício na Estação da Luz, só para mulheres. Eu consegui me

afastar um pouco dos policiais e acabei eu fazendo o discurso, ou melhor, o comício. Mas a polícia me jogou dentro de um automóvel e me levou para a Ordem Política e Social". Datam desse período seus contatos com Juracy Magalhães, João Alberto e Osvaldo Aranha. "Naquele tempo a gente sabia que ia rebentar uma rebelião dos integralistas e nos mobilizamos, junto com oficiais do Exército que eram ligados a nós, e conseguimos impedir o golpe."

Com o ingresso de Ventura na Liga de Defesa Nacional, no final de 1942, os laços voltaram a se estreitar. "Passamos a realizar comícios, passeatas, diversas manifestações, forçando Getúlio a um rompimento com o integralismo, com o nazismo, com a Itália e a Alemanha." Ao mesmo tempo articulava com João Alberto, revolucionário de 30 e ex-interventor de São Paulo, Osvaldo Aranha e "um irmão do Amaral Peixoto," pressões diretas sobre Vargas e seus assessores. "Foi com este trabalho e a presença de pessoas importantes que conseguimos fazer com que Getúlio lutasse ao lado dos americanos."

Ventura faz questão de lembrar que o Partido Comunista "estava fora disso", ou seja, da iniciativa de ingresso na Liga de Defesa Nacional. "Eu e mais aqueles companheiros sentíamos que a alternativa naquele momento era o apoio a Vargas na luta contra as potências do Eixo", assinala. Enquanto desenvolveu a atuação na Liga, Ventura não ficou livre da repressão. "Certo dia eu estava detido numa cadeia no Rio e ganhei um habeas-corpus. Então, para ludibriar a Justiça, eles me tiraram do Rio e me mandaram para Vitória, depois para Minas, em seguida São Paulo e, por último, de volta ao Rio. Andavam comigo assim para evitar que alguém da Justiça me encontrasse. Para todos os efeitos, eu não estava preso. Havia dias que eles andavam comigo de automóvel a noite inteira. Prometiam me matar, me espetavam com o fuzil."

A situação política do país começou a mudar, ainda que lentamente, em 1942. "A entrada da União Soviética e dos Estados Unidos no conflito armado europeu mudava a correlação de forças e transformava o seu caráter: a Segunda Guerra Mundial passava a ser uma batalha de democracias aliadas contra o fascismo. No Brasil, estudantes e trabalhadores ganham as ruas em manifestações contra o Eixo e crescem as insatisfações contra o custo de vida, baixos salários." (Vinhas)

O mesmo autor acrescenta que "desde 1942 estão em curso iniciativas simultâneas e isoladas umas das outras, mas ligadas ao movimento de massas que então reaparece e cuja liderança os comunistas rapida-

mente assumem". Na reorganização do PCB despontam o grupo baiano, "que dispõe de boa capacidade de articulação política", e o núcleo carioca, onde se estruturou a Comissão Nacional de Organização Provisória - CNOP, sob o comando do jornalista Amarílio Vasconcelos e do ex-militar Maurício Grabois, que mantém contatos com Prestes. É a esse grupo que Ventura se liga.

Era preciso juntar os cacos. "Em primeiro lugar, superar o clima de medo, desconfiança, descrédito, hostilidade mútua e ressentimentos que passou a imperar nas relações pessoais e políticas entre os comunistas após as quedas de 1938 e 1939." Em São Paulo, por exemplo, o delegado do DOPS, Luiz Apolônio, "habitualmente destilava suspeitas e desconfiança entre os comunistas recém-libertos, cada um acusando o outro de delator". Como se isso não bastasse, tinha que ser enfrentada "a onda inspirada pelo norte-americano Earl Browder, secretário-geral do PC dos EUA de 1930 a 1944, que na esteira da dissolução da IC, decidida por Stalin em maio de 1943, propugnava a liquidação dos partidos comunistas e a diluição de seus militantes na frente única, como prova de boa vontade para com os governos aliados". (Vinhas)

Em determinado momento, três posições ficaram bem claras e era necessário buscar uma saída. A primeira, representada por Fernando Lacerda, mais Pedro e Paulo Mota Lima, que apoiavam as posições do secretário-geral do PC americano. "Na grave hora histórica que atravessa a humanidade e nossa querida pátria, não se deve tratar de recompor qualquer espécie de organismo ilegal, mas cerrar fileiras ao lado do povo e do governo Vargas, para ajudá-los a reforçar a política de participação ativa do Brasil no esmagamento total das hordas fascistas e sua miserável quinta-coluna."

A segunda posição tem em Caio Prado Júnior e Heitor Ferreira Lima os representantes máximos. Querem uma união nacional contra o inimigo externo, mas são "contrários ao apoio a Getúlio Vargas: é preciso adotar uma política concomitante no combate à direita, na Europa como no Brasil; uma coisa não exclui a outra, ambas fazem parte de um mesmo processo. Desta maneira, não se deve deixar de lutar contra o Estado Novo, mesmo no momento de mobilização para o esforço de guerra". (Carone)

E terceira e mais forte posição é a defendida pelos baianos e pelo CNOP, com o aval de Prestes. Preconizava a união nacional também no plano interno. "É preciso não esquecer que a união nacional é, pela sua

própria essência, um movimento de pacificação da família brasileira." Essa posição é a que vai prevalecer mais tarde, a partir da Segunda Conferência Nacional do PCB, e que passou à história como a Conferência da Mantiqueira.

"Quando se travava em Stalingrado a grande batalha entre os dois exércitos, alemão e russo, aqui em Florianópolis (...) foi feita uma coleta de metais para mandar para a Usina Siderúrgica Nacional fundir e transformar em alguma utilidade de guerra (...). Na rua Felipe Schmidt foi erguida uma montanha de ferro velho e outros metais em homenagem a Stalingrado (...). Os trabalhadores e todo o povo mais pobre passavam por ali e faziam uma pequena parada e quase sempre jogavam pedaços de ferro que traziam de casa e das construções.

Ali, frente àquela montanha de ferro velho, sempre estava um grupo de pessoas que comentava o que estava acontecendo lá fora (...). A classe média e a classe operária, com raríssimas exceções, acercavam-se daquele grupo, olhavam o monte de ferro velho e retiravam-se. A chamada classe burguesa, alta sociedade, não passava por ali, pois aquilo era coisa de comunismo e não lhes interessava (...)." (Mimo)

"MORRAS" A HITLER E MUSSOLINI

Um dia no morro do Céu, em Florianópolis, correu a notícia de que estavam comercializando açúcar mais barato na rua Conselheiro Mafra. Foi uma correria. Vendiam um quilo para cada pessoa. "Meu vizinho largou o serviço, saiu disparado pelo morro abaixo, pois já fazia um mês que bebia café amargo." Estávamos em plena guerra. Os conflitos se desenvolviam na Europa, mas as consequências eram sentidas aqui. "Ele encontrou uma fila de quase 200 metros e quando chegou a sua vez recebeu um pacotinho do precioso alimento. Levou o dinheiro contado, no valor anunciado, mas na hora de pagar era o dobro."

Sacrifício de guerra, diziam as autoridades. E quem se sentisse prejudicado deveria dar queixa no órgão competente, "cujos dirigentes eram os mesmos negociantes ladrões que escondiam os alimentos. Meu vizinho achou muito pequeno o pacote de açúcar e pesou na venda mais próxima. Tinha apenas 700 gramas. Voltou e registrou queixa. O açúcar tinha custado quatro mil réis e ele quase teve que pagar 40 para não ir preso por crime de calúnia".

Este caso, contado por Mimo, ilustra bem a situação na época. Só em 1944 é que “as autoridades começam a tomar providências em relação aos abusos nos preços da carne verde”, informava o jornal *O Estado* (3.6). Pela tabela, o quilo da carne com osso era de Cr\$ 3,20, e a sem, Cr\$ 3,70. “Mas os açougueiros só vendem a Cr\$ 3,50 e sempre com osso”, dizia, completando: “O problema do abastecimento de carne verde, nesta capital, foi sempre assunto perigoso de se tratar”. (OE)

A Associação Comercial de Florianópolis lançou nota nos jornais recomendando aos associados, “a fim de lhes evitar multas e processos criminais, a fiel observância da tabela de preços em vigor, visto achar-se a Comissão de Abastecimento do Estado exercendo, por seus fiscais, a mais rigorosa vigilância e disposta a punir severamente os infratores”. Mas não era só com a carne que isso acontecia.

Alguns produtos essenciais, como o sal e o café, eram “escondidos propositalmente pelos comerciantes atacadistas. Eles alimentavam esperanças de que o Brasil ficasse neutro, como tinha acontecido com a Argentina, e assim eles poderiam vender para os dois lados”. (Mimo) Nos calçados também ocorreram problemas. “Com a guerra, o calçado, entre nós, encareceu vertiginosamente. Hoje um par de sapatos, que em 1939 custava 50 cruzeiros, custa três vezes mais. Antigamente um calçado de 200 cruzeiros era considerado objeto de superluxo. Hoje, porém, um calçado de luxo está custando 400 cruzeiros e há até para 700. Isso com referência a calçado masculino. Para senhoras, encareceu na mesma proporção e os preços variam entre 300 e 400 cruzeiros.” (OE - 11.5.1944)

Tudo isso serviu de fermento para as manifestações contra o Eixo em diversas cidades do estado. Em maio de 1942, final de uma tarde chuvosa, foi realizado na capital um comício de protesto contra “as potências do Eixo, por motivo dos afundamentos dos navios brasileiros”. O ato foi assistido por grande massa popular e nele falaram Wanderley Júnior, bacharel em direito, professor e futuro fundador da UDN, os jornalistas Hélio Régis e Walmor Wendhausen, além de Mário Lacombe. “Findo o comício, o povo retirou-se em absoluta ordem.” (Correio Dona Francisca)

Em Joinville, apesar do delegado regional Lúcio Correa ter proibido “qualquer manifestação popular”, ainda que em ambiente fechado, centenas de pessoas foram às ruas diversas vezes, já nos primeiros dias de 1942. Em 12 de março a Associação dos Reservistas programou uma passeata cívica, num desagravo aos maus tratos sofridos por diplomatas

brasileiros no Japão. Sob pressão da secretaria da Segurança Pública, a passeata acabou se transformando em sessão cívica na Sociedade Harmonia Lira, no centro de Joinville.

Foi, segundo o *Correio Dona Francisca*, “uma manifestação de um entusiasmo patriótico como raramente se tem verificado em nossa cidade. Muito antes da hora marcada para a reunião, todos os assentos e lugares do vasto salão estavam tomados”. A sessão foi aberta pelo presidente do Círculo dos Reservistas, tenente-coronel Luiz Correia Barbosa. O orador oficial, José de Diniz, “leu uma vibrante oração patriótica, condenando com veemência a atitude do Japão”. Os trabalhos se encerraram com a execução do Hino Nacional.

No dia seguinte, uma sexta-feira, 13, logo no começo da noite, surgiu no centro de Joinville um grupo considerável de pessoas “conduzindo um caixão funerário e dando ‘morras’ à Alemanha e Hitler”, num enterro simbólico do “Führer” alemão. “Desde logo as pessoas que se encontravam pelo trajeto aderiram a esta manifestação”, que percorreu as ruas do Príncipe, 15 de Novembro, Cruzeiro e 9 de Março, retornando ao lugar de origem, em frente à redação do jornal *A Notícia*.

“Em vários pontos do trajeto parou o cortejo para ouvir a voz dos oradores, que acompanhavam a manifestação. Falaram o Dr. Plácido Olímpio de Oliveira, Dr. Abelardo Gomes de Oliveira, Dr. Célio Vieira e Antônio Peres, cujas palavras se revestiram de grande evocação patriótica e se caracterizaram principalmente por afirmações candentes de repulsa aos atos dos inimigos do Brasil. Os oradores eram interrompidos a cada instante com gritos de ‘Viva o Brasil’, e ‘morras’ a Hitler e Mussolini, Alemanha e Itália. A manifestação transcorreu em perfeita ordem, apesar da grande vibração popular, não se tendo verificado qualquer ato de violência ou depredação.” (Correio Dona Francisca - 17.3.1942)

Essas manifestações contra o Eixo, como o próprio Manoel Alves Ribeiro reconhece, descambaram, algumas vezes, para o antigermanismo. “Depois da Primeira Guerra vieram muitos alemães para cá e nosso governo dava terras para eles, toda assistência, inclusive salários por algum tempo. Com um nível de cultura e capacidade melhor que os nossos camponeses, em pouco tempo conseguiram vida próspera e tranquilidade. Enquanto os imigrantes ganhavam terra, casa para morar, sementes, assistência médica e salário, os brasileiros não tinham nada.” (Mimo)

Alguns alemães, “após as primeiras invasões de Hitler, quando tomavam suas cervejas, ficavam até agressivos. Houve um que dizia que

quando a Alemanha ganhasse a guerra, ele ia encilhar os brasileiros e fazer deles montaria”, recorda Mimo. “Os vizinhos pegaram-no, botaram seus testículos sobre uma pedra e deram com a outra em cima”, castrando o sujeito. “Em Santa Catarina, o povo pobre, na sua totalidade, era contra a Alemanha. Por isso, apoiava em massa a atitude do governo declarando guerra ao Eixo.”

Certa feita, durante uma dessas manifestações, foi arrancada a estátua do empresário Carl Hoepecke. “Quebraram toda a estátua, que ficava no jardim em frente ao quartel da Polícia Militar. Amarraram pelo pescoço e carregaram pelas ruas. Não achei muito correto aquilo não” – confessa Mimo – “mas participei pois a massa queria”. Segundo ele, o empresário “tinha envolvimento com os nazistas. Chegou a fazer alguns serviços de reparo em navios e submarinos alemães no Arataka”.

O anticomunismo sobreviveu paralelo ao antifascismo. “Entre os catarinenses, não eram muitos os que apoiavam o Eixo, mas sempre havia alguém, principalmente da camada mais rica e dos militares. Quando os alemães invadiram a URSS eu estava trabalhando de eletricista no quartel da PM e presenciei o seu comandante e alguns oficiais no pátio, com um bastão riscando o chão, todos sorridentes, em razão do avanço dos nazistas sobre Moscou. Diziam-se antifascistas, mas eram muito mais anticomunistas.”

Os membros do PCB em Santa Catarina, que haviam crescido em número, também não tinham sossego. “Numa das passeatas que realizamos, a polícia reprimiu e mais de 20 pessoas foram presas. Naquele tempo a ordem do comando da polícia era prender os mais exaltados.” As residências dos comunistas foram varejadas várias vezes. “Altas horas da noite, mesmo depois da União Soviética ser aliada dos Estados Unidos e Inglaterra, eles apareciam lá em casa.” (Mimo) Lembra que “certa ocasião estávamos dormindo e minha esposa doente, entrevada na cama com reumatismo. Bateram à porta. Pulei da cama e fui atender, mas já era tarde. Tinham quebrado as dobradiças”. Eram seis soldados armados de metralhadora, “sob o comando do tenente integralista Pacheco. Começaram a vasculhar a casa e quando chegaram no quarto levantaram o colchão com minha mulher em cima e jogaram-na no chão sem piedade. Soube mais tarde que eles tinham sido mandados procurar a casa de um alemão nazista, que tinha um transmissor de rádio e havia sido denunciado por radioamador soviético”.

“(...) Na Batalha de Moscou, um agrupamento de mais de um milhão de hitlerianos chocou-se com uma resistência férrea dos defensores da capital soviética, e foi derrotado. Depois de terem extenuado e dessangrado o inimigo, nos inícios de dezembro de 1941, as tropas soviéticas passaram a uma contra-ofensiva enérgica e derrotaram cerca de 50 divisões hitlerianas. Só os exércitos de terra nazis sofreram mais de 830 mil baixas, entre mortos, feridos e prisioneiros. Para salvar a Wehrmacht da catástrofe, o comando hitleriano, entre dezembro de 1941 e abril de 1942, transferiu da Europa para salvar a frente soviético-alemã mais 39 divisões, seis brigadas e 800 mil efetivos de reforço. Na histórica Batalha de Moscou, em que o plano da ‘guerra-relâmpago’ sofreu um fracasso total, foi também destruído o mito da invencibilidade do exército hitleriano.

(...) a Batalha de Stalingrado foi de importância fundamental. Nela foi derrotado um numeroso agrupamento estratégico das tropas nazis; as perdas totais do inimigo foram de quase um milhão e meio de soldados e oficiais, isto é, um quarto dos efetivos que se encontravam na altura da frente soviético-alemã (...).

(...) Hitler deslocou para Leste 83% de todos os efetivos do Exército de terra e das unidades das SS, incluídas 86% das divisões de tanques, todas as divisões motorizadas e três quartos de toda a artilharia, bem como 70% dos aviões de combate. Na etapa inicial da guerra, os efetivos do invasor eram duas vezes superiores aos do Exército Soviético.” (Babin)

A ROSA E AS FLORES SELVAGENS

Duas dezenas de comunistas de vários estados brasileiros se reuniram nos dias 27, 28 e 29 de agosto de 1943 numa cidadezinha do Rio, perto da serra da Mantiqueira. Por diversos meios, quase todos chegaram ao local combinado despistando a polícia, enfrentando caminhadas pelos matos. Um deles era Álvaro Ventura, então com 50 anos a serem completados em outubro. O preparo físico que adquiriu nos anos de estiva o ajudou na empreitada.

Instalados os trabalhos da Segunda Conferência Nacional do PCB – a primeira em 1934 – foi apresentada a pauta: 1. Política internacional e nacional; 2. Questões de organização visando reunificar o PCB nacionalmente; 3. Eleição do Comitê Central. Vinhas esclarece que “de fato, ali se aprova uma linha baseada na política de União Nacional contra o fascismo, total apoio ao governo Vargas no esforço de guerra, luta pela anistia, contra a carestia, aprimoramento da Previdência Social, normalização

institucional e legalidade do PCB; decide, ainda, lançar uma campanha nacional pela abertura da segunda frente da guerra”.

Ventura considerou a Conferência da Mantiqueira como o instante em que “o PCB volta a existir, quando muita gente achava que ele estava acabado e que não conseguiria mais se reestruturar”. Os debates foram intensos. Durante as cerca de 70 horas em que estiveram reunidos, gastaram bem poucas em refeições – muitas feitas em meio a debates – e no sono.

“A conferência foi a mais elevada expressão da luta contra o liquidacionismo”, assinalaria dez anos mais tarde o dirigente Maurício Grabois. “A preparação desenvolveu-se num clima de combate sem tréguas aos liquidacionistas. O fato de a Conferência da Mantiqueira ter eleito a nova direção nacional do Partido significou um pesado golpe” naqueles que defendiam o fim da organização.

No final de 1943, da cadeia, Prestes faz um alerta aos participantes da conferência, ressaltando que ela “não soube assinalar que a luta pela participação na guerra era inseparável da luta pela democracia no país, e adotando de maneira um tanto esquemática a política de apoio ao governo”, disse. Frisou ainda que “não soube (a conferência) mostrar ao Partido e ao próprio governo o quanto este seria reforçado e o quanto seria mais sólida a união nacional, à medida que fossem dados passos no sentido da democracia, especialmente com a libertação dos presos políticos e a suspensão da censura à imprensa e restrições às liberdades civis”.

Mas é o próprio Prestes quem, mais tarde, reconhece a importância daquele encontro. “A conferência traçou a linha política do Partido, que estabelecia a necessidade da união nacional contra o fascismo e exigia a participação direta do Brasil na guerra, através do envio de uma Força Expedicionária. A conferência lançou uma vigorosa campanha de solidariedade e apoio à URSS, que sozinha suportava todo o peso da guerra. O objetivo dessa campanha era mobilizar a opinião pública para exigir a imediata abertura da segunda frente na Europa, à qual os imperialistas americanos e ingleses opunham crescentes obstáculos, no propósito ignóbil de fazer com que a União Soviética continuasse a lutar sozinha contra o nazismo, e assim enfraquecê-la.”

Prestes destacou ainda a decisão de organizar “um amplo movimento de massas, patriótico e antifascista, a cuja frente estivesse a classe operária. Comícios, passeatas, conferências, exposições antifascistas,

criação de comissões patrióticas – tais as forças de luta e de organização indicadas pela conferência”.

Apesar de estar preso, o “Cavaleiro da Esperança” foi indicado para ocupar a secretaria-geral de um Comitê Central composto por seis operários, sete militares, cinco intelectuais e um “sobre o qual não foi possível obter maiores informações” (Vinhas), sendo: Diógenes de Arruda Câmara, ex-funcionário do ministério do Trabalho, Bahia; Pedro Pomar, ex-universitário, Pará; Maurício Grabois, ex-oficial da Aeronáutica, Rio; Amarílio Vasconcelos, jornalista, Rio; Francisco Gomes, operário da construção civil, Rio; Júlio César, ex-militar, Rio Grande do Sul; e Sérgio Holmes, também da construção civil e gaúcho.

Faziam parte ainda Lindolfo Hill, da construção civil, Minas Gerais; Dinarco Reis, ex-oficial da Aeronáutica, Rio; José Militão Soares, ex-militar, Minas; Armênio Guedes, ex-universitário e jornalista, Bahia; José Medina, marítimo, Rio; Milton Cayres de Brito, médico, Bahia; Ivan Ribeiro, ex-oficial da Aeronáutica, Rio; Leivas Otero, ex-oficial da Aeronáutica, Rio Grande do Sul; Mário Alves, advogado e jornalista, Bahia; Celso Cabral, trabalhador braçal, Rio; Draga; João Amazonas, funcionário do sindicato da construção civil, Pará, e Álvaro Ventura, estivador, Santa Catarina.

O secretariado escolhido por este Comitê Central ficou integrado por Luís Carlos Prestes, José Medina Azevedo, Diógenes Arruda Câmara, Maurício Grabois e Pedro Pomar. “Álvaro Ventura, que até então era formalmente o secretário-geral, entrega o cargo, por alguns meses, a José Medina, retomando-o até a anistia de Prestes em 1945”, conta Vinhas. Medina, contra quem pesava o fato de ter escrito em 1935 uma carta lamentando sua impossibilidade de liderar uma greve de marítimos, renunciando então ao Comitê Central e sendo preso, levanta suspeitas.

Basbaum diz: “Medina foi acusado de utilizar em proveito próprio algumas verbas (não sei se é verdade), excluído do CC e, em seu lugar, colocado Álvaro Ventura, um excelente companheiro, que fora estivador em Santa Catarina e de lá viera como deputado classista, nas eleições de 1934, eleito pelo seu sindicato”. Segundo o mesmo autor, “no novo Comitê Central figuravam, além dos elementos pertencentes à direção do antigo CNOP, alguns baianos, todos os que haviam descido do Norte, como um destemido ‘Exército do Pará’ – segundo a expressão de Jaime Ovale, para tomar o poder”.

O veterano comunista Basbaum, que ingressou no PCB em meados

dos anos 20, ajudando a erguer os primeiros alicerces da agremiação, observou naqueles dias: "Ventura estava ali (no novo CC), pelo que vi depois, como uma rosa a enfeitar um ramalhete de flores selvagens, sem cor nem cheiro. Era o 'operário-que-faltava' ao novo CC, constituído em sua maior parte de elementos oriundos da pequena burguesia e ex-oficiais do Exército e da Aeronáutica, excluídos ou presos em 1935".

Recorda que "um dia esse Comitê Central, ou melhor, Presidium, constituído pelos elementos mais responsáveis, reuniu-se na minha casa, na Urca. E naturalmente fui convidado a participar da reunião: uma homenagem ao dono da casa. Lá estavam, que eu me lembre, além do Arruda, o Grabois, Amarílio, Amazonas, Pomar, Ivan Ribeiro, Ventura, mais dois ou três. Só estranhei a ausência de paulistas, os quais se recusavam a aceitar ou reconhecer o novo CC, bem como a liderança de Prestes".

Nessa reunião foram discutidos assuntos como a dissolução do Komintern, que acabava de ser decidida pela URSS, e a posição do Partido frente ao governo de Getúlio, naquela conjuntura. "Nessa ocasião foi aprovado o 'apoio incondicional a Getúlio', o que deu lugar às primeiras divergências no seio do CC, as quais somente seriam dirimidas mais tarde, com a integração de Prestes ao CC depois de ser posto em liberdade, em 1945." (Basbaum)

Com respeito à dissolução do Komintern, compreendiam que era uma "medida política, de caráter tático, do governo da URSS, tomada em plena guerra, para permitir uma aliança mais forte com as Nações Unidas". Segundo o autor de *Uma Vida em Seis Tempos*, a "dissolução do Komintern significava, de acordo com o meu entendimento, a independência dos partidos comunistas. Essa foi, inicialmente, também a posição do novo CC, mas, na realidade, a partir de 1945 o PCB se amarraria de tal modo ao PC da URSS, que se sentia incapaz de espirrar sem pedir licença a Moscou".

"Nosso trabalho nunca parou, só ficou mais difícil que antes. Em primeiro lugar a gente, que já era conhecido pela reação, não podia formar grupos de três ou quatro pessoas para conversar na rua. Ia preso na hora. A gente tinha que conversar com um, dois no máximo, num banco de jardim. Era tudo clandestino. As reuniões eram na cidade, às vezes fora. Para marcar uma reunião demorava mais de um mês. Uma reunião regional, com companheiros de todo o estado, levava dois, três meses para ser organizada. O cara lá do Oeste, por exemplo, ia a São Paulo

primeiro, ou Rio, e só depois é que vinha para cá, passando por outras roças antes de chegar. Também nos reuníamos muito no continente. Todas elas depois das onze horas da noite. E naquele tempo não tinha ônibus para São José e Palhoça. Era tudo no calcanhar." (Mimo)

DEIXEM UMA BALA NO FUZIL

Toda a cidade se preparou com esmero para aquele dia oito de maio de 1944. O comércio fechou as portas, por recomendação da Associação Comercial de Florianópolis. Os colégios suspenderam as aulas e nem os bancos abriram. Os cinemas funcionaram gratuitamente. Do interior da Ilha veio até o centro muita gente a cavalo, charrete e mesmo carroça. Embarcações deixaram cedo as praias das duas baías, rumo ao cais Rita Maria e Trapiche Municipal.

Tudo isso para a festa de despedida de alguns dos 956 soldados e oficiais de Santa Catarina, engajados na Força Expedicionária Brasileira - FEB, com malas prontas para ir lutar na Europa, ao lado dos exércitos aliados. Logo cedo o arcebispo metropolitano, Dom Joaquim Domingues de Oliveira, oficiou uma missa no adro da catedral, falando ao Evangelho. Em seguida cada expedicionário recebeu seu crucifixo, entregue pela Legião Brasileira de Assistência.

Depois as festividades se transferiram para a praça Getúlio Vargas onde, perante grande massa, falaram o sargento Gerson Bosco, a estudante Sussen Mansur, o tenente-coronel Hugo Silva, comandante da Guarnição Militar e do 14º Batalhão de Caçadores, e, encerrando, o interventor Nereu Ramos, presidente do diretório regional da Liga de Defesa Nacional. No almoço oferecido no quartel da força policial do estado, o sargento Samuel Sena Pereira falou em nome dos pracinhas.

No dia seguinte os jornais capricharam na cobertura da festa de despedida da FEB. "Raramente se há movimentado entre nós tão volumosa massa popular, toda ela eletrizada pela emoção pura e alta, oriunda do mais ardente patriotismo, para, em praça pública, manifestar o sentimento que na alma lhe palpitava." (OE - 9.5.1944) O mesmo periódico acrescentou que "esses moços" que desfilaram "entre bandeiras, 'vivas' e flores", saberão que "aqui fica um povo que lhes almeja os viridentes loiros; e, quando alvorecer o dia da paz, os espera para lhes tributar maiores e mais fulgurantes provas de afeto e admiração".

Numa linguagem toda própria do período, *O Estado* acrescentava:

"São os dignos soldados do Brasil que, ao lado dos demais aliados - sem exceção nenhuma! - vão bater-se pela restauração da liberdade, espezinhada pelos fanfarrões totalitários que, tendo castrado a consciência dos seus respectivos países, tentaram impor a mesma e envilecedora amputação aos demais povos. Para a frente! Para a Glória!"

Logo depois da partida foi publicado um telegrama do ministro Eurico Gaspar Dutra, "agradecendo a manifestação do proletariado brasileiro às forças que vão lutar pelo Brasil nos campos da guerra mundial. No Brasil hoje" - acentuou - "não há mais intranquilizantes diferenciações entre o homem da caserna e o trabalhador da usina. Criou-se a compreensão de que o Exército é, apenas, a vanguarda armada da Nação, e a massa operária, em horas como esta, não quer outra coisa senão a retaguarda eficiente do Exército nacional".

Dutra concluiu seu telegrama com uma mensagem implícita. "Nessa hora o Brasil só tem um desejo, um pensamento, um sentido: vencer os inimigos externos e manter, com honra, a glória de suas tradições." Manoel Alves Ribeiro, que esteve presente nesses acontecimentos, testemunha que "no dia do embarque dos pracinhas de Santa Catarina, eles formaram na praça XV de Novembro, defronte do Miramar. O capitão que os comandava fez um discurso e disse que confiava na bravura e no patriotismo de seus comandados e recomendava que não gastassem todas as balas, que deixassem uma na agulha do fuzil para os comunistas russos. Soube-se depois que o capitão simpatizava com os integralistas".

No dia 24 de maio os primeiros contingentes da FEB começaram a deixar o Rio de Janeiro, rumo ao teatro de guerra. Seguiram cerca de 25 mil soldados e oficiais das três armas, sob o comando do general Mascarenhas de Moraes, desembarcando em 16 de julho daquele mesmo ano. Durante os 239 dias em que os brasileiros participaram dos combates, ocorreram 1.610 baixas, sendo 465 mortos e 1.145 feridos. Pelas ondas curtas das emissoras de rádio brasileiras ou estrangeiras (como a BBC) com transmissão em português, ou pelos jornais, a população ia acompanhando os últimos lances da guerra. Em 21 de fevereiro de 1944 os brasileiros tomam Monte Castelo, ocupando na sequência Sprassasso e Castelnuovo (5.3), Montese e Serreto (14.4), até chegar em Collecchio e Fornovo (27.4).

Em Fornovo di Taro, junto à cidade de Parma, os pracinhas da FEB obtiveram a rendição incondicional da 148ª divisão alemã, remanescentes da 90ª divisão Panzer e da divisão Itália, fascista, com um total de

quase 15 mil homens. Também pelo rádio a população acompanhava as batalhas de Moscou e Stalingrado, que representaram a virada decisiva da guerra em favor dos aliados.

O então prefeito de Florianópolis chegou a assinar uma portaria (nº 68), no dia 19 de maio de 44, determinando a construção de abrigos antiaéreos. Cada novo projeto que desse entrada na prefeitura deveria estar enquadrado na portaria. Os edifícios destinados às habitações coletivas, hotéis, hospitais, casas de diversão, estabelecimentos de ensino, seminários, conventos de ordens religiosas, ou destinados a escritórios, comércio e indústria, "ainda que tenham menos de cinco pavimentos ou sejam de área coberta inferior a 1.200 metros quadrados, estão obrigados à construção dos ditos abrigos".

Mas como a guerra parecia estar mesmo chegando ao fim, a portaria foi deixada de lado. De qualquer modo, o Serviço de Defesa Civil Antiaérea reduz, mas não elimina, as medidas de "escurecimento parcial" em todas as cidades e povoações litorâneas do estado. Nestas, deveriam ser diminuídos pela metade os focos de iluminação pública nas praias, com o velamento de todas as lâmpadas no lado voltado para o mar. As medidas atingiam ainda os anúncios luminosos, proibição de fogueiras e o "velamento das luzes de todos os estabelecimentos comerciais, inclusive vitrines - e centros de diversões públicas situados nas praias".

Numa terça-feira, 22 de agosto de 1944, a Liga de Defesa Nacional catarinense realizou um comício na frente da catedral metropolitana, em comemoração ao segundo aniversário do reconhecimento pelo Brasil do estado de beligerância que lhe foi imposto por nações do Eixo. Falaram o jornalista Rubens de Arruda Ramos, Antenor Tavares, Gustavo Neves, Jaú Guedes, Osvaldo Melo e Valdemiro Dias, "todos eles enaltecendo o momento histórico que atravessamos e sendo calorosamente aplaudidos pela grande multidão". (OE - 22/23.8.1944)

Dois dias depois a cidade foi surpreendida por uma "espontânea manifestação de júbilo", por parte dos estudantes da Escola de Comércio, por causa da libertação de Paris. Fizeram uma passeata pelas principais ruas da cidade "puxados pela banda da Força Policial, aos acordes eletrizantes da Marselhesa, o hino da liberdade". Os estudantes deram "largas às vibrações sinceras do seu espírito moço, sendo os jovens oradores aplaudidos com grande entusiasmo. A bandeira brasileira era conduzida por uma senhorita, e a da França pelo professor Fernando Machado, diretor da Escola de Comércio". (OE - 24.8.1944)

O movimento operário se fez presente, embora discreto, durante todo o Estado Novo. O jornal *A Gazeta*, em 1938, moveu uma campanha contra o empresário do carvão Henrique Lage, por tentar impedir a criação do sindicato da estiva em Imbituba. Na Fábrica de Pontas Rita Maria, do grupo Carl Hoepecke, os operários entraram em greve por aumento de salário. Em Laguna, ocorreu o que Carone considerou uma das "medidas mais radicais" do operariado durante a ditadura de Vargas.

Naquela cidade, "os operários da Companhia de Mineração e Metalúrgica Brasil entram em greve por melhores salários. A Delegacia de Ordem Política e Social acha justo o motivo, e não a greve, intervém e destitui a diretoria do sindicato", nos primeiros dias de janeiro de 1940. Durante alguns anos ocorreu um refluxo do movimento dos trabalhadores, retomado em outubro de 1945 com a greve dos operários da Hering e Garcia, em Blumenau. O motivo foram os salários. Enquanto os empregados pleiteavam um aumento de 40%, os patrões ofereciam apenas 20%, impasse que se prolongou por mais tempo pelo fato de reivindicação semelhante ter sido atendida em Itajaí.

Em janeiro de 1946 ocorreu uma greve nacional dos bancários, com a adesão de Santa Catarina. Um acordo assinado em setembro do ano anterior entre patrões e empregados não estava sendo cumprido. Em Florianópolis, o Sindicato dos Bancários, que tinha na presidência Theodoro Miroski, convocou uma assembléia geral, e as razões do movimento foram expostas por Sebastião Vieira. Uma reunião para as oito e meia da manhã seguinte foi marcada, dando início à paralisação.

Até o meio-dia já tinham chegado por telegrama as mensagens de adesão de várias cidades à greve. Os funcionários do Banco do Brasil, que tinham acabado de receber aumento, além de atendidas outras reivindicações, pararam em solidariedade. Um manifesto virulento de Sebastião Vieira, dia 25 de janeiro, publicado na capa, provoca pressões dos banqueiros e autoridades sobre o jornal *O Estado*. O texto não continha assinatura, parecendo editorial com a posição do diário. Uma nota no dia seguinte esclarece sobre o autor da matéria. Na outra manhã, as reivindicações estavam todas atendidas e o trabalho retomado.

Durante o Estado Novo, quase todo primeiro de maio foi comemorado por comunistas, outras lideranças operárias ou o próprio governo. Em 1938 Nereu Ramos mandou preparar uma comemoração impecável, com o apoio de sindicatos e da Delegacia Regional do Trabalho. *A Gazeta* daquele dia ostentou uma edição especial, paga pela interventoria, com

números e dados sobre as realizações dos primeiros três anos da administração Nereu.

No ano seguinte o Sindicato da Construção Civil toma a iniciativa de convocar uma manifestação no campo do Manejo, conseguindo reunir "centenas de trabalhadores". (Mimo) A polícia interveio reprimindo e provocando confronto. Um operário falou em nome do PCB. Aliás, os comunistas gostavam de desafiar as autoridades. "Quem passasse perto dos morros nas noites que antecediam cada primeiro de maio ouvia o barulho de velhas máquinas de costura fabricando bandeirolas de pano vermelho, algumas delas com a foice e o martelo, pesadelo da burguesia, desenhados no centro. Ao amanhecer elas oscilavam garbosas e desafiantes, penduradas às dezenas em fios de alta-tensão." (Mimo)

Apesar da cidade sempre ficar policiada nessas épocas, conseguiram num primeiro de maio colocar dezenas dessas bandeirolas na frente do palácio do governo num fio de alta-tensão, a oito metros de altura. Uma delas com a foice e o martelo. "Os bombeiros tiveram que usar escadas para retirá-las, e este trabalho levou algumas horas." Mas havia comemorações amenas, como a promovida em maio de 1943 pela Liga Operária e a União Operária. Esta última aproveitou a data para a inauguração do novo palco, com a encenação de *Aimé* ou *Assassino por Amor*, com atores amadores da própria entidade. Em destaque, o apelo de Marx: "Operários de todo o mundo, uni-vos!".

*"Avante! Camaradas,
Ao tremular o nosso pendão,
Vençamos as invernadas
Com fé suprema no coração.*

*Avante sem receio,
Que em todos nós a Pátria confia,
Marchemos com alegria, avante!
Marchemos sem receio.*

*Aqui não há quem nos detenha
E nem quem turbe a nossa galhardia,
Quem nobre missão desempenha
Temer não pode a tirania, a tirania,
E nunca seremos vencidos
Porque marchemos sob a luz da crença!
Marchemos sempre convencidos
Não há denodo que nos vença!*

Avante! Camaradas, etc...

*Havemos, sempre audazes,
Afrontar o perigo
E seremos perspicazes
Ante o mais férreo inimigo,
Por isso não tememos,
Sempre fortes, sobranceiros,
E com bravura, sempre lutaremos!
Brasileiros nós somos,
Nós somos brasileiros!
Hip-Hurrah."
(Hino do Expedicionário)*

JOGO DEMOCRÁTICO

ENTREVISTAS DO SECRETÁRIO-GERAL

Em março de 1945 os jornais de todo o país publicaram um Manifesto das Esquerdas, assinado por diversos comunistas e encabeçado por Álvaro Ventura, secretário-geral do PCB. Os signatários pregavam a união nacional, democracia, eleições, anistia e desenvolvimento da indústria e da agricultura. Com Ventura estavam Spencer Bittencourt, Iguatemy Ramos, Ivan Ribeiro, J. Medina Filho, Roberto Moreira, Amarílio Vasconcelos, Pedro Mota Lima e outros seis. O manifesto saiu no dia 15, uma quinta-feira.

Seu objetivo era mostrar "os traços essenciais da nossa interpretação, relativamente a condições novas de desenvolvimento surgidas para toda a humanidade, para o continente americano e, em particular, para a nossa Pátria, à luz da grande guerra vitoriosa dos povos contra as segregadas potências nazi-fascistas, e da perspectiva imediata de paz". Após analisar a conjuntura internacional, especialmente a norte-americana, e seus reflexos no Brasil, afirmam que "podemos agora levar pacificamente a pleno desenvolvimento o ciclo mais importante de sua história, o ciclo de sua emancipação econômica, da verdadeira democracia, do bem-estar e da cultura".

Colocam como "condição única a realizar para nos lançarmos a tão grandioso objetivo" que as forças progressistas do país "se congreguem, efetivamente, no cumprimento de um grande programa de União Nacional". Após a crise do Estado Novo, "a democratização tornou-se (...) a condição imediata da União Nacional para enfrentarmos unidos, livremente, nossas gigantescas tarefas para a vitória e a paz". Por isso, é preciso que o governo "responda ao justo clamor de todas as nossas forças políticas, de todo o povo brasileiro, decretando a mais ampla anistia", com eleições "verdadeiramente democráticas".

Como programa mínimo apontam a "instauração e contínuo aprimoramento de um regime de ampla liberdade democrática, baseado na

cooperação política independente das classes e apoiado em grandes partidos nacionais e estaduais"; o desenvolvimento "planificado da grande indústria e agricultura, criação de mercado interno, aprofundamento das relações internacionais do Brasil". (cit. Carone)

Em agosto, durante reunião ampliada do Comitê Nacional, da qual Prestes participou (saiu da cadeia em abril), foi feita no seu "informe" uma referência ao manifesto. Disse Prestes: "A 'Carta Pública' do Partido assinada por quinze comunistas conhecidos, à frente Álvaro Ventura, secretário-geral, definiu no essencial nossa posição política. Se bem que não respondesse com a necessária precisão às questões políticas do momento e fizesse uso de formulações pouco felizes como a do governo de coalizão, por demais vaga e passível por isso de diversas interpretações, fornecendo assim elementos e pretextos para os que nos combatiam, muitos dos quais companheiros vítimas da demagogia golpista e de ideologias estranhas, sob cuja influência caíram em consequência do seu afastamento das massas".

Segundo o Cavaleiro da Esperança, "foi aquele documento de grande importância na ação prática de nosso Partido para evitar que se alastrasse e aprofundasse a vaga de agitação e de desordens que levaria ao golpe militar fascista em evidente preparação". (cit. Carone) No mesmo dia em que saiu o manifesto, Ventura participou de uma mesa-redonda na redação do jornal *Folha Carioca*, junto com outros líderes operários do Rio de Janeiro.

Na oportunidade, Ventura afirmava que "a preocupação dos que representavam a vanguarda do proletariado e do povo do Brasil, neste instante, só pode ser a de assegurar uma saída pacífica e democrática para a crise brasileira". Ventura criticou um pronunciamento feito naqueles dias por Getúlio, onde o presidente dizia que "nenhum problema político fundamental nos preocupa presentemente. O país vive em ambiente de tranquilidade e confiança e seu prestígio internacional nunca foi maior".

Acentuou que "aquele 'presentemente' é, com certeza, muito significativo. Mas a negativa presidencial não está justificada. O Brasil inteiro está vivendo intensamente um 'problema político fundamental', que precisa ser resolvido: o da consolidação da liberdade conquistada e estabelecimento de um regime verdadeiramente democrático. Por isso não há tranquilidade nem há, rigorosamente, confiança".

Criticou ainda as colocações de Vargas de que o prestígio brasileiro no campo internacional era grande, motivo a mais para ele não se preocu-

par. "Realmente, nosso prestígio internacional nunca foi tão grande. Ele é obra do povo, do governo e de nossa gloriosa Força Expedicionária. Mas esse prestígio não nos basta, porque não é tudo o que merecemos e podemos desfrutar, nesse momento. Todos os povos amantes da liberdade perguntam o que está faltando para o povo brasileiro viver, pacífica e organizadamente, num clima de fecunda liberdade."

Lembrou que "todos os povos perguntaram o que é que há no Brasil, que leva a delegação deste país em Chapultepec a ser a única que votou contra o direito de greve, que os trabalhadores de todo o mundo usam para lutar contra o fascismo e a quinta-coluna, para lutar pela democracia e pelo progresso". Parou para respirar e prosseguiu. "O mundo nos contempla, neste instante, perguntando o que há aqui que nos faz andar rondados até pela guerra civil na hora suprema em que, unidos nacionalmente, devíamos estar lutando pela conquista do nosso posto de sexta potência mundial."

No final da mesa-redonda, quando estava em discussão a iminente libertação de Prestes, chegou o escritor Jorge Amado, futuro deputado constituinte. Cumprimentou Ventura e os demais participantes, "a quem conhecia de velhos tempos", e informou: "Trago-lhes boas notícias de Luís Carlos Prestes. Estive com ele, que se acha em ótimas condições. E creio que não tardará a retornar ao nosso convívio".

Naquele tempo Dona Eliza tinha tirado do guarda-roupa o velho e surrado paletó branco que o marido usava. Lavou com cuidado, passou e engomou. Com uma escova limpou bem a gravata-borboleta escura. Ventura tinha voltado a usar o "único terno que tive em toda a minha vida e que ainda tenho guardado". Desde primeiro de outubro de 1944 ele trabalhava como fiscal da delegacia regional da Comissão Executiva da Pesca, órgão do ministério da Agricultura. No bolso sempre carregava a carteirinha de cor preta, com impresso dourado, em relevo, indicando a repartição, número 20.

Atuava no entreposto de pesca de Sepetiba, onde um pouco mais tarde um repórter da mesma *Folha Carioca* foi entrevistá-lo. "Só posso saudar com grande entusiasmo a perspectiva de eleições livres", comentou, desejando "que a longa experiência política do nosso povo seja uma garantia de que não nos deixaremos arrastar pelas paixões partidárias, em prejuízo dos magnos problemas nacionais". Não quer a volta da "política dos arranjos e acordos à revelia do povo, e sim ter em vista princípios e programas construtivos". Ventura assinalou que não poderiam es-

tar em jogo os nomes de candidatos, “mas a necessidade de assegurar a solução democrática e progressista nas questões em que o país se acha empenhado”.

O secretário-geral do PCB abordou ainda a situação internacional. Disse partir do princípio de que, “na atualidade, os grandes problemas do mundo só podem ser resolvidos na base da mais estreita cooperação entre as três grandes potências-líderes das Nações Unidas, em comum acordo com os demais países”. Assegura que “não há nenhuma possibilidade de desentendimento entre os Estados Unidos, a Inglaterra e a União Soviética, como vinham demonstrando os acordos anteriores e como agora acaba de provar cabalmente a Conferência da Criméia”.

Prevê ainda que “o mundo deverá ajustar-se a novas formas de relações internacionais, abolindo os velhos moldes imperialistas e consagrando a política de respeito aos tratados e cooperação pacífica”. Acha que os brasileiros “devemos desde já nos integrar nessa nova concepção de unidade, cooperação, democracia e progresso, sem desajustamentos violentos e sob uma forma pacífica”.

Internamente, defende “a união do povo brasileiro, sem ódio e ressentimentos, sem retaliações e vinganças pessoais, através de uma política realista que vise o futuro e não o passado. Urge, portanto, a pacificação da família brasileira com uma anistia recíproca, como um dos pontos de partida para, num clima de paz e liberdade, impulsionarmos o progresso da nossa Pátria. Eu, pessoalmente, não guardo ódios desse ou daquele antigo adversário”, lembrando que “os gestos de compreensão e concórdia que conduzem à harmonia no seio da família brasileira são verdadeiramente tradicionais na história política do Brasil”.

Perguntado sobre o novo quadro partidário, Ventura disse acreditar no “aparecimento de grandes partidos nacionais, ao invés de organizações políticas ocasionais, refletindo interesses meramente eleitorais”. Mais adiante, falando da “corrente a que pertencemos”, disse esperar que “esta venha participar legalmente da vida política do país, desmascaradas que já estão hoje as mentiras propaladas pelos fascistas sobre seus objetivos”. Cita como exemplo a “cooperação e apoio ao governo na sua política de guerra. As organizações cívicas e patrióticas e o próprio governo estão aí para atestar”.

Álvaro encerrou a entrevista falando sobre o reatamento das relações entre o Brasil e a União Soviética. “A nossa participação na guerra marcou o início dessa reaproximação” com o país de quem “somos pra-

ticamente aliados na luta contra um inimigo comum, a Alemanha hitlerista, que a ambos atacou traiçoeiramente”. Recordou que “a maior parte do peso desta guerra recaiu sobre a União Soviética, que foi um fator decisivo da vitória”.

Concluindo, afirmou que “o povo brasileiro não acredita mais nas infâmias assacadas pelos nazistas contra os povos da URSS”. E apesar de “não ter nenhum vínculo que me ligue a esta potência mundial”, reconhece a “profunda admiração pelo seu povo, pelas suas realizações e pelos seus chefes”.

“De há muito Getúlio manobrava. Prevendo o fim inevitável do Estado Novo, que se esboroava, sob intensa pressão popular e internacional, estabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética e convocara eleições. Em dois de março, em entrevista à imprensa, antepôs à anistia duas restrições: a primeira, quanto à oportunidade, deveria ser resolvida pelo parlamento a ser eleito; a segunda, a da reabsorção, pelas Forças Armadas, dos oficiais afastados na insurreição de 35, teria que levar em conta a resistência dos militares, ainda sensibilizados com aqueles acontecimentos. Sob o influxo da campanha pela anistia e pela democratização do país, a 11 de abril o Supremo Tribunal Federal havia concedido habeas-corpus aos exilados, permitindo o seu retorno ao país sem o perigo da prisão. Assim, retornaram Júlio de Mesquita Filho, Otávio Mangabeira, Paulo Nogueira Filho, Armando Salles de Oliveira (...). Diante da enorme pressão popular e já cambaleante no poder, Getúlio não tem saída e decreta a anistia a 18.4.1945.” (R.R.Martins)

OS COMUNISTAS VÃO ÀS RUAS

A praça XV de Novembro, que sempre foi o lugar privilegiado das manifestações populares em Florianópolis, abriu passagem naquele fim de tarde de 24 de abril de 1945 para o desfile triunfal das bandeiras dos Estados Unidos, França, Inglaterra e, ao lado da brasileira, a da URSS, vermelha, com a foice e o martelo cruzados. Empunhando “vistosos dísticos”, os manifestantes ofereciam a “Roosevelt, Stalin e Churchill a gratidão dos brasileiros”. Outros diziam que “Depois de Roma, Berlim, depois de Berlim, Tóquio”, e “À FEB, com orgulho, os seus compatriotas”.

Mais no fundo se lia, escrito em enormes letras vermelhas, “Salve defensores da civilização, Brasil-Rússia-Estados Unidos-Inglaterra”,

"Berlim caiu! A luta antifascista continuará"; fechando o desfile, "Congratulando-se com todos os democratas, a praia de Fora se associa". Uma banda precedia o desfile, que partiu da praça Pereira Oliveira. "Grande massa humana desfilou por várias ruas da capital sob os aplausos entusiásticos dos presentes." (OE - 25.4.1945)

A organização do comício e passeata foi do Comitê Democrático, entidade criada pelo PCB e que se espalhou por todo o país em poucas semanas. A caminhada pelas ruas centrais terminou com uma concentração na frente do Democrata Clube, na praça XV de Novembro, onde se achava instalado o serviço de alto-falantes. Os oradores foram "vivamente ovacionados". O primeiro foi Aldo Ávila da Luz, presidente do comitê, seguindo-se o comunista Sílvio Marques de Oliveira, Mário Lacombe, Osvaldo Melo e Hipólito Pereira, também do PCB. Pronunciaram "belíssimas alocações, fazendo com que o povo vibrasse de são entusiasmo patriótico".

Depois da "reunião cívica" começaram os desfiles pelo centro de Florianópolis, "acrescidos de todos os carros de aluguel da praça, que, fonfonando, e com os fogos multicolores, davam um aspecto impressionante à passeata e, bem assim, um exemplo, frisante de satisfação, incontida no povo florianopolitano, pelas vitórias das Nações Unidas". O repórter de *O Estado* concluiu dizendo que "Florianópolis viveu, ontem, indiscutivelmente, horas de intensa vibração".

A notícia de que a guerra havia terminado, nos primeiros dias de maio, levou novamente a população da capital às ruas. Juntos, os comunistas e seus aliados da luta antifascista. Uma multidão saiu espontaneamente de suas casas e "afluiu às ruas, espargindo a manchieiras o entusiasmo de que se achava possuída". Em volta da praça XV de Novembro viam-se passeatas e ouviam-se "hosanas aos bravos soldados aliados".

Rapidamente os membros da União da Juventude Democrática, onde o PCB estava representado em maioria, improvisaram um comício, que foi realizado à noite na frente do Democrata Clube. Falaram o historiador Osvaldo Rodrigues Cabral, João José Cabral, Osvaldo Bulcão Vianna, Wanderley Júnior, Aldo Ávila da Luz, os jornalistas Osvaldo Melo e Nelson Maia Machado, e outros oradores, entre "estudantes, operários e funcionários públicos, que arrancaram dos presentes os mais vibrantes aplausos". (OE - 8.5.1945)

O interventor Nereu Ramos também comandou solenidade de comemoração pelo final da guerra. "Mal amanhecia o dia, e já o rufar dos

tambores se fazia ouvir. Crianças, qual bandos alegres de pássaros, rumavam às escolas para participarem da 'Parada da Vitória'", registrou *O Estado* (8.5). Por volta das nove horas da manhã começaram os desfiles. "Uma multidão incalculável ovacionava delirantemente à passagem das formações escolares, precedidas das bandeiras do Brasil e demais Nações Unidas. Quando porém surgiu a homenagem da mulher florianopolitana 'à mulher aliada', uma onda de júbilo invadiu a multidão, que aclamou delirantemente."

No final dos desfiles os participantes se concentraram na frente do palanque montado no jardim Oliveira Belo, "onde se achavam postadas todas as autoridades, militares e eclesiásticas". Falaram o representante das escolas estaduais, João Batista Bonassis, e o interventor Nereu Ramos, sendo os discursos a cada instante "entrecortados de calorosas ovações".

A comemoração do Dia da Vitória, oito de maio de 1945, também reuniu no mesmo palanque "oradores das facções políticas adversárias, irmanados pelos mesmos sentimentos", desejando todos "melhores dias, um mundo melhor, de uma paz duradoura". Por iniciativa dos estudantes da Academia de Comércio foi realizada à noite uma "magnífica marcha aux flambeaux", precedida de "altas autoridades, professores e das bandeiras das Nações Unidas". Naquele dia a "mocidade estudiosa de nossa terra, estuante de entusiasmo, percorreu as principais ruas de nossa cidade. Cartazes vistosos com dísticos patrióticos eram conduzidos pela viril mocidade florianopolitana que, à sua passagem, recebia calorosas salvas de palmas".

Como de hábito, os manifestantes pararam na frente do Democrata Clube, onde estavam Nereu Ramos e figuras do jornalismo e corpos docente e discente da Faculdade de Direito, Academia de Comércio, Instituto de Educação, Colégio Catarinense, Instituto Coração de Jesus. Quando o interventor "assomou à sacada", foi recebido com "calorosa e prolongada salva de palmas pela compacta massa que aguardava o instante em que os oradores fariam uso da palavra". Discursaram Osmar Cunha, Euclides Fernandes, Manoel Feijó, Lindolfo Pereira, José Rocha Ferreira Bastos, professor Barreiros Filho, José Antônio S. Thiago, Egas Moniz de Aragão e "senhorinhas" Maria Regina Malburg e Maria Conceição de Melo, representantes do Instituto Coração de Jesus e Academia de Comércio.

"Os comunistas de Florianópolis e seus aliados na luta antifascista

preparamos uma manifestação no dia do aniversário da vitória. Arranjamos bandeira dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França", recorda Mimo. Mas não havia "a da União Soviética. Tivemos que confeccioná-la e, pela primeira vez em Santa Catarina, a bandeira da foice e martelo aparecia publicamente, na principal praça de Florianópolis. Pela importância da festa deveria haver uma banda de música. Batemos em todas as portas, nas particulares e nas militares, mas nos foi negado. Os fascistas foram derrotados na Europa, mas aqui eles estavam ainda com maioria no governo, e no comando das Forças Armadas".

Tiveram que arrumar uma banda qualquer e o local da manifestação foi "cercado de policiais, sob o pretexto de manter a ordem. Os policiais infiltraram-se no meio da multidão e chegaram ao palanque, agredindo um companheiro nosso a cassetete e depois foram batendo a torto e a direito nos que protestavam".

Os comunistas também tomaram a iniciativa de criar o Comitê Democrático Progressista, formado em sua maioria por esposas e parentes dos dirigentes no estado. A presidência ficou com Marina Sarmiento Cavalcanti e a vice com Laura Cunha Swain. Hermínia Vieira assumiu a primeira-secretaria e Nair Marques Ammon a segunda, com Jucira Brasinha Moreira na tesouraria. Eram encarregadas da comissão de propaganda Maria Nunes Tolentino, Marta Garcia, Rita Ávila Malheiros e Alda Carneiro da Cunha Ferro. O comitê funcionou algum tempo na rua Victor Meirelles, 24.

Desde há muito Mário Bastos e outros companheiros estavam atuando no Instituto Brasil-Estados Unidos. Em meados de 1943 projetavam filmes, quase todas as semanas, com duas sessões diárias em algumas ocasiões. Os filmes eram de propaganda dos aliados, documentários feitos na Europa. Em quatro de julho de 1944 o IBEU participou das comemorações de "mais uma passagem da Independência Americana", promovidas pelo consulado local dos EUA. Mais tarde Bastos e Dilermando Brito criaram e mantiveram funcionando o Clube Cultural Ordem e Progresso.

"O Instituto Brasil-Estados Unidos desta capital (...), presidido pelo senhor Erasto Macedo, (congrega) nos seus quadros sociais os elementos de mais realce na sociedade, no magistério primário e secundário, no jornalismo, na literatura e no comércio, no funcionalismo público e nas classes liberais, enfim, a elite florianopolitana (...).

Para ampliar a área de ação do Instituto, Macedo visitou Joinville, Blumenau e Itajaí, acompanhado do senhor Eurico Hosterno, encarregado do Escritório dos Assuntos Interamericanos (...). A reunião realizada em Blumenau, num dos salões do majestoso Teatro Carlos Gomes, para a fundação do Clube Interamericano, compareceram as figuras mais representativas da sociedade, destacando-se os senhores Armando Odebrecht, Dr. Max Tavares do Amaral, industrial Curt Hering, prefeito Alfredo Campos, Dr. Telmo Ribeiro, Dr. A. Vitorino Ávila Filho, Dr. Armírio Tavares, Bruno Hildebrandt, Hercílio Deeke, Mário Melo, Antônio Cândido Figueiredo, Raul Deeke, industriais Walter Haufe, Antônio Viegas, Half Gross, Ernesto Stodiecke Júnior e Ingo Hering (...)." (OE - 24.10.1945)

VAMOS SAIR DO PORÃO

Agosto de 1945. Reúne-se no Rio de Janeiro o que passou à história como o Pleno da Vitória, onde os comunistas se apresentaram pela primeira vez publicamente, e com a presença de Prestes, confirmando a política de união nacional com Vargas. "Entre os anos de 1943 e 1945 intensifica-se a oposição ao governo de Vargas por parte das correntes políticas das classes dominantes, particularmente os liberais", conta Vinhas. "Elas aspiravam à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte sem Getúlio e levantaram a palavra de ordem de 'Todo o poder ao judiciário'. Em 1943 os liberais lançam o importante Manifesto dos Mineiros, defendendo a realização de eleições, anistia, habeas-corpus, liberdade de expressão e organização, e a Constituinte."

Os setores "ligados ao capital estrangeiro estão cada vez mais insatisfeitos com a política nacionalizante de Vargas. Em janeiro de 45, em São Paulo, o que havia de melhor na intelectualidade democrática se reúne no I Congresso Brasileiro de Escritores, cuja 'declaração de princípios' exigirá a liberdade de expressão e a eleição de um novo governo através do voto livre, universal e secreto". Em seguida veio a entrevista de José Américo de Almeida a Carlos Lacerda, cuja publicação "significará a derrocada da censura à imprensa".

É então que Getúlio Vargas, "rompido com as classes dominantes, procura a aliança com as classes subalternas. Convoca eleições, concede anistia aos presos políticos em abril de 45, legaliza todos os partidos", inclusive o PCB, que obtém registro em novembro, e "joga nas ruas a campanha pela 'Constituinte com Getúlio'". Segundo Vinhas, "é neste

contexto que os comunistas farão uma polêmica opção estratégica que decidirá seu caminho e seu modo de inserção no processo político brasileiro nos próximos anos: aliam-se a Vargas contra a UDN e os liberais, que abertamente tinham enveredado pela via do golpe militar na tentativa de controlar e fazer abortar o processo nacionalista e democratizante em curso”.

Prestes, que logo após a saída da prisão, numa reunião semilegal do PCB, tinha recebido de Ventura, formalmente, o cargo de secretário-geral, divulga naquele encontro de agosto as listas da Comissão Executiva e do Comitê Nacional. O que continuou a ser chamado de Comitê Central foi composto por Prestes (secretário-geral), Ventura (tesoureiro), além de Arruda Câmara, Grabois, Amazonas, Agostinho Dias de Oliveira, Pomar, Francisco Gomes, Jorge Herlein e Lindolfo Hill.

O Comitê Nacional, além de Prestes e Ventura, contava com os mesmos Arruda Câmara, Grabois, Amazonas, Pomar, Hill, Herlein e Dias de Oliveira, acrescido de Ivan Ramos Ribeiro e Milton Cayres de Brito. Poucos dias depois, numa reunião reservada do CC, Ventura ficou encarregado de organizar um comício. “Em todo o país, várias organizações populares e proletárias, assim como inúmeras personalidades, manifestaram a vontade de homenagear o grande líder antifascista, por motivo de sua libertação”, escreveu Ventura aos jornais.

Em função disso “resolveram os companheiros comunistas, com a anuência de Luís Carlos Prestes, delegar-me poderes para organizar a comissão promotora de um grande comício a realizar-se nesta capital”. Junto com Ventura estavam os seguintes “companheiros e amigos de Luís Carlos Prestes”: José Francisco Manoel, Venâncio Campos Paz, Spencer Bittencourt, Roberto Sisson, Sílvio Meireles e Ivan Ribeiro.

Nomeada em maio, a comissão trabalhou durante quase meio ano na organização do comício. Nesse tempo Getúlio foi deposto, as sedes do PCB em todo o país, invadidas. Ventura pensou em retomar um codinome, já que havia abandonado o que usara enquanto foi secretário-geral do Partido: Benê. (Basbaum) “Fiquei assombrado, como todos ficaram, com a popularidade de Prestes, a qual somente havia aumentado nesses anos de ditadura e de prisão. A multidão era bem maior do que os estádios comportavam”, depõe Basbaum, referindo-se aos comícios de São Januário, no Rio, em novembro de 45, e do Pacaembu, São Paulo.

“O povo gritava”, prossegue, “vivendo o nome de Prestes, do Partido, da União Soviética. Havia um verdadeiro delírio. Em ambos Prestes

leu um discurso, que era praticamente o mesmo. O principal era seu apelo para a união nacional, para ‘apertar os cintos’, para a ‘paz e a tranquilidade’. Objetivo - não irritar a burguesia, não atemorizá-la, mostrar que tínhamos boas intenções quanto à manutenção da democracia e do progresso do país. Um discurso de um burguês liberal, em suma”.

Na comissão de finanças, Ventura contou com o apoio decidido do próprio Basbaum, que voltava a circular no interior do Partido pela última vez. A eles se juntou “outro camarada, excelente pessoa e honesto comunista”, Bráulio Gouvêa (ex-oficial da marinha mercante). A tarefa principal do trio era “conseguir dinheiro, fazer uma cobrança efetiva das mensalidades, a partir das células, passando pelos comitês de zona estaduais e, de quando em quando, procurar alguns elementos da grande burguesia, indicados pelo CN ou diretamente por Prestes, para obter contribuições mais substanciais”.

Conta o companheiro e amigo de Ventura que “uma vez fui procurar um dos homens mais ricos do Rio, Mário de Almeida, com uma carta de apresentação de Prestes. Ele prometeu contribuir com certa importância, mas, ao que eu saiba, jamais cumpriu a promessa. Havia muitos, porém, industriais, banqueiros, e mesmo políticos, que contribuíam. Mas essas importâncias em geral não passavam pela comissão de finanças, e nem sequer eram contabilizadas”.

Em novembro de 1945 a comissão de finanças realizou uma campanha que durou todo o mês, estendendo-se a quase todos os estados, “e que mobilizou dezenas de milhares de pessoas. Vendíamos quadros, brindes diversos (contribuições de militantes e simpatizantes), faziam-se rifas, coleta nos comícios, aos quais não faltaram malandros que se aproveitavam da oportunidade para fazer sua campanha de finanças particular”. Segundo Basbaum, “para alcançar cotas prefixadas, muitas pessoas venderam jóias, até mesmo alianças, e houve um companheiro em Minas que vendeu uma casa que possuía. Além disso vinha dinheiro pelo correio, cheques de pessoas anônimas (desconhecidas, que nem sequer eram membros do Partido)”.

A cota de dez mil contos foi atingida, “uma boa fortuna, pois o dólar custava 18 mil réis”. Parte do dinheiro foi usada na compra de máquinas para a imprensa e outra “malbaratada em despesas inúteis e compras onerosas. Pura inexperiência de novo-rico, quando o dinheiro entra fácil. Contra isso tentei levantar, numa reunião ampliada do CN, em que eu falava em nome da comissão nacional de finanças, uma advertência que o

bom senso indicava, mas Prestes respondeu que isso de gastar muito era bom sinal”.

Outra tarefa destinada à comissão formada por Ventura, Gouvêa e Basbaum foi conseguir uma sede nova para o Partido. “Quando o Partido foi para a legalidade já tínhamos uma sede instalada na casa do Ivan Ribeiro, pai da novelista Ivani Ribeiro, na rua das Palmeiras. A sede ficava no porão da casa dele. Lá eu comia, dormia e me reunia com o pessoal”, recorda Ventura, que ficou com boa imagem do hospedeiro. “Era um oficial honesto, um pensador honesto.”

Mas um porão não condizia com um partido legal. Depois de muita procura foi alugado um imóvel de um catarinense, “conhecido como Mendonça Capenga, filho do João Mendonça e pai de um lojista em Florianópolis”, lembra Ventura. Era “um grande edifício, antigo, de quatro andares, cujas salas eram alugadas a vários escritórios e oficinas, de alfaiates e relojoeiros. Ali alugamos três salas”. Mas “os inquilinos não ficaram muito contentes com a nossa vizinhança e cada dia um se mudava. À medida que iam se mudando, tomávamos conta das salas. Ao fim de três ou quatro meses já estávamos ocupando o edifício inteiro”. (Basbaum)

No último andar estavam instalados o escritório de Prestes, pessoal, e o de Arruda, secretário de organização, além da comissão de finanças. “As demais salas nos outros andares foram aos poucos sendo distribuídas por outras secretarias, e ainda uma sala em que se instalaram os vigias noturnos, os quais lá pernoitavam.” Mais tarde foi alugada, nas proximidades, uma casa, na rua Conde Lage, onde se instalou o PCB da Guanabara.

“O PCB cresce de modo excepcional com a legalidade de 1945. Pela primeira vez em sua história torna-se partido de massa: o número de aderentes e simpatizantes aumenta de maneira extraordinária. É vasta a quantidade de jornais e revistas sob a sua chancela, publicados em todos os estados e no Distrito Federal; são inúmeras as editoras e há toda uma orientação, não só na publicação de material próprio do Partido, como nas edições de romances e clássicos do marxismo.” (Carone)

Segundo Vinhas, “os comunistas não hesitam em ocupar o espaço político que se abre à sua atuação: milhares de comícios e debates públicos são realizados, como os do estádio de São Januário, na cidade do Rio de Janeiro, do estádio Pacaembu, em São Paulo, e do parque Treze de Maio, em Recife, que atraem milhares de pessoas. Seus líderes percor-

rem o país apresentando a sua política e seu programa, dialogando com os aliados”. O crescimento orgânico é rápido. Dos cerca de 3 a 4 mil existentes em 1940, o número salta para 200 mil inscritos, dos quais 60 mil só em São Paulo.

Isso porque, “apesar dos elementos de autoritarismo já presentes nos métodos de direção” (Vinhas), o Partido foi para as ruas com “uma política muito ampla e generosa, facilmente compreendida e aceita pelos trabalhadores e pelas camadas populares. A mensagem dos comunistas pregava a democracia, a liberdade, a unidade dos operários na luta por suas reivindicações, a reforma agrária, a paz”.

“(...) Os comunistas de Santa Catarina eram, na sua quase totalidade, pessoas honestas.

Não eram santos. Tínhamos as nossas fraquezas humanas. Mas de uma coisa ninguém pode nos acusar: de pretender, por nossa atividade política, vantagens pessoais.

Havia sinceridade de propósitos: lutar por melhores condições de vida para o nosso povo, pela libertação nacional, contribuir para um mundo sem miséria, opressão, exploração, enfim, um mundo onde indivíduos de todas as raças e nacionalidades pudessem cooperar entre si, num clima de paz e fraternidade.

Estávamos convencidos de que na União Soviética imperava a democracia em sua plenitude e, portanto, o socialismo. Tínhamos uma fé supersticiosa em Stalin, a quem considerávamos, não apenas o ‘guia genial’, mas a própria encarnação do humanismo (...).

Nossos documentos programáticos, alheios ao marxismo, refletiam ignorância sobre a realidade brasileira.

Não é de estranhar que, apesar dos nossos esforços, da abnegação, dos sacrifícios de muitos, nossos êxitos fossem nitidamente superados pela imensidão de bobagens por nós praticadas.

Não éramos imbecis. Mas que, via de regra, agíamos como se fôssemos, é fato indiscutível.

Os anticomunistas conscientes, por razões óbvias, exageravam até ao absurdo a influência do Partido na vida nacional. E os comunistas, por ingenuidade, vaidade infantil ou por outra razão, faziam exatamente o mesmo. O comunista comportava-se como o torcedor do Flamengo, esquecido de que ‘seu time’ era mesmo o Bonsucesso.

Apesar disso, não me envergonho – muito pelo contrário, de minha militância no Partido.

Da mesma forma que não me envergonho de meu passado

católico. Comunista e materialista declarado, recebi de padres, e principalmente de duas freiras, demonstração de humanismo tocante (...).

Entre nós, comunistas, as divergências acirradas não impediam um clima de amizade, camaradagem (...)." (Mário Bastos. OE - 4.4.1982)

O SOBRADO DA PRAÇA XV

O PCB só conseguiu o registro definitivo em novembro de 1945, mas já no começo do ano os comunistas se instalaram num sobrado na praça XV de Novembro, bem perto da esquina onde funcionou a Aliança Nacional Libertadora em 1935. Na frente da sede, realizou-se dia 22 de setembro um comício pró-Constituinte, onde foram oradores o farmacêutico Raulino Horn Ferro, Hermírio Moreira, o jornalista Nélson Machado, Sebastião Vieira, Sílvio Marques de Oliveira, Mimo e Rita Ávila Malheiros.

Em 13 de outubro, um sábado, às sete e meia da noite, também na sede, houve uma "sessão solene em memória de Olga Prestes, esposa morta de Luís Carlos Prestes e que sofreu duramente num campo de concentração na Alemanha, onde a massacraram. Vários camaradas brasileiros" falaram no ato.

Legalizado, o PCB partiu para compor suas direções estadual e municipais em Santa Catarina. Oscar Ammon foi escolhido para a secretaria-geral, ou secretaria política. O baiano Sílvio Marques de Oliveira, que havia carregado nas costas, com alguns companheiros, o Partido, durante o Estado Novo, fica com a secretaria de organização. Mimo assumiu a secretaria sindical.

O PCB de Criciúma, fundado naquele ano de 45, mas que desde o início dos anos 30 contava com operários e intelectuais simpatizantes do anarquismo e socialismo libertário, ficou composto por Manif Zacarias, médico, o revolucionário de 30 Ernesto Lacombe Filho, Elói Garbelotto e Antônio Parente, líder mineiro. Em Tubarão o diretório municipal foi integrado por Alfredo Bernardini, João Manoel Bernardes, Júlio Medeiros (operário de Capivari) e Hélio Hülse.

Em Laguna a organização ficou nas mãos do ex-capitão Germano Donner, ao lado de Eugênio Viana, José Lopes Ferraz, Egídio Cidade e Francisco Coelho. Na cidade portuária de Itajaí, estivadores, intelectuais e ex-aliancistas estabeleceram um forte núcleo, integrado por Juvêncio

José d'Ávila, Martinho Silva, Carlos de Góes Rebelo, Alberto Büchele e Joaquim Lopes Correia. Blumenau contou também com ativo grupo formado por Paulo Borba, Hélio Cabral Teive, Victor Cascaes Figueiredo, Antônio d'Ávila e Altir Ramos.

Na região do planalto Norte, Mafra se destacou com Alcides Francisco Reali, Ataliba Cardoso Vieira, Nicolau Komar, Jorge Lopes Carvalho e Fabrício Manoel de Souza. No meio-Oeste, em Caçador, por iniciativa de Herculano Torres Cruz, se instala o diretório com Brasil Pessanha, João Batista Sanches e Hertêncio Noel. Em Lages, onde trabalhava o irmão de Elói Garbelotto, Jaime, técnico em eletrônica, formaram o PCB Laudelino Rosar, Menotti Becari, Hugo Borges Melo e Nicolau Antônio Roncaglio.

Em Concórdia, Pompílio Teixeira de Almeida se juntou a Afonso Henrique e Humberto Zanin para compor a direção, enquanto em São Francisco do Sul velhos estivadores e embarcados, como Antenor Rivaldo da Silva, Levino Gonçalves, Benedita Gonçalves e Francisco Barros, montaram o Partido.

O comício para o lançamento dos candidatos do PCB à presidência da República, Câmara Federal e Senado foi no dia 17 de novembro, às oito horas da noite, em frente à sede, na praça XV de Novembro. Yedo Fiúza foi lançado à presidência, Prestes e Ventura ao Senado, além de uma nominata para deputado federal. Depois desse lançamento, os comícios se alastraram por todo o estado, já que os comunistas não teriam mais que um mês e meio de campanha.

Um concorrido comício foi realizado no bairro do Estreito, na capital, a 20 de novembro, onde falaram Nelson Machado, Sebastião Vieira, Manoel Alves Ribeiro, Hidalgo d'Araújo, Sílvio Marques de Oliveira, professor José Martins, o operário da construção civil Carlos Valentim e Antônio Lima. Quatro dias depois Fiúza passa por Santa Catarina, vindo do Rio Grande do Sul.

Viajando num avião especial da Cruzeiro do Sul, permaneceu todo o tempo no aeroporto, onde se avistou com alguns líderes do PCB, entre os quais Vieira, Machado, José Martins, José Tolentino e Arnaldo Oliveira. "Saltando do avião, o Dr. Fiúza e sua comitiva foram recebidos por calorosa salva de palmas de seus companheiros de Florianópolis." Não demorou muito, o tempo suficiente para dizer algumas palavras como: "Se o povo de Santa Catarina quiser a defesa dos seus direitos, a segurança de sua liberdade, de sua tranquilidade e conforto, deve votar no candidato do povo". E seguiu viagem.

O resultado para o PCB em Santa Catarina não foi dos mais animadores. Yedo Fiúza ficou com apenas 1.802 votos, enquanto Dutra (que venceria) levou 136.399 votos e Eduardo Gomes, 69.676. Mas serviu para mostrar onde estavam concentradas as forças do Partido. Prestes e Ventura, candidatos ao Senado, levaram respectivamente 1.895 e 1.638 votos. Em Florianópolis o Cavaleiro da Esperança abocanhoun 126 indicações, enquanto Ventura levou 573. Na legenda o Partido obteve 2.012 votos.

Florianópolis foi a cidade que conseguiu maior número de votos, 827, seguindo-se a pequena Laguna, com 217 (resultado dos esforços de Germano Donner), São Francisco do Sul com 174, e Joinville, 136. A votação para a Câmara Federal foi a seguinte: Ventura (895), Prestes (625), Donner (256), Hipólito Pereira (52), Severiano Leite Sampaio (40), Edson Silveira Swain (39), Rita Malheiros (36), Sebastião Vieira (27) e Mimo (8).

Só depois das eleições presidenciais de dezembro de 45 é que vai ser constituído o diretório do PCB em Florianópolis. Até aquele momento todos os esforços tinham sido direcionados à organização partidária nos demais municípios e para a campanha. A instalação foi no dia 27 de janeiro de 1946, às nove horas da manhã, no Teatro Álvaro de Carvalho. O ato foi aberto por uma banda musical que executou a marcha *Eterno*.

Após todos terem ocupado seus lugares na mesa, a mesma banda voltou a tocar a Internacional, sendo em seguida lidos os dados biográficos dos novos dirigentes, e aberta a sessão pelo secretário político estadual, Oscar Ammon. O primeiro a falar foi seu colega da capital Alcimiro Silva Ramos, "que dissertou sobre os problemas político-econômicos de Florianópolis". Em seguida falou a estudante Eglê Malheiros, sobre a militante comunista.

O secretário de organização, jornalista Nelson Maia Machado, falou sobre o tema do momento, a união nacional, seguido pelo comerciante Orli Andrezo, residente em São Paulo e de passagem pela cidade para assistir ao evento. Depois foi a vez de Sílvio Marques de Oliveira, que discorreu sobre o tema "O Comunismo é uma Ciência". Encerrando a solenidade, o secretário de divulgação da capital, Juvenal Melquíades de Souza, agradeceu "a presença das autoridades, representantes do PCB de vários municípios, e todas as entidades que se fizeram representar no ato". Por fim "foi tocado pela banda e cantado pelos presentes o Hino Nacional".

Em março foi comemorada a passagem dos 24 anos de fundação do Partido Comunista, com "sessão cívica" na sede da agremiação, às oito e meia da noite de uma segunda-feira. O vasto programa começou com o dobrado *Saudades de Minha Terra*, executado por uma banda de música que em seguida tocou a Internacional e o Hino Nacional. Depois de uma palestra do professor José Martins, foi ouvida a *Parábola da Nova Multiplicação*, versos de Rossini Carmargo Guarnieri e Juvêncio Vieira.

Nova palestra, agora de Manoel Alves Ribeiro, e na seqüência a leitura de *O Operário*, versos do jornalista Nélson Machado, em parceria com Marly Ammon. Terminando a primeira parte do ato, falou o estudante Luiz Santos, com novo dobrado - *Brasil*. Depois de um breve intervalo os trabalhos continuaram.

Após a banda tocar *Capitão Catúlio*, palestrou a senhorita Jucira Moreira. No *Matadouro*, poema de Durval Pereira e José Martins, antecedeu outra intervenção, de Nelson Machado. Uma *Louvação ao Partido Comunista do Brasil* (Rossini Camargo e Perpétua de Oliveira) foi ouvida antes do pronunciamento do jornalista Gusmão de Andrade, representante do Comitê Central que acompanhou a instalação do PCB em Florianópolis, esclarecendo sobre a nova linha política adotada pelo Partido.

Ainda em março, o diretório estadual do PCB catarinense publicou um convite anunciando que "no próximo dia 12 do corrente os democratas sinceros de todos os países cultuarão a memória do grande presidente americano Franklin Delano Roosevelt". Esclarecia que "o Partido Comunista demonstrava a sua leal e sincera solidariedade àquele vulto de lutador infatigável da causa da paz, da cooperação e da boa vizinhança continental". O ato foi à noite, na praça XV.

No primeiro de maio de 1946 o PCB participou das comemorações oficiais da data. Fez uso da palavra o operário Carlos Valentim. Ainda em maio, o secretário da Segurança Pública anunciava que, acompanhando as atividades dos agitadores comunistas no estado, fichou "numerosos adeptos do credo vermelho que, cumprindo ordens de seu chefe, formaram uma associação rotulada de 'cívica e cultural, essencialmente democrática'". (OE - 16.5)

Pouco depois, dia 23, o mesmo secretário determinou: "Ficam suspensas, no território do estado de Santa Catarina, até ulterior deliberação, as licenças para a realização de comícios promovidos pelo Partido Comunista". A autoridade policial argumenta estar tomando uma "medida preventiva", no "uso de suas atribuições".

"Itajaí, 9 (do correspondente pelo telefone) – Procedente do Rio Grande do Sul, acompanhado do ex-capitão Trifino Correia, transitou hoje, por esta cidade, o líder comunista Luís Carlos Prestes.

Viajando no carro de chapa nº 4.815, de Porto Alegre, Prestes e seu companheiro chegaram em Itajaí cerca das 16:30hs, onde permaneceram até as 18 horas.

Os próceres comunistas, que viajavam incógnitos, foram reconhecidos por populares. A notícia, como era de esperar, correu célere pela cidade e, dentro em pouco, se achavam cercados de curiosos.

Informados da presença de seus líderes, elementos comunistas aqui residentes procuraram falar-lhes, o que conseguiram quando o carro em que viajavam já aguardava a balsa para transpor o rio.

Luís Carlos Prestes teria, então, declarado a seus correligionários que necessitava estar amanhã, dia 10, em São Paulo." (OE - 10.10.1945)

UMA CÓPIA DOS ESTATUTOS

Depois daquela sessão do Pleno em agosto de 1945, o PCB voltou a se reunir, na nova sede, para definir a posição diante das eleições de dois de dezembro. Como o Partido contava com a permanência de Getúlio e ele havia sido deposto, os comunistas se viam em dificuldades. Depois de muita discussão ficou decidido que "o Partido do proletariado não pode se aliar a nenhum dos dois candidatos militares, que continuam a luta pelo voto dos eleitores. A escolha entre Gomes e Dutra não interessa ao povo. Tanto um como outro são reacionários, que não podem assegurar a pacificação e a atmosfera de confiança, que a nação deseja ardentemente".

O candidato natural à presidência seria o próprio Prestes, e todos aguardavam que isso fosse anunciado. Mas o secretário-geral articulava o nome do ex-prefeito de São Paulo, Prestes Maia, na esperança de conquistar os votos do PTB. Faltando cerca de 15 dias para as eleições, Prestes anuncia o nome do engenheiro Yedo Fiúza, "totalmente desconhecido, inclusive dos militantes do Partido. Dele sabia-se apenas que fora diretor do departamento de água da prefeitura do Rio de Janeiro e ocupara interinamente a prefeitura de Petrópolis". (Pacheco)

Faltando poucos dias para as eleições, o PCB colocou em funcionamento sua máquina lubrificada com pelo menos 10 mil contos, demonstrando uma "extraordinária capacidade de mobilização". Prestes encabe-

çava a lista como candidato ao Senado pelo Rio e a deputado federal por diversos estados. A votação de Fiúza surpreendeu, com 569.818 votos, correspondendo a 10% de um eleitorado com cerca de cinco milhões. Pela legenda pecebista foram eleitos 14 deputados. Obtêm expressiva votação os candidatos Arruda Câmara e Pedro Pomar, eleitos pelo PSP de Ademar de Barros, em São Paulo.

"Uma grande vitória, sem dúvida nenhuma, devida não só ao próprio Partido mas a Prestes, ao seu prestígio pessoal, que arrastara para o PC um grande número de votantes e militantes", reconhece Basbaum. Mas enquanto todos comemoravam com festas, Ventura andava amuado pelos cantos naqueles dias. "Se o meu pai tivesse se candidatado a deputado federal pelo Rio teria sido eleito. Mas o Partido mandou que ele viesse para Santa Catarina disputar uma vaga ao Senado concorrendo com Nereu Ramos, ex-interventor e que tinha uma máquina formidável nas mãos", lamenta o filho de Ventura, João, 40 anos depois.

Ligado ao trabalho partidário e de massas no Rio de Janeiro, "em Santa Catarina ele só circulava entre os companheiros. Desde 1934 que ele estava no Rio. A sociedade catarinense havia mudado e ele estava desligado da realidade local, dos contatos, da produção", acrescenta. Mas não foi só com Ventura que problemas desse tipo aconteceram. "Embora tivesse havido uma promessa formal de Prestes, de que os candidatos a deputado, senador e a presidente resultassem de consulta aos Comitês Populares, na realidade foi uma decisão exclusiva do CN, feita à revelia desses comitês e das próprias bases do Partido. Todos aceitaram a escolha, não porque estivessem de acordo", mas por disciplina.

Os indicados como candidatos pelo Rio de Janeiro, "por exemplo, eram todos membros do CN, todos desconhecidos do povo, do 'grande público'; nunca haviam sido - nem seriam no futuro, mas eram os candidatos de Prestes". (Basbaum) Naquele tempo, "à palavra de Prestes, à decisão de Prestes, cessavam todas as dúvidas, todas as discussões". Vinhas também fala da "imposição de candidatos de preferência da direção, como deputados", fato que envolveu o ferroviário Mário Scott, eleito à Constituinte. Ele "foi forçado a renunciar em favor do primeiro suplente, Milton Cayres de Brito. Quando se discutiu o problema em reunião na sede do Comitê Municipal, no Brás, Diógenes Arruda surpreendeu-se com a resistência de Scott à renúncia, que chegou a chorar e a falar em suicídio. O remanejamento, entretanto, foi aprovado por unanimidade. Anos depois, Mário Scott suicidou-se". (Vinhas)

Enquanto cumpria a rotina de colocar em ordem o terno branco do marido, Dona Eliza observava o desconsolado Ventura. Andava abatido. As coisas não estavam correndo como ele previa. As pessoas que haviam tomado a direção do PCB junto com Prestes tinham virado o Partido de cabeça para baixo. Eram todos mandões, donos de si, autoritários, com respostas e perguntas sempre prontas. Por essa época, julho de 1946, realiza-se no Rio a Terceira Conferência Nacional do PCB, onde o novo Comitê Central é apresentado publicamente na sede da União Nacional dos Estudantes. Ventura está lá, mas fora da direção.

São escolhidos como dirigentes efetivos Prestes, Arruda, Amazonas, Pedro Braga, Celso Cabral, Milton Cayres de Brito, Vinhas, David Capistrano, José Maria Crispim, Giocondo Dias, Agostinho de Oliveira, José Francisco de Oliveira, Francisco Gomes, Grabois, Hill, Sérgio Holmos, Marighella, José Martins, João Massena, Estocel de Moraes, Mautílio Muraro, Pomar, João Sanches Segura, Amarílio Vasconcelos, Agliberto de Azevedo, Abílio Fernandes, Lourival Vilar Costa, Domingos Marques e Herlein.

Ventura figura nesta nova composição do CC como suplente, ao lado de Astrogildo Pereira, Fernando Lacerda, Octávio Brandão e Armênio Guedes, além de Oswaldo Pacheco, Orestes Timbaúva, Jover Telles, Hermes de Cayres, Fernando Santana, Claudino José da Silva, José Carlos Cavalcanti, Clóvis de Oliveira, Walkírio de Freitas e José Marinho Vasconcelos. O novo CC escolhe uma comissão executiva formada por Prestes, Arruda, Pomar, Francisco Gomes, Amazonas, Grabois, Milton Cayres de Brito, Agostinho Dias de Oliveira e Sérgio Holmos. Como suplentes, Marighella, David Capistrano e Mautílio Muraro. (Vinhas)

Enquanto isso, corriam os trabalhos da Constituinte. Integravam a bancada comunista na Câmara o gaúcho Abílio Fernandes, Alcides Sobença (RJ), Agostinho Dias (PE), Alcedo Coutinho (PE), Batista Neto (DF), Marighella (BA), Claudino José da Silva (RJ), Amazonas (DF), José Maria Crispim (SP), Gregório Bezerra (PE), Grabois (DF), Oswaldo Pacheco (SP) e o primeiro suplente que assumiu, Milton Cayres de Brito (SP), além dos eleitos pelo PSP.

“A bancada comunista na Constituinte teve uma destacada atuação, defendendo um caráter profundamente democrático para a Constituição que então se debatia”, assinala Vinhas. Lutou pela autonomia sindical, pelo direito de greve sem restrições, pelo direito de voto aos analfabetos, por uma reforma agrária que assegurasse a distribuição de terras aos

camponeses. Defendeu todo tipo de “proposição avançada, como a obrigação do Estado de dar assistência especial à mãe solteira. As propostas dos comunistas não eram defendidas apenas na Assembleia, mas difundidas na imprensa, em folhetos, comícios e concentrações públicas”.

Em janeiro de 1947 ocorrem eleições para as assembleias legislativas, câmaras municipais e prefeituras. O PCB obtém nesse pleito quase 800 mil votos, elegendo 62 vereadores e deputados estaduais. Em São Paulo os comunistas elegem 11 deputados à Assembleia, num total de 46 em 16 estados. No Rio de Janeiro o PCB ocupa 18 das 50 cadeiras da Câmara. Agildo Barata, Octávio Brandão, Aparício Torelli e Iguatemy Ramos são agora vereadores cariocas, junto a outros colegas de bancada.

No começo de 1947 o PCB foi acusado, na Câmara, de receber dinheiro de Moscou, e uma comissão foi formada para fazer perícia na contabilidade do Partido. “Para esse fim, um dia apareceu na sede da rua da Glória um funcionário da polícia” - recorda Basbaum - “que foi por mim recebido. Nossa contabilidade estava em ordem, e nada tínhamos a temer. Se entrasse algum dinheiro ilegal, não passava pela comissão de finanças”. Mas acontece que o policial “encontrou sobre a mesa - havia muitos - um exemplar dos estatutos do Partido e verificou que era bem diferente dos estatutos legalmente registrados por ocasião da legalização do Partido e feitos somente para cumprir uma formalidade do Tribunal Eleitoral”.

Segundo o velho militante, “esse foi o pretexto usado” para obter a cassação do registro partidário. “E se esse não servisse, arranjariam outros. O Partido apelou para o STF, mas perdeu por três a dois. No mesmo dia o STF mandou um oficial de justiça lacrar a sede. E com isso foi fechado um partido revolucionário de 200 mil membros. Sem um protesto.” Informa Vinhas que “a cassação pega os comunistas desprevenidos - havíamos subestimado essa possibilidade - e não conseguem articular nenhuma reação de massa à arbitrariedade do ato. Muitos militantes e dirigentes passam à clandestinidade; em alguns casos, como o de Prestes, ela é absoluta. Em janeiro de 1948, os mandatos dos parlamentares eleitos pela legenda do Partido são cassados”.

Os que haviam sido mobilizados para as atividades partidárias e se haviam tornado “revolucionários profissionais”, conta Basbaum, “ficaram subitamente desempregados, e não foi fácil, para muitos deles, reintegrar-se na antiga profissão”. Como acontecia com Ventura. Mas antes

disso ocorrer, o ex-secretário-geral e ex-deputado federal já tinha sido relegado a um segundo plano, cumprindo tarefas menores e subalternas. Fazia algum tempo que Grabois o havia substituído como tesoureiro.

A repressão ao Partido começou com as "provocações que Prestes aceitou na Câmara. Perguntaram a ele qual seria sua posição no caso de uma guerra entre o Brasil e a Rússia". Prestes respondeu que "a Rússia não queria agredir ninguém, mas apesar disso eu estou com a política da Rússia, aceito a política soviética porque foi o único povo que conseguiu fazer uma revolução sem incomodar ninguém", recorda Ventura. Perguntas do mesmo gênero já tinham sido feitas a conhecidos líderes no movimento comunista mundial e vários caíram na mesma armadilha.

"Houve desentendimentos dentro do Partido por causa disso", afirma, recordando que "quando o Prestes estava em minoria, aceitava injunções dos provocadores vindos da reação. Agildo Barata se insurge apresentando um manifesto contra Dutra, pedindo a sua renúncia, seu afastamento imediato". Ventura denuncia que "foi o próprio Dutra que mandou esse manifesto para dentro do Partido, que já se encontrava semiclandestino. Em face da influência do exterior, e do comprometimento com o exterior, eles foram obrigados a desencadear uma reação de novo, criando condições para novamente jogar o Partido Comunista na ilegalidade".

Assinala ainda: "Com o manifesto do Barata, culminou a reação e foi aí que eu rompi com o Partido. O manifesto, que conclamava o povo a depor o Dutra, foi publicado e logo veio a resposta. Fui preso e durante o interrogatório me perguntaram se eu havia aceito o manifesto. Então perguntei se eu era o secretário-geral do PCB. Tem a minha assinatura? Eles responderam: 'Mas o senhor aceitou este manifesto'". Ventura respondeu que havia sido "contra o manifesto e que por aquele motivo havia deixado o Partido. Tentaram me manter preso mas consegui um habeas-corpus. Então encerrei minha carreira política", quando tinha por volta de 55 anos de idade.

"A imprensa burguesa logo começou a divulgar com grande estardalhaço que Prestes ficaria contra o Brasil em caso de guerra com a URSS, explorando isto até a exaustão e, inclusive, conseguindo impressionar setores da opinião pública. Necessitava-se, entretanto, de algo concreto para justificar o cancelamento do registro do PCB. Para isso, o STF, numa sutil interpretação semântica sobre o nome do Partido, o classificou como um parti-

do estrangeiro, pois, no entendimento dos ministros da Suprema Corte, ao chamar-se Partido Comunista do Brasil e não Brasileiro, deixava clara sua condição de segmento de uma organização internacional.

Toda essa questão judicial começara no início de 1947, quando o PCB é acusado de ser financiado pela União Soviética, sendo formada uma Comissão Parlamentar para examinar a contabilidade do mesmo. O funcionário da polícia responsável pelo levantamento solicitou um exemplar do estatuto partidário e verificou que este diferia bastante do registrado no Tribunal Eleitoral, redigido apenas para cumprir a formalidade legal. Baseado nesta informação, o deputado Barreto Pinto solicita o fechamento do PCB, sendo a questão levada ao STF que, por três votos a dois, aceita o parecer do vice-procurador da República, Alceu Barbedo, segundo o qual tratava-se efetivamente de uma organização estrangeira..." (E. Pacheco)

COMÍCIO POR QUALQUER MOTIVO

Recém-saído da clandestinidade e pela primeira vez legal, o pequeno núcleo comunista se tornou o alvo de disputas entre as duas principais agremiações do Estado, a UDN e o PSD. Irineu Bornhausen, udenista e que passara o estado Novo fazendo oposição a Vargas e Nereu, usou o conhecimento que possuía com alguns líderes do PCB no Rio de Janeiro para obter o apoio à candidatura ao governo do estado. Naquele tempo tinha bom trânsito junto ao Comitê Central, e até mesmo com Prestes, o catarinense Márcio Victor Konder, jornalista, futuro diretor-responsável da revista *Problemas*, editada pelo Partido.

A notícia do acordo selado no Rio, homologado com restrições, em Santa Catarina, colocou em polvorosa os pessedistas que tinham em Aderbal Ramos o nome para ocupar o lugar que Nereu esquentara por dez anos. Os jornais *O Estado* e *A Gazeta*, dirigidos respectivamente pelos jornalistas Rubens de Arruda Ramos e Jairo Callado, ambos ligados ao PSD, começaram a bombardear Irineu, que estaria sendo "acintosamente apoiado pelos comunistas".

Na defensiva, os udenistas emitiram nota oficial assinada pelo presidente, Adolfo Konder, o secretário-geral João Bayer Filho e Paulo Fontes, "para desfazer as intrigas espalhadas pelo PSD". Diz que a UDN "não celebrou e nem mantém compromisso com qualquer outro partido, marchando sozinha para as urnas". Mas, por via das dúvidas e para não perder votos, complementava: "Sem recusar, entretanto, o apoio e a soli-

dariedade de todos os catarinenses livres e conscientes na defesa dos princípios constantes do seu programa". (Cit. Lenzi)

O monsenhor José Locks, vigário de Itajaí, saiu em defesa de Irineu, publicando no *Diário da Tarde* um "A bem da verdade". Atestava que Bornhausen, "paroquiano meu, é batizado e educado no seio da Igreja Católica, tendo sempre vivido como católico praticante, como bom pai de família e bom esposo". A polêmica trouxe a Florianópolis Álvaro Ventura, que tomou às pressas o primeiro vapor no porto do Rio de Janeiro.

"O Comitê Central me mandou aqui ver qual era o candidato mais popular em Santa Catarina para receber o nosso apoio. O pessoal daqui estava apoiando o Irineu. Mas nós acabamos votando com o PSD", lembra Ventura. Mário Bastos contesta: "Por decisão do Comitê Central, o Partido acabou apoiando a UDN. E o Aderbal disse que não aceitava nosso apoio. Mas a tendência mesmo era não votar em ninguém. O Álvaro veio aqui e era mais ligado ao Aderbal. Não houve nenhum compromisso por parte dos comunistas locais com Irineu".

Mimo reconhece que "havia uma tendência em apoiar Irineu porque o Comitê Central determinou. Mas o Partido aqui rebelou-se e resolveu votar no Aderbal. Ele, inclusive, nos ajudou a comprar uma máquina tipográfica. Aderbal conversava muito com um amigo nosso, que tocava bandolim. Ele levava este camarada para tocar em suas festas. Não era reacionário, e quando este camarada morreu, o governador mandou construir uma casa para a sua esposa". (OE - 30.3.1982)

O trabalho para inverter o apoio forçado a Irineu, em favor de Aderbal, foi feito por Hipólito Pereira. Alguém do Comitê Central não gostou e pediu a cabeça do fundador do PCB catarinense. "Homem popular" - diz Mimo - "e que há muito vinha participando do movimento operário em nossa capital, vinculado à Liga e à União Operária, cabalou alguns companheiros para a candidatura Ramos. Por esse motivo foi afastado do Partido. Eu votei contra o seu afastamento, por não se justificar essa resolução, e até hoje a classifico como uma injustiça. Hipólito, que conosco militou na ilegalidade, e conhecia a maioria dos nossos companheiros, nunca denunciou ninguém", afirma.

Mimo acha que "se ele cabalou votos, era um direito seu. Se o fez fora do organismo, merecia críticas, mas não afastamento. Seu passado, que eu conhecia desde 1922, sua atuação em todos os movimentos progressistas, sua honestidade e solicitude para com as tarefas par-

tidárias seriam suficientes para absolvê-lo de um simples equívoco. Mas era uma resolução do Partido, aprovada pela maioria do comitê municipal, e tinha de ser respeitada".

A vitória para o governo estadual nas eleições de 19 de janeiro de 1947 foi de Aderbal Ramos (PSD), com 95.740 votos, contra 81.313 dados a Irineu Bornhausen (UDN) e 2.538 votos para Carlos Sada, do Partido de Representação Popular (PRP), integralista e nas mãos de Plínio Salgado.

Para a Assembléia Legislativa o PCB apresentou a seguinte nominata: Oscar Ammon, Manoel Alves Ribeiro, Álvaro Ventura, Aurélio Escouto, Ary Custódio de Oliveira, José Martins Neto, Martinho da Silva, Severino Leite Sampaio, José Gusmão de Andrade, Benedita Gonçalves, Joaquim Lopes Correa, Manoel Job de Miranda, Nelson Machado, Flamorian Leite, Carlos Valentim, Sebastião Vieira, João Ezequiel de Souza, Antenor Rivaldo da Silva, Paulo Bernardino de Borba, Ataliba Vieira, Nicolau Komar, Germano Donner, Raulino Horn Ferro, João Possidônio Pereira, Waldemiro Monguillott Júnior, Rita Malheiros, Dilermando Brito, Antônio Szujalski, Eugênio Paulino Viana, Pedro Bernardini, José Pereira Lapoli, Pedro Generoso Costa, César Ávila e Miguel Boabaid.

Os comunistas não elegeram ninguém. Mas aumentou o percentual de votos obtidos nas urnas. Para a Assembléia Legislativa levaram 5,7% do eleitorado, índice que em Florianópolis alcançou 8,6% ou 47% do total de votos na legenda em todo o estado. Depois de Florianópolis veio Laguna (7,7%), Tubarão (5,4%), Joinville (4,2%) e Criciúma (3%), com o mesmo percentual de São Francisco do Sul. Blumenau, Gaspar, Chapecó e Lages tiveram percentuais próximos a zero.

Em sete de maio o TSE cassou o registro do PCB, e em seguida (10.05), o ministro de Justiça mandou encerrar as atividades do PCB em todo o país. Rapidamente, os comunistas obtêm guarida na legenda do PSD de Aderbal Ramos, conseguindo incluir na nominata e eleger para a Câmara da capital o vereador Hamilton Ferreira. "Ele não era socialista. Mas era um cara amigo do pessoal, simpatizante do Partido." A eleição foi no dia 23 de novembro de 1947. Mais tarde, como o PSD começasse a boicotá-lo por causa de suas posições, abandonou a vereança.

Com o retorno à clandestinidade, os comunistas começaram a fazer balanço do desempenho naquele um ano e tantos meses de legalidade. "O Partido forçou a barra para obter a sua legalização, exerceu diversas atividades na luta contra o Eixo, na campa-

na pela anistia. Fazíamos panfletos, pichamento, atos públicos, passeatas, de modo que por volta de 1944 estávamos numa semilegalidade. Passou a ser sentida a abertura democrática, que nós lutamos para ampliá-la", avalia Mimo.

Pelo fato de "Getúlio ter ficado meio amarrado com a gente, pois éramos aliados, e da burguesia ter se dividido naquele instante, nós aproveitamos a brecha". Quando veio a anistia e os que ainda estavam presos foram soltos, "a gente já ocupava aquela sede em cima de onde hoje funciona a padaria Brasília, que era do Arthur Polly e foi alugada para o Partido. Quando chegou a legalidade fizemos um coquetel".

Logo nos primeiros dias a sede começou a encher de gente querendo se filiar. "O pessoal achava que o socialismo estava no mundo inteiro. Havia esse sentimento. A União Soviética teve uma influência muito grande naqueles dias, pois havia derrotado o Exército nazista e ocupado a Alemanha, destruindo Hitler e seus seguidores", recorda. Mesmo os que nunca haviam pertencido ou tido contatos mais estreitos com o PCB, "procuravam a gente. Todo mundo queria ser do Partido".

Antes de ingressar no PCB "eu já exercia atividades dentro do IBEU", recorda Bastos. "Os Estados Unidos, naquela época, eram aliados da União Soviética." Acentua que "o Partido teve grande destaque na campanha da anistia em todo o país e aqui em Santa Catarina. Praticamente todo mundo era a favor, pois ela beneficiava todos os partidos". O que atraía os jovens para o PCB "era uma convicção e um desejo sincero de acabar com a exploração do homem pelo homem". Considerou acertada a postura do PCB em outubro de 1945, ao não apoiar o golpe que foi desfechado contra Getúlio no dia 29.

"Por que nós íamos derrubar o Getúlio justamente na hora em que havia abertura?" pergunta. "Só quem tentou foram os integralistas, em 1938. Nunca houve da parte dos comunistas alguma tentativa de derrubar Vargas. Mas como Getúlio virou liberal, e houve uma certa liberdade no país, a UDN orquestrou o golpe de 29 de outubro." Na ocasião, as sedes do PTB e do PCB "foram invadidas. O Ventura estava na nossa sede quando o Exército ocupou a sala". (Bastos)

Tendo ingressado naquele tempo no PCB, Eglê Malheiros par-

ticipou ativamente durante a legalidade. "Atuávamos no movimento de massas, na luta contra a carestia, a favor do petróleo e na organização dos jovens e das mulheres. A *Folha da Juventude* começou como órgão dos jovens comunistas e depois transformou-se em *Folha dos Jovens Democratas*, como Dilermando Brito, Mário Morais, Salim Miguel. O jornal era vendido nas ruas e nas bancas. Trazia assuntos relacionados com a juventude, mas não fazia propaganda comunista, ficando mais na questão social", lembra, acrescentando: "O que se fazia muito na época era comício".

Eglê se recorda que no comitê regional, na praça XV de Novembro, foi instalado um sistema de alto-falantes. "Da sacada mesmo o pessoal falava para a rua. Tudo era motivo de comício. O partido" - recorda - "era organizado, com fichário e carteirinha". Mas, segundo ela, "havia pouco estudo da realidade catarinense. As discussões, nas reuniões, se resumiam aos textos do Comitê Central". Enquanto corria no Supremo o recurso do PCB contra a cassação de seu registro, "algumas pessoas resolveram pegar todo o material e colocá-lo em Palhoça, num lugar seguro. Mas o comitê estadual, num legalismo tolo, nos obrigou a pôr de volta os documentos na sede. Quando foi confirmada a perda do registro, a polícia foi lá e pegou tudo. A ilegalidade pegou todo o Partido despreparado".

Mimo contesta a versão de Eglê. "O material que existia na sede, como fichário, ata e outros documentos, foi levado para a casa do Sílvio Marques de Oliveira, que guardava tudo. A ata, inclusive, era a mesma da fundação do PCB em 1939 e deve ter sido levada embora para a Bahia."

"Caímos no exagero de ver em qualquer greve ou movimento de massas espontâneo uma provocação perigosa e sempre contrária aos interesses do proletariado. Falávamos por vezes em resistir, em lutar mesmo contra a reação, contra a carestia e as brutalidades policiais em formas de luta cada vez mais altas e vigorosas, mas, como no dia do 'quebra-bonde' em São Paulo, ou do comício de 18 de setembro de 1947, também em São Paulo, quando as massas espontaneamente se lançavam à luta, eram os comunistas que delas fugiam ou as afastavam da luta em nome

da ordem, para evitar 'provocações', ou, como nos casos paulistas, em consequência de forte desvio reformista, para evitar o suposto 'mal maior' de uma intervenção federal no estado.

Tudo isso alimentou em nossas fileiras a tendência à passividade, à apatia, trouxe uma certa confusão, e dificultava cada vez mais a mobilização de massas. Se bem que ainda tenhamos conseguido desenvolver agitação de massas como a feita em prol da imprensa popular e, depois, para as eleições de 19 de janeiro. É certo que nossa atividade se restringia cada vez mais ao âmbito estreito do próprio Partido e de seus simpatizantes, sem conseguir alcançar novas e mais amplas camadas sociais (...). Foi neste estado de coisas que nos encontrou a decisão de sete de maio de 1947 do TSE, cassando o registro eleitoral de nosso Partido(...). " (Prestes - Problemas, nº 8. Abril, 1948)

STALINISMO E DEMOCRACIA

O CAMARADA SAGAZ

No curto espaço de tempo em que o PCB foi legal, a sede no sobrado da praça XV, alugada de Arthur Polly, vivia cheia de gente. Pessoas de todos os tipos e classes sociais ingressaram no Partido. Mas após a cassação do registro, e em especial com a extinção dos mandatos dos parlamentares, muita gente foi procurar outra turma. Uns desistiram da vida política; outros ingressaram no PSD, no PTB e, em menor escala, na UDN. Um reduzido núcleo permaneceu organizado, mas com enormes dificuldades internas. Durante mais de um ano e meio os comunistas locais, conta Eglê Malheiros, ficaram sem nenhum tipo de contato com a direção nacional.

Os prolongados e ásperos debates sobre o que havia acontecido com o PCB e com o Brasil, o início da "guerra fria", a falta de perspectivas políticas geraram um clima de desconfianças e brigas internas. Oscar Ammon, que estivera na secretaria-geral durante a legalidade, é afastado, e a direção do Partido acaba ficando nas mãos da jovem Eglê Malheiros, com cerca de 20 anos de idade. Nascida em 1928, em Tubarão, tinha começado os estudos em Porto Alegre, vindo para Florianópolis em 1945. No ano seguinte foi estudar em Joinville, onde ajudou a formar o Partido.

De volta à capital em 1947, teve intensa participação. Permaneceu na secretaria-geral até o final dos anos 40, quando foi substituída por um militante cujo nome é meio maldito, ainda hoje, nos círculos mais velhos do PCB catarinense: Aldo José Sagaz. Nascido em meados dos anos 20 na localidade de Ganchos, hoje município de Governador Celso Ramos, se mudou ainda jovem para Santos, onde aprendeu os ofícios de tipógrafo e livreiro. Lá teve contatos com elementos do Partido, adquirindo consciência política e se tornando comunista. É nessa posição que chega em Florianópolis pouco antes do final da guerra.

Inicialmente se liga a intelectuais próximos do PCB, como Salim

Miguel (recém-chegado de Biguaçu), Cláudio Bonsfield Vieira (filho de Sebastião Vieira) e o jovem Antônio Paladino. Juntos, fundam a *Folha da Juventude*, inicialmente “órgão da juventude proletária catarinense”, cujo primeiro número saiu em novembro de 1946. Continuou sendo editada até setembro do ano seguinte. Paralelamente, o grupo lança o jornal datilografado *Cicuta*. *Folha da Juventude* e *Cicuta* foram, junto com o Círculo de Arte Moderna, as bases do futuro Grupo Sul, o mais importante movimento cultural catarinense dos anos 50. Além do jornal, o grupo incentivava o aparecimento de clubes culturais, sustenta as realizações do governo voltadas para a cultura, reivindica mais escolas, melhoria do nível de ensino. (Sabino)

A irreverência foi a marca principal daqueles jovens. “Vão noites adentro na sua boêmia literária a ler, a discutir, a cantar ao violão, a expor as suas primeiras produções. As idéias fermentam e crescem até ao ponto de o grupo tornar-se pequeno para contê-las.” Em determinado momento Sagaz fez uma opção: “Enquanto discutíamos ficção, literatura, ele preferia a política”, recorda Salim Miguel. Mesmo os críticos de Aldo apontam qualidades. “Era um rapaz esforçado, um pé-de-boi. Inteligente, trabalhador, nunca buscava vantagens pessoais.” Mimo acrescenta: “Era um cara bom e os primeiros jornais do Partido tiramos no porão da casa dele, na rua Conselheiro Mafra, numa máquina velha”.

Mas tinha uma série de defeitos. “Ele era muito sectário, não no sentido do Arruda Câmara, que queria poder, mas porque tinha uma visão fechada mesmo.” (Eglê)

Quase 40 anos depois daqueles episódios, Mimo recorda: “Ele entrou para o Partido mais ou menos em 1948 e rapidamente conquistou a primeira-secretaria. Aí ele se mostrou ‘mandonista’, só queria mandar, chegava numa base e ia ditando as ordens”. Por causa disso entrou em rota de colisão com o próprio Mimo e o advogado Aldo Dietrich. A situação chegou a tal ponto que “eu pedi ao Comitê Central que mandasse alguém aqui e eles mandaram o Fernando Pereira Cristino, ou Cláudio”. Com a intervenção e a posse do novo dirigente máximo do PCB, Sagaz foi mandado para Belo Horizonte, em 1955.

Na capital mineira ficou trabalhando numa livraria do Partido, recebendo salário como profissional. “Em 1961, quando fui até lá num congresso de funcionários públicos, um companheiro do comitê municipal veio falar comigo para saber a posição do Aldo aqui em Santa Catarina. Disse que era ‘mandonista’, carreirista, que lutava sempre pela direção.

Ao chegar lá, ele colocava nas bases as pessoas que eram dóceis a ele. ‘Pois é’, me disse o mineiro, ‘ele está fazendo aqui a mesma coisa’”. Pouco depois Aldo foi expulso do PCB em Minas Gerais. Mimo diz que em 64 ele foi preso e “ficou do lado da polícia” e que por causa disso foi abandonado por sua esposa, Eurídice, professora de educação física, com quem teve uma filha, Moema.

Eglê e Salim, ao contrário, sustentam apenas que, logo após ser expulso em Belo Horizonte, voltou para Ganchos. A asma tinha se transformado em bronquite. Depois de 64, Salim, que nunca foi membro do Partido, mas que convivia com diversos comunistas, o encontrou por acaso no centro da capital, na saída do hotel Querência. “Fomos a um bar e conversamos. Ele estava em estado terminal. Desiludido e amargurado por causa do comportamento dos comunistas durante o golpe militar. Jantamos, ficamos até tarde conversando.” No final da vida continuou mantendo contatos esporádicos com membros do PCB.

A chegada de Cláudio em Santa Catarina ocorreu logo depois da realização do IV Congresso do PCB, no início de novembro, do qual participou como delegado o próprio Sagaz. Fernando Pereira Cristino era carioca, nascido em 11.7.1924. Com ele ficariam na direção do PCB o professor José Martins, Mimo, Verzola, Aldo Dietrich, Manoel Job Valentim, além de Bastos, Eglê e sua mãe, Rita Malheiros. Por esse tempo começava a se animar o movimento sindical em Criciúma (Manoel Ribeiro, Antônio Parente) e Itajaí (José Adil de Lima). O PCB tinha muitos simpatizantes e militantes eventuais, como Anacleto Damiani e um médico pediatra que atendia consultas gratuitas, Miguel Salles Cavalcanti.

Foi um período onde os métodos stalinistas mais se fizeram presentes. Acusado de ter “comportamento pequeno-burguês”, o ex-capitão Germano Donner, em Laguna, foi constrangido a responder a interrogatório por escrito, uma espécie de inquisição. No trecho final da carta com seis itens, “confessa” que “as tendências que manifestei na minha atividade de militante decorrem da minha formação pequeno-burguesa. Por outro lado, tendo iniciado a minha atividade partidária em cidade tipicamente comercial e sem operariado industrial, não tive possibilidade de sentir positivamente o valor da classe operária. Antes, ao contrário, o fato de estarem os poucos operários da Laguna desorganizados e cheios de ilusões pequeno-burguesas não favorecia a idéia da força da classe operária. Era uma concepção errônea, é evidente, do problema, mas o

fato é que ela existiu e muito me custou livrar-me dela”.

Como naquele tempo o PCB constituísse “a única alternativa para quem fosse contra a situação terrível do país e do povo, e quisesse contribuir para melhorar a realidade, o jeito era discutir internamente as coisas mas não deixar o Partido”. O rompimento com essa herança ocorreu de maneira brutal, em decorrência da realização na URSS do XX Congresso do PCUS, onde foram denunciados os crimes de Stalin. “Ninguém queria acreditar no que os jornais estavam publicando. Todos achávamos que era apenas uma armação da repressão. E o próprio Comitê Central escondia tudo, como se nada tivesse ocorrido.” (Eglê)

O choque das revelações do Relatório Krushev foi enorme. “Aquilo não fazia parte da proposta política que defendíamos, embora existissem práticas copiadas de Stalin. Mas o Partido era a única alternativa. Ser de esquerda naquele tempo era ser comunista. E se o cara não estivesse dentro do Partido, mas defendesse posições de esquerda, parecia que estava querendo enganar”, recorda Eglê. Mário Bastos acrescenta: “Nós nos sentíamos como se estivessem nos enganando. Mas não podíamos aceitar tudo que o Krushev dizia. Pois se tudo aquilo era verdade, ele também seria um dos responsáveis. Fiz um violento artigo e entreguei para o Roberto Morena, quando ele esteve aqui, mas não foi publicado na imprensa partidária”.

O jovem advogado Francisco Pereira tinha acabado de entrar no Partido, quando apareceu o relatório. “Tudo foi muito difícil, embora rapidamente assimilado porque estava sendo feito pelo próprio Partido. A informação não era contestada. Mas nos chocou a todos nós os detalhes, os crimes cometidos por Stalin, sua vaidade pessoal e a arrogância.” Por causa de tudo isso, muitos começaram a se afastar progressivamente do Partido, como o próprio Mário Bastos, o dr. Cavalcanti e Oscar Ammon, que chegou a deixar Florianópolis para ir residir em Curitiba.

Pereira assinala que, “como o Mário era muito inteligente, antecipou em 30 anos uma avaliação que só agora estamos podendo fazer”, sobre o que representaram para o socialismo os anos stalinistas. Só com a *Declaração de Março de 1958*, quando o PCB faz uma autocritica e formula as linhas gerais da política democrática que aperfeiçoaria nos anos seguintes, é que a própria direção e as organizações de base começaram a se recuperar do impacto. O PCB continuava crescendo, principalmente no meio estudantil, junto ao operariado, na intelectualidade, entre as mulheres.

Mas no PCB “não entrava quem queria, e sim quem merecia. Por

isso o número, embora reduzido, era qualificado. Na época tínhamos bases, por exemplo, no morro do Céu, no Estreito, em Coqueiros, com dois ou três companheiros cada uma. Para entrar tinha que possuir recomendação de alguém da base. O pedido vinha para o comitê municipal e aprovávamos ou não a indicação”. (Mimo) Era preciso que “algum companheiro conhecesse ele, que fosse um cara honesto, trabalhador, com detalhes da vida dele. E devia ficar responsável pelo indicado”.

Mas, assim mesmo, sempre entrava alguém que mais tarde incomodava os comunistas. “Teve o caso de um comerciante chamado Juraci. Recomendado, entrou no Partido. Nos primeiros dois anos ele ajudou bastante, participava de ato público, pichamento nas ruas, panfletagem. Não parava. Chegamos até a fazer uma casa para ele. Mas de repente se bandeou para o outro lado. Os padres se aproveitaram e ele passou a fazer propaganda anticomunista nos colégios, fábricas e bairros da cidade.” Nessa época ele morava na Vila Operária, no Saco dos Limões, e trabalhava na firma Meyer. Mais tarde, com a esposa e uma filha pequena, se mudou para Tubarão.

O V Congresso do Partido foi consequência direta do XX do PCUS, em 1956, e da *Declaração de Março de 1958*. Os trabalhos se desenvolveram em setembro de 1960. Como delegado por Santa Catarina seguiu o próprio Fernando (Cláudio) Pereira Cristino, tendo como suplente o então vereador Manoel Alves Ribeiro. “O Congresso realizado na rua Álvaro Alvim mostrou que um reduzido grupo do CC queria a saída de Prestes. Achava a permanência dele por tanto tempo na secretaria-geral prejudicial ao Partido. Se criara um culto à sua personalidade”, como acontecera com Stalin na URSS. “Eram liderados por João Amazonas e outros. Ao verem que Prestes permaneceria, desligaram-se do PCB.”

É Mimo quem afirma: “Santa Catarina votou pela reeleição de Prestes. E com a saída daquele grupo, a reação bateu palmas, pois agora já havia condições de, através deles, tentar dividir o movimento revolucionário no país. Enquanto os companheiros eram perseguidos e jogados na cadeia, Amazonas e Grabois davam entrevistas em jornais, com pleno conhecimento da polícia, e nada lhes acontecia”. O PCB naquela virada de década atuava numa situação de legalidade de fato.

A própria conferência estadual dos comunistas, em meados de 1960, antes do V Congresso, foi realizada abertamente. O encontro foi em cima do Café Rosa (hoje restaurante Polly's); o encerramento, festivo, em uma churrascaria no Estreito, “onde o Mimo fez um belo discurso”, recorda

Francisco Pereira. Na secretaria-geral foi confirmada a presença de Cláudio. O secretariado, que de fato exercia a direção, ficou composto por Pereira, José Adil de Lima (líder operário em Itajaí), Aldo Dietrich, Mimo e o próprio Cláudio. Esta a direção que conduziria o PCB catarinense até o dia 31 de março de 1964.

Em diversas ocasiões os comunistas fizeram alianças eleitorais, com o PTB, PSP e PSD. Apoiaram o pessedista Juscelino para a presidência, estiveram na campanha do marechal Teixeira Lott. Em 1950 se dividiram, entre Udo Deek (PSD) e Irineu. A aliança com o partido liderado por Aderbal Ramos se consolidou em 1955, no apoio ao candidato Francisco Benjamin Gallotti, derrotado por Jorge Lacerda. Na eleição de 1960 os comunistas tinham estreitos contatos com o vice de Celso Ramos, Doutel de Andrade, através dos núcleos do Sul catarinense, em especial Criciúma.

"Primeiro de abril de 1964. Fui alcançado pelo golpe militar. Fui preso. Durante 48 dias estive no quartel da Polícia Militar. Prestei vários depoimentos: na Polícia, no Exército, na Marinha. E embora politicamente (além de esteticamente) sempre tivéssemos tido opiniões divergentes, Othon d'Éça fez o possível para me ajudar, insistindo que ninguém deveria ser preso por defender suas idéias. Da mesma forma estava fazendo, lá no Rio de Janeiro, um companheiro de credo político, o também amigo meu escritor Adonias Filho, que acabou conseguindo minha liberação e depois minha transferência, me levando para trabalhar com ele na direção da Agência Nacional (...).

(...) Solto, voltei às atividades normais até que se concretizasse minha mudança para o Rio de Janeiro. E enquanto velhos 'amigos', assim mesmo, entre aspas, me evitavam, dobravam esquinas para não falar comigo, Othon d'Éça (também Henrique Fontes, para citar mais alguém de geração mais velha) fazia questão de me convidar para ir até sua casa, inventando artifícios, dizendo que era para discutirmos literatura, para que eu visse um novo quadro ou uma nova peça de sua coleção. Não satisfeito, fazia questão de me procurar na rua, ficava conversando, insistindo em que eu devia entrar para a Academia de Letras (...)." (Salim Miguel)

UMA RELATIVA INDEPENDÊNCIA

O fato de o PCB catarinense só ter sido efetivamente fundado 17

anos depois que Astrogildo e seus companheiros o criaram, em 1922, no Rio de Janeiro, fez com que os comunistas locais sempre fossem mais independentes que os demais estados, em relação à direção central. Também contribuiu para isso um certo isolamento do Comitê Central. Para cá sempre eram destacados suplentes do CC. Os que pertenceram ao comando durante os anos 40 e 50 raras vezes estiveram por aqui. E quando o fizeram, permaneceram pouco tempo. Com exceção de Roberto Moreira, combatente da guerra civil espanhola e que chegou a visitar algumas vezes o então governador Jorge Lacerda em palácio, apesar deste ser integralista, e de Jover Telles, todos os demais pertenciam ao "segundo time".

Estado que só nos anos 60 e 70 teve a sua economia efetivamente integrada ao resto do país, era naquele tempo uma unidade pouco desenvolvida, os dirigentes nacionais não davam muita importância. Mas aqui, aos poucos, as idéias anarquistas e socialistas, democráticas e republicanas, tinham deitado fundas raízes. Em 1839 estive no Sul catarinense o liberal revolucionário Luigi Rossetti, italiano, companheiro de Garibaldi. Foi ele o cabeça da República Catarinense (Juliana), com sede em Laguna. Anticlerical e antiescravagista, propugnava o regime democrático e republicano em substituição à monarquia. Rossetti foi redator-chefe do principal órgão de comunicação da República Rio-Grandense, *O Povo*. Grande orador e organizador, morreu em combate em 1843 no Rio Grande do Sul, durante a Revolução Farroupilha.

Em 1840 chegou ao estado o francês Benoit Jules Mure, socialista utópico, adepto de Fourier, fundando o Falanstério do Saí, no Norte catarinense, em Garuva. A experiência frustrou as expectativas, mas aqui permaneceram alguns dos quase 150 falanstorianos. Mure foi o introdutor da homeopatia no Brasil e mais tarde teve ativa participação no jornal *O Socialista do Rio de Janeiro*, primeiro órgão onde a expressão "marxismo" foi usada no país. Entre os imigrantes de origem italiana, principalmente, e alemães, em menor escala, chegaram nas últimas décadas do século passado alguns livres-pensadores, anarquistas até a medula, e socialistas. Entre estes, o médico Cesar Sartori, em Lages, e o fundador da Colônia Santa Cecília (Paraná), Giovanni Rossi, fixado no vale do Itajaí. Ou Pepe Verzola, instalado no morro do Céu, em Florianópolis.

Em 1869 foi fundada na então Desterro a Sociedade de Amor às Letras, à frente o poeta Francisco Paulino da Costa Albuquerque, que

segundo Cabral “viria a ser comunista, primeiro de que há notícia em nossa crônica, fato para o qual Altino Flores me chamou a atenção”. Essa fermentação de idéias, exóticas para alguns, mas na verdade perfeitamente adaptadas à nossa realidade e às peculiaridades da formação histórico-social, se refletiu, ao final do século passado, nas campanhas abolicionista e republicana. Por “difundir coisas que eram a destruição de um sistema econômico que atingia não só aqueles poderosos, como muitos indivíduos e senhoras idosas sem condições de ganhar a própria vida e manter o próprio sustento senão alugando o braço dos escravos que lhes restavam”, os abolicionistas eram os subversivos da época.

O Operário foi uma publicação literária e noticiosa, editada em 1881 pelos compositores do *Jornal do Comércio*, e circulava aos sábados. Em 1888 apareceu a *Revista Tipográfica*, dirigida por Luiz França e Silva, que José Nilo Tavares no seu *Marx, o Socialismo e o Brasil*, considera o “primeiro líder do movimento operário brasileiro”. É de 1899 a criação da Liga Operária, organização pioneira dos trabalhadores no estado. Editou, por alguns anos, o jornal *O Operário*. Sustentava “o desejo e aspiração de reunir e aproveitar, na fraternidade a mais real e inquebrantável, energias que fracionam-se e dispersam-se no abandono de si mesmas e que, coesas e encaminhadas inteligentemente, podem bem, sem dúvida, assegurar ao operariado catarinense melhor lugar”.

No alvorecer do século XX circularam ainda *O Livro* (1906) e outros pequenos jornais. *A Gazeta de Joinville*, dirigida por Eduardo Schwartz e Crispim Mira, foi porta-voz das primeiras reivindicações operárias naquela cidade. Datam desse período (1909-1910) as efetivas comemorações de Primeiro de Maio. Avelino A. de Carvalho, líder trabalhista e fundador da Liga Operária de Joinville, foi um dos que usou as páginas de *A Gazeta* para expor suas idéias. Sobre toda essa base se sustentou a independência dos comunistas de Santa Catarina em relação ao Comitê Central, nos anos 30, 40 e 50.

A fusão que ocorreu em 1945 entre intelectuais, operários e estudantes, em Florianópolis principalmente, no interior do PCB, fez dele um organismo que atuava quase sem necessitar das orientações do CC. Alguns exemplos ilustram essa situação. Durante a legalidade esteve em Florianópolis para uma conferência no Teatro Álvaro de Carvalho o líder integralista Plínio Salgado, à frente do recém-criado Partido de Representação Popular - PRP. Os comunistas locais se reuniram e decidiram estragar a festa. Liderados por Mário Bastos, Raulino Horn, Laurentino

Ávila, Dilermando Brito e outros sete ou oito, soltaram no TAC uma galinha, pintada de verde. Em meio a gargalhadas e vaias o teatro foi se esvaziando. E Plínio não pôde realizar a conferência. Bastos foi suspenso das atividades partidárias, pois na época “o PCB estava mais naquela de manter a ordem e a tranquilidade”.

Enquanto no Rio e São Paulo os comunistas se angustiam com o sectário e estreito *Manifesto de Agosto* (1950), “o Partido aqui continuou agindo, pois seus militantes viram que não existiam bases para aplicar as diretrizes do documento. Na campanha de Getúlio Vargas para a presidência, quando a orientação era votar em branco, individualmente a maioria ficou com o ex-ditador. Mas isso foi feito camufladamente, pois se a direção soubesse, as pessoas teriam problemas”. Certa feita apareceu um dirigente do Rio de Janeiro comunicando a expulsão do PCB de um ferroviário do Paraná. “Eles queriam que a gente homologasse a expulsão, mas nos negamos a fazer isso.” (Eglê)

Naquele tempo, ser comunista e pertencer ao Partido eram credenciais respeitadas. “Se o sujeito pertencia ao PCB, todos o tinham como pessoa honesta, bom trabalhador. Por isso a camaradagem era grande.” (Eglê) Outra peculiaridade da organização no estado é que “a gente não se limitava a ser Partido. Os militantes e suas famílias eram um grupo social, onde todos se ajudavam, participavam de festas, revezavam-se nas visitas às residências de cada um. Havia uma ligação afetiva muito grande e não só partidária”. Enquanto o CC permaneceu cerca de dez anos atrofiado e fragmentado por divergências internas de cunho político, ideológico e até pessoais, aqui o trabalho nunca parou.

Mesmo atravessando a dura clandestinidade, a delação institucionalizada e a repressão policial, os comunistas catarinenses continuaram ativos. Na área da imprensa editaram, depois da *Folha da Juventude*, *Novos Dias*, tamanho 22 x 33 cm, com o miolo mimeografado. O diretor era Mário Bastos (indicando a caixa postal 402 para correspondência). O primeiro número saiu em junho de 1953 ao custo unitário de Cr\$ 1,00. A capa, confeccionada com recursos mais modernos. *Novos Dias* publica *Mi Último Poema a Stalin*, de Raul G. Tuñón, destaca o V Congresso Nacional dos Jornalistas e noticia a destituição de um dirigente pelego em Criciúma.

Durante alguns anos os comunistas tiveram certa influência na revista *Bússola* - De Florianópolis para todo o Brasil - cujo diretor-proprio

etário era o fundador do PCB no estado, Juvenal Melquíades de Souza. O número de abril-maio de 1954 tem Monteiro Lobato (Campanha do Petróleo) na capa e uma entrevista com Mimo, candidato a vereador. No final de março de 1957 aparece o periódico *Unidade*, abordando assuntos sociais, sindicais e partidários, dirigido por Aldo Dietrich, nascido em 21 de agosto de 1926 na cidade de Canoinhas e formado em direito na capital em 1954. Como redatores atuavam Samuel Dutra da Silva e Fernando Pereira Cristino.

Em fins de 1961 reapareceu *Novos Dias*, agora como jornal. Também dirigido por Mário Bastos, tinha na redação, além de Cristino, Manoel Alves Ribeiro. Funcionou na praça XV de Novembro, 24, segundo andar. Ligado ao movimento sindical e popular, noticiava as atividades da Frente Operário-Estudantil, a campanha pela legalidade do PCB. Mas a publicação mais regular dos comunistas nativos foi a *Folha Catarinense*. O primeiro número saiu em novembro de 1963 e circulou até o final de março do ano seguinte. Além de Pereira Cristino, contava com Samuel Dutra e Antônio Melo, redatores. O PCB também teve influência por algum tempo na *Folha Acadêmica*, órgão oficial do Centro Acadêmico XI de Fevereiro, da Faculdade de Direito. Francisco Pereira e C. Ronald Schmidt foram seus redatores durante alguns meses.

Igualmente intensa a participação na campanha pela paz, no final dos anos 40. Certa vez a base do morro do Céu, integrada por Mimo, João Verzola e Hercílio Wagner, organizou uma volta ao morro da Cruz coletando assinaturas. "Saíamos pela manhã e levávamos churrasco para almoçar pelo caminho, e tornar mais alegre nossa tarefa", cumprida de casa em casa. "Vez em quando esbarrávamos em casas de famílias muito ligadas à Igreja, que ameaçavam chamar a polícia, pois o padre da paróquia lhes havia dito que aquilo era comunismo, e quem assinasse seria excomungado. Muitas vezes tivemos que entrar no mato e sair mais adiante, pois ali eles não assinavam e proibiam seus vizinhos de assinar." (Mimo) Em todo o estado foram colhidas cerca de cem mil assinaturas. Empenhavam-se contra o envio de pracinhas brasileiros para lutar na Coreia. "Como sempre, o governo desencadeou forte repressão contra tal campanha, prendendo, em primeiro lugar, os comunistas; depois, todos os demais patriotas e democratas que participassem. Desafiando a vigilância policial, resolveram fazer uma pichação no campo da Liga (estádio Adolfo Konder), na madrugada que antecedeu importante partida de futebol entre os selecionados de Florianópolis e Curitiba, com a presença dos governadores dos dois estados.

Reuniram-se João Verzola, o operário mecânico Secura, Mimo e Hercílio Wagner (nascido em nove de julho de 1914 em Blumenau). Com a ajuda de uma conhecida de Mimo, que distraiu os soldados de guarda no estádio, entraram e conseguiram escrever, em letras vermelhas, a palavra de ordem NENHUM JOVEM PARA A COREIA. O letreiro, magnificamente pintado, com acabamento, tinha 50 centímetros de altura por cinco metros de largura. De manhã, ao ser notada a inscrição, reuniu-se a diretoria do Avaí, que depois de muita conversa resolveu deixar como estava. "E lá ficou por muito tempo aquele apelo, em defesa da nossa juventude."

A campanha "O Petróleo é Nosso" pôde ser realizada com um certo isolamento da repressão, já que tinha apoio em diversos segmentos sociais, desde o operariado a funcionários, magistrados, empresários e, discretamente, oficiais e praças da polícia militar. "Nosso Partido mobilizou seus militantes, que na calada da noite pichavam muros e calçadas. Usávamos um lápis fabricado por nossos companheiros, muito difícil de apagar. Pintavam por cima com cal as letras que fazíamos, procurando cobri-las, mas elas furavam a camada de tinta e apareciam sempre." (Mimo)

O desembargador José do Patrocínio Gallotti teve destacada atuação em toda a campanha. Nascido em 1908, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Foi professor de Teoria Geral do Estado no curso de direito de Florianópolis. Defendeu tese para o concurso de professor catedrático sobre "A Soberania Nacional e as Liberdades", com críticas frontais ao regime capitalista. "Um regime econômico-político" - escreveu - "que possibilita o desemprego e permite que um ser humano, através de subsalário, furete trabalho a outro ser humano, é um regime que falta à sua primeira obrigação: é um regime injusto". Ocupou ainda a cadeira de História Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da UFSC.

Antes da campanha do petróleo, já tinha participado de lutas pela soberania nacional, pela participação do Brasil na guerra contra o nazifascismo, pela paz e a anistia. Preso após o golpe militar de 1964, "o desembargador Gallotti portou-se perante seus carcereiros com notável firmeza e coerência, prestando declarações que muito o honram e enaltecem. Indagado pelos seus inquisidores se havia assinado a lista pela legalização do Partido Comunista, respondeu: 'Assinei em minha vida muitos documentos, protestos e apelos, definindo minhas posições,

mas não me recorde de ter firmado a lista a que os senhores se referem. Entretanto, se não o fiz, deveria tê-lo feito". Morreu no dia 15 de julho de 1985, aos 77 anos de idade.

Além dessas lutas políticas gerais, os comunistas organizaram manifestações contra a carestia. "O preço da carne verde foi em 50% aumentado, sob as vistas grossas do poder municipal. O preço da energia elétrica subiu também e o poder estadual fez vistas curtas", denunciava a *Folha Acadêmica* (nº 47, 11.1958). Uma passeata realizada no período reuniu cerca de 15 mil pessoas, percorrendo as principais ruas e praça XV de Novembro. "O povo diante da prefeitura municipal e palácio do governo gritou seu problema e pediu solução. Mas as luzes dos dois grandes prédios se apagaram e os responsáveis pela situação se esconderam. Medidas de violência foram suas armas e a arbitrariedade foi a resposta. Policiais foram jogados às ruas com cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo. A violência gerou violência e, mesmo contra a vontade dos estudantes, populares de grandes estômagos vazios apedrejaram os prédios da prefeitura, palácio do governo e da Elfa." (F.A)

Em outra ocasião houve um comício contra o aumento das passagens dos coletivos, num final de tarde. "Recomendamos que os passageiros não tomassem os ônibus, não pagassem o aumento que era de cem réis", pois a passagem iria de 500 para 600 réis. "Quando lá comparecemos, a praça estava lotada. Nas imediações, dezenas de ônibus estacionados, até que receberam ordem de retirar-se vazios. Os proprietários não transportariam por menos." Mas, no continente, quando "as mulheres viram passar os primeiros carros vazios, que não traziam seus maridos nem filhos, cercaram os ônibus e ameaçaram quebrá-los. A população juntou-se a elas e não deixaram um só vidro inteiro. Os passageiros, a convite nosso, vieram para a frente da prefeitura e continuaram seu protesto". (Mimo)

A polícia acabou aparecendo "em socorro de seus patrões, mas não teve efeito. Diante daquela multidão, tentou dialogar. Resultado: as passagens não subiram e os ônibus apareceram com outro aspecto, todos pintados e de vidros novos". A Frente Operário-Estudantil, através da qual os comunistas agiam abertamente, era integrada por diretórios acadêmicos, União Florianopolitana de Estudantes, UCE, secundaristas e sindicatos de trabalhadores.

Ao longo do ano de 1954, em maior ou menor escala, os comunistas participaram de vários movimentos grevistas. Em Blumenau e Brusque o

proletariado fez greves com mais de um mês de duração, chegando a ocupar algumas fábricas. Uma paralisação dos mineiros de Criciúma teve repercussão nacional. Em Laguna os estivadores fizeram uma passeata contra o desemprego, e os estudantes, nas ruas, quebraram lâmpadas de iluminação pública e apedrejaram a prefeitura, forçando o prefeito a regularizar a iluminação, comprando carvão em Criciúma. Também em Florianópolis o estudantado parou por 24 horas em solidariedade aos colegas paulistas. (Linhares)

"(...) Em Santa Catarina o movimento feminino já se faz sentir, mulheres lutam pela Petrobrás, contra a carestia e pela paz. São poucas ainda, porém dia a dia o número aumenta.

A jornada gloriosa contra o envio de tropas para a Coréia teve aqui suas combatentes, sendo colhidas centenas de assinaturas num abaixo-assinado. Das milhares de assinaturas por um pacto de paz entre as potências, que foram coletadas em Santa Catarina, grande parte foi colhida por mulheres(...).

O acordo militar Brasil-Estados Unidos, documento de escravidão de nossa pátria, como não podia deixar de ser, recebeu desde logo a repulsa das catarinenses, que colheram assinaturas de protesto, enviaram telegramas aos deputados e agora prosseguem na luta pela sua denúncia. Combatem também as catarinenses pelo salvamento dos Rosenberg, e em Washington as vozes das contrerrêneas de Anita se uniram às dos homens e mulheres honestos de todo o mundo (...).

Em Barreiros foi organizada a Associação contra a Carestia e Pró-Reivindicações Populares dos Barreiros. Da diretoria da associação participam as senhoras Herondina Borges, Soledade Ricci e Laudina Souza. A associação fez circular um abaixo-assinado para a instalação de um telefone, para casos de urgência, no clube local. Foram colhidas 320 assinaturas e o telefone foi conseguido.

No morro do Céu 14 senhoras formaram uma Comissão Feminina. O primeiro trabalho da comissão foi no sentido de conseguir água para o morro. Três senhoras foram entregar ao senhor Irineu Bornhausen um memorial com 300 assinaturas. Sua Excelência prometeu atender prontamente (...)." (Novos Dias - 6.1953)

CIDADELA VERMELHA

No final do ano de 1959, o advogado recém-formado pela Faculdade de Direito, em Florianópolis, recebeu uma missão da direção regional do

Partido Comunista: seguir para Criciúma, onde daria assistência aos mineiros do carvão que ameaçavam com uma greve reivindicando o pagamento da insalubridade. Deveria apoiar também a ação desenvolvida pelo advogado trabalhista Aldo Dietrich, já há algum tempo atuando naquela cidade. Francisco Pereira tinha entrado no Partido em 1955, com 22 anos de idade. Filho de um velho simpatizante, Hildebrando Pereira, e de Ida Coelho Pereira, Francisco começou atuando na Juventude Comunista, passando mais tarde a responsável por esta organização nos morros do Nova Trento e do Céu (Florianópolis) e em bairros de Criciúma e Tubarão.

Em Criciúma e arredores viviam entre 12 e 15 mil mineiros, além de ferroviários e portuários que atuavam na mesma infra-estrutura dirigida por Henrique Lage, um magnata carioca que no final dos anos 20 construiu um império sobre o tripé carvão-navios-ferro. Datam dessa época os primeiros movimentos grevistas dos mineiros. O trabalho pesado no fundo das galerias, a umidade, o pó faziam que muitos morressem com menos de dez anos de labuta. Os salários, aviltantes. Sistema de trabalho semelhante ao de escravos. O engenheiro Thomaz Lawson matou a tiros um operário, em 1916, por "organizar distúrbios nas minas." Violência que seria, em maior ou menor escala, presença constante como método de submissão.

Além da pneumoconiose, os mineiros estavam sujeitos a desabamentos de minas, explosões, enxurradas e todo tipo de acidentes. No início viviam em casas de pau a pique. Lauro Müller foi uma cidade criada a partir das minas de carvão. Nesse ambiente, as revoltas e paralisações foram constantes. Em 1920 eclodiu uma greve na Companhia Barro Branco, da qual Mimo participou e onde constatou a existência de um grupo político, anarquista, com comunicações por códigos e sinais. Foram os germes das associações de resistência dos trabalhadores. Em 1923 ocorreu a primeira greve geral nas minas: ao invés de dez, os mineiros queriam oito horas de trabalho. Em 1928 eclodiu um vigoroso movimento na estrada de ferro Dona Tereza Cristina, "administrada pelo explorador da nossa gente, Henrique Lage, o Juca Pato". Em 1929 já "se fala de questão social, proletariado, marcha de Prestes, guerra civil, falências, concordatas, empréstimos externos." (Dall'Alba)

O carvão experimentou dois momentos de pique na produção, na primeira e na segunda guerras mundiais. No final do conflito que envolveu as potências do Eixo e dos Aliados, a situação de penúria na região

chegou a tal ponto que "em 1944 Guatá ficou tristemente famosa por ter sido mundialmente apontada como a localidade de maior mortalidade infantil do planeta. Tempos duros! A notícia foi divulgada pela rádio Moscou". Também nesse ano foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Carvão, por iniciativa do ministério do Trabalho, recebida com desconfiança e receio pelos mineiros, que "há tempos vinham realizando reuniões clandestinas, nos matos e no interior das minas, tentando se organizar. Os mineiros sentiam a perseguição da polícia, a mando dos patrões, que não queriam movimentação operária".

O organismo sindical recém-criado permaneceu nas mãos de pelegos, a soldo dos proprietários das minas, até 1957, quando a chapa dos "autênticos" obteve 2.578 votos contra os 300 dos "trabalhadores de confiança dos mineradores".

A presidência foi ocupada por Antônio José Parente, destacado membro do PCB de Criciúma, ficando Eugênio Ferreira como secretário e Raul de Souza tesoureiro. Desde 1945 os comunistas haviam conseguido estruturar uma organização estável, a partir de diversos operários e intelectuais de tendências anarquistas e socialistas. Entre eles Manif Zacarias, Elói Garbellotto, Ernesto Lacombe, Antônio Parente, Ramires "Português", mais os cidadãos conhecidos por "Professor", Ari (CSN), Inácio, Valentim e Mello. A solenidade de instalação do PCB foi no então distrito de Siderópolis, dia 27 de novembro de 45.

Quando Francisco Pereira chegou à cidade, os mineiros já tinham tradição de lutas sindicais. Em 1958 ocorreram duas greves, vitoriosas. "Desde o início da década de 1950 cresciam as divergências entre os dirigentes e os trabalhadores. Estes não apoiavam a política patronal, cumprida pela direção do sindicato. O movimento trabalhista autêntico crescia, dificultando as lideranças oficiais do sindicato, o que levou à renúncia coletiva da diretoria no dia 16 de dezembro de 1956", recorda Jorge Feliciano, líder mineiro.

Durante o ano de 1958, nas discussões para elaboração do Plano Nacional do Carvão, os comunistas e trabalhistas conseguiram incluir algumas reivindicações dos trabalhadores: garantias e fiscalização sobre as empresas, em relação à higiene e segurança do trabalho; salário-insalubridade; lei de amparo ao trabalhador menor e aproveitamento pelas empresas dos operários incapacitados para o subsolo, na superfície, sem redução do salário. Desde dezembro, passeatas de mineiros sacudiam a cidade.

Numa assembléia em quatro de janeiro de 1960, os mineiros decidiram parar o trabalho após terem dado prazo de 30 dias para o atendimento da reivindicação: queriam a taxa de insalubridade. No dia seguinte, cinco de janeiro é emitida a portaria nº 1, assinada pelo ministro do Trabalho, Fernando Nóbrega, instituindo a taxa de insalubridade. A portaria estabelecia os percentuais de 40%, 20% e 10% para os diferentes níveis de insalubridade. A interpretação patronal foi de que tais percentuais beneficiariam só os que recebessem salário mínimo. Só que a maioria dos mineiros, devido a lutas anteriores, já percebia mais que isso. Por isso o sindicato exigia que a taxa incidisse sobre o total dos vencimentos, e não apenas sobre o valor do salário mínimo. A assembléia decidiu ainda enviar uma comissão ao Rio de Janeiro para conversações, encabeçada por Francisco Pereira, então com 26 anos de idade. No Rio, a comitiva buscou na sede do PSD apoio político, e no ministério da Guerra fez "denúncias dos atos arbitrários praticados pelo 14º Batalhão de Caçadores". Em seguida os mineiros se avistaram com o marechal Lott, a quem o jovem advogado denunciou o empresário Diomício Freitas, "por adotar uma ostensiva política de desemprego. Lott anotou a informação".

Pereira foi levado ao marechal pelo deputado José Joffily (irmão do juiz de direito Irineu Joffily, um dos maiores estudiosos do carvão nacional), que também o acompanhou numa audiência com o vice-presidente João Goulart, na residência de S. Thiago Dantas. Na segunda visita ao vice foi acompanhado por Doutel de Andrade, no Palácio Monroe. O advogado se avistou com Prestes, assim que chegou ao Rio, através dele conseguindo os contatos com parlamentares para que fossem denunciadas na Câmara as violências contra os grevistas. Recebeu a solidariedade de Roberto Morena e do líder metalúrgico Benedito Cerqueira. Voltou do Rio de Janeiro com a garantia de pagamento de 40% de taxa de insalubridade para os que atuavam no fundo das minas, 20% a céu aberto e 10% aos da lavagem do minério, sobre o vencimento total percebido.

"A greve que ocorreu em 1960 foi a mais ferrenha da história sindical de Criciúma. Houve muita repressão. Ela nasceu na Metropolitana e se estendeu a todas as mineradoras. Para reprimir, veio o Exército na rua, com cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo", recorda Feliciano. Como as minas de Diomício Freitas, na Próspera, continuassem com o serviço, foram feitos piquetes, na maioria por mulheres dos trabalhadores. "Elas fizeram uma fila no meio da rua, com os filhos, algumas grávidas, e os caminhões tiveram que parar. Havia umas 500 mulheres. O advogado

Aldo Dietrich deitou-se com as mulheres na rua. A polícia veio e não resolveu. Ai apareceu o Exército, mas os caminhões não passaram!" (Feliciano)

Antes da ida ao Rio de Janeiro, Francisco Pereira acompanhou o presidente do sindicato, Antônio Parente, a Siderópolis, onde o carvão continuava sendo mandado pelos trens até o porto de Imbituba. Também seguiram outros diretores, como o secretário Raul e o tesoureiro Geninho, acompanhados por dezenas de mineiros, em dois caminhões. Eles chegaram e fizeram os colegas parar de trabalhar. "Quebraram os exaustores das minas, os trilhos, enquanto a massa de mineiros assistia solidária", recorda o advogado, que mais tarde sofreu processo. Acabou beneficiado por anistia de Jango após a renúncia de Jânio Quadros.

O enviado do PCB a Criciúma permaneceu na cidade somente ao longo de 1960, viajando ano seguinte para Blumenau, em outra missão partidária. Os mineiros prosseguiram nas lutas por suas reivindicações. Em 1961 houve uma pequena e ligeira greve. Ao longo de 62 obtiveram inúmeras conquistas, todas através de negociações. Mas em 1963 realizaram outro movimento, no início de fevereiro, durante sete dias. Jorge Feliciano, que ingressou no PCB em 1960, logo assumiu a direção do sindicato. "Em 1961" - recorda - "durante o episódio da legalidade, o Partido colocou os trabalhadores na rua. O Exército de Porto Alegre veio até aqui, aviões sobrevoavam a cidade e havia forte agitação nos sindicatos".

Os mineiros também participaram da coleta de assinaturas (1961) pedindo a legalização do PCB. "No período pré-64 havia muita movimentação, contra a carestia, contra o Iapetec. Nós dominávamos a cidade e até a polícia ficava quieta. Uma vez nos reunimos em frente ao Sandu e o fechamos, pois não funcionava." Quando veio o golpe, os mineiros, liderados pelos comunistas, tomaram o controle quase absoluto da cidade. A rádio Difusora, do PTB, fundada em 1963, foi ocupada e passou a transmitir proclamações para a resistência ao golpe. "Colocamos operários nossos cuidando das torres de transmissão. No dia primeiro de abril fizemos uma assembléia e eu disse que tínhamos armas a serem distribuídas na hora oportuna. Com isso, a polícia não passou mais ali por perto."

Depois dessa assembléia "tivemos um grande trabalho, pois havia uns 500 mineiros mobilizados e a cidade foi completamente dominada. O delegado de polícia Veloso (Helmário de Castro Veloso Filho) só pedia para que nós não deixássemos quebrar nada. O

Exército se deslocou até Jaguaruna e pediu para nós fecharmos a rádio. Mas não teve coragem de vir até aqui". A mobilização operária foi quase espontânea, pois já nas primeiras horas do golpe, ao ouvirem as notícias pelas rádios, paralisaram os trabalhos. Mas, solitários na resistência, se viram enfraquecidos em pouco tempo. "Na hora que caiu tudo, nós tratamos de nos mandar e o Partido foi quase todo para a cadeia. Ficamos primeiro na sede do Plano do Carvão, depois fomos para o Grupo Escolar Lapagesse. Mais tarde alguns foram para Curitiba e acabaram cumprindo pena em Florianópolis." A rádio foi fechada e o sindicato sofreu intervenção militar. (Feliciano)

Francisco Pereira permaneceu em Blumenau até março de 64, quando foi preso. Sua ida para lá foi motivada pelo relojoeiro Erwin Loeschner, que conheceu um senhor de nacionalidade tcheca, residente no caminho entre Blumenau, onde trabalhava, e Brusque, onde residia com a família. Por seu intermédio obtinha todas as semanas um exemplar do jornal oficial do PCB, *Novos Rumos*, sucessor do *Imprensa Popular*. Loeschner reuniu um grupo de amigos, para ler e debater as matérias da publicação, entre os quais o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Hilton Zimmermann, nascido em 25 de agosto de 1928 em Itajaí, à época residindo na rua Almirante Barroso, 1176, no bairro Vila Nova, em Blumenau. Além dele, outras seis a sete pessoas.

Mais tarde o tcheco desapareceu e Loeschner se viu na contingência de escrever para a redação de *Novos Rumos*, pedindo não só exemplares do jornal, como o ingresso no PCB. "A direção nacional do Partido escreveu para os dirigentes estaduais, em Florianópolis, dando um puxão de orelhas. Cobravam o fato de a mais importante cidade industrial do estado, junto com Joinville, não ser alvo das atenções e do trabalho do Partido." Por isso Francisco foi mandado a Blumenau. Assim que chegou, montou o escritório na sala número quatro do edifício Nossobanco, na rua XV de Novembro, ganhou mesa, cadeira e uma velha máquina de escrever. Dormia no próprio escritório.

Ao mesmo tempo em que exercia o direito trabalhista, dava assistência ao incipiente núcleo de comunistas. Também assumiu a função de redator-chefe do jornal *Novos Dias*, dirigido em Florianópolis por Mário Bastos. Pereira ingressou no jornalismo em novembro de 1952, com 19 anos, no *Diário da Tarde*, propriedade de Adolfo Konder. Jornalista profissional desde julho de

1954 (registro na DRT número 52332/54), época em que criou o jornal *O Invicto*, dominical e esportivo, junto com os irmãos José Nazareno e Mário Ignácio Coelho. Pelas páginas de *Novos Dias*, naquele ano de 1961, em Blumenau, fez uma verdadeira radiografia da situação da classe operária na cidade. O aparecimento de um advogado trabalhista alvoroçou o patronato local.

"As indústrias têxteis usavam o trabalho de menores, pagando a metade do salário mínimo. Havia uma crença de que menor só devia ganhar isso. Este emprego em excesso de menores era por causa da grande produtividade. Quando, por exemplo, arrebentava um fio, eles, com as mãos ágeis e pequenas, emendavam mais rápido, principalmente as meninas." O enviado do PCB logo botou o dedo na ferida, fazendo aplicar os dispositivos da CLT. "Só o menor aprendiz poderia ganhar meio mínimo. E só poderiam existir aprendizes através de convênio entre a empresa e o Senai; se isso não ocorresse, o salário deveria ser pago integralmente", explicou Pereira aos sindicatos dos têxteis, metalúrgicos e gráficos.

O resultado foi uma corrida de menores trabalhadores ao escritório do novo advogado, querendo receber as diferenças acumuladas. "Eu pedia o termo do convênio ou a carteira de menor assinada. Não havendo, a Justiça do Trabalho dispensava testemunhas. Com isso ganhava todas as ações." Outro motivo para aumentar as dores de cabeça dos industriais foi em relação ao pagamento. "Na época os trabalhadores faziam filas para receber os salários, após o trabalho. Mas a legislação mandava que isso fosse feito durante o expediente." Acionada, a Junta local deu ganho de causa a todas as ações. "Havia uma média de quatro audiências por dia", recorda. Um juiz-substituto, Edy Grossenbacher, filho único de um dos maiores sócios da companhia Hering, "tinha a visão do empregador, e muitas das ações julgadas improcedentes na Junta eram depois modificadas com recursos ao TRT".

Estes são apenas alguns exemplos do quanto Francisco Pereira "incomodou" o empresariado blumenauense. Logo passou a sofrer ameaças e retaliações. A chance que a reação queria veio com um sujeito de nome Apolônio Fernandes, que durante bom tempo pertenceu ao PCB na cidade. Com Pereira e Loeschner, participou da criação da Cooperativa Geral de Consumo, ficando como tesoureiro. "Em plena crise, motivada pela campanha difamatória, o indivíduo Apolônio Fernandes, sem maiores explicações, pede irrevogável demissão e, sendo um homem de mau

caráter, mentiroso e vil caluniador, foi à polícia caluniar o Dr. Francisco José Pereira e o Sr. Erwin Loeschner, queixando-se de que os mesmos tentaram extorquir-lhe dinheiro que eram fundos da Cooperativa.” (*Novos Dias* - Edição que teve a circulação suspensa)

No dia 6 de outubro de 1961, por volta das sete e meia da noite, Apolônio e o desclassificado Rolfino Gaertner invadiram o escritório do advogado, levando vários documentos e processos trabalhistas contra importantes empresas da cidade e cerca de 500 exemplares de uma edição do *Novos Dias*. Apolônio fugiu e só foi preso mais tarde. Gaertner foi apanhado pelo próprio Francisco, que casualmente passava num táxi quando viu a luz do escritório ser apagada. Gaertner tinha uma faca de 19 centímetros de comprimento, afiada e “perversamente lubrificada”. Foi levado por Pereira até a residência do juiz de direito Marcílio Medeiros, sendo ali desarmado. Apolônio portava um SW calibre 38, cano curto, cinco balas.

“Os mineiros caminham pela galeria central iluminada e prestam sua homenagem à Santa. Se benzem diante do nicho, enfeitado com flores e velas, pedem proteção a Santa Bárbara, padroeira dos mineiros, e seguem em frente. Atravessam a galeria central, seguem pelas secundárias, caminhando um, dois, três quilômetros até as frentes de serviço. A caminhada é cuidadosa, os olhos e ouvidos atentos. Os mineiros são unânimes em dizer: ‘Na mina, a gente se cuida. O perigo está sempre perto. E pode estar em cima da cabeça da gente’.

Chegando ao final da galeria, penduram ou acomodam nas paredes suas bolsas com algum lanche e garrafas térmicas, que a mulher lhes preparou em casa. Permanecem apenas de calção, para iniciarem o processo de perfurar, explodir as paredes, ajuntar o carvão bruto e mandá-lo para a superfície.” (Volpato)

BEIJOS NO ANEL DE D. JOAQUIM

Manoel Alves Ribeiro é o exemplo típico do militante que se tornou comunista pelo lado inverso. Nascido em Imaruí, então distrito de Laguna, no dia 13 de março de 1903, tinha cerca de 15 anos quando apareceram no improvisado hotel de seu pai dois jovens luteranos. Logo passaram a percorrer as casas, fazendo pregações e vendendo livros anticomunistas, o que provocou ciúmes nos padres católicos. Foram atacados e tachados, por sua vez, de comunistas. “Chamavam eles de

bolcheviques e desencadearam dura campanha contra os dois. Um dia cercaram o hotel e eu tive que atravessá-los pela lagoa até a localidade de Perrixil. Foi à noite, numa canoa. Na viagem me disseram que na Rússia os bandidos tinham tomado conta de tudo, das terras, tiradas dos fazendeiros, colocando os patrões das fábricas para fora.”

Mimo, que havia trabalhado anteriormente de ferreiro, “discriminado pela própria família e o patrão”, despertou “naquele momento, pelo lado do avesso, para a Revolução de 1917”. Depois disso foi trabalhar na Barro Branco, mina de carvão em Lauro Müller, em 1920. “As atividades eram dirigidas por dois engenheiros suecos, verdadeiros carrascos. Logo surgiu uma greve por falta de pagamento, liderada por dois anarquistas do Rio Grande, Juvenal Farias e Antônio Melo. Com uma pistola de dois canos eles tiraram das galerias os operários que não queriam aderir.”

Um dos engenheiros era odiado pelos mineiros. Dava chutes em suas canelas com uma bota cheia de pregos. “Quando estourou a greve eles tiveram que fugir. Mas o pessoal matou o cavalo do mais carrasco e o prendeu. Perseguido, o outro também foi apanhado. Os dois foram amarrados no limpa-trilhos do trem e levados até a sede. O escritório da firma estava sendo aterrado, com muito barro e pedras, que foram usadas para o linchamento dos engenheiros.” Terminada a greve com vitória dos trabalhadores, “os dois anarquistas se enfiaram pelo mato e nunca mais apareceram. Tinham sido chamados por um grupo que já existia na mina”.

Desempregado, Mimo foi aprender o ofício de eletricitista em Tijucas, com um cunhado alemão. Mais tarde conseguiu emprego na construção da ponte Hercílio Luz. Pouco antes do movimento de 30, esteve em Porto Alegre, onde conferenciou com Trifino Correia. “Ele me ofereceu a prefeitura de Imaruí, em caso de vitória do movimento. Eu não aceitei, mais por razões pessoais, e acabei indicando um sobrinho, Pedro Bittencourt, que foi empossado no cargo logo na chegada dos revolucionários vitoriosos”, recorda. Mimo se integrou nas lutas sindicais, e participou de todos os movimentos políticos onde a esquerda esteve presente no estado.

Nos primeiros dias de 1959, assumiu uma cadeira na Câmara de Vereadores de Florianópolis. Iria substituir Genésio Leocádio da Cunha, marinho, espírita e comunista, nascido a 9.12.1896, eleito em 1955 pela legenda do PSP de Ademar de Barros com o apoio do PCB. Os entendimentos com o PSP foram através de Pelágio Parigot de Souza, natural de Curitiba (12.3.1912), médico que depois de formado se mu-

dou para Videira, onde seguiu carreira política. "Ele era socialista, homem de esquerda, mas desconhecido pelas oligarquias, tendo sido convidado para assumir a secretaria da Segurança. Antes de aceitar veio nos consultar e foi aconselhado a ocupar o cargo", o que fez entre 1955 e 1958.

Mas não foi fácil para Mimo, então com 55 anos de idade, conseguir os cerca de 400 votos que lhe garantiram a eleição. "Logo que o tribunal publicou a lista dos candidatos registrados, meu nome foi impugnado. Para isso a reação contou com a colaboração do também candidato Nereu do Valle Pereira." Somente poucos dias antes do pleito é que Alves Ribeiro viu confirmada a candidatura.

Nas urnas do Abrigo de Menores, na Agrônômica, onde se concentrava boa parte dos eleitores de Mimo, seu nome permaneceu como impugnado. "Fui até lá e na presença dos funcionários arranquei a papeleta da impugnação." As pressões também aconteceram durante a apuração. "A imprensa" - lembra - "mentia e me colocava sempre alguém do meu suplente e atrás de todos. A rádio Diário da Manhã, ao encerrar seus trabalhos, dava o resultado parcial das eleições, mas quando era o vereador Manoel Alves Ribeiro, mentia e dava como favorito o meu suplente". Na noite em que os votos terminaram de ser contados, "resolvi ir até a emissora, munido dos últimos resultados do Tribunal Eleitoral, garantindo minha eleição". No estúdio estava o locutor Antunes Severo, que se assustou quando viu Mimo. "Seu Severo não contou tempo e botou o resultado no ar. Aquilo foi um alívio, pois tinha ido até lá disposto a brigar."

Ao receber o diploma, tomou a palavra e disse: "Venci, através da coragem e da lealdade dos meus eleitores, mais uma etapa da tarefa a que me propus. Os fascistas, de batinas e sem batinas, juntamente com os exploradores de meus companheiros operários e do povo, não queriam que um trabalhador fosse vereador. Fizeram de tudo para impedir a posse e o recebimento deste diploma que saberei honrar". Acrescentou: "Nem as ameaças, partam de onde partirem, nem os cheques em branco dos capitalistas, funcionarão".

O novo vereador não esperou muito tempo para atuar, e nas primeiras 20 sessões tinha falado cerca de 40 vezes. "Levantávamos as reivindicações dos munícipes, como água, luz, o fim da carestia. Apresentávamos projetos e requerimentos." A campanha anticomunista aumentou em todo o país e se fez sentir em Florianópolis, "inclusive na Câmara, mas

meus colegas que me atacavam politicamente o faziam com respeito, dentro da ética parlamentar, e do Regimento da Casa", recorda. Eglê Malheiros, que discutia com Mimo as minutas dos pronunciamentos e depois redigia os discursos, lembra que "ele teve uma atuação muito respeitada. Era benquisto por seus colegas, pois apesar da firmeza com que defendia suas idéias e posições, tinha bom trânsito junto a todos os demais vereadores".

Mas depois de um certo tempo "meus companheiros de Partido acharam que eu estava me tornando muito radical e que num recinto fechado, sem nenhuma assistência do povo, não iria ajudar em nada. Ao mesmo tempo, aquele radicalismo demonstrava que eu estava com o sistema nervoso alterado. Concordei em parte e procurei moderar minhas intervenções". Entre as posturas consideradas "radicais" pelos dirigentes comunistas no estado, está a de ter-se negado a beijar o anel do arcebispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira. Foi durante convite feito por uma comissão de vereadores ao religioso para receber homenagem da Câmara. "Quando chegamos ao palácio do arcebispo, ele estava na porta de mão estendida para o costumeiro beijo no anel. Meus colegas foram beijando aquele pedaço de metal (...) e, quando chegou a minha vez, virei a cara para o outro lado. Nunca beijei mão de homem e não seria a dele a exceção."

Em homenagem, na Câmara, ao Dia da Bandeira, Mimo foi orador. Discorreu sobre o significado das quatro cores: o verde "representa a mata de nosso país, que está nas mãos dos latifundiários"; o amarelo, o ouro, "nos cofres, à disposição dos banqueiros que nunca trabalham", e o azul do céu "onde os padres já lotaram de cadeiras para vender lugar perto de Deus a seus fiéis"; o branco lembrava a paz, indagando "que paz pode ter quem não consegue ganhar o sustento de sua família?".

Naquele tempo "as atas das sessões da Câmara iam para o 5º Distrito Naval e vinham de lá todas riscadas de lápis vermelho. O que não agradava aos militares de direita era riscado. As minhas intervenções não voltavam. Ficavam lá para serem cobradas mais tarde". Mimo tornou-se o fiel da balança nas votações, já que tanto oposição como situação tinham oito representantes cada, sendo ele o 17º. Usando dessa circunstância, conseguiu que aprovassem várias medidas, entre elas o pagamento dos salários dos funcionários da prefeitura em atraso. O prefeito era Osvaldo Machado, empresário que havia começado como contador, tendo concorrido pelo PSD com o apoio dos comunistas.

Os dirigentes estaduais não ficaram só nos conselhos para que Mimo moderasse um pouco. Ainda no final da campanha, antes do novo vereador assumir, foi realizada uma reunião para balanço da participação eleitoral dos comunistas. Acomodados em residência nas proximidades da secretaria da Segurança, começaram o encontro no final da tarde e atravessaram a noite. Quando amanheceu, descansaram um pouco, depois continuaram as discussões. "Os trabalhos prosseguiram até a noite. Ao terminar, quis me levantar da cadeira e caí. Estava tonto e não conseguia me equilibrar (...). Era uma estafa, pois eu tinha passado noites dormindo pouco."

Em fevereiro de 1962 recebeu uma carta do Comitê Central, mandando se preparar "para fazer um exame de saúde na União Soviética." Fernando Pereira Cristino, mais outros dirigentes, havia articulado com a direção nacional o deslocamento de Mimo. Ao chegar na capital soviética fez alguns exames e depois foi mandado por 12 dias para uma clínica de repouso no mar Negro. De volta a Moscou, visitou museus, fazendas coletivas, fábricas, escolas, jornais e igrejas. Ficou tomado de emoção quando foi à Praça Vermelha e visitou o mausoléu de Lenin. Rodeou o "caixão de vidro, onde se encontra o homem que nunca morreu e nunca morrerá, deitado com as mãos pousadas sobre as coxas. Parecia que realmente estava vivo fisicamente".

Mimo permaneceu dez meses na União Soviética. Em seu *Caminho*, editado no início de 1989 em Florianópolis, ocupa pelo menos um quarto do total com o relato da viagem e as palestras que fez depois em Santa Catarina. "Morro do Céu foi o primeiro bairro a receber a notícia de que na superfície da Terra, na Rússia, os operários e camponeses não eram mais escravos (...). Na varanda lotada da casa do velho Pepe, foi minha primeira palestra. Velhos, crianças, homens e mulheres ouviam-me num profundo silêncio. A União Soviética se projetou para eles como oásis no deserto de suas vidas de trabalhadores (...). Seu Pepe de pé na varanda falou: 'João, toma o teu violão, Avico, estica as cordas do teu cavaquinho, eu quero ouvir *Bandera Rossa* (hino dos trabalhadores italianos) e a *Internacional*'. " Mimo falou sobre a viagem em outros bairros da região de Florianópolis, esteve em Criciúma, Araranguá e outras cidades, como Joinville. Poucos dias após o retorno de Mimo, foi Pereira Cristino quem seguiu para Moscou, por dez meses.

O vereador também ocupou a tribuna da Câmara para dar detalhes do que vira e ouvira na URSS. Mas como o pleito de 15 de novembro de

1963 estava se aproximando, teve que pensar na reeleição. Tinha pouco mais de um mês para fazer campanha. "O Partido, quando cheguei, já havia registrado minha candidatura com a de outros dois, conhecidos como comunistas. Se tivesse meu nome impugnado, os dois substituiriam. Mas não houve impugnação e assim mesmo eles continuaram candidatos." Mimo ficou como primeiro suplente, faltando poucos votos para a reeleição. Mais tarde seria cassado. "Reunida extraordinariamente em sessão secreta na noite de sexta-feira, a Câmara Municipal de Florianópolis, por votação unânime de seus pares, cassou o mandato do vereador Senhor Manoel Alves Ribeiro."

"A infiltração vermelha entre nós, patrocinada por potências estrangeiras subjugadas ao domínio moscovita, atingia a todas as camadas sociais, envolvendo de preferência as classes estudantil e operária, não sendo alheios, porém, à influência anarquista, grupos escolhidos de intelectuais e liberais.

O derrame de capitais e de material literário de politização vermelha, se não fosse contido a tempo, importaria um renascimento para muito breve de toda a onda de sublevação e preparo da entrega do Brasil ao domínio soviético, o que representaria a negação, a mais completa, do movimento de renovação e salvação da pátria desencadeado pelas autoridades militares (...).

As diligências que têm sido feitas incansavelmente em todo o país vêm mostrando à sociedade a tremenda obra de infiltração comunista de que estávamos sendo vítimas. Estudantes que possuíam em suas residências verdadeiras bibliotecas subversivas e nas quais não se tem encontrado um só exemplar de obras didáticas; sede de associações estudantis, verdadeiras tipografias de material de pregação subversiva, documentos comprobatórios de ligação íntima entre entidades estudantis e sindicais com países soviéticos (...); políticos federais e estaduais que mantinham em suas residências, ao escudo de imunidades parlamentares que mais lhes valiam de impunidade ao crime, arsenais, refúgios para os comunistas assalariados de Moscou, Pequim e Havana (...)." (Nota do 5º DN - OE 9.4.1964)

A RELAÇÃO DOS CONTRIBUINTES

O pai sempre andava com uma pasta grudada embaixo do braço. Em casa dava recomendações expressas para que ninguém tocasse a mão

nela. Mas a curiosidade da mocinha foi maior. Um dia ela resolveu abrir a pasta preta e surrada e de lá tirou uma lista com os nomes de vários dos maiores e mais importantes comerciantes e empresários de Florianópolis e região. Ao lado de cada nome estavam anotadas quantias em dinheiro. Só bem mais tarde Zilma ficou sabendo que seu pai era membro da direção do Partido Comunista e tinha como função a de tesoureiro. Era ele que fazia as "finanças", reunia os fundos necessários ao funcionamento da máquina partidária. O que implicava aluguel de sala, gastos com impressos, pagamento de militantes profissionalizados e ajuda às famílias de comunistas eventualmente presos ou passando por dificuldades.

José Martins Neto, célebre em Florianópolis nos anos 40 e 50 como "professor Martins", nasceu em 1904 na região da Grande Fortaleza, no Ceará. Filho de família abastada, de um coronel do Nordeste - José Martins Filho, dono de usina, fazendas, frota de jangadas, matadouro, canaviais, salinas e outras propriedades -, abandonou tudo aos 16 anos e foi viajar pelo Brasil. Tinha sido colega de carteira da escritora Rachel de Queiroz, nos tempos de liceu no Ceará. Percorreu o Amazonas, estados vizinhos ao seu e depois veio para o Sul. Quando esteve pela primeira vez em Florianópolis, conheceu Araci Barreto Moreira, de quem logo se tornou noivo. O movimento de 1930 e a revolução constitucionalista, na qual acabou sendo preso, o afastaram temporariamente da cidade.

Em São Paulo, depois da prisão, foi instrutor de jiu-jitsu, lançamento de dardo e ginástica no clube Tietê. Com saudades da noiva que o aguardava em Florianópolis, retornou em 1933 e se casou. Em 1937 seguiu com a esposa e a filha Zilma, recém-nascida, para Fortaleza, onde passou a dar aulas de ciências físicas e naturais e de matemática. Rejeitou proposta para montar uma escola em Juazeiro, terra do padre Cícero. "Ele foi até a cidade dar uma olhada e se apavorou com os romeiros e o foguetório." Já tinha nascido o segundo filho, Aristóteles, e a esposa Araci estava grávida do terceiro, a quem, já em Florianópolis, daria o nome de José César, homenagem ao médico César Sartori. Em 1939 estava de volta, agora definitivamente, a Florianópolis.

Morou inicialmente na casa do sogro. Depois foi para a ponta do Leal e mais tarde sossegou um pouco no número 215 da rua Bocaiúva. Bateu nas portas do Colégio Catarinense e conseguiu emprego como professor de educação física, até que aparecesse uma vaga para lecionar ciências físicas, o que aconteceu logo depois. No início dos anos 40 fez concurso para o Instituto Estadual de Educação, onde deu aulas até se

aposentar, tendo sido colega de Eglê Malheiros. Por essa época passou a freqüentar reuniões "misteriosas" do Partido Comunista. Tomou parte nas lutas contra o Eixo e pela participação do Brasil na guerra ao lado dos Aliados. Como Donner fazia em Laguna, acompanhou a guerra na frente de um grande mapa-múndi.

Martins se envolveu tanto que, se fosse solteiro, revelaria a filha mais velha, Zilma Bittencourt, teria se alistado na FEB como voluntário. O pai do professor era filho de índios, e a mãe, Maria de Lourdes, descendente de belgas e holandeses, o que marcou seus traços faciais. "Ele sempre foi muito esclarecido, desde garoto. Lia muito e tinha posições de esquerda. Ainda pequeno gostava de viver entre os empregados da fazenda do pai, que criou mais de uma dezena de filhos adotivos. Sempre via o lado do mais pobre, do povo. Mas tinha amigos em todas as faixas sociais." (Zilma) Em Fortaleza, por causa da família e da posição no Liceu do Ceará, circulava entre a alta sociedade, convidado para festas e jantares.

Em Florianópolis, inicialmente professor no Colégio Catarinense, onde estudaram as principais lideranças políticas e empresariais do estado, depois no IEE, tinha amigos como o ex-governador Aderbal Ramos da Silva, com quem conversava também sobre as coisas do mar. "Além de muita literatura política, do noticiário internacional, lia sobre navegação." Como freqüentava o Veleiros da Ilha, acabou se animando a construir um barco. Mandou fazer a embarcação no Ribeirão da Ilha, com o trabalho final (bordadura e outros acabamentos) executado por João Verzola, de quem foi grande amigo, com a ajuda do próprio professor e do filho Aristóteles. Deu ao barco o nome de *Iara*.

Todo final de semana que o tempo permitisse, saía com outros amigos, às vezes o mesmo João Verzola, para prolongadas pescarias. Como nos anos seguintes as denúncias contra Stalin no XX Congresso do PCUS o abalassem, paulatinamente foi se afastando e, com o *Iara* nas mãos, deixou de freqüentar os encontros. "Depois que ele fez aquele barco quase não participou mais das reuniões, que eram sempre no sábado ou domingo", reclama Mimo. Mas assim mesmo ainda se reunia esporadicamente com o próprio Mimo, Verzola, Eglê, Bastos e Sebastião Vieira, entre outros. "Ele cultivou os ideais socialistas até o final da vida, apesar de se afastar um pouco."

Na verdade, não tinha mais paciência para aturar as prolongadas e pouco produtivas reuniões, que se estendiam noite adentro. Preferia dar

aulas, participar dos cursinhos políticos do Partido e pescar. Foi um excelente cozinheiro, tendo preparado algumas peixadas memoráveis. Gostava de música brasileira, arranhava um violão. Lia quase todos os jornais, mas preferia a *Tribuna Popular* e as publicações clandestinas, que logo passava adiante. E continuou ajudando nas “finanças” do PCB. Na sua casa na rua Bocaiúva promovia grandes festas, com leilão de doces, barraquinhas, bandeiras, carne assada, baile e música ao vivo. O lucro ia para o Partido.

Quando Zilma viu pela primeira vez aquela lista com os nomes dos contribuintes, ficou um pouco assustada. Depois se acostumou e chegou a militar algum tempo. “A maioria contribuía com o Partido para ajudar companheiros desempregados, as atividades políticas. Quase todos os principais empresários e comerciantes contribuía. A grande maioria não tinha nenhum ideal, mas confiava no segredo que o professor Martins haveria de manter. Outros o faziam por ideais, apesar deles não combinarem muito com o tipo de vida que levavam.” Boa parte dos que davam dinheiro para os comunistas, assim procediam pensando no futuro. Se o PCB chegasse ao poder, tinham ajudado.

Em 1964, com o golpe, Martins ficou em prisão domiciliar. Só em 1952 tinha respondido a processo por “pregar idéias subversivas”, como professor do Instituto Estadual de Educação. Segundo Zilma, o general Vieira da Rosa (filho) foi contra a prisão dele, o que não impediu a presença permanente de um policial na frente da residência, durante várias semanas. “Como ele gostava de dar longas caminhadas, indo quase todos os dias a pé até o Veleiros da Ilha e fazendo ginástica, acabou ficando adoentado com a clausura.” Mais tarde, em plena ditadura, começou a sentir o coração. O general tinha dito, numa roda de bar, que ele era tão idealista que nem parecia comunista.

Sempre com livros de Marx, Lenin e Stalin na cabeceira da cama para ler nas horas de folga, voltou a freqüentar o Veleiros, discretamente. Num sábado depois do meio-dia, quando revelou estar preocupado com a ponte de safena que Aldo Ávila da Luz implantou em São Paulo, foi caminhando até a Prainha. Sentou num banquinho próximo das embarcações e ficou esperando um amigo com quem ia velejar. Sentiu-se mal, caiu, bateu a cabeça num “jacaré” (macaco de barcos) e morreu. O atestado de óbito apontou enfarte agudo do miocárdio.

Outro militante que teve fácil trânsito na elite florianopolitana foi o filho do desembargador José Rocha Ferreira Bastos com Maria de Lourdes

Caldeira Bastos, Mário, nascido no dia 18 de junho de 1923. Desde jovem ligado ao Partido Comunista, fez amizade com padres do Colégio Catarinense e de paróquias da cidade, e com muitas freiras. Advogado, passou num concurso para o Tribunal Regional Eleitoral, onde foi assessor até morrer, no dia três de março de 1987. O mais velho de um total de nove irmãos, “se desencantou com o stalinismo, e quando soube dos massacres se afastou um pouco do Partido”, aponta um dos seus irmãos, Fernando. A irmã Estela, a quem ele era muito ligado, o via “sempre alegre, positivo, amigo dos amigos”.

Em 1964, com o golpe, esteve preso cerca de meio ano na penitenciária de Florianópolis, junto com João Verzola, a quem presenteou mais tarde com uma foto, escrito no verso: “Não creio que te esqueças desse tempo. Em todo o caso fica com a lembrança, Mário”. Num depoimento em 1982, mostrou-se avesso às últimas resoluções do PCB. “Elas sempre começam e terminam dizendo a mesma coisa. Que o socialismo avança em todo o mundo e que no Brasil a revolução está próxima.” Nos últimos anos de vida morou na avenida Othon Gama d’Éça, Centro, passando boa parte do verão na praia da Daniela, mesma residência onde em 1986 o presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, e a família se hospedaram durante o Natal e passagem do ano.

Bastos ligou-se ao PT, dando cursos e fazendo conferências. Ficou meio isolado dos comunistas, já que, dos grandes amigos, a maioria havia morrido, outros estavam exilados, mas ainda manteve contatos com os membros do “Partidão” e acompanhava a imprensa partidária, como a *Voz da Unidade*. Amante da boa leitura, cinéfilo apaixonado (*Casablanca* não lhe saía da memória) e apreciador da música clássica, em especial Chopin, enquanto militou, durante duas décadas a fio, deu grande contribuição ao núcleo local comunista.

Um dos maiores quadros de massa do PCB catarinense foi o oficial da reserva do Exército Hugo Ricci, desde o final da Segunda Guerra residindo em Barreiros, no município de São José. Ricci nasceu em 18 de julho de 1900, em São Luís do Maranhão; 1,66 de altura, cabelos e olhos castanhos, tipo físico próprio do homem nordestino. Seu pai tinha sido padre na Itália, e um dia resolveu jogar fora a batina e emigrou para o Brasil. Instalado no Maranhão, José Antônio Ricci se casou com uma índia, Mônica. Já adulto, Hugo veio para o Sul com mais um irmão e incorporou-se ao Exército, tendo sido promovido a sargento com a revo-

lução de 1930. Serviu em Cruz Alta e em fins de 1946 já estava em Barreiros.

Certa vez, no Rio de Janeiro, onde serviu por alguns anos, sofreu acidente com um caminhão-tanque de combustível no qual teve duas costelas fraturadas. Sentiu as conseqüências para o resto da vida e chegou a fazer tratamento em Florianópolis. Assim que chegou a Barreiros, abriu uma escolinha nos fundos da sua casa, na avenida Leoberto Leal, já na reserva do Exército como primeiro-tenente. Ensinava os vizinhos a ler e escrever, suprimindo em parte a carência de escolas públicas.

Sua casa estava sempre cheia. Inicialmente fundou o Lufa-Lufa, mais tarde Acadêmicos do Samba, escola que o homenageou com o sambanredo no carnaval de 1991. "A primeira porta-estandarte foi um saco de farinha e um cabo de vassoura", lembra um dos filhos, Ítalo Ricci, voluntário da FEB durante a Segunda Guerra. Sua ligação carnavalesca era antiga. "Quando sargento, passou durante um carnaval por Florianópolis escoltando soldados presos. Atendeu aos apelos dos praças e deixou que fossem se divertir durante aqueles dias. Na quarta-feira de cinzas todos se apresentaram de volta à prisão."

Hugo Ricci também fundou o Clube Primeiro de Maio, perto de casa, e que funciona até hoje. As ligações com o PCB foram estabelecidas a partir de Mimo, Verzola, Monguilhot, Rita Malheiros, Cesar Ávila. Era bastante ligado ao jornalista Juvenal Melquíades de Souza. Lia muito, tocava violão com habilidade e gostava de cozinhar, especialista em vatapá e caruru. Um assado de rãs oferecido ao radialista Osmar Silva, da Diário da Manhã, rendeu uma crônica mais tarde.

O ex-oficial começou a assumir posições de esquerda quando ainda estava na ativa. "Certa vez um sargento, de nome Braga, foi expulso da corporação por causa de suas idéias políticas. Mais por solidariedade e amizade, papai acabou hospedando o colega, que passava por dificuldades até para se alimentar. Por causa disso foi preso, logo depois da revolução de 1930." (Ítalo) Ricci morreu em 14 de abril de 1961, vítima de enfisema pulmonar, e está enterrado num dos últimos túmulos do cemitério de Barreiros, com uma foto sua envergando a farda e as duas estrelas de primeiro-tenente. Apesar do desaparecimento de Hugo, sua casa continuou a ser ponto de encontro dos carnavalescos, centro de campanhas, reuniões e cursos.

O trabalho começado por Hugo Ricci teve prosseguimento com a esposa, Soledade Aguiar. Até morrer, em 20 de janeiro de 1979, manteve

a casa aberta. "Meu pai tinha uma enorme facilidade de se comunicar com as pessoas simples, reunir gente e organizar atividades." (Ítalo) Até hoje, quando chega o Carnaval, formam-se rodas de interessados em participar dos desfiles da escola. Mas já não há nenhuma relação com os comunistas. "A 'guerra fria' não acabou. A culpa por tudo o que está acontecendo é do Gorbachev. E a prova de que nada mudou é que depois de ter defendido o que havia de bom no comunismo, o Papa foi infectado com o vírus da Aids numa transfusão de sangue," acredita uma das filhas.

"No golpe o Exército invadiu o morro do Céu e prendeu muita gente da família Verzola. O Cláudio morava aqui. Levaram um jipe cheio de livros. Quatro soldados e um da polícia civil entraram na minha casa. Eu enchi eles de desaforo. Tinha um que queria arrebentar o forro para ver se achava armas. Eu tinha um álbum, com fotografias do Prestes. Um tenente se aproximou da prateleira onde estava o álbum e viu do que se tratava. E não saiu dali enquanto os outros não terminaram de revirar tudo. Foram embora e não levaram o álbum." (Maria Verzola)

NOME, FUNÇÃO E ENDEREÇO

Nas primeiras horas da manhã do dia três de abril de 1964, investigadores e delegados do DOPS, acompanhados de oficiais do Exército, chegaram na residência do jornalista Fernando Pereira Cristino, o Cláudio, secretário-geral do PCB catarinense. O procurado não estava, só a mulher. Em compensação, foram encontrados anotações, documentos, ata da Juventude Comunista, livros, pastas com material de propaganda partidária e, o mais importante, uma relação completa e detalhada, com os nomes e funções de todos os integrantes da direção regional, além de algumas municipais. Material farto para a instauração não só de um, mas de dezenas de IPMs, vulgarizados ao extremo naqueles meses que se seguiram ao golpe militar de 64.

Não foi por falta de aviso que todo aquele material acabou nas mãos da polícia. No dia anterior Eglê Malheiros tinha ido pessoalmente na residência de Cláudio, custando a encontrá-la, pois apesar de a polícia saber onde ele morava, o endereço era desconhecido dos membros do Partido "por razões de segurança". Com a esposa do jornalista carioca, jogou fora muitos livros e documentos, só que os mais importantes esta-

vam guardados em outros lugares da casa, e não foram encontrados por causa da tensão e do nervosismo. O marido de Eglê, Salim, estava preso. A polícia poderia chegar de uma hora para outra.

"Foi uma enorme irresponsabilidade", acusa Eglê, 30 anos depois. "Na véspera do golpe ele dizia que a situação estava tranqüila, que tinha falado com o Rio de Janeiro, não havia o que temer." Repetia as colocações de Prestes meses antes, de que o Partido Comunista já estava no poder e os boatos de golpe eram espalhados pelos "derrotistas". Nos dias que antecederam o movimento dos militares, a direção do Partido costumava freqüentar quase diariamente a sede da União Catarinense dos Estudantes - UCE, na rua Álvaro de Carvalho, centro da cidade.

"Um dia eu e o Mário Bastos fomos até lá e chamamos Cláudio e outros membros da direção. Passamos a eles as informações sobre a iminência de um golpe. Propusemos que fossem deslocados alguns militantes para o continente. Eles concordaram e chegaram a mandar alguns. Mas no dia seguinte estavam todos de volta à UCE." (Eglê) Planos para resistir a qualquer intervenção militar tinham sido esboçados pelos comunistas. Teriam que ser reforçados e criados novos núcleos pelo interior do estado, para onde iriam membros e aliados. Pensaram ainda na montagem de um "aparelho" onde se instalaria o comando para enfrentar os golpistas, com máquinas de escrever e equipamentos de impressão. O blumenauense Arno Lippel, membro do PCB e funcionário da companhia elétrica, ficou encarregado, mais um grupo de companheiros, de deixar a cidade sem luz.

"Eu estava em uma reunião da Frente Operário-Estudantil, na sede da UCE, apoiando a atitude dos marinheiros do Rio contra o golpe. Quando deu meia-noite a polícia cercou o prédio e nós tivemos que escapar. Uma parte do pessoal ainda tentou se concentrar na praça XV, mas eu já não estava mais. Eu sabia da organização, tinha contatos no comitê regional. Eu sabia até onde a minha prisão podia prejudicar", recorda Mimo. Sobre o comportamento de Cláudio na prisão diz apenas que "o único problema é que ele fraquejou".

Eglê confessa ter ficado chocada "com os depoimentos terríveis dados por importantes membros da direção do Partido no estado. Numa época em que nem havia tortura, vários se comportaram terrivelmente. Eram quadros fracos, impostos de cima para baixo". E complementa: "Li os depoimentos mais tarde e vi que eles entregaram tudo e todos". Fernando Pereira Cristino foi auxiliado na fuga da cidade através de um

esquema detalhado que envolveu até mesmo o "senador" Alcides Ferreira, de quem era amigo pessoal. Foi para o Rio de Janeiro, onde anos mais tarde integrou o Comitê Central do PCB. Preso novamente em 1975, esteve na prisão com o ex-deputado catarinense Roberto Motta e foi "expulso do Partido por ter delatado vários companheiros".

A famosa lista encontrada na casa de Cláudio ajudou a reforçar as convicções policiais sobre o real envolvimento de cada membro e simpatizante do PCB. "Nos últimos meses do governo Goulart, em Santa Catarina foi aumentado o contingente de investigadores da secretaria de Segurança. Buscaram o que havia de pior na população, e como credenciais precisavam ser idiotas, cretinos ou ladrões. Também dispunham de especialistas em torturas, formados na escola do Panamá" (Mimo), todos eles atuando sob a orientação da CIA, com o disfarce do Ponto IV, comandado por "consultores regionais." Ainda estavam em campo agentes de informação do Exército e da Marinha e os PM-2 da Polícia Militar do estado. Todos recolhendo elementos tais como nomes, endereços, telefones, reuniões, devidamente catalogados e analisados, prontos para serem usados a qualquer momento.

No quartel da PM chegaram a ficar presas 43 pessoas. Em Criciúma, mais de 40. Com base no "documento acusatório, passado pelo comando militar acantonado em Criciúma", a Câmara Municipal cassou por "mais de dois terços de suas representações partidárias" os vereadores Abílio dos Santos e José Martinho Luiz. Os documentos da cassação foram "encaminhados para a devida homologação, ao Exmo. Sr. General Taurino Rezende Neto, presidente da CGI na Guanabara". (OE - 27.5.1964) Em Blumenau foram presos, além de Francisco Pereira, já no dia primeiro de abril, Herbert Georg (nascido a 9.7.1914), Saul Hermann Büschler, engenheiro civil e diretor-superintendente da estrada de ferro de Santa Catarina, Hilton Zimmermann e Erwin Loeschner, que mais tarde ganhou do Partido uma viagem para a Alemanha Oriental e nunca mais voltou.

Ocorreram ainda várias prisões em Itajaí, Lages, Tubarão, Laguna, São Francisco do Sul, em diversas cidades do planalto Norte. Em Florianópolis, permaneceram trancafiados o diretor dos Correios e Telégrafos, Israel Gomes Caldeira, o eletricista Mário Moraes, o advogado Alcebiades Pinheiro, o médico Dirceu de Senna Madureira, além de Orival Prazeres, Antônio Carlos Bahiense de Melo, advogado; o contador Jaime Garbelotto, Jonas

Martins Ramos, fiscal do Iapetec; Nésio Jacques Pereira, carteiro, e o futuro jornalista e professor da Escola Técnica, Arthur Rodolfo Sullivan. A livraria Anita Garibaldi, de Salim Miguel, foi incendiada.

Um episódio que teve pouca repercussão nos jornais da época foi o da cassação do mandato do deputado estadual Paulo Wright, eleito em 1962 com o apoio do Partido Comunista. Nascido em Joaçaba no dia dois de junho de 1933, filho do pastor Lathan E. Wright e Maggie Nette Muller, norte-americanos, estudou num colégio interno em Piratuba e no Instituto Educacional de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Em Arkansas, nos EUA, fez sociologia e ciências políticas. Presbítero da Igreja Presbiteriana, filiado ao PTB, auxiliou na criação de sindicatos em Joaçaba, participou como secretário da Unidade Cristã de Estudantes do Brasil e, no início dos anos 60, dirigiu a Imprensa Oficial em Florianópolis.

"Paulo Wright não era do Partido. Conversava e se reunia com a gente, tínhamos algumas afinidades, mas ele nunca ingressou no PCB. Dizia que ia com a gente só até certo ponto, depois seguiria seu caminho", recorda Mimo. Um dos trabalhos mais eficazes que ele desenvolveu foi na criação de cooperativas de pesca em todo o litoral catarinense, angariando com isso a antipatia dos atravessadores e industriais pesqueiros, principalmente de Itajaí. Nas eleições de 1962, pela legenda do PSP, obteve 1.744 votos, espalhados por todo o estado, votado em municípios onde nem fez campanha. O PCB, naquele pleito, tinha rompido a aliança que vinha mantendo com o PTB, após uma crise iniciada em Criciúma, onde o trabalhismo vetou a inclusão do comunista Raimundo Verdieri na lista de candidatos à Câmara.

A cassação de Wright foi feita pelos deputados a toque de caixa, sob pressão do 5º Distrito Naval, logo após a visita do embaixador Lincon Gordon ao estado. O americano chegou no dia 27 de abril e foi para Blumenau no início de maio. Na capital foi recebido pelo governador Celso Ramos no palácio Cruz e Sousa e na Agrônômica, inclusive com jantares. Comeu churrasco na UFSC, oferecido pelo reitor João D. Ferreira Lima, visitou o arcebispo Dom Joaquim, palestrou com as autoridades militares, em especial o comandante do 5º Distrito Naval, almirante Murillo Vasco do Vale Gonçalves, e, sigilosamente, com alguns deputados na Assembléia, após a visita oficial ao legislativo. No dia quatro de maio, enquanto Gordon se reunia em Blumenau com os mais importantes empresários de toda a região, chegava na Assembléia um dossiê encaminha-

do pelo distrito naval, forçando a abertura do processo de cassação.

"A Assembléia Legislativa, em sessão de nove do corrente, cassou o mandato do deputado Paulo Stuart Wright, admitindo, à vista da documentação do processo apreciado pela Comissão de Justiça, como participante em atividades subversivas, atentatórias à estabilidade do regime democrático. Essa comissão apreciou processo feito por uma Comissão Especial, e nas sessões de oito e nove o assunto foi exaustivamente ventilado", registrou o jornal *O Estado* em 12 de maio. Wright, com a ajuda de comunistas e religiosos, conseguiu fugir para o México. Retornou mais tarde e passou a atuar na esquerda armada contra o regime, tendo sido preso e morto pelo II Exército, com sede em São Paulo. Seu corpo não foi encontrado até hoje.

João Verzola foi com Mimo para Porto Alegre, depois voltou e cumpriu pena. Caso curioso se deu com Dibo Elias, presidente do Sindicato dos Gráficos de Florianópolis. Nascido a 22 de maio de 1904, morava em São José, e por algum tempo viveu com Alice Backs, tendo um único filho, Pedro Paulo. Trabalhava na gráfica mantida pelo PCB e que funcionou por dez anos, paga pelo ex-governador Aderbal Ramos, que foi o fiador. Dibo foi terceiro-sargento da PM, reformado por arteriosclerose e dotado de estupenda capacidade de trabalho. "Ele não tinha muita politização, mas era o tipo de sujeito que se podia matar que ele não abria a boca para denunciar qualquer companheiro." (Mimo)

Preso e depois de alguns dias solto, não podia atravessar a ponte. Acabou conseguindo alojamento no próprio quartel-general da PM, onde tomava café todas as manhãs e depois saía. Serviu de contato com os poucos comunistas e alguns amigos do Partido que estavam soltos. Eglê Malheiros e Salim Miguel, depois de libertados foram morar no Rio de Janeiro, retornando a Florianópolis no início dos anos 80. Mário Bastos cumpriu pena. E por causa da lista encontrada na casa do secretário estadual Cláudio, pessoas próximas dos comunistas foram molestadas, como Henrique Stodiek, Madeira Neves, Aldo Luz. O desembargador Gallotti foi preso.

Enquanto os comunistas e outros adversários do golpe estavam na cadeia e respondiam a inquéritos, eram realizadas as famosas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, em Florianópolis (18.4) e Blumenau (20.4). Tendo ficado vaga, a presidência da UCE acabou ocupada por Carlos Boabaid Filho. Mais tarde, tanto o edifício como os equipamentos e um veículo foram tomados pelas autoridades. Em meados de

maio chegou a Santa Catarina um grupo de 13 norte-americanos, para dar "assistência" aos Clubes de Trabalho 4-S, junto a filhos de agricultores. No dia primeiro de abril o coronel da reserva do Exército Danilo Klaes assumiu a secretaria da Segurança Pública, no lugar do chefe do PRP no estado, Jade Magalhães.

No início de junho chegou o agente da CIA Peter Francis Costello, ex-chefe de polícia de Nova Iorque e ainda no currículo o cargo de Consultor Regional do Ponto IV na Coréia do Sul. Deu curso de controle de multidões a sargentos e oficiais da PM, o mesmo que havia ministrado em outras dez capitais e cidades brasileiras. Os comunistas foram dispersados. Os que não estavam presos, fugiram.

– “Dona Titina, onde se encontra seu marido? perguntou o capitão.

– Eu não sei, e se soubesse eu não diria – respondeu minha esposa. Eu a menos de um metro de distância sobre suas cabeças ouvia todo aquele diálogo entre o capitão, minha mulher e filha. Terminada a busca, retiraram-se para o jipe levando um monte de jornais e revistas velhas. Para mim foi até bom, pois me limpavam o porão da casa. À noite desci e consertei a porta do barraco. Os livros que eu julgava importantes e gostava de ler já estavam comigo no meu esconderijo.

Entre o telhado e o forro do meu barraco, com um metro de altura, vivi quatro meses. Nos primeiros dois meses minha casa era vigiada pela polícia, mas depois desistiram. Corria tudo relativamente bem, mas o dinheiro acabou-se, não havia o que comer. Eu estava encostado no INPS e resolvi ir lá receber dois meses atrasados. Titina disse-me que eu ia arriscar-me. O perigoso é o trajeto até lá, porque na fila só tem operários e eu tenho confiança neles. Desci pela avenida Mauro Ramos e entrei no INPS da Victor Meirelles. Fui o último da fila de uns dez companheiros. Alguns deles olharam para trás e fizeram um ar de riso. Recebi os cobres e voltei para meu abrigo, sem novidade. Até hoje e nunca ouvi alguém falar que aqueles operários tivessem dito alguma coisa sobre minha presença. Era uma simples e modesta solidariedade que me prestaram. Titina desceu ao açougue do Bida, lá no Banco Redondo, e comprou um pedaço de carne e toucinho para fazer uns bifes enrolados que nós tanto gostamos. Vivi quatro meses naquele abrigo, e poderia viver muito tempo, mas as coisas já estavam melhorando. Os companheiros presos, depois de trinta dias foram soltos. O Partido conseguiu reunir o que sobrou de seus militantes e começou sua primeira tarefa: a defesa dos presos políticos.” (Mimo)

NACIONAL VENTURA

UMA CASA MAIS ESPAÇOSA

Quando foi afastado da direção nacional do PCB por causa de divergências com Prestes e seu “estado-maior”, Ventura teve que procurar emprego para sustentar a família. No jargão pecebista, ele “desceu às bases”, o que na realidade significava estar afastado do núcleo dirigente, do centro das decisões partidárias. Toda a cúpula estava na mais absoluta clandestinidade.

O emprego que havia conseguido no entreposto de pesca, como funcionário do ministério da Agricultura, tinha ido para o espaço em meados de 1945. Durante pouco mais de um ano viveu com vencimentos do próprio Partido. Agora já não podia contar com auxílio. No máximo teria o apoio de Benjamin Soares Cabello, amigo pessoal de Vargas, com quem havia conseguido o cargo de fiscal da pesca anos antes. O mesmo Cabello que no início dos anos 40 providenciara estadia para o ex-deputado e a família no hotel da sogra, bem perto do Catete, no largo do Machado.

Por insistência da esposa Eliza, ele teve que se desfazer da casa na rua Padre Roma, esquina com Francisco Tolentino, número 27 (atual 105), em Florianópolis. Perseguido pela polícia, Ventura não pôde viajar para fechar o negócio. Por isso, foi enviado o filho João, que demorou uns 30 dias na capital catarinense. Com o dinheiro, comprou uma casa numa vila em Ramos, no Rio. O imóvel tinha quarto, sala, banheiro e cozinha.

O novo lar deixou Dona Eliza satisfeita. Bem melhor que as precárias pensões que tinham ocupado. A casa nova era a última na vila, junto ao muro da estrada de ferro Leopoldina. Logo após a mudança, Ventura construiu uma área de serviço, ampliando as dependências, onde instalou oficina com quase todos os tipos de ferramentas existentes, um tanque de lavar roupa e armários. Mais tarde a residência foi desapropriada, para abrir espaço à ampliação da ferrovia.

O filho João, que tinha estudado no Colégio Catarinense, em Florianópolis, graças às economias da mãe, casou-se no dia primeiro de outubro de 1949 e ficou morando também na casa em Ramos. "Eu havia conseguido uma bolsa para estudar no Catarinense, mas na última hora o interventor Nereu Ramos cancelou tudo. Por isso foi difícil concluir o curso de contador", lembra. Vez que outra João passeava pelo largo da Carioca, onde tinha morado em 1934, na pensão sobre uma loja de malas, junto ao cinema Íris. Sempre que podia, ao voltar da escola em Paquetá, assistia a uma sessão.

"Uma vez eu não tinha dinheiro para ir ao cinema e peguei 50 réis emprestados de uma vizinha. Quando papai chegou em casa me deu a maior bronca. E sempre que assobiava quando estava andando pelas ruas, recebia uns beliscões. Ele dizia que isso era coisa para vagabundos." (João) Em 1959 o filho de Ventura foi morar em Curitiba, onde reside até hoje, deixando os pais sozinhos na casa em Ramos.

Para se manter, Álvaro empregou-se como bombeiro hidráulico na construtora Aigner. Também esteve em Petrópolis, exercendo a mesma profissão. Mais tarde passou a trabalhar para o engenheiro gaúcho Prates, um tipo aristocrata, que residia em Copacabana. A morada era de vários andares e no térreo ficava a residência de quase duas dezenas de gatos angorás do engenheiro. Como ele tinha ligações com o Partido, Ventura não encontrou dificuldades. Trabalhou ainda em instalações elétricas e, em casa, vivia enfiado na oficina, sempre fazendo alguma coisa para a própria esposa, ou atendendo encomendas.

Era ali que nos finais de semana, ou à noite, apareciam alguns amigos. Iguatemy Ramos era um deles. Também o visitava Carlos Marighella. "Eles se davam muito bem e meu pai gostava muito do ex-deputado, apesar de ser meio malucão." Gouvêa, o ex-oficial da Aeronáutica com quem, mais Basbaum, havia formado, o trio de tesoureiros do PCB na legalidade, era outro que fazia visitas freqüentes. Nas conversas não entravam assuntos pessoais, como a dificuldade de sobrevivência. Os temas eram sempre políticos.

Em várias ocasiões fizeram balanços do passado recente do Partido. Consideravam que a linha política de união nacional era justa, porque permitia a defesa das conquistas democráticas. Ao mesmo tempo, uma posição realista. "Essa política, entretanto, fracassou em seus objetivos, devido às atitudes vacilantes e contraditórias do PCB na época. O fundo dessa política de vacilações - causa principal de todos os desastres futu-

ros do Partido - foi o fato de colocar sempre em segundo plano os problemas e os interesses nacionais, subordinando-os à política internacional propugnada pela URSS, mas que não tinha aplicação no país." (Basbaum)

Ventura não tinha preferência por nenhum prato. Comia o que houvesse na mesa e ficava satisfeito mesmo que fosse só verduras. Mas comia bem e em grande quantidade. Num desses almoços, final de semana, o assunto voltou à tona. "Quando o PCB mandava o operário 'apertar o cinto' e 'não fazer greves', embora sua situação, com o crescimento da onda inflacionista, se tivesse tornado desesperada, que lhe oferecia o Partido em troca? Nada mais que a 'paz mundial'. E essa 'luta pela paz mundial', tão importante na Europa, mas infelizmente ausente das reivindicações mais sentidas do povo brasileiro, continuou durante muitos anos, pelo menos até 1954, a ser 'a questão central e decisiva da nossa atividade', como se a paz mundial dependesse do Brasil." (Basbaum)

Entre uma garfada e outra comentavam que o PCB apenas repetia "as palavras de ordem da URSS e de outros países socialistas, para os quais a paz era, naquele momento, o próprio problema da sobrevivência". E que se "a política em relação ao proletariado era assim incerta e incapaz de inspirar confiança, em relação à burguesia era igualmente vacilante. Se, por um lado, a condenação das greves e a ordem de apertar o cinto só interessava, ou interessava sobretudo, à burguesia, por outro lado a posição política do PCB e de seus porta-vozes na Constituinte e, a seguir, no Congresso, era totalmente contrária. Quem releu alguns discursos que Prestes pronunciou no Senado na época só poderia deduzir que a união nacional que o PCB preconizava não era uma união com o PCB, mas dentro do PCB". (Basbaum)

Um desses discursos foi feito em junho de 1946. A maior parte é uma exposição sistemática do materialismo histórico, "como se estivesse dando uma aula ou tentando catequizar os seus pares para as idéias marxistas. Nele estuda Prestes os fatores históricos, cita Marx, Engels, Lenin, Stalin e até mesmo Kautsky. A burguesia, porém, não estava disposta a tornar-se marxista e por isso não podia aceitar essa união nacional". O resultado foi o isolamento do Partido das forças da burguesia progressista, que poderia ter-se aliado ao PCB em lutas específicas, o que acabou não acontecendo.

Dona Eliza é que não gostava daqueles ajuntamentos na sua casa. Tinha perdido o primeiro marido por causa destas conspirações e não queria perder o segundo. Ainda mais agora que as perseguições tinham voltado. Pensou muitas vezes em retornar a Florianópolis, onde viviam as filhas e

outros parentes. Cidade onde existiam comunistas, mas em pequena quantidade. Ali, pensava, a repressão era substituída por uma discreta vigilância. Mas desistia de sonhar quando Ventura lhe afirmava, categórico, que ninguém lhe daria emprego. Que seria melhor ficar mesmo no Rio e aguardar as coisas mudarem.

Realmente algumas coisas mudaram. Mas dentro do Partido tudo parecia piorar. Ventura conversava muito sobre isso com os ferroviários da Central do Brasil, os ex-colegas do entreposto de pesca, do sindicato dos estivadores, e com dirigentes intermediários do Partido. Soube que no final dos anos 40 a cúpula dirigente se movimentava e fazia autocritica da linha seguida anteriormente. "Jogado na clandestinidade e tendo seus jornais fechados, seus Comitês Democráticos dissolvidos, seus líderes sindicais afastados pelas intervenções, seus parlamentares cassados, seus militantes perseguidos ferozmente, o PCB começa a perceber sua força e influência diminuir bruscamente. Isso tudo provoca, entre os dirigentes e militantes comunistas, um profundo sentimento de derrota e de descrédito no 'jogo' político da 'democracia burguesa', tendo como consequência uma revisão radical de sua política." (Segatto)

As mudanças promovidas foram expostas no manifesto de janeiro de 1948 e, principalmente, no de agosto de 1950. Ventura leu esses documentos na *Voz Operária*, órgão oficial do PCB que circulava clandestino, com poucos exemplares e impressão precária. O que mais lhe chamou a atenção foi o de agosto. E dentro desse manifesto a proposta de criação da Frente Democrática de Libertação Nacional. Ventura aproveitou um final de semana prolongado para ler com atenção.

Propunha um "governo democrático e popular", com a "substituição da atual ditadura feudal-burguesa" por um "governo revolucionário". No segundo ponto se colocava a favor da "paz e contra a guerra imperialista"; no terceiro, "imediata libertação do Brasil do jugo imperialista", o que implicava a "confiscação e imediata nacionalização de todos os bancos, empresas, indústrias, de serviços públicos, de transporte, de energia elétrica, minas, plantações, etc., pertencentes ao imperialismo. Imediata anulação da dívida externa do Estado e denúncia de todos os acordos e tratados lesivos aos interesses da nação. Imediata expulsão do território nacional de todas as missões militares ianques, de todos os técnicos, agentes e espiões norte-americanos, como de todos os destacamentos militares ianques que ocupam nossa terra".

Sentado na poltrona preferida, Ventura tomou fôlego e leu o que previa o item número quatro. "Pela entrega da terra a quem a trabalha, Confiscação das grandes propriedades latifundiárias com todos os bens móveis e imóveis nelas existentes, sem indenização, e imediata entrega gratuita da terra, máquinas, ferramentas, animais, veículos, etc., aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos os demais trabalhadores agrícolas que queiram se dedicar à agricultura." Álvaro apenas resmungava, achando ilusórias as colocações da direção do PCB.

Achou razoáveis as reivindicações de desenvolvimento independente da economia nacional, liberdades democráticas para o povo, melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras e ampliação da cultura e instrução populares. O último ponto, nove, fez com que ele levantasse e terminasse a leitura em pé: "Por um exército popular de libertação nacional", o que incluía a "expulsão das forças armadas de todos os fascistas e agentes do imperialismo e imediata reintegração em suas fileiras dos militares delas afastados por motivo de sua atividade democrática revolucionária. Livre acesso dos praças de pré ao oficialato de suas respectivas corporações", e, o que deixou o ex-deputado de boca aberta, "armamento geral do povo e reorganização democrática das forças armadas na luta pela libertação nacional e para a defesa da nação contra os ataques do imperialismo e seus agentes no país". (cit. Carone)

Dois meses após o lançamento do *Manifesto de Agosto* realizaram-se eleições para a sucessão do presidente Gaspar Dutra. Vargas volta à cena como candidato pelo PTB, tendo como vice Café Filho, do PSP de Ademar de Barros. A UDN vai com Eduardo Gomes e o PSD lança chapa encabeçada por Cristiano Machado. Os comunistas resolvem votar em branco e custam a crer no resultado eleitoral: 48,7% dos eleitores optam por Vargas, 29,7% pelo brigadeiro udenista e 21,5% por Cristiano Machado, que na última hora viu o PSD mudar o rumo e apoiar o candidato vencedor. Com muito custo o PCB conseguiu eleger Roberto Morena para a Câmara Federal, candidato pela legenda do PRT do Distrito Federal, e Paulo Cavalcanti, por Pernambuco, abrigado no PSD.

"O isolamento a que os comunistas foram relegados pela repressão agravou-se com a atitude de endurecimento e sectarização crescentes do PCB a partir de 1947-48. Tal endurecimento era, por um lado, uma espécie de reação natural (ainda que equivocada) do Partido às hostilidades e perseguições de que era vítima; por

outro lado, acompanhava as mudanças ocorridas no movimento comunista internacional com a criação da Agência de Informação dos Partidos Comunistas (Cominform), que vinha praticamente retomar o papel da extinta Internacional Comunista como centro dirigente dos comunistas de todo o mundo. O Cominform, como se sabe, era fortemente influenciado pelo dogmatismo stalinista, que recrudesceu enormemente naqueles tempos de guerra fria.” (Voz da Unidade - 25.3.1982)

PENDURADOS NO FIO DA LUCIDEZ

Aquele 24 de agosto de 1954 foi diferente. Ventura acordou meio adoentado e Eliza reclamava de dores nas pernas. Os 61 anos de idade começavam a pesar. Sentia que sua constituição física, outrora forte, rígida, com os braços musculosos podendo carregar todo tipo de peso, começava a sofrer o efeito do tempo. Trabalhava desde as primeiras horas da manhã, almoçava, prosseguia à tarde, e depois da janta sempre tinha algum bico para fazer. O que lhe valia naqueles anos eram as habilidades manuais adquiridas na juventude: fazia pão, construía móveis, instalava fossas, redes elétricas, sistemas de água. Se precisasse, dava uma mão para erguer alguma obra. Mas não poderia atuar na estiva, por exemplo, nem mesmo voltar a ser tropeiro.

Apesar de a catarata ter começado a atacar em meados dos anos 50, ainda podia ler. Assim, devorava os jornais que lhe chegavam clandestinamente, a revista *Problemas* e alguns livros de Jorge Amado. Preferia mesmo era escutar rádio. E como sempre fazia logo depois de acordar, ligou o aparelho no início da manhã de 24 de agosto. Foi com espanto que escutou o prefixo de uma edição extraordinária do *Repórter Esso* e em seguida a voz de Herón Domingues anunciando o suicídio de Getúlio Vargas.

Naquele dia Ventura não foi trabalhar. Engoliu um café com bolinhos feitos por Dona Eliza e rumou para o centro do Rio. O comércio e as fábricas estavam com as portas fechadas, os jornais anti-getulistas sendo depredados. “As massas se lançaram à rua, desesperadas e indignadas, dispostas a lavar sangue com sangue. Alguns dos principais instigadores da renúncia e do suicídio, entre os quais o jornalista Carlos Lacerda, acharam melhor desaparecer algum tempo para fugir à ira popular. O mesmo estava acontecendo em outras cidades, principalmente São Paulo e Porto Alegre.” (Basbaum)

As ameaças de depredação chegaram até a sede do ministério da Aeronáutica. “Caminhões de entrega do jornal oposicionista *O Globo* foram queimados pela multidão enfurecida, que se lançou de assalto ao edifício da embaixada dos Estados Unidos.” (Segatto) Enquanto tudo isso acontecia, os comunistas tratavam rapidamente de recolher das bancas a edição daquele dia da *Imprensa Popular*, cuja manchete principal dizia: “Abaixo o Governo de Traição Nacional de Vargas”. Os comunistas gaúchos não tiveram a mesma sorte. A sede do jornal *Tribuna Gaúcha*, editado na capital, foi invadida e depredada por uma turma furiosa. Para Ventura, que tinha dedicado alguns dos melhores anos de sua vida ao Partido, aquilo foi demais. “Pensei que o PCB fosse se evaporar de uma hora para outra.”

Tudo caminhava nessa direção. A atividade sindical dos comunistas, “seguindo a nova orientação do Partido, voltou-se para o combate aos sindicatos oficiais e para a criação de sindicatos ‘paralelos’, na forma de associações. Além do abandono dos sindicatos existentes, a prática golpista dos comunistas em assembleias e reuniões de classe contribuiu também para o isolamento e perda de influência do PCB no movimento sindical, deixando um espaço político que foi ocupado por outras forças”, em especial o trabalhismo getulista.

Na área cultural, a mesma coisa. “O endurecimento do PCB foi ainda mais radical. A relação do Partido com a intelectualidade deteriorou-se rapidamente, provocando o afastamento e até a hostilidade de muitos intelectuais e artistas militantes ou simpatizantes do PCB na época da legalidade. O dogmatismo stalinista então em voga não conseguia conviver com a independência de espírito de homens como Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Sérgio Buarque de Holanda e muitos outros, que passaram a ser insultados como ‘vendidos ao imperialismo e à reação’.” (VU - 25.3.1982)

O PCB só não acabou mesmo por causa da coragem e da abnegação de alguns comunistas. Muitos daqueles militantes de base a quem Álvaro começou a dar assistência no final dos anos 40 passaram a procurá-lo. Não estavam satisfeitos com a orientação partidária, principalmente na área sindical. Tinham medo de contestar a política indicada, de afastamento dos sindicatos existentes. Não queriam ser considerados traidores e, principalmente, sentiam náuseas com a possibilidade de seus nomes verdadeiros serem publicados na *Voz Operária*, pois estariam duplamente expostos. Primeiro perante a própria família, companheiros de traba-

lho, colegas e camaradas, e, segundo, vulneráveis à ação policial. Seus nomes seriam anotados nas fichas e a próxima rede os apanharia.

Ventura não só estimulou os comunistas da velha guarda e alguns novos a ingressar nas entidades sindicais, como teve responsabilidade, discreta é verdade, no aparecimento dos primeiros sintomas de que as coisas iam melhorar para o Partido. Foi nas bases operárias que “as insatisfações primeiro se acumulavam”, onde a aplicação da “linha esbarrava em vários obstáculos. A própria experiência dos militantes acabava indicando a inviabilidade da tática de confronto, de recusa às alianças, de ruptura com a estrutura sindical existente; a massa operária simplesmente não acompanhava o Partido nessa direção. Assim, em 1952, o Comitê Central do PCB resolve realizar um amplo ‘ativo sindical nacional’ e aprova uma resolução que permite, nesta área específica, uma correção de rumos”.

A resolução sindical “sanciona e generaliza o que a prática estava indicando fazer: determina que os comunistas voltem aos sindicatos existentes, recolham as reivindicações próprias dos trabalhadores, formem aliança com as forças atuantes, especialmente os petebistas, e retomem a luta pela sindicalização e pela unidade sindical. É somente a partir dessa correção de rumos que se tornam inteligíveis os sucessos que os comunistas irão obter, numa conjuntura de crise econômica, na direção de grandes greves no período, particularmente a ‘dos 300 mil’, em 1953, em São Paulo”. (Vinhas)

A princípio os comunistas ficam com receio de seguir a nova orientação, que só aos poucos, lentamente, foi sendo colocada em prática. Persistia o “elemento desagregador, pois nossa linha geral continuava a apontar o líder da massa trabalhista como o inimigo principal a combater. Em consequência, os passos dados no caminho da unidade ao nível da luta econômica nas fábricas e nos sindicatos eram anulados ao nível mais elevado e importante da luta política”. (Correa)

Foi em meio a essa decisão que aconteceu o suicídio de Vargas. Mas era irreversível o processo iniciado entre o operariado em geral, particularmente o que estava na esfera de influência dos comunistas. No Rio de Janeiro, em 1954, criou-se o Pacto de Unidade Intersindical, que chegou a abranger cem entidades sindicais, dirigindo uma greve geral contra a carestia, com a participação de cerca de um milhão de trabalhadores. Naquele mesmo ano se realiza a II Conferência Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, da qual resulta a ULTAB e o lançamento da Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Em 1961 chegou a reunir 15 federações e 230 associações municipais.

Outros dois grandes movimentos de massa nos quais os comunistas tiveram participação ativa, principalmente as organizações partidárias de base, foram pela paz e contra a entrada do Brasil na Guerra da Coreia, e a campanha “O Petróleo é Nosso”, reivindicando o monopólio estatal petrolífero. “Estes foram alguns momentos de maturidade que mantiveram boa parte dos comunistas com os pés no chão. Foram o fio de lucidez a manter a capacidade de intervenção na realidade concreta do país”, diria Ventura mais tarde.

Entre os dias sete e 11 de novembro daquele tumultuado ano de 1954 se realizou o IV Congresso do PCB. Por problemas de segurança, Prestes não participou, mas seu informe foi acatado sem contestação, na íntegra. Segundo Basbaum, “o documento foi aprovado em bloco, sem alterar uma vírgula, pois eram ‘ordens de cima’. Os delegados, que aliás não foram eleitos mas escolhidos a dedo entre os mais dóceis, pela direção, traziam das suas bases algumas sugestões e críticas com as quais pensavam ‘melhorar’ o documento, durante a discussão. Mas discussão não houve. Os congressistas foram ‘convencidos’ pelos ‘camaradas dirigentes’, particularmente o Arruda, a não criticar o documento ‘por causa dos delegados estrangeiros’ (...) e foram avisados de que se deviam limitar a saudar e elogiar Prestes, O PCB, o PCUS, Stalin, que havia falecido um ano antes, e ainda Malenkov, que era agora o ‘guia genial dos povos’”.

O mesmo autor, cáustico em suas Memórias, afirma: “Fora o IV Congresso, em suma, uma grande farsa, uma impostura, e revelava assim a verdadeira face dos Arrudas, Graboís, Pomares e Marighellas que infestavam, como pulgas, a direção do Partido, com a inocente convivência de Prestes”. No geral, o congresso ratificou a linha que vinha sendo seguida desde 1948, reforçada com o *Manifesto de Agosto* de 1950. “Apesar disso, algumas mudanças começaram a se manifestar, além da maior flexibilidade no movimento sindical. O PCB reviu também suas posições abstencionistas em relação às eleições legislativas e presidenciais, engajando-se de corpo e alma na campanha de Juscelino Kubitschek (PSD), no pleito de 1955. Era o prenúncio de uma mudança mais radical de orientação que só seria efetivada depois do impacto resultante do XX Congresso do PCUS, em 1956.” (VU - 25.3.1982)

"Às vésperas da realização do Congresso Nacional do PC, o primeiro-secretário regional (PE) foi chamado a São Paulo pela direção nacional. Quando voltou, reunimo-nos para tomar conhecimento das novas medidas de segurança, de outros assuntos políticos, e para saber o dia da viagem para a capital bandeirante. O nosso secretário disse:

- Camaradas, vamos realizar o Congresso Nacional de nosso Partido, mas desde já comunico aos camaradas delegados que não irão participar do Congresso. E, olhando para mim, disse:

- Nem mesmo você. Daqui, somente eu, porque sou o primeiro-secretário.

- Então o Comitê Central não vai realizar um Congresso, mas sim uma farsa de Congresso - retruquei.

- O camarada dá por escrito essa declaração?

- Dou e repito: é uma farsa de Congresso o que a direção nacional vai realizar.

E prossegui: 'Têm razão os camaradas que acham que deve haver substituição nos quadros da direção nacional do Partido, pois eles violam premeditadamente os estatutos, à mercê das vontades dos camaradas Arruda Câmara, Grabois, João Amazonas e Pedro Pomar'. O nosso secretário político perguntou:

- Está criticando a direção nacional do Partido?

- Estou; e pode levar agora mesmo ao conhecimento dela esse fato.

A vontade de participar dos debates do Congresso para levantar certas infrações aos estatutos, de ser realmente o porta-voz dos camaradas que me haviam indicado como delegado, era grande. Mas desgraçadamente, fui colocado perante um fato consumado. O camarada Diógenes de Arruda Câmara era o homem forte do Partido. Usava e abusava dessa posição, colocando tudo à mercê de sua vontade." (Gregório Bezerra)

ARROGÂNCIA DOS DIRIGENTES

No final da tarde de um sábado de julho de 1956 Ventura foi visitado em Ramos por um camarada que trazia um exemplar do *Diário de Notícias*, do Rio. Dona Eliza o recebeu de cara amarrada, mandou que sentasse e foi chamar o marido na pequena oficina dos fundos da casa. O próprio Álvaro fez um café antes de sentar à mesa, na cozinha, para ler com certa dificuldade os termos de um relatório secreto que, segundo o jornal, teria sido feito por Nikita Krushev em fevereiro último, durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética.

Afirmava que os Processos de Moscou haviam sido uma farsa. Di-

zia, por exemplo, que Stalin, com os tais processos, entre os anos de 1936 e 1938, tinha por objetivo "liquidar, um após outro, o antigo partido da revolução e da guerra civil, e seu próprio partido". Foi nessa ocasião que "os bolcheviques mais conhecidos morreram fuzilados, depois de monstruosos processos onde até mesmo seu próprio devotamento, habilmente manipulado por uma inquisição, foi usado para desonrá-los, mediante falsas confissões. Outros, menos célebres, morreram às centenas e milhares, fuzilados sem processo. Os obscuros participantes da revolução, às centenas de milhares, lotam os campos de concentração, enquanto uma constituição dita democrática é outorgada ao país pelo chefe". (Serge)

Entre os atingidos estavam Zinoviev, Kamenev, Rykov e Bukharin, fuzilados, ocorrendo o mesmo com o conhecido herói de Moscou Muralov; Antonov-Ovseenko, que dirigiu o assalto ao palácio de Inverno, desapareceu na prisão; Krylenko, Dybenko, Chliapnikov, Gliebov-Avilov, todos membros do primeiro Conselho dos Comissários do Povo, tiveram idêntico destino, assim como Smilga, que dirigia a frota do Báltico. Estes são apenas alguns exemplos.

O relatório dizia mais. Afirmava que Stalin tinha governado por métodos "criminosos e sangüinários; seu governo, absolutista; sua filosofia, dogmática". E que o grande erro do comunismo soviético estava no "culto à personalidade". Ventura não acreditou no que lia. Achava que era um documento forjado, como outros haviam sido, inclusive no Brasil - o famoso Plano Cohen, criado por Vargas para justificar o golpe que instalou o Estado Novo em 1937. *O Estado de São Paulo* também publicou o mesmo relatório. Mas não foi somente Álvaro Ventura que desacreditou das informações atribuídas a Krushev.

"Durante vários meses a direção do PCB mantém-se em silêncio, evitando tocar no problema", até que no final de julho os delegados brasileiros que haviam participado do XX Congresso do PCUS retornaram ao Brasil. Arruda confirmou a veracidade do relatório, porém a executiva do Comitê Central não reagiu. Só em fins de agosto o CC se reúne para discutir o assunto, sem chegar a nenhuma conclusão. Mas o tema acaba vazando pela imprensa partidária, em especial a *Imprensa Popular* e *Voz Operária*.

"Por sua própria decisão, todos os redatores da *Voz Operária* haviam iniciado a batalha do XX Congresso, à revelia da direção do Partido que teimava em ignorá-lo, por motivos óbvios. Depois de um primeiro

artigo, hoje histórico, do João Batista, um dos redatores, intitulado *A Revolução que Está em Todas as Cabeças*, logo uma enxurrada de artigos de vários membros do Partido começou a chegar à redação do jornal (...). Também na *Imprensa Popular* houve um igual movimento de rebeldia. Para impedir que os rebeldes tomassem conta do jornal, a direção do Partido mobilizou um grupo de camaradas portuários, escolhidos entre os mais fortes e encorpados, os quais invadiram a redação e puseram os rebeldes para fora na base de murros e empurrões.”(Basbaum)

Os dirigentes nacionais do PCB não conseguiram evitar os debates e, no calor das discussões, o CC publicou um documento onde fez uma autocritica. Dizia que “o XX Congresso do PCUS deu grande destaque ao princípio leninista segundo o qual o Partido deve ser dirigido por organismos que funcionem de modo regular e coletivo, acentuando que este princípio havia sido violado na vida do PCUS durante longo período (...). Muito sérias foram as violações da legalidade socialista e o funcionamento democrático do PCUS, tendo havido erros na política interna e externa da URSS, com reflexos no movimento comunista e democrático mundial”.

A falta de democracia interna no próprio PCB foi reconhecida. “As funções do CC eram na prática absorvidas pelo Presidium e pelo Secretariado. O CC não desempenhava plenamente suas verdadeiras funções; não existia ambiente próprio ao exercício da direção coletiva; não existia o clima necessário à livre discussão e à luta de opiniões. O Presidium e o Secretariado do CC tornaram-se órgãos hipertrofiados. Caíram num demasiado afastamento das massas do partido e da vida real, o que determinou o surgimento de elementos de burocratismo em sua atividade. Proliferavam as ordens e diretivas, mesmo para as menores coisas, o que entravava ou impedia a iniciativa dos quadros, dos militantes e dos organismos.”

O documento apontava ainda a existência de excessivo centralismo, junto à “arrogância e à auto-suficiência dos dirigentes, um sistema de mandonismo de cima para baixo, uma disciplina algo militar em vez de disciplina consciente e voluntária, uma falsa e injusta política de quadros, críticas violentas e intempestivas, que criavam um ambiente de intimidação”, e que, entre outras coisas, “levavam ao afastamento muitos quadros e militantes. Tal sistema e tais métodos” – prosseguia o texto oficial – “tolhiam a democracia interna, a liberdade de opinião e de crítica e o desenvolvimento do pensamento criador em todo o Partido”.

Quando leu pela primeira vez o documento distribuído por praticamente toda a estrutura do Partido, Ventura sentiu que as coisas estavam “entrando nos trilhos”. Ficou particularmente interessado na parte final, onde a direção reconhecia que “o dogmatismo tem-nos causado grandes prejuízos, mediante a repetição mecânica de fórmulas teóricas dentro das quais pretendemos enquadrar a realidade brasileira, e através da cópia servil de experiências alheias nem sempre aplicáveis às condições concretas de nosso país. Abdicamos da capacidade de pensar independentemente e do necessário espírito criador. Copiamos literalmente o PCUS em muitas formas de construção do Partido, apesar da extrema diversidade de condições. A aceitação, sem espírito analítico e crítico, das idéias de partidos comunistas de outros países, era comum em nossa atividade”. (VU - 25.3.1982)

Dona Eliza notou que Ventura ficou mais animado depois de ler e discutir com uns poucos companheiros o conteúdo da autocritica. Foi a vez dela começar a ficar preocupada. O marido já tinha 64 anos de idade, estava cansado de trabalhar e atuar na política, mas mantinha acesa a chama rebelde, de revolucionário. Também se preocupava com o filho João, morando em Curitiba e pai de vários filhos. Lembrava ainda das filhas Aida e Iná, casadas e residindo em Florianópolis. Trocavam pouca correspondência.

E o que Dona Eliza temia logo começou a acontecer. Ventura passou a ser cada vez mais procurado e já não tinha tempo para trabalhar na oficina. Para sorte da esposa, Ventura já não era mais o ativista de anos antes, “carregador de piano”, sempre exposto à reação policial, distribuindo panfletos, vendendo jornais, arrecadando dinheiro, organizando comícios. Agora ele se limitava a ser uma espécie de conselheiro. Conversava com os que o procuravam e estimulava a que assumissem responsabilidades na mudança de rumos no PCB.

Nas conversas, ficava sabendo de praticamente tudo o que se passava na cúpula do Partido. Soube, por exemplo, que no episódio da divulgação do relatório do XX Congresso do PCUS, “a posição de Prestes não foi unívoca nem retilínea. Inicialmente perplexo e sem saber o que fazer, foi sendo aos poucos ganhado para a autocritica. Ainda na clandestinidade, ouve em sigilo vários dirigentes que lhe haviam sido levados pelas mãos do Giocondo Dias. Em abril de 1957, exige que a reunião do Comitê Central seja gravada. Logo em seguida, Agildo Barata é expulso. Em agosto, Prestes sai da clandestinidade e de surpresa comparece à reunião

do Comitê Central: é a primeira vez que com ele se reúne desde 1947". (Vinhas)

Nessa reunião são substituídos Arruda, Amazonas, Sergio Holmes e Grabois. Para impedir que o suplente Orlando Pioto assuma, é extinta a "própria figura da suplência", sendo promovidos para seus lugares Giocondo Dias (do levante de Natal, em 35), Mário Alves, Calil Chade e Marighella. Todo esse debate e movimentação internos vão desembocar na *Declaração de Março* de 1958 - ponto de virada na trajetória do PCB, cujas posições vão prevalecer até a nova legalidade, em 1985 - e no V Congresso. Os principais atingidos vão ser Amazonas, Arroio, Pomar, Grabois e Arruda, entre outros.

Afastados da direção no V Congresso, alguns foram cumprir tarefas nos estados. "A partir de 1961, esse grupo e seus seguidores reagem, voltam à carga e intensificam suas críticas à direção do PCB, utilizando como referência o Partido Comunista da China, cujas posições, naquele momento, entravam em choque com as do PCUS. Nesse mesmo ano o PCB realiza uma conferência nacional, aprova novos estatutos, onde altera o nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, sem fazer referências à ditadura do proletariado. O grupo dissidente considera, em coerência com seu passado stalinista, que tais alterações equivaliam ao abandono do marxismo."

No ano seguinte, 1962, os dissidentes organizam uma conferência extraordinária, elegendo um novo Comitê Central, mantendo o nome do Partido Comunista do Brasil - PC do B, com um programa semelhante ao *Manifesto de Agosto* de 1950 e do IV Congresso de 1954 do PCB. "Na verdade o grupo cria um novo partido, que tem por objetivo a implantação do que chamam de 'governo popular', através da 'luta armada'. No mês seguinte começam a reeditar o velho jornal *A Classe Operária*, sob a direção de Maurício Grabois e Pedro Pomar, e (re)iniciam a recuperação do dogmatismo stalinista, agora colocando como figura central do seu culto político a de Mao Tsé-Tung." (Segatto)

O trecho final da *Declaração de Março* dizia: "Para que os comunistas possam cumprir sua importante tarefa, devem estar a serviço das massas e lançar-se decididamente à atividade junto às massas. Ao invés de se voltarem apenas para o trabalho interno do Partido, precisam dedicar o fundamental de suas energias à atuação legal nas organizações de massas e aí exercer uma função eminentemente construtiva. É indispensável, por conseguinte, tomar medidas adequadas para que o maior nú-

mero possível de quadros, militantes e dirigentes realizem atividades legais entre as massas". (VU - 25.3.1982) Dos 200 mil filiados no período da legalidade, o PCB contava naqueles dias cerca de sete mil militantes.

O V Congresso foi realizado em setembro de 1960, na legalidade de fato. Os comunistas admitem pela primeira vez "a idéia de que a revolução brasileira 'pode ter aspectos particulares' em relação a outras revoluções vitoriosas e considera tarefas fundamentais a 'conquista da emancipação do país do domínio imperialista e a eliminação da estrutura agrária atrasada, assim como o estabelecimento de amplas liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares'". Aponta a contradição principal como sendo entre a Nação e o imperialismo, e "entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra".

Acredita ainda que "não há no país condições para transformações socialistas imediatas, e que ela não exige solução radical na 'atual etapa histórica'. Por outro lado, reconhece ser viável a obtenção de um conjunto de reformas econômicas e políticas ainda 'nos quadros do atual regime', desde que ligadas à luta das massas e através de uma política de frente única. O documento estabelece uma correlação entre a consolidação do regime democrático e a organização de partidos políticos, sem obstáculos de qualquer espécie, incluindo-se aí a própria legalização do PCB, e a participação na vida política do conjunto das classes subalternas". (Vinhas)

"O estafeta ouvira um dos trechos de minha palestra e, puxando-me para um lado, me segredou:

- Camarada, você está completamente errado afirmando ser provocação o relatório de Krushev. Acabo de avistar-me com um dos membros da delegação do Comitê Central que esteve em Moscou e que afirma ser autêntica a versão divulgada pelo O Estado de São Paulo. Como militante, constrange-me ver você - um membro do Comitê Central - a sustentar uma tese tão falsa. Não há mais dúvida: o relatório é verdadeiro! E o que é mais trágico ainda: ele não é toda a verdade! Há outras coisas muito piores.

Senti uma dor no estômago, percebi que a vista estava-me escurecendo e, com náuseas, tive uma vontade irresistível de vomitar. O choque era tremendo. Desmoronavam-se, de um golpe, velhos sonhos e ilusões que enchiam, há mais de 20 anos, toda a minha imaginação de admirador entusiasta e incondicional de Stalin e daquilo que eu supunha ser sua grandiosa obra. Se o que o relatório Krushev dizia era verdadeiro, era preciso e indispensável uma revisão completa de tudo o que havíamos feito e

vínhamos fazendo e dizendo. Desde logo era preciso analisar profundamente as causas que levaram o grande PCUS a todos aqueles erros e crimes. Pesquisar essas causas e afastá-las corajosamente. No PCB tinha-se generalizado e criado raízes profundas o culto à personalidade de Stalin, e o PCUS era um exemplo de organização perfeita, a cuja imagem e semelhança nós devíamos plasmar o PCB.

Generalizara-se, entre nós, uma formulação inteiramente falsa do ponto de vista teórico e doutrinário, e nós sabíamos que tal formulação não era adotada e praticada apenas pelo Partido Comunista no Brasil, ela passara a ser uma orientação para quase todos os partidos comunistas do mundo, com exceção única, talvez, do PC da Iugoslávia." (Agildo Barata)

PRESTES NÃO FOI REVOLUCIONÁRIO

No final de 1979 três jornalistas ligados ao PCB catarinense foram até uma residência na Armação, Sul da ilha de Santa Catarina, bem próximo da igreja erguida em 1772. Bateram na porta de uma casa de madeira, construída recentemente. Foram atendidos por um senhor que usava bengala, tinha a barba por fazer e apertava as pálpebras quando olhava fixamente para alguma coisa. Feitas as apresentações, o homem mandou que sentassem, apagou o fogão onde cozinhava alguns alimentos e se acomodou num banquinho. Morava só. Seu nome: Álvaro Ventura.

Desde que a esposa morrera, em 1969, tinha retornado à terra natal. Primeiro morou em Coqueiros. Depois foi para a Armação. As duas casas pertenciam ao grão-mestre da maçonaria catarinense, Rubens Lira, casado com uma das filhas de Dona Eliza, Aida. Sentia o peso dos 86 anos de idade. As cataratas o impediam de enxergar direito e por isso não conseguia lavar adequadamente as panelas e pratos. Daí as constantes intoxicações alimentares de que era vítima.

Quando podia, pegava o ônibus e ia ao Centro. Passeava pelo antigo bairro da Figueira, olhava a sede que tinha ajudado a construir para o Sindicato da Estiva, cujo prédio ainda existe.

O terreno havia sido conseguido por seu irmão, João Bernardo, bastante ligado ao então governador Hercílio Luz. A chácara de Max Müller desaparecera, assim como a enorme propriedade de Colombo Pires. Estavam aterrados os diversos trapiches do Hoepcke, do Depósito Ganzo, do Lloyd. Do antigo depósito de carvão de pedra restava apenas a chaminé, e a estação meteorológica tinha desaparecido.

Também notava a ausência das fábricas de gasosa e de azulejos, do depósito de Orlando Damiani, do Clube 13 de Maio. Passou algumas vezes pela frente da casa nº 514, na esquina das ruas Bento Gonçalves (antigo Beco do Segredo) com Francisco Tolentino, onde foi fundado o Figueirense Futebol Clube. Caminhava pelo aterro e um dia parou no local onde, anos atrás, tinha enfrentado um "grupo de vagabundos a mando dos reacionários que não gostavam de minha atuação sindical". Com as costas da pesada mão direita, esbofetou o primeiro, que caiu no mar, e deixou outros dois no chão. O quarto correu, apavorado.

Mas gostava mesmo era de frequentar o Mercado Público. Ali reencontrava velhos amigos. E notava que alguns antigos policiais o olhavam assustados, como se estivessem vendo um fantasma. Batia ponto na loja A Exposição, da enteada Aida e seu marido Rubens Lira, na rua Felipe Schmidt. Quando retornava, ia para a oficina. E nas horas de folga fazia serviços na casa. Quando, certa vez, precisou abrir uma fossa, contratou um trabalhador da Armação, mas, impaciente com a pouca prática, acabou ele próprio executando o serviço. Por causa da idade avançada, ficou fora da Operação Barriga Verde, em 1975, onde 42 comunistas do estado foram presos.

- O que vocês desejam? Perguntou ele aos jornalistas do Partido naquele final de 1979.

Queriam uma entrevista para ser publicada num periódico que os comunistas editavam na capital. Ligado o gravador, Ventura não poupou o verbo. Num estilo direto e informal, dirigiu pesadas críticas a Luís Carlos Prestes, ainda o secretário-geral do PCB, no exílio, aguardado por aqueles dias no Brasil, com a decretação da anistia. Ventura falou durante cerca de três horas. Fazia pequenas paradas para tomar um copo de água, ou então servia café aos visitantes.

Ventura perdeu tempo. A entrevista jamais foi publicada. O texto do depoimento foi enviado ao Comitê Central, em São Paulo, onde seriam "atualizados alguns dados". Nunca mais retornou a Florianópolis e deve estar perdido nos escaninhos de algum burocrata dirigente daquele tempo. De qualquer modo, a presença de Ventura na Armação acabou provocando uma romaria de repórteres ao local. Primeiro foram Nelson Rolim de Moura e Laudelino José Sardá, acompanhados do fotógrafo Lourival Bento. Depois Paulo Prado com Tarcísio Matos na fotografia. A repórter de TV Anita Bittencourt, neta do professor Martins, gravou um especial com ele. As respostas saíram em *O Estado* (1979 e 1981) e as gravações, na antiga *TV Cultura*.

A todos repetiu quase as mesmas colocações. Lembrou da última

prisão, no início dos anos 60. Ainda estava no Rio quando recebeu uma visita de um emissário de Prestes. Queria que Ventura o acompanhasse num comício que ia realizar em Florianópolis. Quando caminhava com o dirigente máximo do PCB para a praça da Bandeira, onde haveria o ato público, disse: "Deixei claro a ele que pretendia fazer uma autocrítica, já que em certas ocasiões tive posições extremadas por injunções do Partido. No meio de tanta gente alguém ouviu a conversa e me dedou à polícia que, àquela altura, pensou que minha autocrítica se resumia a uma crítica ao governo".

- O senhor sempre foi favorável à legalidade do PCB e nesse instante Luís Carlos Prestes tenta legalizar o Partido. Como o senhor vê esta tentativa?

Ventura pensou alguns instantes, certamente medindo as palavras.

- Ele quer é influir de novo no país. Se aceitarem a influência da burguesia, do capitalismo imperialista, vão conseguir. E isso não vai me espantar. Prestes é descendente de burguês e não de trabalhador. Ele deu muitas demonstrações de burguês. Aceitou a imposição dos militares e sempre se curvou quando tinha a minoria. Diante da maioria eu aceitaria certas posições, princípios, mas jamais injunções. Eu não ficaria calado, mas Prestes ficou. Prestes compartilha, acompanha. Hoje, para se manter na Rússia, Prestes é conivente com tudo e é apresentado como o líder do Partido Comunista.

Álvaro fez nova parada, tomou água, forçou a memória.

- Isto não é justo. Prestes não foi um revolucionário. Teve as armas nas mãos durante a Coluna. Ele melhorou alguma coisa no campo? Induziu o trabalhador a lutar por suas terras? Não. Não fez nada.

A pergunta seguinte parecia inevitável: "O PCB tinha mesmo ligações com a Rússia?"

- Não tínhamos ligações ou orientação da Rússia. Isso foi um pretexto para impedir que o Partido Comunista fosse legalizado. Vivíamos numa miséria incrível e muitos até nem tinham sapatos para calçar. Lutávamos pelo Brasil, com o espírito nacionalista. O Partido Comunista nasceu no Brasil no meio dos trabalhadores. Não tínhamos propriamente uma ideologia apegada à da Rússia, porque entendíamos que cada país deveria viver a sua realidade. Eu entendia que para o mundo aderir totalmente ao comunismo seria necessário que primeiro todos os países fossem socializados. Um país não pode partir para o comunismo sem antes socializar seus homens. A ideologia comunista está intrínseca na socie-

dade, onde todos pensam e lutam em defesa da classe, do homem. O socialismo capitalista da Suécia, da Iugoslávia, jamais dará chance à formação do comunismo, porque sempre há a defesa da minoria burguesa. No Brasil, com este princípio, fomos sempre jogados contra a massa através de publicidades falsas que anunciavam que estaríamos recebendo ouro de Moscou. Éramos pobres. Tenho até hoje um terno que me arrumaram para poder ir à Câmara Federal na qualidade de deputado.

Por causa de posições dessa natureza, defendidas com ardor nos tempos difíceis do PCB na década de 50, Álvaro ganhou o apelido de Nacional Ventura. Foi a fórmula maldosa que o "estado-maior" de Prestes encontrou para "queimar" o ex-deputado. "O Álvaro era considerado um 'obreirista', só porque dava muito valor ao operário. Por causa disso o pessoal do CC não gostava muito dele." (Mimo) Outra pergunta inevitável nas entrevistas que Álvaro deu naquele ano foi em relação à participação dos comunistas no governo João Goulart.

- Eu voltei a lutar contra o Partido por apoiar João Goulart - disse, pausadamente, descarregando em seguida: - Para mim ele era um traidor. Ele e Leonel Brizola, que havia criado o Grupo dos Onze também para destruir o Partido. Como comunista eu não poderia aceitar aquilo, ainda mais que eu lutava pela legalidade do PCB. Brizola, quando criou o Grupo dos Onze, foi para descobrir os comunistas dentro do funcionalismo público. Era onde esses grupos existiam de maneira mais acentuada, por pressões do governo. O resultado é que a pequena burguesia foi acoimada de extremista e participante do Partido Comunista. O objetivo era afastá-los do PCB e apresentá-los como revolucionários. Agora Brizola se apresenta até como chefe do Partido Trabalhista.

Nova parada para recuperar o fôlego, disparando depois:

- Nunca me constou que ele tenha sido chefe do Partido Trabalhista, porque nunca foi. Brizola nunca foi eleito pelos trabalhistas. No Rio Grande do Sul trabalhismo não tinha tanta influência. Brizola sempre foi eleito pelo funcionalismo público e sabe-se que no Rio Grande do Sul o povo sempre foi muito influenciado pelo governo. Os trabalhadores naquele estado sempre foram bem pagos. A burguesia mais ladina do mundo foi a alemã, que soube tratar bem o trabalhador, apesar de explorá-lo. No Rio Grande o capitalismo se instalou partindo dos alemães, mantendo seu jugo com habilidade, pagando bem. Aqui no vale do Itajaí e em Joinville, os imigrantes alemães souberam sempre atender os trabalhadores. Seus pedidos sempre foram acatados e eles tiveram casa, terreno,

vencimentos razoáveis. Com isso minimizavam a situação do trabalhador.

- João Goulart tentou nacionalizar nossa economia?

- Quem? João Goulart? Ele tentou sim, mas sempre com as sacolas dos imperialistas nas mãos. Houve alguma lei de Goulart sobre a questão rural? É claro que as multinacionais vieram com o golpe de 64, mas Goulart é culpado por ter cedido. Por que ele não reagiu? Tanto Brizola como Goulart foram internados no Uruguai com salários. Brizola recebia dois mil dólares por mês. Eles criaram condições para ceder. Hoje os generais agüentam mais, é claro, porque estão apoiados nas armas. Goulart, todavia, fez provocações ao realizar comícios progressistas em frente de quartéis-generais, insuflando os militares. Aquilo eu vi como um insulto às forças armadas e, sinceramente, não aceitei.

A última pergunta deixou Ventura mais à vontade. O repórter queria saber "como o senhor vê o processo revolucionário atual.

- Depois de uma experiência muito sofrida, cheguei a esta conclusão: a revolução se processa não por meio da violência e nem pela vontade de grupos políticos, mas pelo desejo do povo. Agora os detentores do poder usam diversos meios para influenciar e afastar os próprios brasileiros. Assim querem a glória de serem os propulsores do progresso do país. Existe uma corrente de nacionalistas que buscam um desenvolvimento independente, mas o imperialismo encosta seus testas-de-ferro e faz com que o governo opte pelo capitalismo estrangeiro. E aí está a proliferação das multinacionais, entorpecendo e criando uma situação muito mais difícil para se libertar do imperialismo. Se nós quisermos amanhã levantar a bandeira da independência econômica, não dará mais, porque as multinacionais vão se opor profundamente para impedir isso. Se o Brasil quiser interromper esta dependência, negar-se a pagar os juros da dívida externa, impedir o abuso das multinacionais, o povo passará a se interessar mais pelo país, pois verá que as terras serão suas e que terão mais lucros. Então aí vamos lutar com unhas e dentes, como dizia Lenin.

- O senhor gostaria de dizer mais alguma coisa?

- Quero viver para ver a história até onde vai. Quero ver o que se passa na vida, como se processa a vida, como acontece o desenvolvimento da vida e isto é a coisa mais importante do mundo. Com o que tiver, o que importa é viver.

"(...) Reunidos pela primeira vez desde o seu retorno

ao país, ocorrido após a decretação da anistia parcial em dezembro do ano passado, os dirigentes nacionais dos comunistas resolveram, no último final de semana, em São Paulo, declarar vago o cargo de secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, até então ocupado por Luís Carlos Prestes (...). O ex-secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes, que desde 1943 ocupava o cargo, tendo sido eleito na famosa Conferência da Mantiqueira, não foi reconduzido por não ter atendido a várias convocações do órgão dirigente máximo para discussões, em que configurava, na prática, a 'vacância do cargo', agora formalizada.

Como se sabe, essa situação derivava da violenta batalha ideológica e política desencadeada entre os comunistas, cujo ponto de inflexão foi a publicação, em abril passado, da 'Carta aos Comunistas', na qual Prestes faz várias acusações ao Comitê Central (...)." (VU - 5.1980)

O QUE EU ACHO DA GREVE?

Como sempre fazia, Dona Aida levou alimentos e principalmente frutas para Álvaro Ventura, na casa de praia da Armação. Ao chegar, notou que as cataratas tinham aumentado e ele quase não enxergava mais nada. Por isso ficava a maior parte do tempo sentado, apoiando as mãos cruzadas sobre a bengala, ora pensando ou então batendo papo com vizinhos que vez ou outra apareciam. Escutava rádio. Gostava de programas com participação dos ouvintes e oferecimentos musicais. Estava assim porque já não conseguia cozinhar e por isso andava comendo pouco. Algum conhecido ou mesmo a enteada e um ou outro parente às vezes faziam comida, guardada na geladeira. Era só esquentar. Mas até para isso ele já estava com dificuldades. Assim que retornou à sua residência na rua Monsenhor Topp, no centro da capital, Dona Aida telefonou para Curitiba. Pediu ao filho de Álvaro, João Ventura, que viesse buscá-lo imediatamente. Se continuasse assim, não duraria muito tempo. Já nem lavava mais direito os pratos e as panelas.

João não perdeu tempo. O outono estava terminando e o inverno se anunciava rigoroso e úmido. Ventura resistiu um pouco em deixar a Armação. Gostava da vida próxima ao mar. Batia mais forte o coração de marítimo. Ali sempre ganhava uns peixes frescos, assava tainhas com ovas, fritava pescadinha ou anchova, tinha predileção por uma caranha. Com as garoupas que lhe traziam fazia caldos e adorava o ensopado de pijareva.

- Mas nem isso o senhor pode fazer agora, papai - argumentou João Ventura. Ele resmungou, gesticulou um pouco, mas acabou concordando. Foi de avião para Curitiba, onde chegou em cerca de vinte minutos. Instalado na residência do filho, acompanhou as ligações telefônicas. O primeiro a saber da situação do velho Ventura foi o artista plástico comunista Expedito Rocha, que imediatamente comunicou à direção do PCB em Santa Catarina e ao Comitê Central, sediado em São Paulo. Uma verdadeira operação foi montada para auxiliar o antigo militante do Partido.

Na capital paulista se mobilizaram os dirigentes Régis Fratti e Salomão Malina. Em pouco tempo já tinham feito os devidos contatos com o Partido Comunista da União Soviética, para que Álvaro fosse levado a Moscou para tratamento e cirurgia das cataratas. Santa Catarina ficaria responsável por acompanhar o ex-deputado até lá, sendo aproveitada a ida dos estudantes Rogério Figueiredo e Nildo José Martins, escalados desde o início daquele ano de 1982 para um curso de seis meses no Instituto Lenin. Em meados de agosto os três partiram.

Do Rio de Janeiro tomaram um avião até o Peru. Na cidade de Lima permaneceram algumas horas, aguardando o vôo da Aeroflot que os levaria a Lisboa. A primeira coisa que Ventura fez foi escolher uma janela, pois queria ver como eram as coisas lá de cima. Quando o avião da empresa soviética decolou, Álvaro sentiu uma sensação estranha na barriga, o corpo pressionado contra o banco.

Pensou em seus familiares. A mãe, Dona Jesuína, tinha morrido em 1937. Ele estava preso em São José, aguardando a ida para as prisões cariocas. Foi lá que soube do internamento de Dona Jesuína, em estado grave. Tentou uma licença para visitá-la no hospital, em Florianópolis, "mas aquele interventor de papo amarelo não deixou". Só quando ela faleceu e estava sendo velada é que veio um recado de Nereu Ramos: poderia acompanhar o enterro. "Agora não quero. Preferia tê-la beijado viva." O mais estranho é que um dia, sentado na cela, caiu uma pedra no chão. De onde veio, Ventura nunca soube. Pela pequena clarabóia seria impossível alguém jogar. Mais tarde soube que Dona Jesuína tinha falecido naquele mesmo instante do aparecimento da pedra. Esse episódio ficou gravado na memória até o final da vida.

Lembrou dos atritos que tinha com a esposa, Dona Eliza, e do verdadeiro pavor que ela nutria da militância política. E da força que fazia para que o filho João não entrasse no Partido Comunista. Morreu com

esclerose múltipla nas pernas. Já nem podia andar naquele ano de 1969. João, coitado, fez concurso para exator de rendas federais, passou, mas não era chamado nunca. Até que um dia resolveu ir a Brasília, cobrar do ministro. Mas na manhã seguinte a sua chegada no Distrito Federal, veio o golpe de 64. Sobrenome Ventura não entrava no governo. Perseguição que foi ampliada para outros parentes de Álvaro, os quais no final da década de 30 e principalmente nos anos 40 foram levados a excluir este sobrenome, preferindo outros, como Soares.

As lutas na estiva, em Florianópolis, também vieram à memória. Houve um tempo em que os embarcados nos navios faziam eles próprios o desembarque das mercadorias. Álvaro, vários de seus irmãos e parentes, e outros, lutaram para que este serviço fosse feito por pessoal de terra. A batalha foi vencida e passaram a existir estivadores terrestres e estivadores marítimos. Lembrou da casa em Ramos, de Rubens Lira, com quem se dava muito bem, parceiro de longas conversas.

Suas reflexões e lembranças eram interrompidas pelo serviço de bordo. Até há bem pouco tempo teria comido umas três daquelas bandejas servidas pelas aeromoças. Mas agora uma era suficiente. Em Lisboa, Álvaro, Rogério e Nildo ficaram num hotel velho, de um bem situado membro do Partido Comunista Português. Nildo Martins é que lhe dava os banhos diários numa antiga banheira, ajudava a secar e vestir. Só depois é que os dois estudantes saíam para providenciar os documentos da viagem a Moscou.

Da sua janelinha no avião Álvaro ficou deslumbrado com a enorme quantidade de pequenos lagos e lagoas existentes nas imediações da capital soviética. Era a primeira vez que chegava ali. Tinha recusado vários convites nesse sentido, para participar de eventos, fazer cursos. Nunca aceitara. Desde o tempo de secretário-geral do PCB vinha notando as mudanças que sofriam os camaradas no retorno dessas viagens, nem sempre positivas. Achava mesmo um absurdo esses cursos no Instituto Lenin. "Mais um motivo para a turma do CC me chamar de Nacional Ventura", pensou.

Em Moscou, foi direto para um hotel, nos arredores da cidade, destinado exclusivamente a dirigentes comunistas estrangeiros. Enquanto era conduzido em automóvel, apreciou as largas avenidas e os bosques a cada dois ou três quilômetros. Logo que chegou no quarto tomou um banho e foi dormir. Estava cansado, reclamava de dor nas pernas. Dois dias depois vieram lhe buscar para conhecer a cidade. A pé ou de carro

percorreu as praças Vermelha, da Revolução e a do 50º Aniversário de Outubro. Colheu uma flor no Jardim Alexandrovski e viu algumas pessoas com caniços na beira do rio Moscou, limpo, por onde passavam regularmente embarcações de médio e pequeno porte.

Visitou o edifício do Conselho de Ministros, erguido entre os anos de 1776 - 1787, sede do governo desde 1918 e onde Lenin morou, no segundo piso, durante cinco anos. Mesmo enxergando pouco, observou maravilhado o salão onde se realizavam os Plenos do Comitê Central do PC Soviético. Depois foi ao Museu Lenin, ao Kremlin - antiga residência da família imperial russa, obra iniciada em 1839 e concluída dez anos depois. Também esteve no mausoléu de Lenin. Ali, um dia, repousara o corpo de Stalin, mas já tinha sido retirado e colocado em cova comum. Percorreu o metrô, galerias, conversou com operários em sindicatos, foi até as fazendas coletivas.

Só depois de quase uma semana de passeios e contatos é que sofreu a cirurgia dos olhos, após uma bateria de exames. Na casa de saúde em que permaneceu, logo chamou a atenção. Brincalhão, conversador, fazia com que se formassem rodinhas em torno para contar e ouvir histórias. Só a presença naquela cidade o tinha remojado. Os dois estudantes, não viu mais desde que ali chegara. E agora, recauchutado, como dizia, estava chegando a hora de retornar. Uns latino-americanos e um aluno brasileiro, recém-formados na Universidade Patrice Lumumba, seriam seus acompanhantes.

De volta a Curitiba, restabelecido e podendo enxergar melhor, foi morar com o filho João. Mais tarde ganhou um quarto na casa do neto mais velho, Roberto Brumow Ventura, na rua Palermo, 144, bairro Cascatinha. Ali voltaria às manchetes dos jornais. Num dia em que a esposa do neto, Walquíria, chegou em casa com os filhos, foi abordada por ladrões que entraram com arma nas mãos dispostos a roubar. Ventura avançou sobre eles com a bengala em punho, quase provocando risos nos bandidos. Mas criou tanto tumulto que os vizinhos, alertados, chamaram a polícia. Os assaltantes foram presos e em seguida chegaram os repórteres. A façanha ganhou as páginas e microfones de Curitiba.

Só então é que Álvaro Ventura procurou o INPS para conseguir a aposentadoria. Em novembro de 1983 recebeu Cr\$ 64.418,00 (salário mínimo era Cr\$ 57.120,00). Dois anos depois, em novembro de 1985, sacou Cr\$ 567.228 (mínimo Cr\$ 600.000). Em março de 1987 retirou do Banco Econômico, em Curitiba, Cz\$ 723,60 (mínimo valia Cz\$ 964,80).

E assim ia se virando. Não reclamava de nada, pois além de casa, comida e roupa lavada, tinha as atenções do filho, dos netos, e adorava brincar com os bisnetos.

Muitas homenagens lhe proporcionaram os camaradas. Enquanto estava em Moscou, o jornal *Voz da Unidade*, no qual seu nome figurava no expediente como o representante em Santa Catarina, publicou matéria. "Nos seus 89 anos de idade, muita lucidez e espírito de combatividade povoam a consciência de Álvaro Ventura, que este ano completa 47 anos de militância no PCB, em prol da emancipação do povo brasileiro. Natural de Florianópolis, participou dos mais significativos movimentos revolucionários que marcaram a história política do país."

Na mesma edição do jornal oficial do PCB (VU - 2.9.1982), era publicada uma declaração tomada de Ventura antes de sua viagem a Moscou. Falava da campanha de Jaison Barreto para o governo do estado. "Em Santa Catarina, o povo está muito empolgado com as eleições de novembro, pois é uma forma de participação popular no processo de decisão que sempre o relegou. Mesmo com a realização das eleições, devemos ter claro que a democracia ainda será conquistada pelo povo, com muita luta e muito sofrimento. Por isso o povo está consciente e preparado para votar, mesmo que a cédula do governo dificulte e seja aprovada por decurso de prazo, no candidato da frente democrática que, em Santa Catarina, saberá responder às necessidades da população."

As colocações de Álvaro foram feitas na sede do jornal em São Paulo e publicadas propositadamente enquanto ele estava na URSS, para despistar a reação. Disse na oportunidade que um de seus mais ardorosos desejos era estar naquela redação. Acrescentou que a *Voz da Unidade* continuava "levantando problemas sérios" e tinha "avançado muito no sentido da unidade nacional". Sobre a atuação do PCB, disse ser "esta a fase mais séria por que passa o Partido, desde 1949 para cá, quando lhe foi imposta uma ilegalidade absoluta. Este movimento foi provocado pela nova concepção que o PCB aceitou nesta época de transição para a legalidade".

Outra homenagem foi no dia 12 de outubro de 1984. Com esta, ele ficou "profundamente emocionado", e algumas lágrimas escaparam dos olhos. Aconteceu em Paranaguá, foi feita por estivadores. A placa que ele recebeu, em metal, trabalhada e feita pela Relojoaria Rubi, transmitia "o orgulho e apreço dos companheiros de ter a honra de contar em suas fileiras com tão magnífica figura. Homenagem e reconhecimento da Diretoria e Associados do Sindicato dos Estivadores".

A emoção foi grande. Como havia sido no dia sete daquele mesmo outubro de 1984, numa recepção no restaurante e churrascaria Galo, em Curitiba, com a presença de umas 200 pessoas. Dali a alguns dias completaria 91 anos de idade. "Ventura foi saudado por Expedito Rocha que, em nome da Comissão Estadual pela Legalidade do PCB no Paraná, destacou a militância de Álvaro Ventura no seio da classe operária. Ao agradecer, emocionado, Ventura afirmou que compartilhava aquela festa com todos os trabalhadores e operários brasileiros, encerrando com um 'Viva o Partido Comunista Brasileiro'."

Givaldo Siqueira, representando a direção nacional, falou em seguida. Depois o vereador José Maria Correia, do PMDB de Curitiba, lembrou que "homens como Ventura é que impulsionam os jovens a lutar por justiça social". O ex-deputado chorou quando lhe foi oferecido um ramalhete de flores por Liliana Biermann Silveira, que naquele dia completava nove anos de idade. A festa também serviu para o lançamento oficial da campanha de assinaturas da *Voz da Unidade* do Paraná.

Quando pensou que poderia descansar um pouco e unicamente curtir os bisnetos, Álvaro foi novamente procurado, em meados de 1985. Expedito Rocha, de quem se tornou grande amigo, pediu que ele participasse, como pudesse, da campanha para a prefeitura da capital, com o PCB recentemente legalizado. Apesar da família não ter gostado da proposta, aceitou. Ele voltou a repetir a dose em 86, nas eleições para o legislativo e o executivo. Gravou um depoimento em vídeo para o horário eleitoral. E em fita cassete para o rádio. Também participou de comício público em Toledo, interior do Paraná.

Depois disso a saúde começou a complicar-se. Caminhava com dificuldades e precisava de ajuda até mesmo para fazer as necessidades fisiológicas. Tanto insistiu, que a família acabou concordando em encaminhá-lo para a Casa de Repouso Santa Cruz, entre Barreirinha e Santa Cândida, bairros da capital paranaense.

Mantendo um velho hábito, logo fez amizades, visitava os quartos dos pacientes, animava-os, contava piadas, emprestava jornais e revistas. Na sala de recreação embaralhava as cartas, sintonizava a emissora na hora do noticiário ou de algum programa de música. Nunca estava sozinho. Liderava também os passeios entre o verde das imediações, nos dias de sol, quando apresentava alguma melhora.

Foi apanhado pelo inverno de 1989 em cheio, sendo internado às pressas num hospital no início de julho.

Ali sua última participação política: os médicos, que esta-

vam para entrar em greve, resolveram primeiro buscar a adesão dos pacientes. E começaram pelo mais velho, justamente Álvaro Ventura.

- O que eu acho da greve? Vocês já deviam ter começado. Os colegas de vocês estão parados. E vocês, o que estão fazendo aqui que não se mobilizam?

No dia 10 de julho de 1989, final da tarde, deu o último suspiro, com quase 96 anos de idade. Está enterrado no cemitério Santa Cândida.

"Moscow, 27 de Agosto de 1982.

Prezado Filho:

Só hoje é que tive uma folga para ir às clínicas para os exames de sangue, urina, limpeza de audição, vista, com bons resultados na audição. Na vista tenho que ir a um hospital especial que não sei onde é. Tenho que passar uns dias nas termas em outro estado, longe da capital, cujas águas são especiais para reumatismo.

Hoje fui passear na Praça Vermelha. No túmulo de Lenine tinha tanta gente de outros países e daqui que parecia uma grande procissão. E abrigava muitos casais com seus sonhos de noivados, coroas, parecia que celebravam mais de 20 noivados.

João, eu não tive nenhuma dificuldade na viagem até aqui, pois eram doze companheiros estudantes, alguns para estudos especiais! Hoje também visitei a Universidade, onde estudam 1.700 jovens de todo o mundo, parece uma Babilônia. Conversei com espanhóis, cubanos, africanos, argentinos, uruguaios, paraguaios, chilenos, peruanos. Formaram uma roda em torno de mim que chamou a atenção de uma multidão enorme. Minha intérprete e guia é uma russa de 20 anos que acaba de chegar neste instante aqui num grande hotel onde moram muitos dirigentes do Partido e altos funcionários. Eu estou ocupando sozinho um apartamento, com televisão, rádio, telefone, e sou servido sem ser necessário.

A sala das refeições, que tem mais de cem metros de comprimento por vinte de largura, com um luxo e profusão de luzes admiráveis.

Enfim, estou sendo tratado como um alto dignitário, com carro do Estado à minha disposição. Enfim eu realizei meus sonhos, visitei o túmulo de Lenin e rezei uma prece por seu grande espírito de fraternidade e paz; estou feliz pelo sacrifício que fiz em vir até aqui.

Termo enviando um grande abraço para Bia, para ti e todos os meus netos e bisnetos, e até aí com as minhas bênçãos.

Teu velho Ventura."

IMAGENS



Rubland

Ventura e uma de
suas irmãs, Ana, por
volta de 1918
(acima). E na
década de 20, com
um amigo não
identificado



Fritz Jorge



Março Cesar

João, com oito anos, D. Eliza e
Ventura, em 1934, no Rio de Ja-
neiro. Ao lado o filho único do ca-
sal, em 1994.



Arquivo da Família



Arquivo da Família

Acima o deputado Ventura, em ação na Câmara Federal. Ao lado, na Armação (Florianópolis). Uma das últimas fotos de Ventura (abaixo), com o artista plástico comunista, Expedito Rocha.

Jacirio Mantos



G. Gonçalves

Dibo Elias



Arquivo F. Pereira

Mário Bastos



João Verzola



Arquivo da Família

Porfírio Gonçalves

Lourival Bento



Lourival Bento

Sebastião Vieira



Blissola

Ismael Malavinda

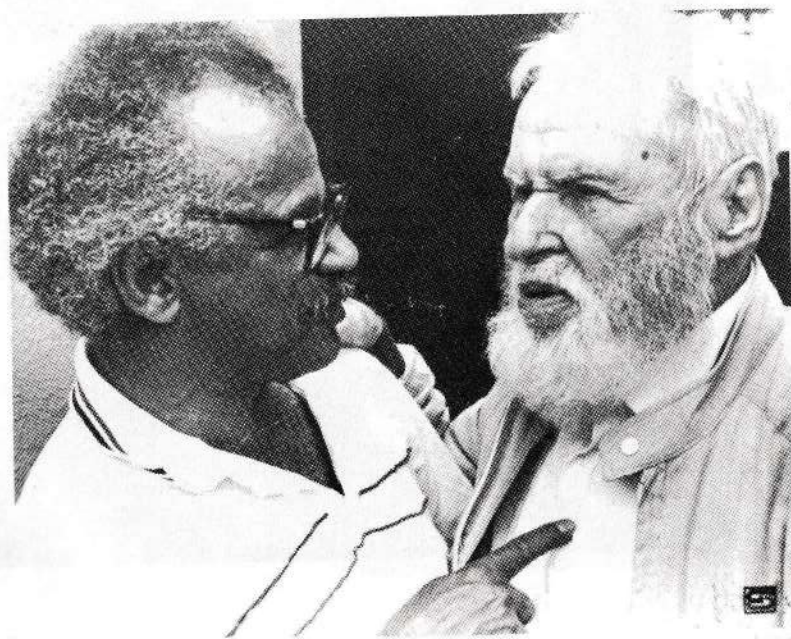


Arquivo da Família

Germano Donner



Celso da Barra



Arquivo E. Rocha



Arquivo F. Pereira

Francisco Pereira e o marechal Lott. Entre os dois, ao fundo, o deputado José Jofilly (1960)



Mimo Ribeiro



Hugo Ricci



Conjunto na Praça XV, onde funcionou o PCB



Arquivo do A

Fundação do PCB em Criciúma. Sentados: Ari (CSN), Manif Zacarias, Ernesto Lacombe, Mello e "Professor". Em pé: Ramires "Português", Inácio e Valentim. Os demais não foram identificados (27/11/1945)

DECLARAÇÃO DE GOIÂNIA

Em nome do Povo Brasileiro, o Conselho Nacional de Cultura, o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Nacional de Economia, o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Trabalho e o Conselho Nacional de Defesa Nacional, em sessão realizada em 15 de maio de 1964, no Palácio do Congresso Nacional, em Brasília, DF, declara:

Que o Brasil é um país de grande riqueza natural e humana, com vastas possibilidades de desenvolvimento econômico e social, mas que, devido à falta de planejamento e de organização, encontra-se em situação de atraso e de dependência em relação aos países desenvolvidos.

Que a situação atual do Brasil é insustentável e que é necessário a adoção de medidas urgentes para a transformação do país em uma nação desenvolvida e independente.

Que a transformação do Brasil em uma nação desenvolvida e independente é a única solução para o problema da fome, da miséria e da desigualdade social.

Que a transformação do Brasil em uma nação desenvolvida e independente é a única solução para o problema da educação, da saúde e do trabalho.

Que a transformação do Brasil em uma nação desenvolvida e independente é a única solução para o problema da defesa nacional e da soberania.

Que a transformação do Brasil em uma nação desenvolvida e independente é a única solução para o problema da paz e da cooperação internacional.

Que a transformação do Brasil em uma nação desenvolvida e independente é a única solução para o problema da cultura e da identidade nacional.

Que a transformação do Brasil em uma nação desenvolvida e independente é a única solução para o problema da ciência e da tecnologia.

Que a transformação do Brasil em uma nação desenvolvida e independente é a única solução para o problema da ética e dos valores.

Que a transformação do Brasil em uma nação desenvolvida e independente é a única solução para o problema da moralidade e da honestidade.

Que a transformação do Brasil em uma nação desenvolvida e independente é a única solução para o problema da justiça e da equidade.

Que a transformação do Brasil em uma nação desenvolvida e independente é a única solução para o problema da liberdade e da democracia.

Que a transformação do Brasil em uma nação desenvolvida e independente é a única solução para o problema da fraternidade e da solidariedade.

Que a transformação do Brasil em uma nação desenvolvida e independente é a única solução para o problema da paz e da harmonia.

Que a transformação do Brasil em uma nação desenvolvida e independente é a única solução para o problema da felicidade e do bem-estar.

Que a transformação do Brasil em uma nação desenvolvida e independente é a única solução para o problema da vida e da existência.

Que a transformação do Brasil em uma nação desenvolvida e independente é a única solução para o problema da morte e da eternidade.

Que a transformação do Brasil em uma nação desenvolvida e independente é a única solução para o problema da vida e da existência.

Que a transformação do Brasil em uma nação desenvolvida e independente é a única solução para o problema da vida e da existência.

NOVOS DIAS

Revista de Cultura e Política

Editor: MARIO BASTOS

NOVOS DIAS

EM REVISTA



SUMÁRIO

1 - O Brasil e a América Latina

2 - O Brasil e a América Latina

3 - O Brasil e a América Latina

4 - O Brasil e a América Latina

5 - O Brasil e a América Latina

6 - O Brasil e a América Latina

7 - O Brasil e a América Latina

8 - O Brasil e a América Latina

9 - O Brasil e a América Latina

10 - O Brasil e a América Latina

Jornais e revista do Partido Comunista em Santa Catarina, nos anos 50 e 60

Discurso do Vereador Manoel Alves Ribeiro (Mimo)

NÃO PODEMOS FICAR ALHEIOS A MOVIMENTOS IMPORTANTES NA CONSTANTE LUTA POR NOSSA EMANCIPAÇÃO ECONÔMICA

UNIDADE

EM DEFESA DOS INTERESSES DO POVO

GRATUITA

DISTRIBUIDA POR

UNIDADE

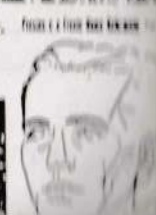
Atenção Sindicatos e Trabalhadores
COMISSÕES INTER-SINDICAIS EM TODOS MUNICÍPIOS, PARA EXIGIR O PAGAMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO A PARTIR DE 1-1-1959

Comício do Dia 1º será Teste para Jango

Milhares de populares comparecerão ao comício do dia 1º, que será realizado no Centro do Brasil. O comício será encabeçado por Jango e terá como objetivo a exigência do pagamento do salário mínimo a partir de 1-1-1959.

FOLHA CATARINENSE
14 - 12 e 18 de Maio de 1964

Arraes venceu a reação. Pernambuco voltou a calma!



FONTES

Bibliografia Consultada

- AMADO, Jorge. *Vida de Luís Carlos Prestes – O Cavaleiro da Esperança*. Martins Editora, SP, 1945.
- ANDRADE, Djanira Maria Martins de. *Hercílio Luz – Uma Ponte Integrando Santa Catarina*. UFSC, Florianópolis, SC, 1981.
- ARRABAL, José; ESTÊVÃO, José Carlos. *Stalin*. Moderna, SP, 1986.
- ÁVILA, César. *Revelações de um Médico*. Editora da UFSC, Florianópolis, SC, 1988.
- BABIN, A. *O Papel Decisivo da URSS na Derrota da Alemanha Nazi*. In *A grande Guerra Pátria do Povo Soviético e a Actualidade*. Academia de Ciências da URSS, Moscou, 1985.
- BARATA, Agildo. *Vida de um Revolucionário*. Alfa-Omega, SP, 1978.
- BARBOSA, Renato. *Cofre Aberto ... Reminiscências da Faculdade de Direito e Outros Assuntos*. Edição do Autor, Florianópolis, 1982.
- BASBAUM, Leôncio. *Uma Vida em Seis Tempos*. Memórias. Alfa-Omega, SP, 1976.
- _____. *História Sincera da República*. Vols. I, II, III e IV. Alfa-Omega, SP, 1976.
- BASTOS, Abguar. *Prestes e a Revolução Social*. Hucitec, SP, 1986.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Vols. I e II. Civilização Brasileira, RJ, 1980.
- BRANDÃO, Octávio. *Combates e Batalhas – Memórias*. Vols. I e II. Alfa-Omega, SP, 1978.
- CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Laudes, RJ, 1970.
- _____. *Nossa Senhora do Desterro*. Memória. Vol. II. Lunardelli, Florianópolis, 1979.
- CALLADO, Petrarcha. *Comandos Socialistas – Nas Terras Onde Dias Velho Foi O Primeiro a Desembarcar*. Edição do autor, Florianópolis, 1947.
- CANCELIER, Luís Carlos. *O PCB em Santa Catarina*. Jornal O Estado, Edições 29.3, 30.3, 31.3, Florianópolis, 1982.
- CARONE, Edgard. *O PCB*. Vols. I, II e III. Difel, SP, 1982.
- _____. *A Segunda República (1930–1937)*. Difel, SP, 1978.
- _____. *A Terceira República (1937–1945)*. Difel, SP, 1976.
- _____. *O Estado Novo (1937–1945)*. Difel, SP, 1977.
- _____. *O Tenentismo*. Difel, SP, 1975.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. *Eleições e Sistema Partidário em Santa Catarina (1945–1979)*. Editora da UFSC, Florianópolis, SC, 1990.
- CAVALCANTI, Paulo. *O Caso Eu Conto Como o Caso Foi – Da Coluna Prestes à Queda de Arraes*. Memórias. Alfa-Omega, SP, 1978.
- CORRÊA, Carlos Humberto. *Um Estado Entre Duas Repúblicas. A Revolução de Trinta e a Política em Santa Catarina*. Editora da UFSC, Assembléia Legislativa - SC, Florianópolis, 1984.
- CORRÊA, Hércules. *A Classe Operária e Seu Partido*. Civilização Brasileira, RJ, 1980.
- DALL'ALBA, Pe. João Leonir. *Colonos e Mineiros no Grande Orleans*. Edição do Autor/Instituto São José, Orleans, SC, 1986.
- DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. Alfa-Omega, SP, 1977.
- DONATO, Ernani. *Dicionário das Batalhas Brasileiras. Dos Conflitos com Índigenas às Guerrilhas Urbanas e Rurais*. Ibrasa, SP, 1987.
- DRUMOND, José Augusto. *O Movimento Tenentista: A Intervenção Política dos Oficiais Jovens (1922–1935)*. Graal, RJ, 1986.
- DULLES, John W. F. *O Comunismo no Brasil (1935–1945)*. Nova Fronteira, RJ, 1985.
- _____. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900–1935)*. Nova Fronteira, RJ, 1977.
- ENTRES, Alberto. *Guia do Estado de Santa Catarina*. Livraria Central, Florianópolis, 1935.
- GERTZ, René E. *O Integralismo em Santa Catarina*. RIHGSC, nº V, 3ª Fase. IHGSC, Florianópolis, 1985.
- GIOVANETTI NETO, Evaristo. *O PCB na Assembléia Constituinte de 1946*. Novos Rumos, SP, 1986.
- GIRARDI, Elisabeth P.; TELEKEN, Deonici C. *Guaraciaba – Síntese Histórica, Política e Geográfica do Município*. Prefeitura Municipal de Guaraciaba, SC, 1987.
- JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. *Nereu Ramos – O da Reconstrução Nacional*. Edição do Autor, Florianópolis, 1986.
- KÖELLN, Arno. *Porto Feliz – A História de uma Colonização às Margens do Rio Uruguai*. Coordenadoria Municipal de Ensino de Mondaí, SC, 1980.
- KOVAL, Bóris. *História do Proletariado Brasileiro (1857–1967)*. Alfa-Omega, SP, 1982.
- KÜHNE, João. *O Integralismo Nazi-Fascista em Santa Catarina*. DOPS, Florianópolis, 1944.

LAUTH, Aloisius Carlos. *A Greve Operária de 1933 e a Formação Sindical em Brusque*. RIHGSC, nº 5, 3ª fase, IHGSC, Florianópolis, 1984.

LENZI, C. A. Silveira. *Partidos e Políticos de Santa Catarina*. Lunardelli/Editora da UFSC, Florianópolis, 1983.

LEVINE, Robert M. *O Regime de Vargas. Os Anos Críticos (1934-1938)*. Nova Fronteira, RJ, 1980.

LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos*. Brasiliense, SP, 1982.

LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes – Marchas e Combates*. Alfa-Omega, SP, 1979.

LINHARES, Hermínio. *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*. Alfa-Omega, SP, 1977.

MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os Brasileiros. Anistia Ontem e Hoje*. Civilização Brasileira, RJ, 1978.

MIGUEL, Salim. *Um Retrato de Othon d'Éça*. Coleção Escritores Catarinenses. FCC, Florianópolis, 1992.

MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. *Prestes: Lutas e Autocríticas*. Vozes, Petrópolis, 1982.

MORETTI, Serenito A. *Movimento Estudantil em Santa Catarina*. Edição do Autor/IOESC, Florianópolis, 1984.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. Alfa-Omega, SP, 1984.

PAULI, Evaldo. *Hercílio Luz – Governador Inconfundível*. Edição Governo do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1976.

PEREIRA, Astrogildo. *Construindo o PCB (1922-1924)*. Ciências Humanas, SP, 1980.

PEREIRA, Francisco J. *As Duas Mortes de Crispim Mira*. FCC/Lunardelli, Florianópolis, 1992.

PIAZZA, W. F. (org.) *Dicionário Político Catarinense*. Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1985.

_____. *As Constituições do Estado de Santa Catarina*. Edição da Assembleia Legislativa - SC, Florianópolis, 1984.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Vols. I e II. Martins Editora, SP, 1969.

RIBEIRO, Manoel Alves. *Caminho*. Edição do Autor, Florianópolis, 1990.

SABINO, Lina Leal. *Grupo Sul: O Modernismo em Santa Catarina*. FCC, Florianópolis, 1981.

SAVI, Hilário. *Timbé do Sul – Um Pouco da sua História*. Paralelo 27, Florianópolis, 1992.

SEGATTO, J. Antônio. *Breve História do PCB*. Ciências Humanas, SP, 1981.

SERGE, Victor. *O Ano I da Revolução Russa*. Ensaio, SP, 1993.

SILVA, Emílio da. *Jaraguá do Sul – Um Capítulo na Povoação do Vale do Itapocu*. Vol II. Edição do Autor, Jaraguá do Sul, 1975.

SILVA, Hélio. *1922 – Sangue na Areia de Copacabana*. Civilização Brasileira, RJ, 1971.

_____. *1935 – A Revolta Vermelha*. Civilização Brasileira, RJ, 1969.

_____. *1937 – Todos os Golpes se Parecem*. Civilização Brasileira, RJ, 1970.

SILVA, José F. da. *História de Blumenau*. Edeme, Florianópolis, 1972.

SYLVIO, Augusto. *Às Margens do Cachoeira. Romance Histórico sobre Joinville*. Edição do Autor, Joinville, 1961.

TAVARES, José Nilo. *Marx, o Socialismo e o Brasil*. Civilização Brasileira, RJ, 1983.

TERNES, Apolinário. *História de Joinville – Uma Abordagem Crítica*. Edição do Autor, Joinville, 1981.

_____. *História do Jornal A Notícia (1923-1983)*. Edição do autor, Joinville, 1983.

VINHAS, Moisés. *O Partidão – A Luta por um Partido de Massas (1922-1974)*. Hucitec, SP, 1982.

VOLPATO, T. Gascho. *A Pirita Humana – Os Mineiros de Criciúma*. UFSC/Assembleia Legislativa - SC, Florianópolis, 1984.

WAACK, William. *Camaradas*. Companhia das Letras, SP, 1993.

Depoimentos

Álvaro Ventura a Nelson R de Moura/Laudelino J. Sardá (1979).

Celso (da Barra) T. Santos; Eglê Malheiros Miguel; Jorge Feliciano; Manoel Alves Ribeiro; Maria Verzola; Mário Bastos; Sebastião Martins, ao Autor e L.C. Cancelier (1982).

Manoel Alves Ribeiro, ao Autor (1991).

Anita Verzola; Carlos Vieira; Cláudio B. Vieira; Eglê Malheiros Miguel; Estela Bastos; Fernando Bastos; Francisco José Pereira; Heloíza B. Vieira; Ítalo Ricci; João Ventura; José Verzola; Natália Kinchesky; Nereu do Valle Pereira; Norton Prates Gonçalves; Rogério T. Figueiredo; Salim Miguel; Solange Donner; Zilma Martins Bittencourt, ao Autor (1994).

Periódicos Consultados

Jornais AVANTE - Canoinhas (SC); CORREIO DONA FRANCISCA - Joinville (SC); O ESTADO - Florianópolis (SC); FOLHA ACADÊMICA - Florianópolis (SC); FOLHA NOVA - Joinville (SC); A GAZETA - Florianópolis (SC); O LIBERTADOR - Itajaí (SC); A NOTÍCIA - Joinville (SC); NOVOS DIAS - Florianópolis (SC); O TRABALHO - Mafra (SC); VOZ DA UNIDADE - São Paulo (SP); NOVOS DIAS - Florianópolis (SC).

Revistas BUSSOLA - Florianópolis (SC); NOVOS RUMOS - Rio de Janeiro (RJ); NOVOS DIAS - Florianópolis (SC).

PALOTTI

Endereço do Autor:
Rua da Paz, 160
88051-160 - Florianópolis - SC

1000246803242

Os Comunas, de Celso Martins, é um daqueles livros que a gente não quer parar de ler. O livro sugere um ensaio na melhor significação, e com originalidade, força, simplicidade, naturalidade, dom de descobrir aspectos novos, de ficar a nota humana, de interessar nos leitores não só as idéias como os sentimentos. Não se pode ter a tentação de ligar o livro, de paciente pesquisa e de cautelosa interpretação sociológica, do caráter de romance, de obra de imaginação.

De tal faculdade se recorre sem dúvida Celso Martins - que sem ela a mais séria investigação científica poderá tornar-se estéril e enfadonha; mas é naquilo em que a imaginação representa o pressentimento do espírito ou a antecipação intuitiva, como queria Claude Bernard, para captar mais sutilmente, na massa de fatos, testemunhos e documentos, a por vezes esquiva verdade.

Os Comunas é um denso documento, mas de fácil leitura. Seus protagonistas são humanos. São o povo. Aquelas pessoas que a gente percebe que pode tocar, ser tocado e entender. Que vimos passar por nossas portas e janelas.

Cao Carvalho

Celso Martins da Silveira Júnior nasceu em 1955, na cidade de Laguna, no Sul de Santa Catarina. Filho de Celso Martins da Silveira e de Dircéa Martins da Silveira, veio com a família em 1959 para Florianópolis.

Ingressou oficialmente no PCB em 1974, no qual militou efetivamente até 1986.

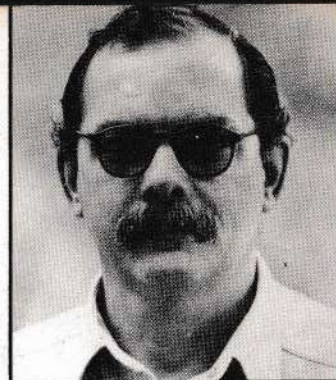
Em janeiro de 1976 começou no jornalismo como repórter do *Diário Catarinense*, dos *Diários Associados*. Desde então marcou presença em veículos como *A Notícia*, *Jornal de Santa Catarina*, *A Gazeta*, *Bom Dia Domingo*, *Extra* (diário de Joinville, o qual dirigiu por quase quatro anos) e jornal *O Estado* (onde ingressou pela primeira vez em 1978 e atualmente é repórter de Geral).

Foi produtor do programa *Guarujá Repórter*, na rádio Guarujá, entre 1991 e 1992. Também produtor de jornalismo na *TV Barriga Verde*, nos anos de 1992 e 1993.

Na década de 70 trabalhou em diversos veículos alternativos, tendo sido o responsável pelo início da circulação em Santa Catarina do semanário *Movimento*, representando ainda os jornais *Hora do Povo* e *Voz da Unidade*.

Na segunda metade dos anos 70 o autor lançou os seguintes livretos de poemas, mimeografados: *Basta* (junho de 1977); *Além de Gritos, Berros e Empurões* (abril de 1978); *11 Poemas* (100 exemplares, mimeografados a álcool, especial para Joinville, agosto de 1978); *Alguns Novos Poemas e Outros* (fevereiro de 1979); *Sai de Baixo* (março de 1979); *Libelo Acusatório* (abril de 1979). Em novembro de 1981 saiu o primeiro trabalho com poemas em formato de livro, *Vida Dura*.

Em parceria com o arquiteto Dagoberto Martins escreveu *República Catharinense – A Revolução Juliana de 1839 em Laguna* (encartado no jornal *O Estado*, em 28 de julho de 1989), e *Anita Garibaldi – Heroína da Liberdade* (47 páginas, ilustrações Clóvis Geyer, Editora Terceiro Milênio, Florianópolis, 1994). O Autor é casado com Margaret Grando e pai de Anita Grando Martins da Silveira. Reside em Sambaqui, Florianópolis.



Marco Cezar

PARALELO
★27
EDITORA




FUNDAÇÃO
FRANKLIN CASCAES

ISBN 85-85433-69-8